

Adriano Viaro da Silva

Palmares no Cepo da História
História e Historiografia da Confederação dos Quilombos dos
Palmares (1644-1984)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Mário Maestri.

Passo Fundo

2016

Ao comunista Salvador Viaro,
por sua vida, exemplo e luta.

AGRADECIMENTOS

O mestrado é um processo sonhado na graduação, abordado com dúvidas e incertezas, a partir da decisão de assim o fazer. Agradecer é mais do que cumprir protocolo. É reconhecer a fundamental importância daqueles que contribuíram para a realização de uma etapa importante e de um sonho há muito acalentado. No meu caso, o mestrado pareceu, por vezes, um passo além das expectativas e possibilidades. Uma infância dificultosa, adolescência excludente e fase adulta influenciada pelas duas anteriores. Mas se aqui cheguei, tive o auxílio de pessoas que acreditaram em mim e de algumas que não mediram esforços para que eu pudesse realizar este sonho.

Meu primeiro agradecimento é ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF, pelo apoio financeiro e irretocável estrutura.

Meu agradecimento especial ao professor Dr. Mário Maestri pela forma solícita, sempre exigente com que conduziu os dois anos de orientações. Sua competência e dedicação ímpares transformaram-no, para mim mais, em mais do que um mestre, mas alguém que me orientou, com conhecimentos para além do objeto estudado. Muito obrigado por tudo.

Agradeço aos professores doutores que tive o prazer de conhecer nas disciplinas de mestrado: Ana Luiza Reckziegel, Adriano Comissoli e Gizele Zanotto. Agradeço à professora Dra. Ironita Machado pela competência, compreensão e conselhos nas bancas de seleção e projeto. Ao professor Dr. Adelmir Fiabani, pelos conselhos quando do ingresso no mestrado, e, sobretudo, pela contribuição na banca de qualificação. Agradeço também à secretária do PPGH da UPF, Jênifer Brum, pela competência, presteza, e paciência.

Aos colegas Leonice e Sidinei, pela parceria nestes anos de estudo. Ao *irmão*, Rodrigo Magalhães, pelas conversas e debates, e, sobretudo, por ter acreditado em mim. Ao amigo Alex Martins, pelos anos de parceria e amizade. À professora e amiga, Dra. Regina Alegre Martins, pela orientação e incentivo na graduação. Ao professor, Me. e amigo, Jorge Euzébio Assumpção, por ter me conduzido pela mão no início dos estudos afro-brasileiros, me levando para o NEAAB-FAPA, e ter sempre acreditado em meu potencial.

À amiga, conselheira e mãe adotiva, Lourdes Maria Koch de Fraga, pelo apoio, carinho, e, sobretudo, amizade. Aos familiares, Marisa Stolnik, Marcos Stolnik, Ana Paula Stolnik; Patrícia Stolnik e Luiz Carlos Bernardi, para mim, mais do que uma família, o principal núcleo de apoio nessa jornada. Tia Marisa, palavras são poucas e ineficazes para definir uma vida de gratidão.

À minha companheira Denize Vasquez, pelo amor, incentivo, compreensão e companheirismo, nas alegrias e nas horas mais difíceis. Resumir em poucas frases a gratidão por dividires os dias comigo não é tarefa simples. Obrigado, amor. Agradeço também ao meu enteado Artur Vasquez pela parceria e ao meu cunhado e amigo Leonardo Vasquez pelos diálogos sobre cultura afro, capoeira e religiões de matriz africana, que tanto contribuíram no desenvolvimento deste estudo.

Ao meu filho Marco Antonio pelo amor, parceria, companheirismo e, muitas vezes, por aturar os meus monólogos intermináveis. À minha *filhota* Gabriela, pelo simples fato de existir e injetar ânimo em minha vida. Tarefa nem sempre tão fácil assim. Filhos, eu amo vocês.

À minha mãe Tereza Maria Viaro da Silva que não viveu para isso, mas que dedicou sua breve existência ao amor pelos filhos. Mãe, eu consegui. Saudade eterna.

De todos os sentimentos que fervilham no coração do homem, o anseio de liberdade é, certamente, um dos mais imperiosos e a sua satisfação é uma das condições essenciais da existência. Por isso, quando o homem se vê privado dela, não tem sossego enquanto não a reconquista, de modo que a história poderia limitar-se ao estudo dos atentados contra a liberdade e dos esforços dos oprimidos para sacudir o jugo que lhes foi imposto.

Benjamin Péret, “Que foi o quilombo de Palmares?”

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a produção historiográfica e revisar a bibliografia sobre os quilombos dos Palmares nos diversos períodos de nossa história, visando um maior entendimento sobre as formas em que os quilombos da Serra do Barriga foram representados em nossa historiografia. O trabalho utiliza como procedimento o levantamento bibliográfico e biográfico de cada autor, bem como seus envolvimento no contexto histórico em que suas obras foram produzidas, confrontando as principais produções historiográficas, de cada período, para a obtenção de uma síntese analítica, ainda que exploratória. A divisão cronológica em capítulos utilizou-se de marcos históricos já consagrados pela historiografia oficial, como os períodos do Brasil Colonial, Imperial e Republicano, além de capítulo especial para a obra de Décio Freitas. No primeiro capítulo foram analisadas as fontes primárias de origem holandesa e os primeiros relatos de viagens e expedições aos Palmares, holandesas, lusitanas e luso-brasileiras. No segundo capítulo, analisou-se as sete obras mais influentes do período, bem como os artigos dos Institutos Históricos e Geográficos, além dos manuais didáticos do Colégio Pedro II, importante colégio formador da chamada elite brasileira da época. O terceiro capítulo, composto pelo maior número e maior densidade de estudos historiográficos, recebeu análises mais longas e detalhadas, com destaque para a produção marxista do período. O quarto capítulo constitui-se de ampla análise da obra *Palmares: a guerra dos escravos*, de Décio Freitas, que entendemos como a mais paradigmática até os dias atuais, nas suas contradições. Devido a esse nosso entendimento, analisou-se a obra de Décio com cruzamentos entre as suas cinco edições brasileiras, bem como a descrição das características e alterações de cada uma das edições. Como resultado deste estudo, procurou-se um maior entendimento dos diferentes objetivos e das mais distintas abordagens de cada período, destacando as alterações de representação e destaque, sofridas pela historiografia dos Palmares ao longo da história do Brasil, até o ano de 1984, onde finalizamos a análise.

Palavras-chave: Palmares, escravidão, historiografia, quilombos, resistência.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the historical production and review the literature on the quilombos dos Palmares in different periods of our history, designed to further understanding of the ways in which the quilombos of the Serra do Barriga were represented in our historiography. The work uses as method, bibliographic and biographical survey, of each author and their involvement in the historical context in which his works were produced, by confronting the major historiographical productions of each period, for obtaining an analytical result. In the chronological division into chapters, were used landmarks already established by official historiography, as the periods of Colonial Brazil, Imperial and Republican, plus special chapter to the work of Décio Freitas. In the first chapter, were analyzed the primary sources of Dutch origin and the first travel accounts and expeditions to Palmares, which were Dutch, Lusitanian and Luso-Brazilian. In the second chapter, were analyzed the seven most influential works of the period, as well as the articles of the Historical and Geographical Institutes, besides to the textbooks of the College Pedro II, important formative college of the Brazilian elite of the time. The third chapter, comprising the largest number and highest density of historiographical studies, received the longest and most detailed analysis, especially the Marxist production period. The fourth chapter is made up of comprehensive analysis of the work 'Palmares: the war of the slaves', of Décio Freitas, which we understand be the most well finished work until today. Because of this understanding, we analyzed the work of Décio with crosses between its five Brazilian issues, as well as the description of the characteristics and changes in each edition. As a result of this study, we seek a greater understanding of the different objectives and more distinct approaches of each period, emphasizing the changes of representation and highlight, undergone by the historiography of Palmares throughout the history of Brazil, by the year 1984, where we completed the analysis.

Keywords: Palmares, slavery, history, quilombos, resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Mapa da região dos Palmares.....	31
Imagem 2: Capa da 1ª edição do livro de Décio Freitas.	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAGA: Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano

IHGA: Instituto Histórico e Geográfico Alagoano

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

OIC: Companhia das Índias Ocidentais

PCB: Partido Comunista Brasileiro

POUM: Partido Operário de Unificação Marxista

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

WIC: Companhia das Índias Orientais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
OS QUILOMBOS DOS PALMARES: SÍNTESE GERAL	21
1 PERÍODO COLONIAL	40
1.1 A INVASÃO HOLANDESA	40
1.2 OS AUTORES HOLANDESES	42
1.2.1 Rodolfo Baro	42
1.2.2 João Blaer	43
1.2.3 Joan Nieuhof	46
1.2.4 Gaspar Barléu	47
1.3 A Restauração	48
1.4. OS AUTORES PÓS RESTAURAÇÃO	50
1.4.1 Brito Freire	50
1.4.2 <i>Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco</i>	52
1.4.3 Rocha Pita	55
1.4.4 Padre Antônio Vieira	62
1.4.5 Padre Aires de Casal	64
1.4.6 Robert Southey	67
2 PERÍODO IMPERIAL	69
2.1 OS AUTORES DO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO	69
2.1.1 Jean Ferdinand Denis	69
2.1.2 Francisco Adolfo de Varnhagen	73
2.1.3 Agostinho Marques Perdigão Malheiro	75
2.1.4 João Francisco Dias Cabral	77
2.1.5 Pedro Paulino da Fonseca	79
2.1.6 Joaquim Pedro de Oliveira Martins	82
2.1.7 Luís de Queirós Mattoso Maia	84

3 PERÍODO REPUBLICANO.....	85
3.1 AUTORES DO PERÍODO REPUBLICANO BRASILEIRO.....	85
3.1.1 Raimundo Nina Rodrigues	86
3.1.2 José Francisco da Rocha Pombo	92
3.1.3 Ernesto Ennes	93
3.1.4 Édison Carneiro	96
3.1.5 Mário Martins de Freitas.....	107
3.1.6 Benjamin Péret.....	109
3.1.7 Clóvis Moura.....	113
4 DÉCIO FREITAS- Superações e Contradições - Um Estudo Referencial	116
4.1 Palmares: a guerra dos escravos	160
LISTA CRONOLÓGICA PARA APOIO	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

De toda a extensão das Américas, o Brasil foi o território mais permeado pela escravidão. Mais de trezentos anos de nossa história se passaram sob a produção escravista colonial. Ao contrário do que se possa pensar, a escravidão não constitui apenas uma página de teor étnico em nosso passado. Nada compreenderemos da história de nossa civilização sem que nos debrucemos sob as suas profundas raízes escravistas.

Para uma melhor análise sobre os quilombos dos Palmares, torna-se necessário o entendimento do modo de produção escravista no Brasil colonial. E para este estudo, o primeiro problema a ser enfrentado é justamente a diferença entre as duas civilizações que estavam se confrontando quando da chegada dos portugueses ao Brasil. Os lusitanos eram procedentes de uma “sociedade feudal ibero-lusitana, pioneira do mercantilismo” e uma das mais avançadas da época, enquanto que os povos autóctones do atual território brasileiro constituíam uma sociedade *tribal*, nômade, doméstica. [GORENDER, 1985: 39]

Para Karl Marx, seriam três as possibilidades quando da conquista envolvendo povos heterogêneos: 1) O povo conquistador submeteria o conquistado ao seu modo de produção; 2) O povo conquistador deixa subsistir o modo do conquistado, cobrando apenas tributos; 3) Ou, finalmente, produziria-se uma ação recíproca, dando nascimento a uma nova forma, uma síntese, logicamente desequilibrada. De certo modo, na América Lusitana, ocorreu a terceira alternativa, ainda que o escravismo colonial não seja precisamente uma “síntese” do modo de produção original dos portugueses e da forma de vida dos povos autóctones. Ele emergiu com características novas desconhecidas na sociedade humana - “um modo de produção historicamente novo”. [GORENDER, 1985: 39]

Dentro das características da produção escravista colonial, sobretudo no Brasil, houve certa facilidade para a implantação e real consolidação enquanto sistema. Entre um dos primeiros aspectos citáveis está a condição climática, no que se refere às mercadorias produzidas, e não quanto à predisposição dos trabalhadores ao clima, como comumente proposto. Os africanos escravizados trabalhavam sob permanente calor, da mesma forma que enfrentaram baixíssimas temperaturas na bacia do Prata.

Foi na franja litorânea do nordeste do Brasil que se instituiu o primeiro grande centro de colonização do país. Salvo engano, não existem dados mais precisos para a implantação da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, mas sabe-se que na expedição de Martin Afonso de Souza, em 1532, viajaram junto um perito na manufatura do açúcar, bem como, portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade na ilha da Madeira. Foi através da

produção açucareira que se deu de forma mais nítida a passagem gradativa da escravidão indígena à africana. Nas décadas de 1550 e 1560, eram poucos os africanos nos engenhos do Nordeste. [FAUSTO, 2012: 68]

Assenzalados e domésticos

O engenho – conjunto de prensas, caldeiras, purgadores, etc. – sintetizava invenções tecnológicas provenientes da Idade Média Européia: ele viabilizou a exploração das terras nordestinas através da monocultura do açúcar. A produção dos engenhos, nas moendas, era perigosa, não sendo incomum que *operadores* perdessem a mão ou o braço naquelas máquinas. Um bom engenho devia conter grande superfície de terras. Os latifúndios açucareiros chegavam a possuir milhares de hectares, podendo ser comparados, nesse relativo, ao domínio feudal. [FAUSTO, 2012: 70-72]

O sistema escravista colonial e os trabalhadores escravizados não podem ser analisados de forma homogênea. Como em toda produção mercantil, o sistema escravista procurava a máxima rentabilidade possível, sobretudo na redução dos custos de sua produção. Para alcançar alta lucratividade, a redução de custos se dava em todos os aspectos possíveis, sobretudo nos meios de subsistência dos produtores diretos, como alimentação, vestimentas, saúde, etc. Outra característica do sistema era a formação dos plantéis escravizados, por medida de controle e segurança, por trabalhadores de variadas culturas, etnias e idiomas.

Tal medida se dava para dificultar possíveis organizações, por parte dos cativos, de sublevação, fuga, insurreições, etc.

As tentativas dos trabalhadores escravizados de estabelecer “discursos contratuais explícitos”, bem como negociações sobre direitos com a classe dos escravizadores foram raras e quase sempre terminaram em “graves derrotas servis”, caso do engenho baiano de Santana. Em contexto de baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, era também baixo “o nível de consciência da população escravizada”. [MAESTRI, 1986: 81]

No escravismo colonial, se destacaram três tipos de escravizados, sobretudo no período abordado: os trabalhadores escravizados *rurais*, *urbanos* e *domésticos*. O primeiro foi de longe dominante. A escravidão desenvolveu-se em sociedades predominantemente agrárias, com os escravizados destinando-se aos trabalhos agrícolas. Este cenário fez da escravidão rural o tipo fundamental, sobretudo pelo aspecto econômico. Já a escravaria doméstica foi uma categoria especial a serviço da família nas residências rurais ou urbanas. Foi igualmente importante o trabalho dos cativos nas cidades. [GORENDER, 1985: 64-65]

A capitania de Pernambuco

A capitania de Pernambuco caracterizou-se por ser uma das regiões mais ricas do território do Brasil e, sobretudo, de maior utilização da escravaria. Dividida em dois momentos políticos distintos – invasão holandesa (1630) e restauração lusitana (1654) – foi pólo importante na produção açucareira. Porém, o quadro não seria o mesmo antes das invasões, quando a capitania apresentava problemas de infra-estrutura e administração não condizentes com registros da época.

O viajante europeu, informado por crônicas européias, sobretudo lusitanas, que davam conta de capitania próspera, não poderia deixar de frustrar-se, pois o que se apresentava era um quadro de pobreza e atraso, mesmo à luz dos padrões de Portugal, país que já se notabilizava como “o arcaísmo da Europa”. [FREITAS, 1984: 12]

A capitania de Pernambuco era então pouco mais que um miserável aglomerado de “armazéns, choças e umas duzentas casas”. Recife se tornara conhecida pelo nome de “O Povo”. A povoação “somente se converteria num lugar razoavelmente habitável depois de sua ocupação pelos holandeses, que construíram boas residências, abriram ruas e ligaram as ilhas por pontes, permitindo-lhe iniciar a carreira que faria dela a invejada capital de todo o nordeste brasileiro”. [FREITAS, 1984: 12-13]

Tais mudanças, pós invasão holandesa, se referem exclusivamente às classes dominadoras locais, não tendo qualquer efeito na divisão de classes e, sobretudo, nas *castas* inferiores da sociedade do nordeste do Brasil. A “imunda e promíscua” Recife seria considerada “intolerável pelo europeu”. [FREITAS, 1984: 13]

Para que os viajantes, antes das *melhorias* holandeses, conhecessem um núcleo populacional que fosse semelhante com uma “verdadeira cidade”, teriam que se deslocar alguns quilômetros, até Olinda, sede oficial da Capitania e residência dos altos funcionários, do clero e dos mais abastados senhores-de-engenho. O restante da capitania era formado por povoações que não passavam de aldeias “mediócras” e na maioria das vezes “miseráveis”. Nessas povoações, via-se sempre uma igreja, um convento, duas ou três edificações e “um reduzido número de residências ou estabelecimentos”. O engenho era o “verdadeiro centro da vida coletiva”. [FREITAS, 1984: 14]

Fugas, resistência e Palmares

Houve fugas e resistência em praticamente todas as sociedades onde o escravismo colonial foi implantado. No Brasil escravista, a região quilombola conhecida como Palmares foi a maior delas. Localizado no interior da Serra do Barriga, na antiga capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas, os quilombos dos Palmares se notabilizaram por sua

extensão territorial, expansão demográfica, organização estrutural e longevidade. O território brasileiro vivia o segundo período da história do Brasil Colônia que consistiu em lapso de tempo entre a instalação do Governo-geral, em 1549, e as últimas décadas do século 18. [FAUSTO, 2012: 47]

Durante os mais de três séculos da escravidão no Brasil, a resistência do trabalhador escravizado constitui a essência da luta de classes. Embora as formas de resistência tenham sido variadas, a que mais se destacou foi a fuga, seguida da concentração de produtores independentes em regiões afastadas e desabitadas, fenômeno conhecido no Brasil sobretudo como quilombos ou mocambos.

Embora semelhantes e utilizados como sinônimos, esses destes dois termos possuem origens etimológicas distintas. Mocambos era o termo dado pelos portugueses aos lugares onde se concentravam os cativos foragidos, nos séculos 16 e 17. Oriundo do termo quimbundo “mukambu”, significava literalmente “telhado de palha”, naquela linguagem banto. Já o termo “quilombo”, também quimbundo, tem como significado é “acampamento”. Os dois termos passaram a fazer parte do linguajar português devido aos contatos na luta pela conquista e domínio da atual Angola. [FREITAS, 1977: 73-74]

Se a literatura histórica brasileira consagrou o termo quilombo, a historiografia estendeu seu significado. Autores de orientação marxista, como Benjamin Péret, Édison Carneiro, Mário Maestri, Ivan Alves filho e, sobretudo, Décio Freitas, definiram o termo quilombo como organização econômica, social e política criada por trabalhadores escravizados na luta contra a escravidão. Tais lutas se davam tanto para impedir a reescravização quanto para a obtenção de recursos para a subsistência, como veremos com mais vagar.

Palmares no cepo da história

Palmares não teria a relevância que lhe é dada se tivesse sido um caso isolado de nossa história. Toda a extensão territorial americana conheceu e conviveu com fugas de cativos. Tais fugas geravam mais comumente comunidades pequenas, médias e grandes. Deste modo, Palmares foi apenas o mais importante agrupamento de trabalhadores escravizados na América, que fugiram e se libertaram do escravismo.

A história dos quilombos palmarinos passou por diversas formas de trato historiográfico. Em 2011, o historiador fluminense Flávio dos Santos Gomes indagou sobre a baixa produção de pesquisas *strictu sensu* referentes aos quilombos dos Palmares: “Ao que se sabe, não há teses de mestrado e doutorado em história sobre Palmares, com a exceção honrosa para a dissertação de Andressa Mercedes Barbosa dos Reis, em 2004, na Universidade

Estadual Paulista, em Franca.” E ainda complementa: “Uma indagação: Por que o episódio de Palmares não mobilizou a renovada historiografia da escravidão das últimas décadas?” [GOMES, 2011: 79-80]

A presente pesquisa, *Palmares no Cepo da História: História e Historiografia da Confederação dos Quilombos dos Palmares (1644-1984)*, tem por objeto a análise e revisão geral da historiografia dos quilombos palmarinos, desde obras coevas, fontes primárias, até a mais detalhada produção historiográfica dos períodos subseqüentes à história dos quilombos da serra do Barriga. O trabalho será finalizado com a análise da produção de Décio Freitas, quem acreditamos ter sido o último historiador a realizar importantes acréscimos e avanços à historiografia do quilombo. É nosso objetivo contribuir para a compreensão da evolução da historiografia portuguesa, luso-brasileira e brasileira sobre a região quilombola dos Palmares, bem como das relações entre a capitania de Pernambuco e as comunidades dos negros aquilombados.

Fontes, Limites Geográficos e Espaço Temporal

O critério de seleção de fontes para a pesquisa deu-se através das *inovações* de cada autor dentro de seu período - procurando não analisar fontes de mesma época que tenham apenas reproduzido escritos anteriores. Abordamos fontes primárias produzidas por holandeses, lusitanos, luso-brasileiros, pernambucanos e bandeirantes paulistas, até os livros de maior importância, desde a obra de Sebastião da Rocha Pita, em 1730. A imensa maioria das fontes primárias que consultamos, com exceção do livro de Gaspar Barléu, foi publicada em anexo nos principais livros do século 20, casos de autores como Edison Carneiro e Benjamin Péret. Comentaremos, mais adiante, tais obras e a sua devida relevância.

A localização dos quilombos dos Palmares é descrita nas principais obras que abordaram aqueles quilombos, visto que reproduziram as primeiras fontes primárias quanto às características geográficas palmarinas. Segundo elas, os Palmares situavam-se à distância de 120 quilômetros do litoral de Pernambuco, em uma área extensa que ia do rio São Francisco até o cabo de Santo Agostinho. Esta distância separava os quilombos da franja litorânea onde se localizava a imensa maioria dos habitantes da capitania. [CARNEIRO, 2011: 19; GOMES, 2005: 50; FREITAS, 1984: 32]

Além de afastado da orla marítima, os quilombos ficavam em local de acesso difícil, o que contribuía para a defesa do local de refúgio. Dentre as dificuldades de acesso, pode-se registrar a característica montanhosa da região, com cômoros, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique. Tratava-se de sítio áspero e agreste com, em algumas partes, densa floresta, e com diversidade de vegetações rasteiras espinhentas que dificultavam os deslocamentos. A

região dos Palmares, hoje, localiza-se no estado de Alagoas. [CARNEIRO, 2011: 19; FREITAS, 1984: 32-36; GOMES, 2011: 50]

A cronologia da história dos quilombos dos Palmares modificou-se ao longo dos séculos. Autores como Sebastião da Rocha Pita e Raimundo Nina Rodrigues, dividiram a história dos quilombos dos Palmares a partir das investidas escravizadoras da capitania de Pernambuco. Deste modo, Palmares foi definido a partir do “período holandês”, do “período pós restauração” e do “período da aniquilação”, quando se consagra a figura de Domingos Jorge Velho, bandeirante responsável pela destruição daqueles quilombos. Autores do século 20, sobretudo a partir da obra de Édison Carneiro, com rápida fratura epistemológica na obra de Mário Martins de Freitas, dividiram Palmares, também, por sua estrutura e organização social, demarcando o período de comando de [N]ganga [N]zumba e [N]Zumbi, principais líderes da confederação palmarina. Desta forma, a cronologia palmarina ganhava abordagens sob a ótica interna dos quilombos e não somente pelo viés do escravizador.

Procuraremos, ao longo do trabalho, comparar as abordagens dos períodos anteriores ao século 20 com as posteriores à obra de Édison Carneiro, com maior ênfase e destaque para a obra de Décio Freitas, que entendemos como o último grande estudo sobre os quilombos dos Palmares, como já falamos.

História e historiografia dos quilombos dos Palmares

Para um maior entendimento sobre a produção historiográfica dos quilombos palmarinos, dividimos a pesquisa pela cronologia oficial da história brasileira, com a primeira parte destinada aos autores do Período Colonial, incluindo o Período Joanino, ou seja, do século 17 a 1821, a segunda para o período Imperial, de 1822 a 1889, a terceira para o Brasil Republicano até a obra de Clóvis Moura (reeditada em 1988), e a quarta e última parte destinada a análise da obra de Décio Freitas.

Na primeira parte do Primeiro Capítulo, “Autores holandeses”, através da apresentação cronológica dos autores, procuramos analisar as quatro principais fontes primárias holandesas do período, que serviram de base para as demais pesquisas subseqüentes. Esses autores privilegiaram relatos que exaltavam os feitos das classes dominantes holandesas e de seus *heróis* e os ataques aos quilombos palmarinos para manter a ordem e a sociedade pernambucana escravista. Neste período, os quilombos foram apontados como redutos de *selvageria*, *roubos*, etc., em oposição à organização e à evolução da *sociedade* pernambucana, que se restringia sobretudo aos proprietários. Esses documentos, convenientemente prescrutados, permitem-nos ouvir vozes e razões das comunidades quilombolas, ainda que em forma abafada.

A segunda parte do Primeiro Capítulo, “Os autores pós-restauração”, analisa seis produções, sendo duas fundamentais e uma inauguradora da historiografia palmarina. A primeira obra fundamental é o documento *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador d. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678*, que ganhará destaque apenas no período imperial brasileiro, a partir da segunda metade do século 19. Neste capítulo, a principal obra analisada é *A História da América Portuguesa* do lusitano nascido na Bahia, Sebastião da Rocha Pita. Apesar de ter sido duramente criticado por historiadores como José Honório Rodrigues e Francisco Adolfo de Varnhagen, o seu livro é reconhecidamente uma obra paradigmática, colocando Palmares como fato fundamental da história do Brasil.

O modelo de civilização dos Palmares era avesso ao defendido por Rocha Pita que recheava seus textos de louvores à coroa e a *civilização* lusitana. Foi Rocha Pita quem consagrou o termo Zumbi e criou tendências analíticas sobre fatos relevantes da história palmarina, como a morte de Zumbi, a proposta de paz de 1678 e, sobretudo, da existência de “escravos” no interior dos quilombos da serra do Barriga.

O Segundo Capítulo, “Período Imperial”, abrange o período cronologicamente mais curto e de menor destaque aos quilombos da serra do Barriga. Nele, abordamos sete autores, Jean Ferdinand Denis, Francisco Adolfo de Varnhagen, Agostinho Marques Perdigão Malheiro, João Francisco Dias Cabral, Pedro Paulino da Fonseca, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Luís Queirós de Mattoso Maia, que, em pleno período escravista, pouco contribuíram para o avanço do conhecimento dos quilombos dos Palmares.

Advogados e historiadores

Em geral, tratam-se de autores, advogados e historiadores emancipacionistas conservadores, que podiam defender a necessidade do fim da escravidão, como no caso de Perdigão Malheiros, desde que não ultrapassasse os limites da razão e da manutenção da ordem elitista do país. No período imperial, os quilombos dos Palmares foram abordados à luz da manutenção dos interesses dos proprietários de trabalhadores escravizados. [CONRAD, 1972: 119]

Dentre as poucas contribuições no período, temos a dissertação de Pedro Paulino da Fonseca, de 1875, que traz à tona o documento *Relação [...]*, escrito no período colonial e encontrado em Portugal pelo Conselheiro Drummond, que iria modificar as pesquisas sobre os quilombos, devido as ricas informações referentes à organização e abrangência territorial dos quilombos dos Palmares. Este documento seria analisado e criticado por autores posteriores, com destaque para Édison Carneiro. Talvez a última contribuição desse período

foi a de Luís Queirós de Mattoso Maia, professor do Colégio Pedro II, o primeiro a rever a proposta de morte de Zumbi por suicídio, em uma reedição de seu livro didático, propondo-a por captura e degola, diferentemente da versão consagrada por Rocha Pita.

O Terceiro Capítulo, “Período Republicano”, aborda autores de distintas ideologias e campos teóricos, com destaque para Raymundo Nina Rodrigues, Édison Carneiro, Benjamin Péret e Clóvis Moura. Os autores são apresentados em ordem cronológica, constituindo-se em um período quase homogêneo. Mesmo o médico Nina Rodrigues, limitado pelas teses “racistas científicas” de sua época, realizou o primeiro denso estudo e mapeamento dos quilombos dos Palmares, destacando questões culturais e religiosas. A grande *fratura* foi a obra de Mário Martins de Freitas, verdadeiro retrocesso epistemológico.

E, finalmente, o Quarto Capítulo destacará o estudo, análise e discussão da obra de Décio Freitas, *Palmares: a guerra dos escravos*, em todas as suas reedições, entendendo ser o estudo mais completo realizado até o momento e um marco nos estudos palmarinos.

OS QUILOMBOS DOS PALMARES: SÍNTESE GERAL

Início dos Palmares

A inexistência de registros escritos por parte dos palmarinos e, sobretudo, a escassez de registros anteriores à invasão holandesa sobre aqueles quilombos, dificultam a definição de datas para o início de mocambos nas regiões dos quilombos dos Palmares - região localizada no espaço geral da Serra do Barriga, no atual estado de Alagoas. Sabemos que as primeiras investidas militares contra a região deram-se ainda no início do século 17, embora algumas informações apontem para fatos anteriores a mudança do século. [GOMES, 2011: 55-56]

É de 1602, a primeira expedição punitiva de que se tem notícia contra quilombos no sul da capitania de Pernambuco. A expedição, determinada pelo governador-geral do Brasil, Diogo Botelho, teria contado com militares, moradores dos povoados próximos e agregados dos engenhos. O comando da expedição ficou a cargo do oficial português Bartolomeu Bezerra. Como resultado da expedição, mocambos foram destruídos e quilombolas reescravizados. [GOMES, 2011: 55]

Em junho de 1603, durante a União Ibérica, Manoel Mascarenhas Homem, governador da capitania de Pernambuco, enviou carta para Filipe III da Espanha, informando da organização da expedição e de seu desfecho. Na carta, relata expedição para punição aos *negros* que estariam cometendo assaltos e latrocínios. No final da missiva, destaca que a capitania estava livre “por ora” dos problemas causados pelos *negros* aquilombados. [NASCIMENTO, 2014: 15-16]

Apesar do sucesso inicial, as dificuldades eram grandes para as expedições luso-brasileiras que não conheciam o território e sequer conseguiam determinar a localização dos esconderijos dos foragidos. Fontes sugerem que, além da proteção da densa mata, os quilombolas localizavam-se na parte mais alta das serranias, com visão panorâmica e privilegiada, além de possivelmente servirem-se de vigias e patrulhas para prevenirem-se contra os ataques. [GOMES, 2011: 56] São informações, porém, ainda hipotéticas.

A maioria dos historiadores que lançou mão de documentos primários para as pesquisas sobre a gênese da confederação dos quilombos de Palmares afirmou que teria ocorrido a fuga de quarenta trabalhadores escravizados de um engenho às proximidades de Porto Calvo, importante vilarejo do sul da capitania, o que teria iniciado as formações quilombolas na região dos Palmares. Salvo engano, não há fonte propositiva sobre tal fato. Não se descarta a hipótese de fugas de um quilombo reprimido na Bahia, ou no Sergipe; de

cativos escapados, individualmente, ou em pequenos grupos de engenhos, etc. [ALVES FILHO, 1988: 6]

Aumento demográfico

Independente de fugas de engenho ou de outros quilombos, a região passou a acolher número crescente de cativos nos anos finais do século 16, que se estabeleceram na chapada oriental da Serra do Barriga, em uma região florestal que ia da parte superior do Rio São Francisco ao Cabo de Santo Agostinho, a 120 quilômetros do oceano. Então, não possuíam a estrutura organizacional ou populacional e não ocuparam a extensão territorial que mais tarde lhes foram notórias. Eram quilombos correntes na época, em outras região, não sendo, portanto, correto designá-los já como palmarinos. É, sobretudo após as invasões holandesas, em 1630, que aumentaram significativamente as fugas e quilombos, devido à quebra dos mecanismos de controle dos cativos. [ALVES FILHO, 1988: 7] Nesse contexto, a região de Palmares passa a ser preocupação específica das autoridades escravistas luso-brasileiras e holandesas.

Novas pesquisas, sobretudo da última década do século 20, dão conta da presença de nativos nessas primeiras fugas e mocambos. Tais informações ainda carecem de maior especificação, vista a pluralidade étnica dos grupos autóctones do Brasil da época, o que dificulta a identificação das comunidades nativas envolvidas na gênese da confederação dos quilombos de Palmares, após 1654., momento mais alto daquelas comunidades. As afirmações a este respeito vão ao encontro da presença de organizações de resistência indígena, no nordeste do Brasil, conhecidas por *santidades*, anteriores aos quilombos das regiões da serra do Barriga. [VAINFAS, 1996 in REIS & GOMES, 1996: 61-80]

O fenômeno definido como ‘santidade’ teria existido no início dos anos 1580. Nele se destaca a comunidade liderada por um *índio* foragido do aldeamento jesuítico de Tinaré, na capitania da Bahia. Pesquisas dão conta de que tal ‘santidade’ teria sido responsável por incêndios de engenhos e aldeamentos jesuíticos. Tratavam-se de comunidades de nativos já destribalizados, reduzidos à escravidão ou servidão.

Para o historiador Ronaldo Vainfas, a ‘santidade’ baiana teria sido uma espécie de antecessora, “à moda indígena”, dos quilombos dos Palmares. [VAINFAS, 1996 in REIS & GOMES, 1996: 62] O que confirma o caráter de fuga à escravidão como elemento fundamental da gênese dos quilombos-mocambos, que proporemos a seguir. A confederação dos quilombos de Palmares foi sem dúvida uma organização que apresentou maior resistência ao escravismo, fato sugerido pelo próprio historiador: “Mas talvez Palmares seja, com razão, o símbolo da resistência maior. Durou quase cem anos. [...] Impôs derrotas

humilhantes aos portugueses e seus asseclas em inúmeras ocasiões.”. [VAINFAS, 1996 in REIS & GOMES, 1996: 62]

A comparação estrutural entre ‘santidades’ e os quilombos palmarinos explicaria por que encontramos nativos nos quilombos, quando a escravidão de africanos tornou-se dominante. Ou seja, os já pouco nativos reduzidos à escravidão incorporavam-se aos redutos dos africanos e afro-descendentes fugidos. Os quilombos palmarinos foram tema de diversos estudos históricos, porém as investigações arqueológicas são recentes, tendo iniciado nos anos 1990. Tal fato faz com que a maioria de seus aspectos sócio-culturais sejam ainda grandes incógnitas e que a relevância de possíveis influências multiétnicas sejam ainda motivos para especulação. [FUNARI, 1996 in REIS & GOMES, 1996: 26-51]

Organização e estrutura

Segundo o nível atual de conhecimento sobre a organização interna das comunidades quilombolas, em geral, e palmarinas, em particular, entende-se que dominassem as mesmas formas domésticas de produção agrícola. Com técnicas produtivas rudimentares, praticariam a divisão sexual do trabalho, embora o número de mulheres nos quilombos fosse significativamente menor do que o de homens. O número inferior de mulheres se deu, sobretudo, na primeira fase dos quilombos na região dos Palmares. Por razões múltiplas e, sobretudo, a tendência africana a reter as mulheres na África: elas representavam uma para cada três homens por tumbeiro. Tal fato resultou o menor número de cativas nas senzalas e plantações, ainda mais que eram desviadas em bom número para as atividades domésticas. Para buscar o equilíbrio sexual nos quilombos, os palmarinos lançavam mão de sequestros. [MEILLASSOUX, 1977: 271 Pp; FIABANI, In MOTTA & ZART, 2008; GOMES, 2005: 81]

O historiador Décio Freitas levantou a hipótese da família poliândrica (uma esposa para vários maridos) baseado em documento de 1677 que descrevia o que teria visto e relatado por um cativo ‘espia’, infiltrado sob a promessa de liberdade. O documento relata que sempre que um negro chegasse em Palmares seria ouvido por uma espécie de “conselho de justiça” para que pudessem se certificar de suas intenções. Tão logo convencidos de seus bons motivos “lhe dão mulher a qual possuem junto com outros negros, dois, três, quatro e cinco negros, pois sendo poucas as mulheres adotam esse estilo para evitar contendas [...]”. [FREITAS, 1984: 38-39]

Há divergência entre historiadores sobre tal questão. Décio Freitas afirma que: “Nem mesmo no apogeu de seu desenvolvimento demográfico, pôde a sociedade palmarina superar o problema da penúria de mulheres. [...] a miscigenação, sobretudo com mulheres indígenas [...] apenas amenizou o problema, sem resolvê-lo.” Já para Flávio dos Santos Gomes: “[...] a

partir de 1630, a falta de mulheres já não era o principal problema. O crescimento endógeno da população palmarista deve ter ajudado a estabelecer um equilíbrio demográfico de homens e mulheres nos mocambos.” Já em relação as funções das mulheres nos quilombos, estudos utilizam-se de relatos de comunidades quilombolas (*maroons*) do Suriname e Jamaica, como forma de construir hipóteses para as estruturas sociais nos Palmares. [FREITAS, 1984: 38; GOMES, 2005: 81-82]

Os habitantes dos quilombos dos Palmares viviam da agricultura, pesca, coleta e saque. As técnicas artesanais, conhecidas no continente africano, associadas às praticadas no Brasil, teriam sido levadas e adaptadas nos quilombos. Temos registros de metalurgia do ferro, cerâmica, cestaria, etc. naqueles e noutros quilombos, adaptadas às matérias-primas locais. As obras literárias, peças de teatro, filmes e demais produções ficcionais, reproduziram e reproduzem um “éden palmarino”, onde a economia de abundância seria a característica da sociedade quilombola. Sabemos que isso não procede. Entretanto, se visões românticas de uma abundância que não correspondia ao desenvolvimento das forças produtivas e com economia de resistência não condizem com a realidade, os quilombolas viviam como produtores independentes, em condições muito superiores às possíveis no sistema escravista. [MAESTRI, 1996: 33-44] Quanto às produções ficcionais, voltaremos a tratar em momento oportuno.

A documentação de procedência lusitana e luso-brasileira registra que os maiores quilombos tinham em média 1 000 habitantes. O que pode ser exagero, visto a procedência das fontes e o interesse em super-valorizar as conquistas militares contra os quilombos. Uma população sedentária de mil habitantes esgotaria rapidamente os recursos de caça e de coleta, pondo problemas de abastecimento de água, de lenha, etc. Salvo engano, não contamos com levantamento arqueológico sistemático de um quilombo palmarino que possa dar uma resposta positiva sobre essa questão.

Influência africana e indígena

Quanto à estrutura dos maiores quilombos, tinham cabanas de inspiração africana; divisão por *ruas*, embora poucas; e eram cercadas por paliçadas e fossos, o que pode sugerir, influência tupi-guarani, apesar de tais defesas serem conhecidas na África e no Brasil escravista. Não temos informações seguras que permitam acompanhar a evolução estrutural dos mocambos. Embora a arqueologia seja a melhor fonte para essa questão, são quase ausentes os levantamentos neste campo, como vimos. Os poucos trabalhos realizados em fins dos anos 1980 e início dos 1990 não evoluíram de forma satisfatória. Ao que parece, o trabalho mais avançado refere-se ao topo da serra do Barriga, onde se registrou a presença de

material indígena e não africano e afro-brasileiro. [MAESTRI, 1996: 33-44] Entretanto, alguns autores como Mário Maestri, Adelmir Fiabani, etc. levantam a possibilidade de que aquele pequeno platô não tenha sido o local da última paliçada palmarina, devido sua estreiteza.

As escassas pesquisas arqueológicas e as fontes literárias, sugerem grande heterogeneidade não apenas étnica dos quilombolas das regiões dos Palmares. Devido aos registros que possuímos e à data de chegada dos iorubas, a partir do final do século 18, entende-se que a maioria dos africanos ali refugiados era da região angolana. Sua cultura e, sobretudo religiosidade, consta na maioria das fontes primárias como sendo sincrética-afro-católica. Não temos, porém, informações mais precisas sobre essas práticas, que seriam possivelmente múltiplas. Seria comum, como em toda a África Negra, a proibição de práticas de “feitiçaria”.

Inicialmente, os quilombos da região dos Palmares não formavam uma estrutura articulada. Em forma geral, todos eles produziam, para consumo, os mesmos gêneros alimentícios e produtos artesanais. Não havia, portanto, razão para trocas sistemáticas entre os diversos quilombos, possivelmente muito distantes, uns dos outros. Em verdade, as trocas pacíficas, ou não, se davam com a sociedade escravista. [MAESTRI, 1984: 9-19]

Ao menos inicialmente, os quilombos possuíam plena autonomia quanto aos seus membros e territórios, o que deve ter dificultado qualquer resistência organizada aos escravizadores. Analisando a extensão que os registros apontam para o total do território dos Palmares, torna-se evidente que, caso houvesse comunicação entre os quilombos, ela seria precária, sobretudo entre os mocambos mais distantes.

Por outro lado, a comunicação entre os quilombos e as povoações vizinhas eram mais fáceis e rotineiras, e sobretudo, necessária, o que levou à formação de uma rede de comércio-escambo clandestino eficaz. Os palmarinos procurariam se estabelecer em distâncias que lhes garantissem a autonomia (liberdade) e a manutenção desse comércio. [CARNEIRO, 2011: XLIII] As trocas eram feitas nas aglomerações urbanas mais próximas, ou através de mascates, visando suprir produtos escassos, inexistentes ou difícil de serem produzidos nos quilombos. Os quilombolas forneciam gêneros agrícolas, caça e produtos da floresta etc.. Em troca, recebiam armas, pólvora, tecidos, aguardentes, ferramentas, etc. [FREITAS, 1984: 66-67]

Expedições batavas

O caráter ilegal deste comércio criou situações de desigualdade entre as trocas, tanto de um lado, como de outro. Em determinados momentos, os colonos das vizinhanças chegaram a

transformarem-se em espécies de “colonos dos negros”, pagando para estabelecerem currais de gado nas terras quilombolas. Os manufaturados eram vendidos a preços mais altos aos quilombolas. Essa rede de comércio foi um dos motivos de descontentamento por parte das classes dominantes da capitania. Em geral, os criadores de gado da região não tinham interesse na vitória das expedições antipalmarinas, pois, neste caso, as terras onde ficavam suas pastagens passariam para o poder dos grandes proprietários da capitania. [FREITAS, 1984: 66-67]

Os quilombos se confederaram apenas quando sofreram os ataques mais duros por parte das forças escravistas, batavas e luso-brasileiras. A confederação dos quilombos de Palmares teve, certamente, um sentido essencialmente militar-defensivo.

Os problemas causados pelos palmarinos aos escravistas de Pernambuco iniciaram já nos fins do século 16 - vimos que se tem 1602 como a data sendo da primeira expedição punitiva organizada pelo governador geral do Brasil. Em relação a tal expedição, os registros dão conta de que a mesma teria afirmado ter destruído os quilombos no sul da capitania de Pernambuco, porém não de forma definitiva. [NASCIMENTO, 2014: 16-17]

As primeiras expedições eram entradas com o objetivo de captura de trabalhadores escravizados foragidos e impedir que atacassem caminhos, fazendas e engenhos. O que fazia com que os quilombolas, quando possível, se escondessem nas matas até que os escravistas desistissem. Estas expedições registraram poucos contatos e enfrentamentos . [GOMES, 2005: 56-58]

A modificação no formato, tamanho, organização e estrutura dos quilombos e, sobretudo, o surgimento da organização confederada, foram produtos da invasão holandesa no nordeste do Brasil, a partir de 1630. Com a longa guerra pelo poder da capitania - o mais rico centro açucareiro do continente americano - a região dos Palmares passou a receber muitos cativos foragidos dos engenhos pernambucanos.

Paz e retomada militar

Após a invasão, os registros assinalam uma década e meia de paz entre a região quilombola e o território agora sob domínio holandês. Apenas em início de 1644, em pleno domínio holandês, uma expedição foi organizada contra os quilombos dos Palmares. Salvo engano, não há notícias do efetivo utilizado na expedição. Sabemos apenas que seu comandante, Rodolfo Baro, veterano da campanha da conquista de Pernambuco, retornou após alguns meses com a notícia de ter matado *cem* negros palmarinos e capturado em torno de *trinta*. Entre os capturados foi noticiada a presença de índios, o que desmentiu a unanimidade étnica de negros nos quilombos palmarinos.

Tratava-se também de expedição de caráter punitivo devido aos ataques dos quilombolas aos engenhos de Pernambuco. A coluna expedicionária retornou, como vimos, com cerca de trinta cativos, o que permitia erguer um engenho médio. Devido à desigualdade entre prisioneiros e mortos, os cem mortos talvez seja um exagero. [CARNEIRO, 2011: 60]

No ano seguinte, em 26 de fevereiro, após o retorno de Maurício de Nassau aos Países Baixos, os batavos organizaram nova expedição. O motivo era a notícia de que os palmarinos estariam raptando cativos, incendiando engenhos e canaviais e matando feitores. Para o comando desta expedição foi escolhido o capitão João Blaer, tido como especialista em guerra de emboscadas. Porém, o comandante adoeceu, retornando em 2 de março, acompanhado de cinco holandeses e doze índios, que regressaram para as tropas no dia 6. A coluna seguiu sob o comando do tenente Jürgens Reijmbach. [CARNEIRO, 2011: 60-61]

A maior dificuldade da expedição foi o relevo abrupto do terreno, que determinou que a marcha avançasse apenas uns nove quilômetros por dia. Esta expedição atingiu os “Palmares grandes”, também citado como quilombo do Oiteiro dos Mundéus, que já tinham sido abandonados, há três anos, supostamente pela insalubridade do local. [ALVES FILHO, 1988: 35] A forma de designação sugere que, talvez, nessa documentação, Palmares era sinônimo de quilombo-mucambo

Descobertas e mapeamento

Marchando mais um quilômetro e meio, os escravizadores encontraram o “outro Palmares”, que presumiram ter sido o visitado pela expedição anterior. Ambos não estavam mais povoados. Entre um mocambo em outro, as tropas se deparavam com mocambos menores - talvez moradias - a cada “meia-hora”, o que fez com que pressumissem se tratar de moradias provisórias dos negros palmarinos para cada troca de quilombo.

Três dias e doze milhas mais tarde, a expedição encontrou outra povoação palmarina, denominada “porta ocidental dos Palmares”, também desabitada. Nesta, porém, havia alguns negros nos arredores que revelaram que o chefe da povoação soube da expedição com antecedência através de aviso vindo de Alagoas. No quilombo, encontraram 220 casas, uma *igreja* e uma grande casa de conselho e, segundo declarações dos palmarinos capturados, o local tinha 1.500 habitantes. Todas as habitações foram queimadas. Segundo Décio Freitas e outros autores, a expedição foi um fracasso, pois não avistara o inimigo em momento algum. [ALVES FILHO, 1988: 34-37; FREITAS, 1984: 57; NASCIMENTO, 2014: 90-95]

As descrições dos mocambos foram feitas invariavelmente por membros de tropas militares que descreviam os detalhes e aspectos normais ao seu cotidiano ‘fortificações, armas e coisas afins’. [NASCIMENTO, 2014: 90-95] Fato que sugere exageros nos relatos de

números de casas e de fortificações, sobretudo para valorar os feitos das entradas. Entretanto, se todas as 220 *casas* fossem moradias - poderiam ser paióis, etc. -, e se cada uma comportasse três habitantes, teríamos 660 palmarinos nesses grandes quilombos. O que era uma população enorme para um quilombo! Dificilmente haveria um quilombola capaz de contar até 1.500, para fornecer tal número. Mais uma vez, nos falta informação arqueológica.

A partir de 1640 e, sobretudo com a guerra de *libertação nacional* do nordeste colonial – fato que abordaremos no subtítulo sobre a Restauração – a fuga dos cativos para os quilombos palmarinos recrudesciu, não sendo maior apenas porque os senhores de engenho pernambucanos libertaram em grande número os cativos que se arrolaram nas milícias locais. É difícil definir até que ponto tal medida foi consciente e com a intenção de neutralizar as fugas de mais trabalhadores escravizados para os Palmares. [MAESTRI, 1996: 33-44] Fato é que, durante a guerra, os palmarinos conheceram uns dez anos de paz, esquecidos por batavos e lusitanos, envolvidos em suas batalhas.

Expedições luso-brasileiras

Os holandeses deixaram o Recife definitivamente em 1654 e, nesta época, as plantações e engenhos estavam semi-desérticos de trabalhadores escravizados. Por outro lado, os quilombos da região dos Palmares cresciam em número de habitantes e organizavam-se em estrutura. Com exceção das expedições holandesas, os Palmares viveram em torno de dois decênios sem conhecer ameaças por parte dos escravizadores. [MAESTRI, 1996: 33-44]

Junto da expulsão dos batavos acabava a ‘idade de ouro’ da produção açucareira no nordeste da colônia lusitana e também o período de paz para os calhambolas. Junto dos holandeses partiram os cristãos novos e luso-brasileiros com sua escravaria, tecnologia e capital, o que representou não só o prejuízo para a capitania, como forte concorrência à produção açucareira, visto que foram se instalar nas Antilhas para produzir açúcar. [ALVES FILHO, 1988: 43-45]

Os lusitanos precisavam recompor a estrutura dos engenhos e recolocar a mão de obra perdida durante a guerra de libertação. Porém, a concorrência com o açúcar antilhano reduzia lucros e dificultava a importação de africanos escravizados. A solução mais viável era a reescravização dos palmarinos. Para tal, as classes dominantes luso-brasileiras poderiam utilizar os libertos, os brasis e os brancos pobres que haviam lutado na guerra de Restauração e ainda esperavam pelas recompensas prometidas. [ALVES FILHO, 1988: 43-45] Além das questões envolvendo a busca pela mão de obra, as terras quilombolas eram possíveis sesmarias a serem doadas pela Coroa aos vassallos do rei. A confederação dos quilombos de Palmares teria que ser exterminada. [NASCIMENTO, 2014: 99-100]

Em fins de 1654, foi organizada uma expedição contra os quilombos dos Palmares que, ao igual das expedições batavas, não colheu grandes resultados. Composta de aproximadamente seiscentos homens, entre brancos, índios, mamelucos e cativos, manteve dois combates com os palmarinos, ateando fogo em um quilombo. Após o embate, os palmarinos fugiram deixando a tropa perdida na floresta. Após um mês, a coluna voltou para Recife com o seu comandante, Brás da Rocha Cardoso, gravemente ferido.

Ainda em 1654 outra expedição partiu para os Palmares. Sobre ela, sabe-se pouco. Alguns palmarinos foram mortos e pouco menos de cem foram presos. O que significaria uma captura considerável, se os dados correspondessem à realidade. Teria sido em uma expedição entre o final de 1654 e o início de 1655 a captura da criança “com escassos dias de existência” que seria, segundo Décio Freitas e Alves Filho, entregue ao padre português Antônio Melo, de Porto Calvo. Segundo aquele autor, este menino viria a se tornar Zumbi dos Palmares. [ALVES FILHO, 1988: 48-49; FREITAS, 1984: 69, 116] Voltaremos com maior detença a esta problemática proposta.

Nos anos seguintes, novas colunas atacaram os redutos quilombolas, com algumas prisões de palmarinos. Diante do fracasso da dominação cabal da região quilombola e, sobretudo, da necessidade de obtenção, em forma sistemática, de mão de obra para a restauração econômica da capitania, os engenhos optaram pela cara importação de negros da costa africana. Nesse momento, as relações entre palmarinos e os colonos dos povoados vizinhos melhorara. Somente em 1667, começaram os ataques dos palmarinos às povoações do litoral.

Em carta de 1º de junho de 1671, o governador Fernão de Souza Coutinho pedira providências à Coroa, destacando o recrudescimento dos ataques palmarinos e as dificuldades enfrentadas pelas povoações vizinhas. “[...] e crescendo cada dia em número se adiantam tanto no atrevimento, que com contínuos roubos, e assaltos, que fazem despejar muita parte dos moradores desta capitania mais próximos dos seus mocambos.” [ENNES, 1938: 133-134]

Coutinho destacou que os palmarinos tinham as dificuldades naturais da floresta a seu favor: “Há alguns anos, que dos negros de Angola fugidos ao rigor do cativo, e dos engenhos desta capitania, se formaram povoações numerosas pela terra dentro entre os Palmares e matos, cujas asperezas, e faltas de caminhos os tem mais fortificados por natureza, do que pudera ser por arte [...]”. “[...] não são poucas as dificuldades que para este fim se me oferecem pela aspereza das terras, falta de caminhos, e de carruagens para os mantimentos que em todo este Estado senão podem conduzir senão às costas de negros por não haver

estradas para carros [...]” Fernão de Souza Coutinho solicitou que a Coroa investisse maiores recursos para a empresa contra os Palmares e, sobretudo, com a abertura de caminhos: “[...] para evitar este dano, determino passar ao Porto Calvo na entrada deste verão, lugar mais proporcionado para se fazer esta guerra e dali [...] mandar abrir caminhos para os ditos Palmares por onde possam ser enfrentadas e arrasadas suas povoações [...]” Consta que as providências foram tomadas até o ano de 1675. [ENNES, 1938: 133-134]

Em 1672, a administração da capitania lançou mão de forte aparato militar. A expedição se dividiu em três colunas, a fim de atacar a região palmarina de pontos distintos, com o objetivo de fixar fortificação permanente. As tropas eram compostas por seiscentos homens divididos sob os comandos de Vicente Martins Bezerra, que atacaria pelo rio São Francisco; outra com comando dividido entre Antônio da Silva e Gonçalo Moreira, que atacariam pelo lado de Alagoas e uma última sob a liderança do próprio Antônio Jácome Bezerra, comandante em chefe da expedição. Os quilombolas, bem informados sobre a investida luso-brasileira, também dividiram suas forças, derrotando as colunas da capitania naquela que foi a primeira vitória inquestionável dos calhambolas. “O comando das forças palmarinas nesta sensacional operação esteve a cargo de um jovem chamado Zumbi.” [FREITAS, 1984: 84-86]

A confederação

Acredita-se que os quilombos reuniram-se sob comando militar centralizado a partir da necessidade de robustecer suas forças defensivas. A confederação dos quilombos seria fruto da necessidade de resistir à escravidão, como veremos. Nascia assim, no coração da capitania de Pernambuco, uma espécie de Estado Negro rudimentar, formado por produtores livres. [MAESTRI, 1996: 33-44] Seu chefe portava o título de Ganga-Zumba. Ou seja, *grande senhor*. Os demais chefes quilombolas eram identificados por parentesco simbólico, como por exemplo, Aqualtune “mãe do rei” (N)Gana-Zona “irmão do rei” e Zumbi “sobrinho do rei”. [CARNEIRO, 2011: 3-4] A pronúncia aportuguesada dos títulos quilombolas deve-se à dificuldade dos luso-brasileiros de registrarem e pronunciarem os encontros consonantais comuns nos falares angolanos.

As fontes são escassas para os mais diversos aspectos da história dos quilombos dos Palmares e, sobretudo, da confederação. Dados coevos estimam que a população girava entre seis e trinta mil habitantes. Mesmo a primeira estimativa era uma população considerável para a época. Trinta mil, um notório exagero. Quanto ao número de quilombolas, tanto nos quilombos quanto na soma geral da confederação, é preciso cautela. As fontes que registraram as populações quilombolas eram sobretudo militares, o que pode levar a aumentarem o número dos quilombolas para valorizar os confrontos e justificar as dificuldades encontradas nas batalhas. [LARA, 1995 in REIS & GOMES, 1995: 81-109]

Acreditamos que a população dos quilombos ficasse, em média, em torno de duzentos a trezentos calhambolas, o que reduz significativamente a população total em relação aos números apresentados. Desde a obra coeva de Sebastião da Rocha Pita, em 1730, os quilombos receberam destaques em virtude da dificuldade que impuseram às forças coloniais. [LARA, 1995 in REIS & GOMES, 1995: 81-109] Tal fato, somado à inexistência de fontes por parte dos quilombolas, coloca-nos na difícil tarefa de precisar informações sobre a estrutura da confederação palmarina e, sobretudo, de seu contingente populacional.

Quanto à falta de fontes mais seguras e específicas, não podemos afirmar qual era abrangência das leis e da ordem da confederação em relação a toda a região serrana. Também faltam informações a respeito da autoridade de Ganga Zumba em relação aos demais quilombos da confederação. Mas acreditamos que era simbólica, consensual e relativamente pequena. [MAESTRI, 1996: 33-44]

Uma confederação militar

Palmares não possuía contradições necessárias para a implantação de um Estado de classe, conhecendo somente as contradições naturais entre homens e mulheres, idosos e jovens, pais e filhos, etc. Tratava-se sobretudo de uma confederação militar, possivelmente sem o poder ou a intenção de modificar os aspectos naturais domésticos dos quilombos confederados. Quanto aos nomes dos mocambos, ao que parece, eram dados em homenagem aos líderes de cada um deles. [MAESTRI, 1996: 33-44]

Os palmarinos estabeleceram controle em uma área aproximada de 150 quilômetros de comprimento, por 50 de largura, entre os rios Ipojuca e Paraíba, nos atuais territórios de Pernambuco e Alagoas, como veremos com maiores detalhes. Portanto, como já vimos, muito mais ampla do que as regiões da serra do Barriga. Um território de fronteiras fluídas que passou por períodos de expansão e contração de acordo com os enfrentamentos com as colunas escravistas.

A grande e essencial contradição entre Palmares e as classes dominantes do nordeste da colônia era política. A confederação era um Estado militar formado por cativos e descendentes de trabalhadores escravizados, no seio de um Estado escravista. Era um *câncer* corroendo a ordem escravista. Nos mocambos palmarinos viviam cativos fugidos, índios, negros forros, brancos pobres, criminosos ou desertores. Eles preferiam, por motivos variados, viver na confederação quilombola do que na sociedade escravista. [FREITAS, 1984: 39-41]

Por outro lado, para se expandir, mesmo em forma vegetativa, a confederação necessitava ampliar suas fronteiras territoriais, enquanto que a agricultura e pecuária coloniais exigiam o mesmo crescimento em terras. [MAESTRI, 1996: 33-44] Segundo Édison Carneiro, até 1677, as classes dominantes de Pernambuco, batavos e luso-brasileiros, atacavam Palmares visando apenas a recaptura de cativos foragidos ou a punição das razias dos quilombolas. Porém, a partir deste ano, os olhos da capitania se voltam igualmente para a riqueza e fertilidade dos territórios palmarinos.

Expedições contra Palmares, uma nova etapa

As vitórias palmarinas, anteriores a 1670, podem ser justificadas pelo maior conhecimento territorial da região. Em 1671, como já vimos, o governador de Pernambuco escreveu a Portugal relatando as dificuldades conhecidas pelas expedições e, sobretudo, à falta de caminhos até os quilombos. Tão logo os caminhos foram abertos, os colonos passaram a ter superioridade nas expedições, podendo fazer chegar aos Palmares homens, alimentos, armas, animais.

Em 1675, partiu expedição sob o comando de Manoel Lopes. Composta por 280 homens entre brancos, *mulatos* e índios - uma grande aldeia fortificada foi destruída; a coluna matou e feriu palmarinos e recapturou uma centena. Os resultados alcançados pelos reescravizadores foram, portanto, expressivos. Se os palmarinos contassem com a proposta população - de seis a trinta mil habitantes -, eles teriam arrasado facilmente expedição de menos de trezentos soldados.

Novamente em relação à quantidade de habitantes dos Palmares, as fontes apontam que a fortificação atacada era, na verdade, a capital Macaco, e que seria composta por aproximadamente “duas mil casas”. Duas mil casas, com três habitantes em média por casa, daria seis mil habitantes - no século 17, a população de uma cidade européia! E, como proposto, seria mais do que difícil atacar uma tal povoação com tão poucas tropas. O número de prisioneiro não corresponde à dimensão populacional sugerida. E as baixas não são

registradas com precisão, resumindo-se em “muitos mortos” e “não poucos feridos”. O ‘restante’ teria debandado. [MAESTRI, 1996: 33-44]

Após essa entrada, Manoel Lopes decidiu ficar no local estabelecendo arraial por aproximadamente cinco meses. Ao saber que os palmarinos teriam se estabelecido quarenta quilômetros além do Macaco, partiu em sua busca dos mesmos. No enfrentamento, Zumbi teria sido baleado em uma perna, ficando manco. Ao todo, segundo o historiador Édison Carneiro, os palmarinos tiveram em torno de oitocentas baixas. [CARNEIRO, 2011: 75] Um número certamente desmedido, a não ser que os escravizadores tenham assaltado quilombos e arrasado a população, o que não teria qualquer sentido, já que buscavam produzir cativos, e não mortos!

Fernão Carrilho

Dois anos após essa expedição, o experiente Fernão Carrilho, com repressões a mocambos e índios rebeldes em seu currículo, partiu com 185 homens para nova expedição. Um número de soldados ainda menor! Dessa feita, foi fundado o arraial de Bom Jesus e a Cruz, localizado no centro do território palmarino. Foram meses de combates com destruição de quilombos e perseguições aos palmarinos. Familiares de Ganga-Zumba foram aprisionados. Carrilho perdeu somente um de seus homens, além de cinquenta que desertaram. [CARNEIRO, 2011: 79-82; FREITAS, 1984: 104-108]

Carrilho destruiu os quilombos e capturou palmarinos com surpreendente facilidade para uma tropa de pouco menos de duas centenas de homens, o que sugere a escassa organização de resistência palmarina naquele momento; que a forma de comunicação, dada a extensão do território, era precária; ou ainda, que as tropas de Carrilho fossem superiores. Também é possível que ele tenha super-valorizado seus resultados.

A longa experiência de Fernão Carrilho combinada à facilidade de locomoção e acesso aos Palmares devido à abertura de caminhos, fez com que as tropas punitivas equipadas chegassem aos quilombos sem maiores dificuldades. É provável que nesta época o território palmarino tenha diminuído em relação ao seu tamanho anterior. Para Édison Carneiro, em 1675, ele passou a ter “sessenta léguas em redondo”, ou seja, vinte quilômetros de diâmetro. O que é muito pouco se comparado com as dimensões anteriores que chegaram a apontar 27 000 km². [ALVES FILHO, 1988: 143]

Acordo de 1678

Uma das estratégias decisivas para a aniquilação total dos quilombos palmarinos foi a proposta de anistia e liberdade oferecida pela administração colonial aos nascidos no

quilombo que abandonassem armas. Propostas de anistia semelhantes haviam sido feitas anteriormente em outras regiões da América escravista. [GOMES, 2005: 126-136]

Em 18 de junho de 1678, um alferes chegou a Pernambuco acompanhado de três filhos de Ganga-Zumba e demais membros da comitiva palmarina para o acerto da rendição. No mês de novembro do mesmo ano, Ganga-Zumba foi nomeado mestre de campo e seus filhos foram apadrinhados pelo governador. O chefe palmarino aceitou a anistia e se ofereceu para entregar os *cativos* refugiados nos Palmares. [ALVES FILHO, 1988: 91-92]

As forças escravistas da capitania conseguiram desta forma romper a unidade dos palmarinos, dando a liberdade para poucas centenas - Ganga-Zumba e aproximadamente quatrocentos quilombolas desceram da serra e se estabeleceram na planície do Cucaú, sob os olhos da administração colonial. A partir deste momento não só a unidade estava rompida, como a localização exata dos quilombos estava revelada. [MAESTRI, 1996: 33-44]

Se os quatrocentos seguidores de Ganga Zumba fossem quarenta por cento dos sublevados, a população total seria de apenas mil palmarinos. Se fosse somente vinte por cento, ela seria dois mil quilombolas. Ainda muito longe dos seis mil quilombolas propostos. Após a rendição do comando dos Palmares, 192 léguas teriam sido requeridas em sesmarias. Ou seja, 2.600.000 de hectares. O objetivo dos colonos ia além da recuperação de cativos. Havia muito que as férteis terras dos Palmares eram almejadas. [CARNEIRO, 2011: 85; FREITAS, 1984: 110]

Os palmarinos que aceitaram a rendição constituíam uma parte do montante de calhambolas da região serrana e, em especial, membros do quilombo de Ganga-Zumba e de mais dois quilombos da confederação. Os demais quilombos não teriam aderido a proposta de *anistia*. Portanto, cada quilombo teria em média uns 130 palmarinos - é sempre possível que não se contassem as crianças. No Cucaú a unanimidade em apoiar a decisão de Ganga-Zumba não existia, pois os seguidores deste teriam percebido os “limites do acordo de paz”, que consistia, sobretudo, em forte vigilância de toda a região do Cucaú. Tal insatisfação levou à *guerra civil* entre os próprios palmarinos. [ALVES FILHO, 1988: 93]

Muitos palmarinos sentiriam que havia a alternativa de resistir e que não havia a possibilidade de convivência entre ex-cativos e a produção escravista (colonos). Ganga-Zumba faleceu dois anos após a rendição, ao que tudo indica envenenado, e a tentativa de convivência livre com a administração colonial desapareceu com ele. Uma expedição luso-pernambucana atacou ao povoado do Cucaú, reduzindo à escravidão os ex-quilombolas que não escaparam.

Novas investidas contra os Palmares

Após a repressão ao povoado de Cucaú e, sobretudo, do fim da anistia, os palmarinos voltavam a sofrer com entradas militares no seu território. Em 1680, uma nova expedição era enviada para combate e punição dos habitantes dos Palmares, agora comandados por Zumbi, que organizara a resistência.

Apesar de um cenário de batalhas, seguia o impasse: a sociedade pernambucana mergulhara na crise de sua economia escravista, o que, por hora, levava as autoridades a pensarem em novas propostas de anistia aos negros, sempre exigindo que Zumbi aceitasse a reescravização dos negros fugidos e escondidos em Palmares. Embora discutissem tal possibilidade, o Conselho Ultramarino decidira-se pela guerra sem quartel. E em 10 de janeiro de 1687, Fernão Carrilho faria sua última entrada contra a região quilombola.

Fernão Carrilho partiu de Alagoas com o “grosso da tropa” enquanto que da vila de São Francisco partiram mais 120 homens munidos de armas de fogo e flechas. Após enfrentamentos e táticas de guerrilhas por parte dos palmarinos, a coluna capturou um “sobrinho de Zumbi”. No final, vários palmarinos teriam sido mortos em combate e alguns soldados de Fernão Carrilho acabaram feridos. A expedição não teve o sucesso esperado pelo seu comandante, pois os palmarinos evitaram o confronto direto. Com a chegada do inverno a expedição foi suspensa. [ALVES FILHO, 1988: 109]

Em junho do mesmo ano, uma carta anônima teria sido enviada a Portugal dando conta de uma rebelião combinada entre os Palmarinos e os cativos dos engenhos. A carta fala que os próprios trabalhadores escravizados iniciariam a insurreição e os palmarinos chegariam em seu socorro: “[...] por estarem os negros muito absolutos e desaforados, tanto que mandaram este ano negros fingindo-se de moradores para persuadirem os nossos escravos a se levantarem e nos matarem, que eles viriam socorrê-los”. [ALVES FILHO, 1988: 112-113; ENNES, 1938: 160-163]

A correspondência, que o historiador Ivan Alves Filho atribui a Fernão Carrilho ou um de seus amigos, apresentava um plano para aniquilar Palmares definitivamente, com informações detalhadas de como se deveria proceder. Sugeria, por exemplo, a utilização de indígenas – não só do Terço do Camarão, como das vilas vizinhas – para a perseguição e execução dos palmarinos. “[...] como os cabos dos índios das aldeias, que ali se devem mandar perpetuar, tenham ordem para que todo o negro que fugir o enforcem onde quer que o acharem [...]”. Outra medida contida na correspondência seria a construção de uma sede fixa no interior da região palmarina “[...] que no meio dos Palmares se faça uma casa forte, e

que nela assista por cabo Fernão Carrilho pelo temor que dele têm os negros [...]”.[ENNES, 1938: 160-163]

Porém, tão logo o plano foi analisado, tornou-se de conhecimento público que, meses antes, o governador havia convidado os paulistas de Domingos Jorge Velho para lutar contra os quilombos dos Palmares. Começava uma nova fase de enfrentamentos contra os rebeldes da serra do Barriga. [ALVES FILHO, 1988: 114]

Domingos Jorge Velho

Em 1687, fora chamado o preador de índios Domingos Jorge Velho, há muito estabelecido no Piauí. Após a promessa de grandes recompensas e de lavrado o acordo, ele partiu em marcha para os Palmares. Porém, em 1688, a empresa teve que ser suspensa, pois o governador geral do Brasil solicitou a presença de Jorge Velho no Rio Grande do Norte onde uma revolta indígena causava dificuldades às tropas coloniais.

Domingos Jorge Velho retornou aos Palmares em 1692 com sua tropa de mamelucos *paulistas*, encontrando a forte resistência dos aquilombados. Em carta de 15 de julho de 1694, “autografada de Domingos Jorge Velho”, escrita no Outeiro da Barriga, o paulista dava detalhes sobre sua gente: “[...] nossas tropas [...] não é de gente matriculada nos livros de Vossa Magestade nem obrigada por soldo nem por pão de munição.” Domingos Jorge Velho definiu a natureza e a forma que seus comandados eram “educados” para o ofício: “[...] Íamos ao sertão deste continente não a cativar [...] senão adquirir o tapuia gentil brabo e comedor de carne humana para reduzi-lo ao conhecimento da urbana humanidade e humana sociedade [...]”. O paulista finaliza detalhando a forma com que os ‘selvagens’ eram *domesticados* para plantio e colheita da terra. [ENNES, 1938: 204-207]

Domingos Jorge Velho que apresentava os indígenas como selvagens, não tinha prestígio com as classes dominantes pernambucas. Quando questionado a respeito do paulista, o bispo de Pernambuco frei Francisco de Lima, respondeu: “[...] é um dos maiores selvagens com quem tenho topado; quando se avistou comigo trouxe consigo um intérprete porque nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro (sic) Tapuia, a não ser quando se diz cristão.” [ALVES FILHO, 1988: 123]

Uma cerca construída sob comando de Zumbi, no mocambo do Macaco, fortalecia a defesa dos quilombolas. A defesa anteposta pelos palmarinos levou Jorge Velho à retirada. Somente em 1694 as tropas paulistas, compostas de oitocentos indígenas e 150 brancos, retornaram aos quilombos, agora providas de reforços e equipamentos de guerra enviados pela administração colonial. [PÉRET, 2002: 110]

O último suspiro

O ataque das tropas paulistas foi direcionado ao quilombo do Macaco, capital militar da confederação dos Palmares. A defesa do Macaco seria formada por paliçada tríplice de madeira com o reforço de pedras. Propõe-se que ela teria em torno de seis mil metros de diâmetro, o que é certamente um despropósito, pois o platô da Serra do Barriga não tem mais do que trezentos metros. Os registros dão conta de torres, baluartes e plataformas em cima dos portões. Todo um aparato que deixaria vestígios arqueológicos, jamais encontrados. A confederação dos quilombos de Palmares estava pronta para seu último suspiro. [FREITAS, 1984: 160-165]

As tropas chegaram abastecidas de munições e mantimentos. No geral, as forças luso-brasileiras eram formadas a partir do alistamento obrigatório de “homens pretos e forros”. De Olinda, Recife e arredores, chegaram três mil homens formados por brancos, mamelucos, índios e negros do Terço dos Henriques. O presídio de Recife foi esvaziado para compor a tropa, ficando os detentos sob o comando do capitão de infantaria Bartolomeu Simões da Fonseca.

Em Alagoas e Porto Calvo foram recrutados mais dois mil homens, estes sob o comando do sargento-mor Sebastião Dias Mineli. Das vilas de Penedo e São Miguel chegaram mais de mil e quinhentos homens. O exército somava, junto das forças de Domingos Jorge Velho, aproximadamente nove mil homens o que constituía um contingente superior ao utilizado pelos batavos na conquista da capitania. [FREITAS, 1984: 156-157] É possível que haja, igualmente, exagero nesse número. Um tal destacamento nas matas exigiria uma quantidade muito significativa de abastecimento. Em carne, no mínimo, 1.800 vacuns para um mês, a um vacuum para 150 homens, por dia!

Após semanas acampados nos arredores do Macaco, os assaltantes receberam seis canhões vindos do litoral, que causaram inevitavelmente graves estragos na paliçada palmarina. Os atacantes construíram uma contra-cerca, para se aproximarem das defesas dos quilombolas. [FREITAS, 1984: 160]

Uma luta inglória

A diferença era incontestável. De um lado tropas luso-pernambucanas pertencentes ao império colonial, e peça da divisão internacional do trabalho da época. Por outro lado uma formação de homens livres de estrutura e organização rudimentares tentando se inserir através de relações informais à divisão de trabalho da época. [MAESTRI, 1996: 33-44]

Foram 22 dias de cerco, que levaram os palmarinos a falta de munição e pólvora e, possivelmente, alimentos. Zumbi comandou o abandono do Macaco na noite de 5 para 6 de

fevereiro de 1694. Porém, foram descobertos e acabaram entrando em combate na beira do precipício, onde em torno de duas centenas de palmarinos caíram mortos. [PÉRET, 2002: 111-112] Tal número pode sugerir que as tropas palmarinas no momento do ataque fossem inferiores a mil combatentes o que demonstra a superioridade, inclusive numérica, das forças da capitania.

Pela manhã, Macaco era invadido e devastado. A expedição teria matado centenas de negros palmarinos e retornado com aproximadamente quinhentos prisioneiros, a maior parte composta deles, mulheres e crianças. [GOMES, 2005: 148] É crível que o último reduto palmarino contasse com menos de dois mil habitantes, entre adultos e crianças, homens e mulheres. Um população significativa, sobretudo se o cerco se manteve por quase um mês. Não temos até agora informação arqueológica certa sobre o reduto.

A aniquilação das forças palmarinas do Macaco significou o fim da guerra, ainda que as forças quilombolas não tenham sido exterminadas em sua totalidade. Outros quilombos foram localizados enquanto Zumbi, ferido, escapava, apoiado em pequeno número de quilombolas. [CARNEIRO, 2011: 123-126]

Zumbi, prisão e morte

Um dos homens de confiança de Zumbi, descrito como o “mulato”, lugar-tenente, foi preso em setembro de 1695. Provavelmente após ser torturado, entregou o paradeiro de Zumbi em troca da vida e liberdade. Zumbi foi encontrado junto a seis companheiros. Dos sete, apenas um foi capturado vivo. A morte se deu em 20 de novembro de 1695. Zumbi teve o sexo arrancado e enfiado à boca e a cabeça decepada e exposta no Recife até apodrecer, como exemplo para os cativos que o consideravam imortal.

1 PERÍODO COLONIAL

1.1 A INVASÃO HOLANDESA

A invasão holandesa no nordeste do Brasil colonial está diretamente ligada ao quadro político internacional da época. Em 1580, com a unificação da Península Ibérica pela casa real espanhola, quando da guerra da independência dos Países Baixos, romperam-se as boas relações de Portugal com a Holanda. Segundo o historiador marxista Ivan Alves Filho, os interesses do grupo mercantil espanhol entraram em contradição aberta com os dos burgueses de Amsterdã que, através da venda de produtos manufaturados aos países ibéricos, conseguiram desviar para si grande parte do ouro, da prata e dos produtos tropicais trazidos sobretudo das colônias americanas. [ALVES FILHO, 1988: 24].

Quando do conflito aberto entre Espanha e Países Baixos, buscando assaltar os navios de Felipe II, tanto de Portugal quanto da Espanha, e lançando-se em busca de especiarias na Índia, os batavos criaram, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) nos moldes da Companhia das Índias Orientais (OIC), de 1602. A Companhia tinha por objetivo principal o ataque e captura das possessões ibéricas e, sobretudo, de alguns portos escravistas africanos.

O Brasil passou a ser o grande alvo holandês, conforme relatório de 1633, de um alto funcionário da Companhia, estabelecido em Pernambuco: “Os açúcares do Brasil, enviados diretamente ao nosso país, custarão bem menos do que custam agora, pois que serão libertados dos dízimos e dos consideráveis direitos de entrada que sobre eles cobram em Portugal [...]” O funcionário justifica, de maneira mais clara: “[...] e desta forma destruiremos seu comércio de açúcar; os artigos europeus, tais como tecidos, panos, etc., poderão pela mesma razão ser fornecidos por nós ao Brasil muito mais barato [...]” [ALVES FILHO, 1988: 25].

Preparando a conquista de valiosos territórios americanos, a Companhia desarticulou a esquadra naval ibérica no Atlântico, para lançar-se em seguida à captura do território baiano, em 1624. Após enfrentarem forças locais lideradas por Matias de Albuquerque, maior dono de terras da capitania e novo governador local, e do bispo dom Marcos Teixeira, os batavos perderam o controle daquele território, um ano após conquistá-lo. Além de utilizar-se de táticas de guerrilha, a força combatente recebeu forte apoio de tropas vindas da Europa, compostas por 52 navios e mais de 12 mil homens, o que resultou na rendição batava em maio de 1625. [FAUSTO, 2012: 75].

A permanência anterior em solo nordestino facilitou a invasão de Pernambuco. O novo ataque iniciou em 1630, com a conquista da vila de Olinda. A partir deste episódio, a

conquista e fundação do Brasil Holandês pode ser dividida em três períodos: o primeiro, de 1630 a 1637, o da guerra de resistência que terminou com a vitória batava. O segundo, da gerência holandesa da capitania, entre 1637 e 1644, caracterizado por relativa paz e com importantes iniciativas políticas e administrativas de Maurício de Nassau (1604-1679), que governou a capitania. E o terceiro marcado por decadência, sobretudo administrativa.

Segundo Edison Carneiro, Maurício de Nassau inaugurou um período brilhante na dominação holandesa, ao menos para os senhores de engenho. Tentou resolver problemas de saúde *pública*, construiu um hospital, asilos de pobres e de órfãos *livres*, fundou uma biblioteca e um jardim botânico, garantiu a liberdade de religião e confiscou e pôs a funcionar os engenhos de fogo morto. [CARNEIRO, 2011: 55]. Para os negros escravizados, prosseguiu o eterno calvário.

Maurício de Nassau preocupou-se em costurar sólidas relações com a classe dominante, de extração lusitana, no afã de trazê-la para o lado do ocupante holandês. Ao possibilitar aos senhores-de-engenho a reaqusição, por um sistema de crédito, de seus antigos estabelecimentos, confiscados pela administração anterior, Nassau conquistou o apoio dos engenheiros luso-brasileiros da região; restabeleceu as finanças da Companhia; aumentou, ainda mais, a sua fortuna pessoal, visto que seu contrato previa a comissão de 2% sobre o total de transações realizadas na Colônia. [ALVES FILHO, 1988: 29].

Durante a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco e das regiões vizinhas e, sobretudo, quando da administração de Nassau, os batavos governaram de forma quase absoluta, do mesmo modo que os portugueses, não variando portanto a ordem colonial. Ivan Alves Filho lembra que foram os palmarinos os únicos que se opunham de fato à dominação batava. Com a guerra de ocupação e a desorganização da coerção sobre os escravizados, o poderio dos calhambolas aumentou de tal forma que uma Assembleia-Geral foi convocada, na presença de Nassau, para discutir a luta contra “os *salteadores* dos bosques”. [ALVES FILHO, 1988: 31].

Em 1644, o retorno de Maurício de Nassau à Europa marcou o início do terceiro período da dominação batava, já em claro declínio. Após o fim da dominação espanhola em Portugal, em 1640, o quadro político foi alterado e a permanência batava em solo pernambucano se complicou, com a sublevação dos senhores luso-pernambucanos. Questões como as derrotas nas duas batalhas de Guararapes, a crise enfrentada pela OIC e o início da guerra entre Inglaterra e Holanda, em 1652, tornaram escassos os recursos para operações militares no Brasil, levando os holandeses à capitulação em 1654. [FAUSTO, 2012]

1.2 OS AUTORES HOLANDESES

No período do Brasil Holandês não houve grande produção historiográfica ou literária sobre os quilombos palmarinos. Nesses anos, foram abundantes os relatos de viagens, de expedições e de entradas militares, tendo sempre como protagonistas seus capitães ou comandantes. Em tais obras, também não se encontram detalhes de fatos ou resgates biográficos relevantes sobre aqueles sucessos. Por outro lado, foi através destes primeiros relatos que a historiografia dessa região, em geral e, palmarina, em especial, começou a ser construída.

Os autores do período privilegiaram relatos que exaltavam os feitos dos batavos e de seus heróis; referiram-se às investidas aos quilombos como manutenção da ordem escravista. Os quilombos foram apontados como redutos da barbárie em oposição à evoluída *sociedade* pernambucana, vista como restrita aos homens livres, sobretudo proprietários.

Analisaremos a seguir as principais narrativas, diários e documentos do período que abordaram Palmares. Como os palmarinos não produziram documentos escritos, essas fontes de europeus e ‘pernambucanos’ constituam a quase totalidade dos registros sobre aqueles quilombos.

1.2.1 Rodolfo Baro

Salvo engano, a primeira expedição contra Palmares que se tem notícia foi liderada em 1644, pelo “intérprete de origem judaica, embaixador da Companhia das Índias Ocidentais” Roloux Baro. [FRANÇA & FERREIRA, 2012: 40]. Segundo Britt Dams, Rodolfo Baro era mais do que um simples “intérprete”. Com apenas seis *ou* sete anos de idade, embarcou em um navio holandês da Companhia, onde teria trabalhado na cozinha, como ajudante. Os navios foram destruídos pelos portugueses, mas Baro sobreviveu e foi provavelmente deixado na costa, onde teria crescido em uma tribo tupi. [DAMS, 2010: 34]

Pouco se sabe sobre a vida de Rodolfo Baro. Os relatos com que contamos apontam para a utilização de seus serviços, pela Companhia, para negociações e manutenção da paz com os *índios*. Para Pierre Moreau, Rodolfo Baro teria “convivido desde a sua juventude com os tapuias” e “sabia perfeitamente sua língua”. [MOREAU *apud* Albuquerque, 2006: 20]. Ou seja, ele teria funcionado como *língua* - isto é, intérprete e intermediário. Gonsalves de Mello propõe que Nassau pretendeu manter amizade com os *índios*. Segundo ele, Nassau teria

escolhido “um holandês de Amsterdã que se sentiu tão à vontade com os índios como Rabbi, mas sem a dureza e ferocidade deste: Roulox Baro.” [MELLO apud Albuquerque, 2006: 21].

Embora sejam poucas as informações biográficas a respeito de Rodolfo Baro, tratava-se certamente de importante ‘embaixador’ da Companhia, designado para a primeira expedição de Nassau aos Palmares. “Depois de enfrentar a resistência dos índios [...], Roulox Baro se envolveria na luta contra os quilombos, apontados como ‘uma grave ameaça para as populações e os bens dos moradores’.” “[...] após desistir de prosseguir no objetivo de ‘descobrir a zona situada para os lados do sertão, onde se diz existirem belas e ricas terras’, em função de terem os brasileiros se amotinado, ‘reuniu à sua gente uns cem tapuias e resolveu atacar o que ele chamou de Pequeno Palmares’.” [MELLO apud Albuquerque, 2006: 21-2]

Segundo o historiador rio-grandense Décio Freitas, em fins de janeiro de 1644, Nassau teria, efetivamente, enviado uma expedição para Palmares sob o comando de Baro. “[...] quase nada se sabe a respeito das operações de Baro, limitando-se as fontes holandesas a informar que passados alguns meses ele reapareceu em Recife anunciando haver dado morte a 100 negros e capturado 31.” O historiador rio-grandense ressalta a presença de indígenas entre os capturados, o que corrobora a informação de que os quilombos não eram habitados exclusivamente por africanos. [FREITAS, 1984: 56] A prisão de 31 quilombolas dimensiona melhor do que os propostos cem mortos o resultado obtido pela expedição.

Sobre o prosseguimento da vida de Rodolfo Baro, José Emanuel de Albuquerque informa: “Em 1644 foi autorizado a visitar a Holanda, onde se casou com Lobberich Wijbrantsdochter, em Amsterdã. Serviu à Companhia até 1648, ano em que pediu demissão. Baro realizou várias viagens ao ‘país dos tapuias’”. Para Albuquerque, após desligamento profissional, a “Companhia recusou seu pedido para se estabelecer como criador de gado [...], e seu falecimento teria ocorrido ainda em 1648, como parece indicar uma correspondência de 1650”. [ALBUQUERQUE, 2006: 35].

1.2.2 João Blaer

O capitão João Blaer, considerado um *especialista em guerra de emboscadas*, foi cura de Vreeswijk, aldeia da província de Utrecht, Holanda. [BLAER, 1902]. Blaer veio para o Brasil, em 1629, como capelão, em uma expedição de guerra. [FREITAS, 1984: 56] De 26 de fevereiro a 2 de abril de 1645, ele teria realizado uma expedição aos Palmares, com *sua gente*, “formada basicamente por índios e mestiços enquadrados por soldados e alguns oficiais

holandeses”, partindo e retornando de Alagoas do Sul - pequeno vilarejo fundado em 1611 com o nome de Vila Madalena e transformado em Comarca de Alagoas, em 1711. [Hoje, município de Deodoro da Fonseca.] Blaer comandou a expedição até 2 de março, sendo substituído por doença pelo tenente Jürgens Reijmbach. [ALVES FILHO, 1988: 34].

O *Diário* de sua expedição, de 1645, constitui-se em uma das primeiras fontes importantes para a análise dos quilombos palmarinos, ao registrar, sobretudo, os percalços enfrentados pela coluna na mata. Segundo o historiador Rômulo Luiz Xavier Nascimento, o *Diário* foi publicado, por primeira vez, em 1902, na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. [NASCIMENTO, 2014: 137].

Embora aquele documento registre o momento em que o capitão João Blaer foi substituído, não fica claro quem seria responsável pelos registros no *Diário*, visto que não há assinatura do autor na reprodução do documento.: “A 2 do dito mês [...] ficamos ali aquela noite e também o capitão João Blaer, *tendo caído mortalmente doente voltou* com cinco holandeses e doze índios, carregado para as Alagoas [...]” [CARNEIRO, 2011: 210] [destacamos].

Em 18 de março de 1645, a coluna chegou ao que denominou de “velho Palmares”, abandonado, registrando, sobretudo, suas características: “[...] tinha meia milha de comprimento [ou seja, oitocentos metros] e duas portas; a rua era da largura de uma braça [2,2 metros], havendo no centro duas cisternas; um pátio onde tinha estado a casa do seu rei era presentemente um grande largo no qual o rei fazia exercício com sua gente.” Não sabemos por que foi denominado de “velho Palmares”. Falava-se apenas à época que fora abandonado há certo tempo. Seguem sem respostas questões como os motivos do abandono, a possibilidade de expedições punitivas e a falta de informação por parte dos batedores da coluna. [GOMES, 2005: 92].

Segundo Flávio dos Santos Gomes, o relatório de João Blaer foi construído em partes, “tanto antes da expedição como bem depois” tendo de um lado as expectativas do que encontrariam “não com relação aos *palmaristas* propriamente ditos, mas sim sua estrutura social”. “Posteriormente as explicações sobre a expedição ganhavam informações de comentários [...] surgidos durante a própria jornada.” Flávio Gomes levanta a possibilidade da utilização, por parte de Blaer, de informações “conseguidas no ano anterior com a expedição de Rodolfo Baro, quando centenas [sic] de palmaristas foram capturados.” Outro fato que corrobora essa possibilidade é a chegada ao que chamaram de “outro Palmares”, que revelaria um destino, possivelmente, já conhecido. [GOMES, 2005:92-93]

O autor do *Diário* segue sua narrativa descrevendo o deslocamento da coluna: “[...] dali por diante marchamos por espaço de milha e meia [aproximadamente 2,5 km], sempre por dentro de roças ou plantações abandonadas, nas quais, porém, havia muitas pacovas [bananas] e canas com que matamos a fome; em uma destas roças acampamos e assamos pacovas.” [CARNEIRO, 2011: 214] A referência a “roças” e “plantações” sugerem plantações uni-familiares [roças] e de maior extensão [plantações], caso seja correta a tradução do holandês. A extensão das mesmas permitem hipotizar uma população algo significativa do “velho Palmares”. No dia 21, o *Diário* referiu-se a autoridade do chefe palmarino: “[...] o seu rei os governava com severa justiça, não permitindo feiticeiros entre a sua gente [...]” [CARNEIRO, 2011: 213]. Destaque-se que nenhuma sociedade africana permitia a existência de *feiticeiros*, ou seja, homens ou mulheres que se acreditava produzirem malefícios às comunidades.

O *Diário* foi um dos documentos que propôs existir *escravidão* em Palmares. Sua afirmação foi recolhida, mais tarde, originando na historiografia brasileira, nas últimas décadas, a proposta da existência de trabalhadores escravizados nos quilombos da região dos Palmares, levados para os quilombos contra suas vontades e explorados economicamente. O autor não estaria de todo errado, exceto pelo uso da categoria “escravidão”, que enseja a confusão da submissão conhecida pelo produtor direto na escravidão colonial [mercantil] com as formas domésticas de servidão africanas. A ‘escravidão’ em Palmares constituía-se possivelmente de servidão militar e doméstica. Para Ivan Alves Filho, isso só teria ocorrido após a ‘posse’ de Zumbi como comandante maior dos calhambolas, e não na época relatada pelo militar holandês. O que é uma contradição, pois a referência certamente aponta para relação social objetiva, designada por vocábulo impreciso.

Nos Palmares, não havia materialmente condições para a subsistência de relações escravistas propriamente ditas. A produção era predominantemente doméstica, não existindo trocas mercantis sistemáticas. A produtividade individual era baixa. Não havia condições nem sentido para que se produzisse produção excedente, com mão de obra escravizada, a ser comercializada, que justificasse os custos para a imposição da submissão dos escravizados - “gastos de vigilância”.

O caráter defensivo da formação social palmarina dificultada de *per se* escravidão plena, a não ser muito pontual. Tudo leva a crer que os ‘escravos’ em Palmares, na primeira etapa e em qualquer fase dos quilombos, além de não serem tratados de forma semelhante ao cativo colonial-mercantil, podiam superar essa condição servil, fato relatado pelo autor, mas sem a devida ênfase. Ou seja, era preferível ser *servo*, temporariamente ou não, em

Palmares, do que *escravo*, na sociedade escravista mercantil. [GORENDER, 1985; ALVES FILHO, 1988]

O capitão João Blaer, perito em guerras de emboscadas, e por tal motivo escolhido para liderar a expedição aos Palmares, seria um homem de extrema crueldade. Em *Palmares: a guerra dos escravos*, Décio Freitas anotou: “A expedição de Blaer constituíra um completo fracasso. Sequer conseguira avistar o inimigo. Este não se deixara ver, numa prefiguração da tática que por tanto tempo lhe permitiria desorientar e vencer as expedições dos senhores-de-escravos.” [FREITAS, 1985: 57]

Também em 1645, forças luso-brasileiras comandadas por André Vidal de Negreiros atacaram de surpresa o engenho Casa Forte e prenderam Blaer e seus mercenários, levando-os para a Bahia (centro de resistência aos holandeses). Blaer e os índios com ele aprisionados foram justicados pelos portugueses, impacientes por vingar a sua *desumanidade* nos combates, [CARNEIRO, 2011: 63] com correspondente *desumanidade*.

1.2.3 Joan Nieuhof

Joan Nieuhof, agente comercial da Companhia das Índias Ocidentais, foi um dos viajantes holandeses que se distinguiu pelos registros e narrativas de viagens, muito valorizados devido ao interesse dos europeus em relação sobretudo ao Novo Mundo, a África e o Oriente e seus povos. Após ter permanecido no Brasil por um decênio, Nieuhof empreendeu diversas viagens pelo Oriente, sendo considerado, em 1664, um dos principais agentes da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Entre 1655 e 1657, viajou cerca de 2 400 quilômetros, de Cantão até Pequim, na China, cujo relato fez dele um dos maiores escritores da época quanto aquele império. Nieuhof faleceu em Madagascar, em uma viagem ao interior, em busca de água.

Publicado em 1682, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* foi produto de suas experiências durante os dez anos (1640-1649) em que permaneceu no Brasil Holandês. Em pouco mais de duas páginas daquele relato, Joan Nieuhof referiu-se às características geográficas, populacionais, produtivas e religiosas de Palmares, ressaltando que “conservam os pretos alguma coisa do culto religioso dos portugueses, dispondo, porém, de sacerdotes e juízes próprios.” Embora tenha permanecido dez anos em solo pernambucano, o autor não citou em seu livro a organização, a hierarquia palmarina e nem os confrontos com as forças batavas. [NIEUHOF, 1682: 18]. Nesse sentido, ao menos para ele, os Palmares não se tratariam de fenômeno de maior importância para o Brasil Holandês.

Salvo engano, sua abordagem sobre Palmares destaca-se pelo pioneirismo, ao assinalar a existência de “dois Palmares”, diferenciados populacional e geograficamente, e pelo registro do caráter da servidão palmarina: “Os negros ocupam-se em roubar os escravos dos portugueses, aos quais mantêm no cativeiro até que se alforriem capturando outros.” [NIEUHOF, 1682: 18]. Destaque-se a afirmação positiva da possível alforria da servidão dos cativos levados à força para Palmares, pela captura de outro, em processo de fortalecimento dos quilombos. Tratava-se, portanto, tudo leva a crer, de servidão de sentido militar, com eventual tributos em trabalho – caça, pesca, plantação, etc. [informação verbal]. Destaque-se que não poucos historiadores, ao se referirem à *escravidão* palmarina, deixam de lado os condicionamentos postos pela documentação àquela eventual forma de subordinação. [PITA, 1730; RODRIGUES, 1905; ENNES, 1938]

1.2.4 Gaspar Barléu

Gaspar Barléu estudou teologia e foi clérigo antes de tornar-se professor de lógica na Universidade de Leiden, na atual província de Holanda do Sul. A partir de 1631, atuou no Ateneu de Amsterdã. Barléu trabalhou também como médico. Viveu em Caen, na França, algum tempo, tendo pregado em Nieuwe-Tonge, Holanda. Salvo engano, foi o terceiro autor holandês a registrar Palmares. Contratado pelo conde Maurício de Nassau para narrar seus feitos à frente da administração do Brasil Holandês, onde jamais viveu, Barléu deixa claras suas intenções na dedicatória do livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*: “Aqui vos ofereço, ilustríssimo Conde, [...] a vós, que, com insigne galhardia, defendestes e exaltastes a Holanda e enchestes a Espanha com a fama e o temor da guerra [...]”. [BARLÉU, 1647: IX]

Publicado em 1647, e traduzido para o português apenas em 1940, o livro dedica pouco mais de duas das suas quatrocentas páginas a Palmares, nas quais trata os quilombolas como um “inimigo interno” combatido por Nassau. Ele aborda a geografia palmarina e sua localização: “Estes são escondidos no meio das matas, às margens do rio Gungouí, afluente do célebre Paraíba. Distam de Alagoas vinte léguas e da Paraíba, para o norte, seis. Conforme se diz, contam seis mil habitantes [...]”. Ainda sobre as características de Palmares e, sobretudo, de seus aspectos produtivos, destacou: “Por trás dessas habitações há hortas e palmares. As produções da terra são os frutos das palmeiras, feijões, batatas doces, mandioca, milho, cana de açúcar. Por outro lado, o rio setentrional das Alagoas fornece peixes com fartura.”

Barleus finaliza: “Deleitam-se aqueles negros com a carne de animais silvestres, por não terem a dos domésticos. Duas vezes por ano, faz-se o plantio e a colheita do milho. Colhido este, descansam quatorze dias, entregando-se soltamente ao prazer.” Como era habitual, o autor enfatiza a *selvageria* dos palmarinos: “[...] para onde se dirigia uma aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas (sic), os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem (sic) as lavouras [...]” [BARLÉU, 1647: 253].

Teólogo protestante, Barleus cita a religiosidade dos palmarinos como sendo a mesma “dos portugueses”, o que denotaria certa “proximidade” ou “aceitação” cultural dos negros dos Palmares em relação à sociedade colonial luso-brasileira. [BARLÉU, 1647: 253] Ressalta em sua obra a existência de “espias” holandeses em meio aos palmarinos que, segundo ele, tinham como missão conquistar a confiança dos negros: “[...] ficar-lhes conhecendo os lugares e os modos de vida” e depois “atraiçoar os antigos companheiros e servir de chefe da presente expedição”. Décio Freitas lembrava que: “Não se sabe como esses espias se desempenharam de suas missões, mas é certo [sic] que não chefiaram qualquer expedição contra os palmarinos.” [FREITAS, 1985: 56] Não foram identificados nos arquivos holandeses eventuais relatórios dos “espias”, caso existam.

Por ter sido traduzido tardiamente, raras vezes seu livro foi citado na historiografia brasileira, sendo utilizado como fonte somente a partir de Nina Rodrigues em 1905.

1.3 A Restauração

Após a derrota e expulsão dos batavos, em 1654, houve para os palmarinos um período de fortalecimento, devido à fuga de mais cativos para os quilombos, quando da guerra de reconquista luso-brasileira. Com os engenhos despovoados de cativos devido à guerra, já em “fins de 1654, partiu contra os Palmares uma forte expedição, de seiscentos homens, organizada pelo governador de Pernambuco. Poucos foram os frutos obtidos. Apenas alguns cativos foram capturados. Nos anos seguintes, outras colunas, sob a responsabilidade da administração ou de engenheiros, não obtiveram melhores resultados. Sem alternativas, os plantadores reiniciaram a custosa importação de africanos.” Palmares viveu então possivelmente seus anos de ouro. Nesse interregno, teria havido grande expansão dos Palmares. [FREITAS, 1984:61].

Após a expulsão dos batavos, as atenções da Coroa e da classe dominante colonial, sobretudo dos senhores-de-engenho, estavam voltadas para a reconstrução da vida da Colônia.

O império lusitano havia sido reduzido durante a dominação espanhola, o que fazia, então, mais do que nunca, com que as possessões americanas se transformassem na principal fonte de renda da Metrópole. Como primeira medida, a Coroa isentou, por dez anos, o pagamento de dízimo de todos os engenhos que estivessem equipados “de todo o necessário para moer”. Entretanto, para obter a isenção, o proprietário passaria por uma vistoria do procurador das finanças da Capitania. [ALVES FILHO, 1988: 44].

A partir de 1660, a Coroa proibiu o comércio de produtos de consumo provenientes de navios estrangeiros nos portos da Colônia, acabando com o período de relativa liberdade comercial conhecido quando da dominação holandesa. Desde então, todos as mercadorias deviam ser embarcadas ou transportadas por navios portugueses, com o pagamento dos competentes direitos. A administração portuguesa fundara a *Companhia Privilegiada*, nos semelhança às companhias comerciais batavas e britânicas, sem a abertura ao livre comércio daquelas. A conjuntura de momento era de retomada do controle comercial exclusivista colonial por parte da atrasada metrópole lusitana, incapaz de produzir manufaturados. A produção de aguardente e de demais produtos similares passaram a ser interditas para que não existisse qualquer forma de concorrência aos vinhos e licores portugueses. Era o peso do tacho lusitano, nação já no pelotão traseiro das potências coloniais.

O poder das classes dominantes locais enfraqueceu-se igualmente com as medidas políticas implantadas pela Coroa, tais como as nomeações de governadores gerais, governadores de Capitânias e presidentes das câmaras municipais. A Coroa começou a restabelecer seu comando e, sobretudo, sua fonte de renda. No contexto da forte crise, foi igualmente forte o abandono de lusitanos do Reino, sobretudo para o Brasil. “Segundo os cálculos realizados pelo historiador Vitorino Magalhães Godinho, cerca de 60 mil portugueses deixaram o Reino entre 1580 e 1640, contra 120 mil entre 1640 e 1700.” [ALVES FILHO, 1988: 45].

Nas colônias americanas, e sobretudo em Pernambuco, devido à falta de trabalhadores escravizados nascida das fugas durante a guerra contra os holandeses, e a ausência de recursos para uma importação volumosa de trabalhadores escravizados, os “senhores pernambucanos voltaram seus olhos para os Palmares. Era necessário pacificar a capitania e por fim aos desmandos dos quilombolas. A destruição de Palmares permitiria o fácil aprisionamento de milhares de negros, esperava-se. Os engenhos, desprovidos de trabalhadores feitorizados, seriam repovoados, praticamente sem gastos, com os palmarinos capturados, propunha-se. A operação militar manteria ocupados os negros, brasis e brancos pobres que haviam lutado contra os holandeses e esperavam, de mãos vazias, as promessas feitas durante os combates.

Acreditava-se que das cinzas dos quilombos palmarinos reergueria-se a capitania pernambucana à antiga posição.” [MAESTRI, 2001: p. X.]

1.4. OS AUTORES PÓS RESTAURAÇÃO

Após a Restauração, em 1654, Palmares seguiu sendo objeto de relatos e narrativas por viajantes, militares, governantes e religiosos, sobretudo lusitanos. No final deste período, surgiram nomes como o de Antônio Vieira, Robert Southey e o padre Aires de Casal, mas foi, sobretudo, a partir de Rocha Pita (1730) que Palmares ganhou destaque e foi integrado definitivamente na historiografia sobre o Brasil. Os autores lusitanos do período imediatamente posterior à Restauração Pernambucana seguiram uma linha de relatos semelhantes aos batavos, sobretudo, no que diz respeito à exaltação de feitos administrativos e militares das classes dominantes lusitanas. Do ponto de vista historiográfico, é um período mais rico que o anterior, devido sobretudo à preservação da memória e dos feitos das classes dominantes portuguesas e o destaque aos quilombos dos Palmares em Rocha Pita.

1.4.1 Brito Freire

Após a Restauração Pernambucana, em 1654, um dos primeiros lusitanos a registrar os quilombos nas regiões de Palmares foi Francisco de Brito Freire (1625-1692), militar, fidalgo e administrador colonial que, após ter participado da guerra de *libertação*, governou a capitania de Pernambuco de 1661 a 1664, terminando recluso em cárcere ao desobedecer a ordens da Coroa. Em seu período de prisão, Brito Freire escreveu *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasilica: Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil*. [REIS, 2004: 28] Seu livro descrevia Palmares com a riqueza de quem organizara e participara de entradas militares contra os redutos palmarinos, durante sua administração local.

Segundo a historiadora Andressa dos Reis, o “peculiar desta obra foi abordar Palmares como estado organizado e respeitável, tanto pelo número de habitantes como por sua extensão territorial”, o que difere o autor dos cronistas holandeses que, em sua maioria, destacavam a *barbárie e selvageria* do Estado palmarino. A historiadora lembra ainda que, segundo o autor, as expedições militares em nada teriam sido benéficas para a Coroa, pois resumiram-se a aspectos punitivos, o que caracteriza discrepância com a necessidade de destruição descrita pelo próprio autor. [REIS, 2004: 41] Décio Freitas refere-se a Brito Freire: “O governador em

relatório à Coroa, cantou vitória: ‘os expedicionários queimaram muita quantidade de povoações com os mantimentos e lavouras de seus frutos’; acossados ‘muitos palmarinos morreram de fome e sede’, e muitos morreram ‘arcabuzados pelos nossos.’” [FREITAS, 1985:72]

Em *Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro* (2012), os historiadores Carvalho França e Alexandre Ferreira propõem que “a novidade do seu relato são os conselhos que dá às autoridades portuguesas no sentido de debelar, de uma vez por todas, aquela comunidade de pretos (sic) insurgentes e mesmo de dissuadi-los da rebeldia.” [FRANÇA & FERREIRA, 2012: 47] O que é muito pouco.

Em *Memorial dos Palmares*, trabalho parte da historiografia marxista, Ivan Alves Filho ressalta que “apenas dois meses após assumir o Governo, Francisco de Brito Freire propõe a criação de uma aldeia indígena ‘no distrito de Serinhaém para fazer oposição aos negros levantados que continuamente assaltam aqueles moradores’”. [ALVES FILHO, 1988: 50].

Brito Freire apresenta, portanto, plano para *solucionar o problema* palmarino, através do domínio do território. Ele propõe, igualmente, uma *saída* política para a contradição posta pelos quilombos palmarinos, com o oferecimento de uma espécie de anistia a alguns calhambolas. O plano consistia em cansar os palmarinos pela falta de mantimentos, persuadindo alguns à rendição, para que os demais pudessem se entregar sem o receio de serem escravizados, para viverem *livres* alistados no Terço dos Henriques. Essa milícia formada por soldados negros, comandada por seu fundador Henrique Dias, teve importante papel na expulsão dos holandeses. [MELLO, 2007; SANTOS, 1986]. Na época, dominaria ainda a preocupação quanto à defesa das possessões luso-americanas.

Segundo Alves Filho, Brito Freire teria proposto tal medida a partir dos insucessos de suas duas investidas contra Palmares, em 1661 e 1663. Na última – após o total fracasso, teria mandado degolar todos os prisioneiros palmarinos. [ALVES FILHO, 1988: 51]. Após perceber que o “inimigo interno” estava resistindo de maneira mais enérgica do que quando dos holandeses, teria mandado queimar o quilombo e exterminar todos os prisioneiros, mantendo vivos somente as crianças. No final de seu mandato, Francisco de Brito Freire admitiu que apesar dos planos, estratégias e investidas, o número de palmarinos “aumentava, ao invés de diminuir”. [ALVES FILHO, 1988: 52]

1.4.2 *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco*

De autoria anônima, o manuscrito *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678*, publicado na íntegra no livro de Edison Carneiro, foi encontrada pelo Conselheiro Drummond na Biblioteca de Évora e entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, por sua vez, publicou em sua revista (RIHGB) em 1859. Ele influenciou a historiografia somente a partir da monografia escrita por Pedro Paulino da Fonseca, que o utilizou como base de sua narrativa em 1876. [REIS, 2004: 29].

Conforme diz o título, constitui narrativa laudatória dos feitos do governador Pedro de Almeida (1630-1679) que governou a capitania de 1674 a 1678. Trata-se, porém, de um dos documentos mais valiosos e mais utilizados, ainda hoje, para análises e registros, sobretudo, quanto aos nomes e títulos de líderes e mocambos palmarinos. Embora de autoria desconhecida, a *Relação* foi um dos primeiros documentos-base da historiografia dos quilombos palmarinos. [ALVES FILHO, 1988]

Segundo Edison Carneiro – um dos maiores críticos da *Relação* – o documento está cheio de lapsos, pois teria havido 25 expedições contra os Palmares e o autor relaciona apenas vinte comandantes. A primeira *entrada* relacionada é de 1671, mas outros documentos estabelecem segundo Édison Carneiro, o ano de 1667. O manuscrito erra datas de *entradas* e distingue duas *entradas* que provavelmente, segundo Carneiro, foram uma só. A crítica de Carneiro não procede, já que se trata de documento da época, sem a possibilidade da exatidão histórica, que deve ser valorizado pelo que diz e, também, pelo que não diz.

O documento data em 1677 a primeira *entrada* de Fernão Carilho - entretanto, o capitão-mor declarara que penetrou os Palmares, pela primeira vez, no ano anterior. O documento traz a grafia do nome do líder palmarino como Zambi, quando todos os papéis oficiais da época dizem Zumby e, mais raramente, Zomby, [CARNEIRO, 2011:66] sendo o primeiro documento a falar de Zumbi.

Uma discordância que deve sugerir investigações documentais, fonológicas, etc., e não apenas ser vista como apenas um erro de transcrição. A obra destaca-se pela maior quantidade de informações sobre Palmares, em relação ao período holandês e lusitano. Uma das informações fundamentais é a relação dos nomes dos mocambos palmarinos, com suas devidas identificações e limites geográficos [*Relação* apud CARNEIRO, 2011: 158]. Nos fatos, a *Relação* é o primeiro documento a anotar o número, ano e comandantes das

expedições; as dificuldades das operações; etc., realizando uma verdadeira história daqueles sucessos, até a data de sua produção.

Embora haja exaltação dos feitos do governo local, o autor anônimo descreveu de forma minuciosa as dificuldades enfrentadas pelas tropas em locomoção pelos caminhos da serra da/do Barriga: “Com todas estas *entradas* ficaram as nossas povoações destruídas e os Palmares conservados, sendo a causa principal deste dano a dificuldade dos caminhos, a falta das águas, o descômodo dos soldados, porque, como são monstruosas as serras, infecundas as árvores [...]”. Ainda em relação aos percalços enfrentados, ressalta: “[...] os espinhos são infinitos, as ladeiras muito precipitadas e incapazes de carruagens para os mantimentos, com que é forçoso que cada soldado leve às costas a arma, a pólvora, balas, capote, farinha, água [...]” [*Relação* apud CARNEIRO, 2011: 163] Trata-se, portanto, de uma declaração-avaliação inestimável dos problemas logísticos postos pelo ataque por tropas lusitanas dos quilombos palmarinos. Décadas mais tarde, a superação dessa dificuldade, como veremos, levará à destruição da confederação dos quilombos de Palmares.

A *Relação* destaca a “colaboração” das vilas vizinhas, na troca de produtos com os palmarinos por artigos diversos, principalmente armas e munições, o que aumentava as dificuldades lusitanas de combate aos quilombos: “[...] e a vizinhança dos moradores os fez destros nas armas; usam hoje de todas, umas que fazem, outras que roubam, e as que compram são de fogo.” [*Relação* apud CARNEIRO, 2011: 159] Um outro registro de grande valor, já que lançava luz sobre as relações estabelecidas pelos quilombolas, nem sempre conflituosas, com as comunidades circunvizinhas.

O autor registrou a presença do *rei* Ganga Zumba e do respeito e temor que todos tinham por ele, definindo de forma “real” a sede onde ele habitava: “[...] habita a sua cidade real, que chamam o Macaco [...]. Esta é a metrópole entre as mais cidades e povoações [...]”. A denominação de rei para a maior autoridade dos Palmares era uma aproximação compreensível para a época, repetida mesmo por autores contemporâneos. O mesmo pode-se dizer da proposta de “Ganga Zumba” como antropônimo, e não como título palmarino, de origem angolana, Nganga-Nzumba, ou seja, Grande Senhor, em tradição livre.

O documento *Relação* ressalta – como já o fizeram os cronistas batavos – a existência de práticas religiosas próximas à cristã, inclusive com a presença de uma capela: “[...] a que recorrem em seus apertos” e “imagens a quem recomendam suas tensões”. [*Relação* apud CARNEIRO, 2011: 160]. As imagens do Menino Jesus, Nossa Senhora da Conceição e São Brás teriam sido encontradas quando da invasão do “Macaco”. É crível que não houve por parte do autor interesse em analisar a fé palmarina como oriunda de religiosidade própria ou

sincrética, destacando difícil permanência da fé cristã. Entretanto, é certamente um depoimento que registra o caráter sincrético da nova cultura palmarina, em relação à civilização lusitana e às africanas.

Em relação aos costumes e hábitos do *reino* palmarino, o autor destacou a existência da poligamia por parte dos líderes do quilombo, e da forma de vestir que seria a mesma “que observam entre nós”. Tal informação, se correta, dava ênfase aos privilégios concebidos aos líderes palmarinos. Ao longo do texto, que se preocupa com a informação sobre os quilombos, os quilombolas são tratados como o “inimigo de portas adentro”, que causava danos irreparáveis aos moradores das vilas adjacentes e, sobretudo, ameaçava a economia do Nordeste lusitano. [2011: 160] Trata-se de uma outra importante contribuição do documento, que apresenta, em forma consciente ou inconsciente, os palmarinos como *inimigos*, ao mesmo nível ou próximo, aos holandeses, franceses, ingleses ...

É na *Relação* que Zumbi é citado com destaque, quando de seu ferimento em combate: “[...] aqui se feriu com uma bala o general das armas, que chamava Zumbi, que quer dizer deus da guerra, negro de singular valor, grande ânimo e constância rara.” Mais uma vez, parece haver confusão entre o título Nzumbi, e o antropônimo, do quilombola que o portava. Entretanto, há registro claro da função militar do título e do valor do seu portador. O autor destaca não apenas o Zumbi, mas igualmente a estrutura e organização palmarinas, vista como um grande perigo para a capitania. [2011: 164]

Na parte final, o documento aborda o acordo proposto pela Coroa a Ganga Zumba, com detalhes para a recepção feita à comitiva dos palmarinos, em 1678. Dá por definitiva a paz na capitania, sem relatar os enfrentamentos internos de Palmares e o surgimento de Zumbi como autoridade máxima: “[...] foi o seu parecer que lhes dessem para a vivenda o sítio que eles apontassem e a paz para a sua habitação, e plantas; [...] e que o rei se recolhesse a habitar o lugar determinado; que fossem livres os nascidos nos Palmares.” O autor seguiu descrevendo o ritual do acordo: “[...] e reparando-se no Conselho [comitiva ‘real’ formada pelo ‘rei’ e seus súditos] se o rei Ganga-Zumba era poderoso para conduzir alguns corsários, que viviam distantes de suas cidades, respondeu o filho, que o rei conduziria a todos ao nosso domínio.” E ainda frisou: “[...] e quando algum por rebelde repugnasse a sua e nossa obediência, ele o conquistaria e daria guias para as nossas armas o desbaratarem.” [2011: 177]

A ausência de destaque da resistência comandada por Zumbi, após a negativa ao acordo de 1678, teve consequência na historiografia de Palmares, sobretudo no ensaio de Pedro Paulino da Fonseca para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1876). Este autor, cuja obra analisaremos mais adiante, dá por encerrada a epopéia

palmarina no referido acordo, gerando tendências a este respeito. Cabe frisar, que é em seu ensaio que a *Relação*, de tardia publicação, ganha a devida relevância.

O documento encerra-se com uma exaltação ao governador dom Pedro de Almeida, a quem foi dedicado: “[...] toda a felicidade desta glória, toda a glória desta conquista soube merecer o zelo generoso e a prudência singular de d. Pedro de Almeida [...] seu nome será eterno na lembrança dos filhos de Pernambuco [...]”. [*Relação* apud CARNEIRO, 2011: 178]. Apesar das críticas descabidas de Édison Carneiro, trata-se de documento de inestimado valor sobre as características dos quilombos da Serra da/do Barriga, sobre a organização militar, social, econômica e religiosa palmarina e, o que é totalmente novo, sobre a história política da confederação dos quilombos de Palmares, onde os protagonistas palmarinos são já referidos nos seus atos.

1.4.3 Rocha Pita

A principal ou primeira obra historiográfica propriamente dita do período colonial, referente ao Brasil, a abordar longamente os Palmares, foi produto da pena de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) - *História da América Portuguesa*, publicada em 1730, portanto, talvez meio século após a redação da *Relação*[...] e mais de quatro décadas após a destruição da confederação dos quilombos de Palmares. Uma obra escrita, portanto, quando aquela destruição era sucesso histórico ainda próximo, com muitos coevos ainda vivos.

Lusitano nascido em Salvador, no Brasil colonial, Rocha Pita estudou no Colégio dos jesuítas, naquela cidade, que se manteve de 1549 a 1760. Até 1561, o Colégio funcionou em casas e sedes provisórias, tendo expandido sua estrutura e organização a partir deste período. Foi ali que Rocha Pita conseguiu o grau de Mestre em Artes. Segundo José Honório Rodrigues, é duvidosa sua formação na Universidade de Coimbra. [RODRIGUES, 1979: 495]

Rocha Pita foi feito coronel das Ordenanças da Corte de Salvador, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Acadêmico na Academia Real da História Portuguesa de Lisboa e da Academia dos Esquecidos da Bahia. Em 30 de março de 1694, foi nomeado coronel, título atribuído a pessoas importantes pelo destaque, pela fortuna e pela ascendência. É importante sua correspondência com os governadores. [RODRIGUES, 1979: 495]

Rocha Pita faleceu em 1738. “Aos três dias do mês de novembro de 1738 faleceu da vida presente nesta matriz de S. Pedro da cidade o coronel Sebastião da Rocha Pita [...] em fé

da verdade me assinei, [...], o vigário Bernardo Pino Barreto.” [CALMON, 1952, In PITA, 1952: XIII]. O baiano foi ainda senador da Câmara de Salvador por diversos mandatos (1687, 1692, 1704, 1712 e 1721).

Embora escrevesse outras obras, seu mais importante livro é a *História da América Portuguesa*, que, publicado em 1730, criou tendência para toda uma época. Rocha Pita descreve o que chama de *América Portuguesa*, sempre louvando Portugal sem economizar nas críticas aos batavos e aos ‘brasileiros’. Está, portanto, muito distante de qualquer literatura *nativista*. Era quase apenas um cidadão lusitano, nascido no Novo Mundo. Segundo o historiador Roger Lee Pessoa de Jesus, a obra foi publicada, em 1730, por primeira vez, em Portugal, e, 1878, no Brasil, com uma nova edição, em 1880, igualmente em Portugal. No século 20, teria sido publicada “cerca de três vezes”. [JESUS, 2011: 142]

Uma obra contestada

A ideia de civilização de Rocha Pita estava diretamente atrelada aos valores das classes dominantes de Portugal e do Brasil colonial. Não é, portanto, de estranhar, que os palmarinos estivessem longe de seus padrões de aceitação. Em *História da história do Brasil: historiografia colonial*, José Honório Rodrigues critica veementemente a obra de Rocha Pita, embora destaque a sua real importância. Dentre as críticas, enfatiza que a obra sofre pela falta de consulta a documentos originais, o que, de certa forma, coloca em discussão suas afirmações e conceitos: “[...] por não ter visto todos os originais, fazendo a maior parte das cópias por informações [...]” [RODRIGUES, 1979: 496].

Em sua dissertação de mestrado, “Zumbi: historiografia e imagens”, Andressa dos Reis destaca também o fato de que, “muitos aludem à obra de Rocha Pita como portadora de inúmeros devaneios; isto se deve ao relato de alguns fatos, que por não possuírem respaldo documental, tornaram-se alvo dos historiadores posteriores”. [REIS, 2004: 35]. Não nos parece pertinentes tais restrições, já que o luso-baiano procedia segundo os padrões historiográficos frouxos de sua época, com objetivos bastante distintos dos contemporâneos.

A Academia Real Portuguesa encampou o livro provavelmente por seu valor intrínseco e por seu conteúdo notoriamente lusitano. Nele, apontam-se as características do território do possessões americanas, com duras críticas à *barbárie* dos povos *não civilizados* ou às heranças holandesas do tempo da invasão. Em relação a este fato, José Honório Rodrigues registra: “Se ela [a obra] fosse expurgada de tantas excrescências, o livro seria muito reduzido. A impressão que se tem é que escreveu um livro não para os brasileiros [sic], mas para Portugal, e por isso mesmo a Academia Real Portuguesa o encampou.” [RODRIGUES, 1979: 498].

José Honório Rodrigues incomoda-se porque os louvores e as exaltações são direcionados sempre a Portugal, não havendo palavras simpáticas aos movimentos *populares* brasileiros duramente condenados. Cremos que a obra deva ser tomada e avaliada em seu contexto, sobretudo sem exigências anacrônicas. Em inícios do século 18 não existia ainda em forma concreta espírito nativista *regional* entre as classes dominantes *regionais*, e muito menos espírito nativista brasileiro. Nessa época, em verdade, não existiam ainda brasileiros e o Brasil, por além de unidade sobretudo administrativa! Em verdade, se a obra fosse “expurgada” de suas “excrecências”, perderia fortemente seu valor, precisamente pelo depoimento que registra sobre a época e os valores das classes dominantes lusitanas, ao registrar as “tais excrecências”.

O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) fortalece igualmente as críticas anacrônicas lançadas contra o livro: “[...] era mais imaginativo que pensador, mais poeta e admirador do belo do que crítico, vassalo da razão e escravo das provas autênticas...” [VARNHAGEN, 1906 apud RODRIGUES, 1979:501]. José Honório Rodrigues vai além: “Conta boatos, maus prenúncios e lendas, numa mixórdia que é tudo, menos história. E até a invenção da pólvora merece um parágrafo especial.” [RODRIGUES, 1979: 498] Trata-se de outra crítica anacrônica, já que a historiografia como gênero não se encontrava ainda firmemente delimitada, quanto mais em Portugal. E lendas, boatos, imaginações, etc., a tal de “mixórdia”, constituem importantes contribuições aos historiadores contemporâneos.

No prefácio à edição de 1952, o historiador Pedro Calmon faz relevantes e ponderados elogios ao historiador lusitano: “Precisa ser lido e deve ser lido como um exemplo da literatura que ao seu tempo florescia e da arte, do ideal poético, das deformações estéticas, do gênio ‘barroco’ que nela se refletia.” [CALMON, 1952 In PITA, 1952: XI] Ou seja, na obra, temos que recuperar os procedimentos, os objetivos, os modismos, os sentidos de uma narrativa histórica e socialmente determinada, fundamental para a compreensão da época em que foi produzida. Em vez de avançar críticas rabugentas, temos que saber ler essa sempre importante produção.

Um exemplo, quando do episódio da Restauração Lusitana, Rocha Pita louva a aclamação de dom João IV (1604-1656) e não só desconhece os encargos e imposições da Coroa lusitana a proprietários e habitantes lusitanos da colônia, como declara que, com a vitória dos portugueses o *povo* viu crescer seu ânimo ao serem restituídos à sua antiga “liberdade e à *suave* obediência do apetecido domínio lusitano”. [RODRIGUES, 1979: 498]. Ao registrar que o *povo*, ou seja, as classes proprietárias, festejava o “suave” “domínio lusitano”, registra igualmente que haveria já aqueles que o definiriam, nem que fosse “entre

os dentes”, como um domínio “duro”. Rocha Pita deve ser lido como um historiógrafo do Estado lusitano, valorizado pelo que fez, sem críticas anacrônicas pelo que não fez explicitamente, que nos exige, não raras vezes, para ser vislumbrado, uma análise mais acurada.

Os Palmares de Rocha Pita

Apesar de todos os seus devaneios e imperfeições, definidos fortemente pela época, por suas intenções e por seus valores, a *História da América Portuguesa* coloca definitivamente Palmares na historiografia luso-portuguesa, trazendo mais tarde o debate às *academias*. Outras obras posteriores seguem a mesma linha daquele autor ou caracterizam-se por repetições de seus relatos. Nesse sentido, foi obra paradigmática.

Em seu artigo, “Do Singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos”, a historiadora Silvia Lara propõe que Palmares *precisou* fazer parte da obra de Rocha Pita devido à dificuldade para ter sido vencido. “A glória dessa vitória tornou-se, por isso, significativa para o olhar senhorial e metropolitano”. [LARA in REIS & GOMES, 1996: 83]

Sebastião da Rocha Pita defende a explicação culturalista para as fugas e rebeliões dos palmarinos. Para ele, devido ao trato *humano* que conheceria no cativeiro, o negro escravizado não tinha motivos para se rebelar e somente fugia dos padrões culturais do homem branco para, com sua rebelião e aquilombamento, retornar à *liberdade* da *barbárie* africana de origem: “[...] se congregaram quase quarenta negros [...] dispendo fugirem aos senhores de quem eram escravos, não por tiranias [...] mas por apetercerem viver isentos de qualquer domínio [...]”. Seguindo ainda nesta linha interpretativa, afirmava: “[...] estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens.” [PITA, 1952: 353]

Barbárie, naquele então, descrevia forma de civilização rudimentar, que não alcançava o estágio civilizacional cristão-europeu, paradigma máximo. Considerava-se, portanto, que havia graduações no processo civilizatório, como o próprio autor assinala. Para muitos autores, certos povos não estavam em condições de ascenderem à civilização plena. O retorno às tradições africanas seria retorno a níveis de pré-civilização ou de civilização, quando muito, parcial. A proposta de uma escravidão gentil, sem tirania e a explicação culturalista de Rocha Pita do fenômeno quilombola e palmarino teriam uma muito larga tradição na historiografia brasileira, mantendo-se até nossos dias. Um outro registro singular do valor de seu relato, como leituras e interpretações pioneiras, sejam quais forem seus conteúdos.

O historiador luso-baiano referia-se a Palmares como uma civilização organizada, porém “sem a especulação de Aristóteles e de Platão nas suas repúblicas escritas, nem as leis

promulgadas na de Atenas por Sólon, na de Lacedemónia ou Esparta por Licurgo, na de Creta ou Cândia por Minos, e nas de Roma, Cartago e Egipto [...], formaram nos Palmares uma república rústica e a seu modo bem ordenada” [PITA, 1952: 355]. Ou seja, se reconhece o estágio político da civilização palmarina, com instituições, autoridades e leis.

O autor destacou Zumbi, e, salvo engano, foi o pioneiro a interpretar o significado daquele termo, ainda que em sentido negativo (diabo), como título africano, e não como nome próprio. Para Rocha Pita os palmarinos “elegiam por seu príncipe, com o nome de Zombi (que no seu idioma vale o mesmo que diabo)”. [PITA, 1952: 355] Ou seja, davam ao eleito o nome [título] de Zombi. Somente com Nina Rodrigues, em 1905, a grafia evoluiu de “Zambi” para “Zumbi”, sem qualquer certeza que seja a mais próxima do étimo afro-brasílico. A denominação de *príncipe*, com o sentido tendencioso de “diabo” inspira-se na hierarquia monárquica e na religiosidade católica. Conforme visto, a *Relação* de 1678 traduz “zumbi” como “deus da guerra” e não como “diabo”. [RODRIGUES, 1905: 254] De origem angolana, o título era possivelmente N’zambi ou N’zumbi, com as corruptelas devidas à dificuldade dos lusitanos de pronunciarem o encontro consonantal.¹

Embora repetisse alguns registros da *expedição de Blaer*, Rocha Pita foi um dos primeiros a abordar em forma enfática a “existência” de *escravos* em Palmares, desconsiderando as condições econômicas do quilombo em nada compatíveis com a prática escravista colonial, já que não existiam relações mercantis ampliadas, que justificassem a produção de excedentes em forma ininterrupta, como proposto. [MAESTRI *in* PÉRET, 2002: 66.]: “Aos escravos que por vontade se lhes iam juntar, concediam viverem em liberdade; os que tomavam por força ficavam cativos e podiam ser vendidos [sic].” [PITA, 1952: 355].

O autor não considerou o fato de que os africanos escravizados chegados por livre e espontânea vontade em Palmares eram recebidos como membros plenos dos quilombos, enquanto que os trazidos à força eram colocados em “cativeiro” para que pudessem ser vigiados, impedindo desta forma que delatassem a existência e os caminhos de Palmares. Como vimos, ao capturarem outro cativo e o trazerem para os Palmares, assumiam status pleno. O que quer dizer que participavam das operações militares palmarinas, algo estranho a um trabalhador escravizado colonial.

É importante lembrar que Rocha Pita era um intelectual orgânico, no sentido gramsciano, do poder absolutista lusitano e, portanto, defensor do monopólio colonial e do escravismo. É, portanto, quase redundância, a apresentação de José Honório Rodrigues de

¹ Depoimento de Mário Maestri, ao autor, tomado em Informação oral em 10 de setembro de 2015, em sua residência em Porto Alegre.

seus *atributos*: “Ele é anti-índio, anti-negro, pró-escravidão, anti-judeus, anti-paulista, anti-Brasil [sic], Pró-Portugal. É um colonialista [sic] empedernido [...] despojando-se da essência do caráter nacional. [sic]” [RODRIGUES, 1979: 498] Destaque-se que, naquele então, existia um Estado colonial e um Estado monárquico e jamais um Estado nacional.

Rocha Pita cita a presença de comércio entre Palmares e as vilas adjacentes, propondo tal prática devido à necessidade dos proprietários pernambucanos de evitar *danos* nascidos de possíveis *invasões* dos palmarinos. É interessante a afirmação de Caetano de Melo e Castro, de 1694, em carta à Coroa lusitana, na qual dava a notícia do “feliz sucesso” que teve na destruição de Palmares e destacava os problemas postos aos moradores das adjacências pelos paulistas de Jorge Velho. “[...] paulistas que como gente bárbara indômita vive do que rouba [...]”. E segue na carta: “[...] não julgo será útil ao Real serviço de Vossa Majestade que aquela gente fique fazendo sua morada nos Palmares porque experimentarão as Capitânicas vizinhas maior dano em seus gados e fazendas que aquele que lhe faziam os mesmos negros levantados [...]” [ENNES, 1938: 197-198] Com a destruição dos Palmares, acirrava-se a luta pelas terras conquistadas.

Outra contribuição de Rocha Pita foi a descrição da *fortaleza* do Cerco Real de Macaco, com suas possíveis coordenadas: “Estão os Palmares em altura de nove graus do norte, no terrestre continente das vilas do Porto Calvo e das Alagoas em quase igual distância de ambas, porém mais próximos à primeira.”. Quanto às características do reduto do Macaco, Rocha Pita registra: “Compreendia mais de uma légua [6,6 km] a sua povoação, cuja muralha era uma estacada de duas ordens de paus altos, lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis e grossos que há naqueles grandes matos [...]” “Tinha a circunvalação três portas da mesma fortíssima madeira, [...] e cada uma guardada por um dos seus capitães de maior suposição, e mais de duzentos soldados no tempo de paz, porém nesta guerra guarnecidas todas do maior poder das suas forças.” [PITA, 1952: 359] A guarda do quilombo seria, portanto, no mínimo, de seiscentos homens em armas, se não houve exagero.

Essa descrição nos coloca ingentes problemas. O platô, na serra da/do Barriga, onde se acredita que se encontrasse o reduto real do Macaco, possui dimensão significativamente inferiores a uma légua, ou seja, seis mil e seiscentos metros, aos quais se deveria ajuntar o terreno exterior à estacada. O que pode sugerir que a dimensão do derradeiro quilombo palmarino fosse muito menor ou que não fosse aquela a sua localização. Destaque-se que os levantamentos arqueológicos locais jamais se depararam com vestígios da poderosa “estacada de duas ordens de paus altos”. [FUNARI In REIS & GOMES, 1996; FUNARI & CARVALHO, 2005.]

Um dos lapsos historiográficos mais notórios de Rocha Pita foi a forma como a morte de Zumbi foi relatada. Embora tenha sido o pioneiro no destaque de tal fato, o fim “poético” do líder palmarino, jogando-se de penhasco, gerou inúmeras repetições em obras posteriores, fazendo inclusive com que Nina Rodrigues (1905), em uma época onde os documentos já eram conhecidos, optasse não pela morte real, em uma surpresa, documentada, mas pela dramática e poética, relatada por Rocha Pita. [RODRIGUES, 1905: 251] Destaque-se a importância do trágico e do épico para narrativa *historiográfica* da época de Rocha Pita.

Em seu livro *Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro*, Carvalho França e Alexandre Ferreira ressaltam: “Somente Pita aventurou-se a tecer considerações mais detidas acerca do tema [...] como o hábito dos quilombolas de seqüestrar negras e mulatas escravas, de roubar e saquear [...]” [FRANÇA & FERREIRA, 2012: 55]. Destaque-se que, tais termos, *sequestro*, *roubo*, *saque*, eram compreensível na pena de um ideólogo do Estado colonial lusitano, no século 18, mas pouco aceitável em narrativa de historiadores, no Brasil do século 21, necessariamente conscientes do caráter performativo e ideológico da língua. [CARBONI & MAESTRI, 2012: 151 Pp.].

A ação ativa e a *violência* contra a sociedade colonial escravista era ação defensiva, forma e recurso inevitáveis e necessários para a manutenção da liberdade. Em termos contemporâneos, era expressão da luta de classes entre escravizadores e escravizados e, de certa forma, do confronto ininterrupto entre a *nação* negra rústica, nas palavras de Rocha Pita, contra o Estado agressor luso-brasileiro.

Sebastião da Rocha Pita concluiu a narrativa sobre Palmares em sua obra da mesma forma com que iniciou, exaltando a Coroa lusitana na figura do governador local: “[...] Este fim tão útil como glorioso teve a guerra que fizemos aos negros dos Palmares, devendo [...] ao valor e zelo com que Caetano de Melo de Castro governou a província de Pernambuco [...]”. [PITA, 1952:363-364]

Os méritos de *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita são enormes e a obra deve ser analisada no contexto de sua produção e do caráter da *historiografia* do autor, própria a sua época. Em resumo, suas narrativas sobre Palmares levantaram uma série de discussões, avançaram o conhecimento em alguns pontos, alimentaram o imaginário de outros autores do período colonial e imperial do Brasil.

1.4.4 Padre Antônio Vieira

O padre Antônio Vieira (1608-1697) nasceu em Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608, entrando para a Companhia de Jesus, em 1623. Foi, desde cedo, “pregoeiro, conselheiro real, missionário, consolador de negros cativos e defensor de judeus oprimidos”. Pregou em múltiplos lugares, com destaque para a Colônia, Metrópole e Roma. Viajou várias vezes pelo Atlântico, compôs catecismos em línguas indígenas e sermões reais. Foi, um homem de grande erudição e destaque político, junto à Coroa de Portugal. [BITTAR & FERREIRA JR: 2003]

Escrevendo sua primeira crônica da Companhia, aos 18 anos (Carta Ânua, 1626), e dizendo seu primeiro sermão aos 25, tornou-se uma das figuras públicas mais importantes da política e da cultura portuguesa. A revolução palaciana que deu poder a dom Pedro II, em 1662, acabou por reduzir suas forças políticas, sendo encarcerado pela Inquisição (1665-1668). Restabelecido, nunca mais retornou à influência anterior. Em 1681, voltou ao Brasil, após 40 anos de ausência, onde viveu seus últimos dezessete anos, falecendo em 18 de julho de 1697. [RODRIGUES, 1979: 475; VILELA, 1997; VAINFAS, 2011]

Padre Antônio Vieira não foi, e em momento algum pretendeu ser, historiador. “Dando sempre de rosto com a vida, encarando-a de frente, participando de sua produção, Vieira não amou escrever história, mas sim fazê-la. Para ele, a história é pragmática: toda história é mestra da vida e as leis com que deve ser praticada são a verdade da narração e ordem dos sucessos [...]” [RODRIGUES, 1979: 484] Ainda sobre os historiadores e seu ofício, disse Antônio Vieira: “[...] que historiador há de tão limpo coração e tão inteiro amator da verdade que o não incline só o respeito, a lisonja, a vingança, o ódio, o amor, ou da sua ou da alheia Nação, ou do seu estranho Príncipe?”. [RODRIGUES, 1979: 487]

Homem de finanças, economia e política – além de religioso – viveu no Brasil no período da Restauração Portuguesa [1640], sendo peça importante na manutenção da ordem e, sobretudo, da organização colonial. O envolvimento de Vieira diretamente nas questões políticas da Colônia é registrado por inúmeras cartas com pedidos de conselhos e sugestões, visto que se tratava de um homem brilhante. Homem “do seu tempo” e de sua classe, esforçava-se para defender os interesses escravistas das classes dominantes luso-brasileiras.

Segundo o escritor Orlando Neves (1935-2005), em seu *Padre Antônio Vieira: Dossiê temático* dirigido às escolas, o rei lusitano, em 1642, em decorrência das despesas da guerra, lançou novos impostos, o que desagradou às classes populares que passaram a exigir que a nobreza e o clero contribuíssem em igual proporção. Dom João 4º convidou Vieira a proferir

um sermão abordando a questão dos tributos. Assim, com sua oratória, o padre profere um dos sermões de Santo Antonio, na Igreja das Chagas de Lisboa, apaziguando o conflito em favor da coroa. A partir daí, o jesuíta passa a opinar nas decisões reais, sendo nomeado pregador régio [NEVES, 2010: 12].

Padre Vieira, escravidão e Palmares

Em fins do século 17, o secretário geral do soberano português, Roque Monteiro Paim, escreve a Vieira pedindo sua opinião sobre um padre que teria solicitado autorização para ir à Palmares convencer os palmarinos a assinarem um acordo de paz com as autoridades. Vieira escreveu longa carta ao secretário, dando seus motivos para que tal autorização fosse negada. Para Vieira, um padre correria imensos riscos junto aos palmarinos, e antes de tecer seus motivos, referiu-se ao sacerdote em questão: “[...] é um religioso italiano de não muitos anos, e, posto que de bom espírito e fervoroso, de pouca ou nenhuma experiência nestas matérias.” Segue Vieira: “[...] já outro de maior capacidade teve o mesmo pensamento, e posto em consulta julgaram todos ser impossível e inútil por muitas razões [...].”

Padre Vieira deu cinco motivos para sua negativa em relação a tentativa de um padre convencer os palmarinos a assinarem a paz. Para Vieira, o primeiro motivo seria o fato de que, caso fosse possível, teria que ser feito por padre natural de Angola, visto que haveria a identificação de *pátria e língua*. O segundo motivo era o de descrença inclusive em relação a padres angolanos. Lembrou Vieira: “[...] até deles, neste particular se não hão de fiar por nenhum modo, suspeitando e crendo sempre que são espias dos governadores, para os avisarem secretamente de como podem ser conquistados.” O terceiro motivo, relacionado ao segundo, era o temor que tal padre fosse assassinado na menor desconfiança. Nos últimos motivos, Vieira deixa evidente que considerava um pecado a revolta dos cativos contra a ordem escravista: “[...] porque sendo rebeldes e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer.” [ALVES FILHO, 1988: 134]. Ou seja, ele transformava a fé em homem-do-mato: ela devia obrigar os fujões a se restituírem aos seus escravizadores!

Antônio Vieira era representante da classe dominante portuguesa, principal “fornecedora” de jovens de fé e importante ferramenta de manutenção do status quo. Vieira fez parte da Companhia de Jesus, que por sua vez, era proprietária de trabalhadores escravizados, o que deixa claro os motivos mais próximos, embora ocultos e não centrais, da sua pregação em favor da escravidão.

Embora militasse e pregasse contra a escravidão indígena, Antônio Vieira era um homem de seu tempo e de sua classe, o que, conforme vimos, determinava que obrasse em defesa dos desígnios e objetivos da Coroa. A exploração do trabalho escravizado era uma das formas das classes dominantes manterem seu status e, sobretudo, o sucesso da colonização. Utilizando-se de discursos didáticos, Vieira sempre que pregou (para os escravizados) utilizou metáforas e parábolas bíblicas no afã de confortá-los na escravidão. Em verdade, tais sermões eram dirigidos mais aos escravizadores do que aos anunciados destinatários. Convenciam-nos da legalidade e moralidade da opressão que exerciam. [MAESTRI, 2015: 11]

Padre Antônio Vieira, por diversas vezes em seus sermões, em especial nos de número 14 e 20, comparou os trabalhadores escravizados à figura de Cristo, utilizando-se assim, novamente, de retórica para pregar a resignação, aos cativos, e justificar a escravidão, aos escravistas: “Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado [...]. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência também terá merecimento de martírio.” [VIEIRA, Sermão XIV: 309]

Em *O trato dos Viventes*, o historiador Luiz Felipe de Alencastro ressalta: “Padre Vieira interpreta o tráfico negroiro como um grande milagre de Nossa Senhora do Rosário: extraídos da África *pagã*, os negros podiam ser *salvos* para Cristo no Brasil católico.” Essa era uma das apologias tradicionais do tráfico negroiro: que importava perder a liberdade *civil*, se ganhavam a libertação *espiritual*. [ALENCASTRO, 2000: 53].

Segundo o historiador Magno Vilela, Vieira se manifestou algumas vezes a respeito de Palmares, visto que pregou na Bahia, quando se sucediam os sucessos palmarinos na capitania de Pernambuco. Em uma de suas principais manifestações a respeito dos quilombos palmarinos disse: “Esta liberdade assim considerada seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido ficar livres [...], cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos palmares [...]” [VILELA, 1997: 170]

1.4.5 Padre Aires de Casal

O padre Aires de Casal publicou sua obra no final do período colonial, no *Período Joanino*, que compreende os treze anos de permanência de dom João 6º no Brasil (1808-1821). Neste momento, o Brasil alcançara à condição de “Reino Unido” junto de Portugal e Algarves (1815), superando, assim, institucionalmente, o sistema colonial sem, porém, livrar-

se do absolutismo lusitano, o que ocorreria, parcialmente, em 1822, e totalmente, em 1831. [FERNANDES *et al.*, 2013].

Aires de Casal (1754-1821) nasceu em Pedrógão, Portugal. Foi sacerdote, escritor, geógrafo e historiador. Chegou ao Brasil com 42 anos, exercendo o cargo de Capelão da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1796). Depois seguiu para o Nordeste, na função de presbítero secular do Gram Priorado do Crato, na então província do Ceará (1815). Casal faleceu aos 67 anos de idade, em Portugal. [FERNANDES *et al.*, 2013].

Aires de Casal escreveu a primeira obra especificamente de geografia e história publicada no Rio de Janeiro: *Corografia Brasílica ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil (1817)*. A *Corografia* foi a primeira obra a transcrever, impressa, a Carta de Pero Vaz de Caminha. Tratava-se de obra de descrição territorial, com características de “compilação” de documentos e textos, para apresentar um panorama geral do Brasil ao rei, chegado ao país em 1808, a quem a obra era dedicada. O livro foi dividido em dois volumes, fazendo uma descrição de todo o país, relacionando cada província e suas características histórico-geográficas.

Os quilombos de Palmares

Aires de Casal provavelmente não viajou pelas províncias descritas no livro. Em sua obra *A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal*, de 1955, Caio Prado Júnior resalta que, para falar dos indígenas, Casal utilizou texto de 1571, de autoria de Jerônimo Osório, que nunca esteve no Brasil. Ele dedicou duas páginas à confederação dos quilombos de Palmares, trazendo informações relevantes, porém, na maioria, repetições de obras anteriores, sobretudo de Rocha Pita (1730).

O autor se deteve na descrição das características físicas do território do Brasil, inclusive das regiões de Palmares. Esta característica deveu-se de ter sido trabalho mais geográfico do que historiográfico. Sobre a serra da Barriga, propôs: “A serra do Barriga, sobre a qual se formam freqüentes trovoadas, fica obra de quatro léguas afastada da via de Anadia e vinte do mar.” Segue o autor: “Os estouros, com que assusta a gente da circunvizinhança, indicam haver nela minerais.” [CASAL, 1945:120]. Destaque-se a denominação *do* e não *da* Barriga, abandonada mais recentemente pela historiografia.

Descrevendo o princípio dos quilombos nas regiões de Palmares, padre Aires de Casal destacou: “[...] na sua falda oriental estava o fatal Quilombo dos Palmares, começado por quarenta negros de Guiné, na ocasião do desembarque dos holandeses em Pernambuco.” [CASAL, 1945: 120]. A proposta de origem dos quilombos palmarinos, a partir da fuga de

quarenta negros de Guiné, foi, salvo engano, apresentada originalmente por Rocha Pita (1730) e replicada por outros historiadores, como Nina Rodrigues (1905) e Ernesto Ennes (1938).

A este respeito, o historiador Rômulo Luiz Xavier Nascimento, em *Palmares: os escravos contra o poder colonial*, destaca: “Sebastião da Rocha Pita, [...] e alguns outros autores sustentaram que uma dessas fugas, envolvendo 40 negros, teria dado início aos primeiros mocambos, localizados próximos à vila de Porto Calvo, no sul da capitania de Pernambuco.” [NASCIMENTO, 2014: 39] Veremos que, desde muito anos antes, a região dos Palmares abrigava pequenos redutos de cativos fugidos.

O padre Aires de Casal comete alguns equívocos ao afirmar que o nome “Palmares” seria devido às palmeiras que os negros “plantaram” ao seu redor, e não devido ao grande número de árvores nativas desta espécie. O outro equívoco fica por conta de sua visão que considerava o quilombo do Macaco como sendo a totalidade dos Palmares. Em relação à cerca real do Macaco, repetiu os relatos dos primeiros viajantes: “[...] era murada com duas ordens de estacadas de troncos grossos, altos, dos mais rijos e duráveis, que se conheciam no país [...]”. Propõe ainda a quantidade de vinte mil habitantes e que “metade deles capazes de pegar em armas”, número superlativo apresentado, salvo engano, por primeira vez, por Rocha Pita. [CASAL, 1945: 120; PITA, 1730].

Ainda em relação às características “do quilombo”, o autor utiliza-se da obra de Rocha Pita para tratar da organização do quilombo do Macaco, último reduto palmarino, e, sobretudo, da existência de hierarquia em Palmares: “O chefe intitulado Zumbé (sic), tinha seu palácio mui distinto das casas dos vassalos, que eram pelo *modelo* das dos africanos. Sempre se elegia o mais valoroso, e sagaz.” Nota-se o *erro* de grafia para o nome do líder palmarino, a identificação das casas do quilombo como de “modelo” africano e a eleição do comandante militar. [CASAL, 1945: 121].

Em relação à existência de *escravos* em Palmares, Aires de Casal registra: “Aos escravos, que se lhes agregavam, concediam imediatamente liberdade: os apanhados por força ficavam cativos: os primeiros tinham a pena de morte, se fugiam, e eram agarrados, castigo que não experimentavam os trãnsfugas, que haviam sido represados.” [CASAL, 1945: 121].

Casal finaliza seus relatos e descrições a respeito de Palmares citando o comércio de palmarinos com os povos vizinhos e registrando a existência de “mocambos” nos arredores de Palmares, que, segundo o autor, eram comandados por soldados palmaristas veteranos. Ressalta a dificuldade de combate à confederação dos quilombos de Palmares por parte de tropas portuguesas e cita 1697 como o final do quilombo, ou seja, dois anos após a morte de Zumbi: “Deu muito em que cuidar esta colônia fatal por espaço de sessenta e sete anos; e não

custou pouco a um exército de quase oito mil homens [sic], por muitas semanas, a sua extinção, no ano de mil seiscentos e noventa e sete.” [CASAL, 1945: 121].

Mesmo telegráfica, a inclusão de Aires Casal da confederação dos quilombos de Palmares em sua obra registrava a consagração daqueles sucessos como parte dos temas históricos considerados determinantes da história colonial do Brasil, um fenômeno devido certamente à importância daqueles sucessos e, também, ao caráter paradigmático da obra de Rocha Pita.

1.4.6 Robert Southey

Robert Southey (1774-1843) nasceu em Bristol, na Inglaterra. Não tendo aptidão para dirigir os negócios do pai ou para a carreira eclesiástica, foi matriculado, aos treze anos, na Westminster School, de onde foi expulso por participar da confecção de um jornal satírico que tinha por objetivo criticar mestres da escola. Segundo Brasil Bandecchi, no prefácio da obra de Southey (1977), antes de vir a ser historiador, Southey foi grande prosador e poeta notável. Seu tio materno, reverendo Herbert Hill, pastor anglicano, levou Southey para Lisboa, onde o historiador iniciou, sem concluir uma “História de Portugal”, mas que serviu de base para seu livro sobre o Brasil. [BANDECCHI, 1977 apud SOUTHEY, 1977: 9]

De 1810 a 1819, Southey lançou sua *História do Brasil*, sendo a primeira obra de análise geral de nossa história, já de sentido exclusivamente historiográfico, abrangendo do descobrimento até a chegada da família imperial. Naqueles anos, o Brasil se escancarava ao comércio inglês. Dentre os inúmeros elogios a sua obra, destaca-se o de Nelson Werneck Sodré em *O que se deve ler para conhecer o Brasil*: “Um dos seus grandes méritos está em não se ter deixado fascinar pela tradição oficial, particularmente quanto à obra dos jesuítas, mantendo julgamento próprio, estabelecendo critérios de discriminação diversos daqueles habitualmente adotados.” [SODRÉ, 1977: 9-16]

Palmares

Robert Southey dedicou pouco mais de trinta linhas para analisar os quilombos palmarinos, e o fez repetindo obras anteriores. Sua obra foi escrita em Portugal e na Inglaterra, onde fez uso de documentos que chegaram até ele. Para Robert Southey, assim como visto em Aires de Casal, os palmarinos escolheram a serra da/do Barriga pela semelhança com o cenário de seu próprio país. Tratava-se de generalização sobre o continente africano e sobre os palmarinos, oriundos de diversas regiões, e apreciação de territórios que o autor pouca informação tinha. Utilizando como base a narrativa de Brito Freire, Southey

“*orçava* em trinta mil habitantes a população dos Palmares.” Ou seja, de todos os quilombos da região. [SOUTHEY, 1977: 361] Destaque-se que, mesmo vinte mil constituía realidade demográfica impressionante para a segunda metade do século 17.

Robert Southey ressalta as festividades dos palmarinos quando das colheitas, em especial do milho, e registra que “conservava ainda esta gente alguns resquícios de cristianismo [...]”. O historiador britânico destaca práticas dos palmarinos, como danças e *beberagens* que, segundo ele, ocasionariam uma “inversão dos hábitos”, visto que deitavam tarde para acordarem por volta das “nove ou dez horas da manhã”. Do ponto de vista de homem culto inglês, em plena revolução manufatureira de inícios do século 19, ou do engenheiro pernambucano, do Seiscentos, era uma indecência que homem em idade produtiva perdessem em danças tempo que podiam dedicar à produção, para outrem, é claro. Quanto aos enfrentamentos entre palmarinos e colonos, Southey ressalta que causavam mais danos que recebiam, visto que levavam à destruição aos estabelecimentos mais próximos. [SOUTHEY, 1977: 361]

Se por um lado a obra de Southey possui estimado valor, no que diz respeito à Palmares não passou de narrativas curtas, permeadas de repetições, com os preconceitos e estereótipos tradicionais acerca dos habitantes da serra da/do Barriga. Sua obra encerrou a historiografia de Palmares no período colonial e joanino.

2 PERÍODO IMPERIAL

2.1 OS AUTORES DO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO

Os autores do período imperial brasileiro pouco se interessaram - desde o ponto de vista histórico - pelos aquilombamentos e movimentos de resistência dos escravos em geral. Um fenômeno, entretanto, que as autoridades deviam se ocupar no dia a dia. Porém, é deste período a significativa publicação do documento *Relação [...]*, como já vimos, e a transcrição de diversas fontes primárias sobre Palmares, trabalho este realizado pelos Institutos Históricos e Geográficos - difusores da historiografia no período.

O esquecimento, ou o que Rômulo Xavier Nascimento chamou de “miopia dos primeiros historiadores” para com Palmares, marcou o período. Obras significativas como a de Francisco Adolfo de Varnhagen (como veremos a seguir) pouco contribuíram para o conhecimento acerca dos quilombos em geral, e palmarinos, em particular. Tal falta de interesse se justificaria pela prioridade para com as questões políticas em detrimento do cotidiano escravista. [NASCIMENTO, 2014: 137]

2.1.1 Jean Ferdinand Denis

Jean Ferdinand Denis [1798-1890], francês, foi viajante, historiador, bibliotecário, escritor especialista em história e cultura. Segundo Regina Zilberman, em “*Liberdade só Posso Esperar: A guerra de Palmares e a Literatura Brasileira*”, Denis nasceu na França em 13 de agosto de 1798, de família de classe média empobrecida, em consequência da Revolução de 1789. Chegou ao Brasil em 1816, com dezoito anos, após a derrota final de Napoleão, como parte da Missão Francesa, solicitada e organizada por dom João 6º), com o objetivo principal de qualificar culturalmente a corte portuguesa no Rio de Janeiro. A escritora destaca que “Ferdinand Denis ficou seis meses no Rio de Janeiro, mais de dois anos na Bahia, e essa estada, que vai de 1816 a 1819, correspondeu ao período dos dezoito aos vinte e um anos de idade, orientou o rumo de toda sua vida e de suas atividades”. [ZILBERMAN, 1997: 6]

Ferdinand Denis retornou a França em 1820, quando publicou, em 1824, as *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie*, onde se encontra o romance histórico *Palmares*. Ferdinand Denis já havia escrito, entre 1822 e 1823, com Hippolyte Taunay - membro da missão artística francesa - os seis volumes de *Le Brésil, ou Histoire*,

moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume; em 1825, *Résumé de histoire du Brésil et de la Guyane*; e em 1826, sua obra mais conhecida entre nós, o *Résumé de histoire littéraire du Portugal*, seguido do *Résumé de histoire littéraire du Brésil*. Em todas as obras é notório o interesse de Ferdinand Denis pelos aspectos históricos e culturais do mundo americano, sobretudo brasileiro. [BRUYAS, 1979]

A defesa do romantismo

Ferdinand Denis defendia, desde o ponto de vista romântico que abraçava, a ideia de que “o novo país deve desenvolver uma literatura original, baseada em sua natureza tropical, nos indígenas e em características peculiares, abandonando os parâmetros europeus.” [BRUYAS, 1979] Sua forma detalhista e romântica pode ser observada ao longo de toda a sua obra, [DENIS, 1980: 79] Ferdinand Denis defendia as características e povos do Brasil, sempre destacando as particularidades e riquezas da região. Em seu *Brasil*, publicado em 1838, faz um mapeamento geral do país sem divisão por capítulos, somente com subtítulos.

Na parte destinada ao que chamou de “Exame das primeiras raças que povoaram o Brasil”, Ferdinand Denis faz críticas aos historiadores que analisavam os povos autóctones do Brasil com preconceitos diversos: “Havia, outrora, um preconceito perfilhado pelos melhores historiadores, segundo o qual, das terras polares até o estreito de Magalhães, a raça americana não apresentava, em seu conjunto, traços distintivos apreciáveis [...]”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o autor identifica os traços e heranças culturais dos historiadores que critica: “Incessantemente preocupados pelas ideias dos antigos, [...] guiados invariavelmente pelos livros sagrados, [...] chegavam aos mais bizarros resultados, encontrando sempre nas analogias [...] fatos que, adotados sem exame, os afastavam sempre da probabilidade histórica.” [DENIS, 1980: 23]

Em 1831, o seu *Resumo da História do Brasil* foi publicado em português, fato que lhe rendeu a comenda Ordem Imperial da Rosa e a Imperial Ordem do Cruzeiro. Já em 1863 publicou, em francês, o livro *Bresil* - traduzido para o português somente em 1955 - onde, segundo a historiadora Andressa Mercês Barbosa dos Reis: “[...] o autor introduz o tema de Palmares por ter ‘ouvido falar’ de sua História [...] a qual julgou valiosa demais para ser posta de lado, indicando que a memória do Quilombo sempre esteve presente no seio da sociedade apesar do silêncio historiográfico.” [REIS, 2004: 43].

Ao analisar os eventos históricos no Brasil, Ferdinand Denis, destacou o fim dado aos Palmares como o aspecto negativo da administração batava, ao exaltar os ‘benefícios’ e ‘sucessos’ obtidos pelo Nordeste no período holandês: “Desde esta época, excetuando-se o extermínio dos negros independentes de Palmares [...] o Brasil progride, através de

melhoramentos agrícolas e de explorações úteis.” [DENIS, 1980: 66] Salvo engano, ele foi o primeiro autor a lamentar - e não a festejar - o fim da confederação dos quilombos dos Palmares.

Palmares

Usando como fontes os escritos de Aires de Casal (1817) e, sobretudo, Rocha Pita (1730), a quem teceu diversas críticas, apesar de destacar ter sido o “historiador português que mais particularidades nos forneceu”, Ferdinand Denis inicia seu comentário sobre aqueles sucessos definindo o enfrentamento e aniquilação aos Palmares como mais um dos eventos sanguinários da história do Brasil: “A aniquilação das tribos índias, as sucessivas revoluções entre os descendentes dos europeus, a luta que teve lugar nestes últimos tempos pela conquista da independência, não são, repetimo-lo, os únicos acontecimentos históricos que ensanguentaram esta região.” [DENIS, 1980: 262] Esse mesmo destaque aparece em sua novela “Palmares”, de 1824: “Os europeus e os infelizes indígenas não foram os únicos a banhar com seu sangue esse belo país.” “Seres desafortunados, lançados às terras do Novo Mundo para fertilizá-las, viram nascer também para si o tempo da destruição, depois de terem-se esforçado por conquistar uma independência como aquela de que desfrutavam na África.”. [DENIS, 1997: 15] Destaque-se, mais uma vez, o resgate da luta dos palmarinos pela liberdade.

Ferdinand Denis chamou a confederação dos quilombos de Palmares de uma tentativa dos negros de fundarem um “império durável nos desertos de Pernambuco”. O autor, ao longo de seu texto, faz importantes, porém repetidas, narrativas sobre os Palmares, partindo de características geográficas e estruturais dos quilombos e as peculiaridades da civilização que ali se instalou. Quanto às características da região, Ferdinand Denis registrou: “Quando se tenha deixado a Serra da Barriga e se chega à vizinhança da Vila de Anádia, a umas vinte léguas do mar [mais de oitenta quilômetros], penetra-se na campina quase deserta, onde se via ainda pelo ano de 1696 o quilombo de Palmares”. [DENIS, 1980: 263]

Para Ferdinand Denis, ‘quilombo’ era “o ajuntamento de mesquinhas cabanas de ramos, construídas às pressas pelos negros fugidos, para lhes servir de abrigo”. Ele não teria duração superior ao tempo entre a fuga e a recapturação por parte do capitão-do-mato. Apesar de sua definição para ‘quilombo’, Ferdinand Denis destacou que: “Ver-se-á que a Palmares não cabia bem tal definição.” Importante ressaltar que à época de Palmares ainda não havia a presença dos ‘homens do mato’, fato que se daria após o evento dos quilombos de Palmares e, sobretudo, nas Minas Gerais, posteriormente à descoberta de ouro. [GORENDER, 1985: 60; DENIS, 1980: 263].

Repetindo Rocha Pita, Ferdinand Denis aponta uma primeira aniquilação dos quilombos palmarinos, em 1644, seguido de uma reorganização dos negros foragidos, a partir dos anos 1650, com a fuga de 40 escravizados que teriam se apropriado de armas e fugido para o local ocupado por seus predecessores, ou seja, os Palmares. Suas repetições seguem quanto às relações comerciais entre palmarinos e plantadores dos arredores, sobretudo de Porto Calvo, e em relação a sua forma de organização social, que radicaliza. Para Denis: “Os negros, que começavam a formar uma nação considerável e temida, entregaram-se como nunca à agricultura; e a agricultura moderou seus costumes. Haviam chegado a uma *ordem de estado social muito adiantado* para viverem sem leis.” [DENIS, 1980: 263] [grifo do autor] É em sua novela Palmares que Ferdinand Denis, apoiado em historiografia anterior, destaca o período “sem guerras” e estima a população palmarina: “Há sessenta anos a República não era atacada, e a capital, nessa época, abrigava até vinte mil almas.” [DENIS, 1997: 34] Possivelmente um exagero.

Zumbi

A figura de Zumbi é citada em seu texto, sobretudo com referência à forma de governo implantada, porém com discordância em relação à Rocha Pita, no que diz respeito ao significado do nome: “Adotaram um governo eletivo; seu chefe, chamado zombi ou zombé (sic), durante a vida conservava a suprema dignidade. O nome imposto a este chefe não é exatamente o de diabo entre as nações africanas, como o diz Rocha Pita, mas serve para designar um gênio terrível.” [DENIS, 1980: 264] Em sua novela, de 1824, Ferdinand Denis sugere o momento em que Zumbi, após chegar aos Palmares, participa da escolha do líder supremo: “Esses guerreiros que te acompanham, dão-te o direito de tudo pretender. Aqui, é à coragem que se concede o poder, mas a sabedoria quer guiá-lo.” [DENIS, 1997: 17]

Na mesma obra, o autor repete Rocha Pita e Aires de Casal ao indicar a presença de uma espécie de catolicismo no interior dos Palmares, sobretudo na cerimônia de posse de Zumbi: “De imediato, ele foi consagrado segundo os ritos da religião católica, pois ela era adotada em Palmares, mas a estes se mesclaram algumas cerimônias africanas, que terminaram com danças destinadas a lembrar a imagem dos combatentes.” [DENIS, 1997: 34] Na novela, folga dizer, Denis se serviu, a partir da informação que possuía, da licença artística, procurando respeitar, apenas, a verossimilhança.

Assim como Aires de Casal – uma das fontes apontadas em seu texto –, Ferdinand Denis dá seguimento às críticas à Rocha Pita. Dentre elas, estão divergências em relação aos “exageros” do autor português: “Seja como for, e sempre desconfiando dos exageros do livro que nos serve de base”; ou “Rocha Pita, de quem sempre se deve desconfiar um pouco”.

Entretanto, mesmo uma rápida análise de seu texto registra que o texto de 1730 foi o mais utilizado pelo francês. [DENIS, 1980: 264]

Suicídio de Zumbi

Ferdinand Denis, encerra a sua narrativa com a versão do suicídio da morte de Zumbi e de seus soldados: “Um rasgo de valentia admirável pôs fim a esta sangrenta tragédia: o zombê (sic) e os chefes se precipitaram voluntariamente do alto da rocha, e ninguém entre eles quis sobreviver à perda de sua liberdade.” [DENIS, 1980: 265]

Ainda sobre o suicídio e, sobretudo em sua narrativa romanceada de 1824, Ferdinand Denis insere uma romântica e trágica história de amor, no contexto de Palmares. Zumbi, que teria chegado à região palmarina já adulto, e à procura de uma antiga paixão, Zara, acaba se envolvendo com uma companheira de cativo, Mery, e, após engravidar a mesma, suicida-se em meio ao ataque à Palmares: “Mery ainda reteve o esposo, abraçando-o, mas ele escapou-lhe subitamente, subiu ao rochedo que ficava no centro da cidade, lançou os olhos para o céu, pronunciou o nome de Palmares e se jogou.” “- Tu nos ensinas a morrer, exclamaram os chefes, e imitaram-no, diante do olhar dos vencedores espantados com essa nobre dedicação”. [DENIS, 1997: 43]

Em 1820, Ferdinand Denis deixou o Brasil, sem jamais retornar. Na França, fez carreira literária graças à bagagem cultural que trouxe da América. Nunca rompeu os laços com o país que o acolheu por cinco anos. Quando de seu falecimento, em 1890, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dedicou-lhe comovente necrológico, sublinhando sua atividade de divulgador da cultura nacional. [NORBERTO, 1890: 474-477]

2.1.2 Francisco Adolfo de Varnhagen

Francisco Adolfo de Varnhagen, diplomata e historiador, nasceu em São João do Ipanema, região de Sorocaba, São Paulo. Varnhagen escreveu mais de dez livros sobre Brasil, abordando do descobrimento até o império. Seu livro *História Geral do Brasil* tornou-se um clássico da historiografia brasileira imperial tendo sido reeditado, segundo histórico de edições de seu livro (Tomo III, 5ª edição integral) nos anos de 1906, 1927, 1930, 1931, 1934, 1936, 1949 e 1956, além das duas primeiras edições terem sido feitas ainda em vida do autor.

Francisco Varnhagen concluiu sua formação inicial com distinção no Real Colégio da Luz em Lisboa, de 1825 a 1832, ingressando no Colégio Militar da capital lusitana. Em 1833, foi voluntário nas tropas de Pedro 4º de Portugal (Pedro 1º do Brasil), na luta contra o irmão, dom Miguel, chefe do partido absolutista. Ainda militar, tornou-se historiador. Descobriu o

túmulo de Pedro Álvares Cabral no convento da Graça, em Santarém (1838), e publicou “*Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI*”, impresso no *Notícia do Brasil*”.²

Em 1849, ao regressar ao Brasil, Varnhagen foi eleito primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico. Seu retorno à carreira diplomática se deu em 1854, sendo, quatro anos mais tarde, nomeado ministro residente no Paraguai. Em 1874, recebeu do imperador os títulos de barão e visconde de Porto Seguro. Faleceu aos 62 anos em Viena na Áustria. Dentre suas obras destacam-se *História do Brasil* de 1857, o romance histórico *Caramuru* de 1859 e *História das lutas com os holandeses no Brasil*, de 1871.³

Palmares, um novo enfoque.

Francisco Varnhagen compartilhava a proposta do IHGB, do qual era membro, sobre a “necessidade” de uma construção identitária nacional brasileira, certamente elitista e excludente, a partir da herança deixada pela cultura lusitana e europeia, apoiada, naquele então, na produção escravista.

Segundo a historiadora Andressa Mercês Barbosa dos Reis, Varnhagen trouxe “contribuições e mudanças para a epopéia palmarina”. [REIS, 2004: 49] É a partir de sua obra que a vitória sobre Palmares passa a ser mérito dos paulistas de Domingos Jorge Velho, ao invés das tropas pernambucanas, pois, segundo o historiador, os palmarinos “iam adquirindo força pelas vitórias [...] sobre as partidas, primeiro dos holandeses, depois dos pernambucanos, pequenas e mal dirigidas, que marchavam para sujeitá-los, como se isto fosse obra de ordens dadas de boca, e não de muitos braços com pólvora e bala.” [VARNHAGEN, 1956: 258]

Tais afirmações, feitas pelo *paulista*, não foram bem vistas pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, que, no século 19, era o único Instituto comprometido com a história de Palmares, devido a sua função em relação à história provincial. [REIS, 2004: 49]

Varnhagen pode ter proposto a destruição da confederação dos quilombos de Palmares como obra dos paulistas por ter tido acesso ao contrato do governo da capitania com Domingos Jorge Velho, sob autorização da corte lusitana, fato explicitado em seu livro: “Capitularam-se as condições em dezesseis artigos, e foram assinados pelo governador Souto Maior e pelos procuradores e fiadores de Domingos Jorge.” [VARNHAGEN, 1956: 259]

Ainda em relação ao conteúdo do contrato, propõe: “As terras que se fossem submetendo ficariam em sesmaria em favor dos conquistadores, [...] com a condição de serem

² <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FrAVernh.html> . Consultado em 12 novembro, 2014.

³ Loc. Cit.

levados para fora da capitania [...] os [palmarinos] que contassem mais de sete anos, sendo perdoada a morte a todos os que não fossem primeiros cabeças.” O autor ainda cita partes do contrato que permitiam a Domingos Jorge de mandar prender a qualquer morador que socorresse aos palmarinos. [VARNHAGEN, 1956: 259]

Assim como Ferdinand Denis, Varnhagen apresenta divergências com Rocha Pita (1730), sobretudo quanto à organização dos palmarinos: “Que os [...] Palmares vieram seriamente a constituir um ou mais estados no Estado não é possível por em dúvida [...].” “[...] entretanto, temos que exageram os que, amigos do maravilhoso, os apresentam como organizados em república constituída com leis especiais, e subordinados a um chefe que denominavam Zombi.” [VARNHAGEN, 1956: 258]

A historiadora Andressa dos Reis, em relação a este posicionamento de Varnhagen destaca: “Duvida tanto desta organização que o termo Zumbi passou a ser o nome do *chefe* do Quilombo [sic] – o que reportava a formações políticas bem mais simples -, e não mais de um *príncipe*. Numa crítica direta a Rocha Pita e seu legado na historiografia.” [REIS, 2004: 49]

Suas poucas páginas destinadas aos quilombos palmarinos detiveram-se de forma laudatória a descrever as tropas paulistas, e, sobretudo, o bandeirante Domingos Jorge Velho: “[...] muito conhecedor das artes e ardis das guerras do mato no Brasil, pelas campanhas que fizera nos sertões, em bandeiras contra os índios...” [VARNHAGEN, 1956: 258-259] Varnhagen jamais elogiou a resistência palmarina e desqualificou sempre sua organização política, em clara regressão, em relação a Ferdinand Denis. Quando da publicação de sua obra, a escravidão se tornara a grande questão do Império, de quem era um defensor intransigente, assim como da ordem negreira que sustentava este último. Em “Historiografia, Escravidão e Luta de Classes no Brasil”, Mário Maestri destaca: “Em *História Geral do Brasil*, Varnhagen apresentou o nativo e o africano escravizados como seres inferiores e justificou seus extermínio e escravização.” [MAESTRI, 2014: 4]

2.1.3 Agostinho Marques Perdigão Malheiro

Agostinho Marques Perdigão Malheiro nasceu em 5 de janeiro de 1824, na cidade de Campanha, província de Minas Gerais, onde faleceu em 3 de junho de 1881. Estudou no colégio Pedro II e, em 1849, diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Perdigão Malheiro foi curador dos *africanos livres*; procurador dos *feitos da fazenda*; advogado do *conselho de estado*; sócio do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; sócio e presidente do *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros* e de outras

associações de letras. Foi moço fidalgo da *casa imperial* e comendador da *Ordem de Christo*. [BLAKE, 1883: 17-19]

Perdigão Malheiro escreveu, em 1853, o *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil, desde seu descobrimento em 1500 até 1849, seguido de um sucinto esboço do estado do país ao findar o ano de 1849*. Esta obra, que dedicou a seu pai, serviu-lhe de ingresso no Grêmio do Instituto Histórico devido a sua aceitação pública. Entre outros trabalhos, publicou em 1863, *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo [...]*. Após esse livro, declarando-se *abolicionista*, escrevendo *A escravidão no Brasil: ensaio histórico jurídico social*, em três volumes (1866 a 1867), além de outros trabalhos. [BLAKE, 1883: 17-19]

Autor conservador

Perdigão Malheiro era um emancipacionista conservador. Propôs reformas para a escravatura, que apontassem para a emancipação dos cativos, destacando sempre a necessidade que não se fizesse nenhuma alteração de forma *brusca* e *imprudente*, logicamente do ponto de vista dos escravizadores. Com a emancipação da escravatura o Brasil se prepararia para um futuro digno do respeito da Europa. Porém, segundo o jurista, tal progressão deveria ter consideração para com a *ordem estabelecida*, ou seja, pelo mundo dos proprietários escravocratas. [CONRAD, 1975: 119]

No primeiro volume de *A escravidão no Brasil*, Malheiro abordou de forma sucinta os quilombos palmarinos, retornando ao mesmo, com maior atenção, na terceira e última parte da obra. Apoiando-se em Aires de Casal, Rocha Pita e Francisco Adolfo de Varnhagen, destacou as características geográficas da região da serra da/do Barriga e, sobretudo, dos quilombos palmarinos: “Em uma extensão de 50 a 90 léguas mais ou menos, abundante de palmeiras, [...] do rio S. Francisco, até o cabo de Santo Agostinho, dominando povoações [...] de Pernambuco e Alagoas se abrigaram desde os primeiros tempos negros fugidos, nas matas principalmente da serra do Barriga.” [MALHEIROS, 1867: 21-22]

Perdigão Malheiros destacou a presença de outros povos, não negros, na região de Palmares, motivada pela invasão batava e por insatisfação das tropas luso-brasileiras que teriam levado, provavelmente, à deserção: “E nele se foram agregando outros escravos, e também desertores e pessoas livres, sobretudo durante a guerra holandesa, que não dava tempo aos habitantes de os perseguirem e de reaverem os escravos.” Perdigão Malheiros, quanto ao início dos quilombos, repete Aires de Casal (1817), destacando a fuga inicial de quarenta negros, no início da invasão holandesa. E para o número de habitantes, utiliza a

Relação ao ressaltar a existência de 1 500 casas no Macaco, e de 18 a 20 mil habitantes no total dos quilombos palmarinos. [MALHEIROS, 1867: 22]

Perdigão Malheiros destacou as investidas do governo pernambucano sobre Palmares e citou o acordo de 1678, sem dar destaque para Ganga Zumba, nem para os demais líderes palmarinos. Ao contrário, retomando Varnhagen, destacou a contratação de Domingos Jorge Velho, com citações do contrato entre o bandeirante e o governo da capitania: “[...] o governador Souto Maior fez um contrato com o paulista Domingos Jorge Velho, para os debelar, devendo os negros aprisionados pertencer aos conquistadores, com a condição de serem levados para fora da capitania os maiores de sete anos.” [MALHEIROS, 1867: 23]

O jurista finalizou suas três páginas dedicadas aos quilombos destacando que a existência de tais focos de resistência era devido às “fatais conseqüências da perniciosa instituição – a escravidão”. [MALHEIROS, 1867: 24]. Ou seja, falava de Palmares pensando nos tempos em que vivia. Malheiros se separou dos autores anteriores ao propor claramente que os negros preferiam o aquilombamento nas florestas, sujeitos a dificuldades e privações, para se manterem longe do trato e da crueldade do sistema escravista. Ou seja, criticou o despotismo da ordem escravista. Entretanto, em momento algum se mostrou favorável aos quilombos. Apesar de discutir a escravidão pelo viés ‘humanitário’, via nos quilombos uma ameaça à *sociedade* luso-brasileiro e brasileira. [MALHEIROS, 1867: 23-24; REIS, 2004: 62-63]

2.1.4 João Francisco Dias Cabral

João Francisco Dias Cabral nasceu em Maceió, em 27 de dezembro de 1834, onde faleceu, em 19 de julho de 1885. Iniciou estudos em Alagoas, concluindo na Bahia, onde se formou em medicina, em 1856. Foi emancipacionista, membro da *Sociedade Libertadora Alagoana*. Fundador do Instituto Arqueológico Alagoano (antes IAGA, agora IHGA) e seu primeiro secretário perpétuo, entre 1869 e 1885.

Em 1872, Dias Cabral lançou a Revista do Instituto, onde publicou inúmeros trabalhos. Patrono da cadeira 11 do IHGA e da cadeira 32 da Academia Alagoana de Letras, escreveu “Narração de Alguns Sucessos Relativos à Guerra dos Palmares, de 1668 a 1680”, na Revista IAGA, n. 7, de dezembro 1875, nas páginas 165-187. Foi redator do jornal *Artista* e do *Liberal* e colaborou no *Diário das Alagoas* e *Diário da Manhã*.⁴

⁴ Disponível em: <http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/page:136> Acesso em: nov, 2014.

No artigo *Narração de Alguns Sucessos Relativos à Guerra dos Palmares, de 1668 a 1680*, apresentou compilação de 22 documentos sobre as investidas militares contra os Palmares. Abordou, em pouco mais de dez páginas, as características geográficas, produtivas, políticas, militares e organizacionais palmarinas, sem acrescentar novidades em relação às obras anteriores. Assim como na citada *Relação*, do autor anônimo, introduziu a figura de Zumbi no centro dos debates sobre Palmares.

Em relação ao sistema de governo dos palmarinos, destacou suas divergências com os autores anteriores: “[...] havendo relativamente ao governo quem afirme ainda hoje que era ele republicano, como se naquelas brenhas não imperasse a idolatria à onipotência de um chefe.” [CABRAL, 1875: 165].

Dias Cabral reforçou os feitos do governo da capitania nos confrontos com os palmarinos: “[...] a persistência do cerco, a concentração das forças, o valor dos chefes, o empenho do Estado e mais que tudo a vitória, precursora do almejado sossego, levaram ao longe as façanhas dessa expedição, esquecidas já as particularidades das anteriores.” [CABRAL, 1875: 166] O historiador manteve-se ao lado dos seus ideais, dos demais autores do período, e fiel ao Estado e à sociedade escravistas.

Reclamações dos colonos

Dias Cabral também destacou as reclamações dos moradores das vilas vizinhas em relação à presença dos negros palmarinos: “[...] capitão João da Fonseca que havia ido a Pernambuco pedir ao governador Bernardo de Miranda Henrique ajudasse a dar guerra aos Palmares com a infantaria, já que os moradores das Lagoas se queixavam dos rebeldes escravos.” [CABRAL, 1875: 166]. Importante destacar que após a expulsão dos calhambolas, das terras de Porto Calvo, a população teve sérios problemas com a presença de bandeirantes paulistas, que saqueavam e invadiam propriedades, causando enormes transtornos. [ENNES, 1938: 197]

Seguindo os relatos anteriores, e, sobretudo narrando o desfecho da epopéia palmarina no acordo de 1678, destaca: “[...] manda em junho aos Palmares um oficial oferecendo aos rebeldes, caso se submetessem, sítio para vivenda, respeito ao domicílio, reconhecimento do livre estado aos nascidos nas matas, [...] e concessão de foro de vassallos de Sua Alteza.” Ainda sobre o acordo e, citando fontes de registros, ressalta: “Ainda que escassos os recursos, continuaram as providências, como afirma o segundo livro de vereações da vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul.” [CABRAL, 1875: 169]

Dias Cabral destacou o fato de que o acordo teria sido um *sucesso*, não fosse a resistência de Zumbi: “Não foram negativos os efeitos da prometida paz [...] relutando tão

somente o general das armas Zambí ou Zumbi – diabo no dizer de Rocha Pitta ou deus da guerra, segundo outras versões [...]” E segue propondo que, por diversas vezes, a capitania tentou propor outros acordos a Zumbi: “[...] Sua Alteza novamente lhe perdoava os crimes cometidos se ele jurasse obediência e procurasse a seu tio Ganazona, podendo viver em liberdade com toda a sua família, como vivia esse seu parente.” “Se no prazo, pois, de quatro meses não aceitasse o capitão Zumbi as condições oferecidas, ordenava o governador não dessem as tropas quartel aos negros.” [CABRAL, 1875: 170]

É notório na narrativa de João Francisco Dias Cabral a ênfase dada às inúmeras tentativas da Coroa, através do governo da capitania, de solucionar de forma *pacífica* a situação. O autor não destaca, apesar de referir-se, os detalhes do acordo - entre eles, liberdade apenas para os nascidos nos quilombos - e os eventuais motivos que levaram Zumbi a não aceitá-lo. Dias Cabral consolidou narrativa historiográfica que enfatizava a história política dos Palmares, destacando protagonistas como Zumbi, e elogiando, sempre, as forças militares e os administradores coloniais que se esforçaram para *restaurar a ordem* naquela região.

A obra traz ainda uma compilação de documentos intitulada *Guerra dos Palmares – documentos relativos aos sucessos de 1668 a 1680* com a observação final de que “todos estes documentos se acham lançados no 2º livro de vereações da câmara da vila das Alagoas, de 1666 a 1681, alfarrábio que constitui o maço nº 1 do arquivo do Instituto.” (1875: 187) Ou seja, registra já preocupação com o uso de fontes inéditas sobre os sucessos, para ampliar sua análise.

2.1.5 Pedro Paulino da Fonseca

Pedro Paulino da Fonseca nasceu em Alagoas, em 6 de julho de 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1902, já em pleno período republicano. Era irmão do marechal Deodoro da Fonseca. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1842, com parte de sua família, indo ao encontro do pai que lá já residia. Em 1846, sentou praça no exército, onde se reformou em 1859. Foi governador, senador federal, militar e estatístico.

Com a República proclamada por seu irmão, foi nomeado coronel honorário e governador de Alagoas. Foi ainda senador e diretor da Casa de Correção do Rio de Janeiro. Foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1883), do Instituto

Arqueológico e Geográfico Alagoano e da Academia Alagoana de Letras.⁵ Escreveu diversos livros e artigos, com destaque para *Memória dos Fatos que se Deram Durante os Primeiros Anos de Guerra com os Negros Quilombolas dos Palmares, seu Destroço e Paz Aceita em Junho de 1678*, na Revista do IHGB, tomo 39, p. 293-322.

Palmares

Em seus relatos sobre a região palmarina, Paulino da Fonseca faz menção à extração de recursos das matas pelos negros dos Palmares, citando a utilização das árvores para a obtenção de roupas e alimentos: “Eram as árvores desta grande mata na maior parte catolés, como ainda hoje ali se observa, que deram ao local o nome de Palmares, que tão propícias são para a vida do homem, que deles obtinham os numerosos habitantes, vinho, azeite, sal e roupas.” [FONSECA, 1875: 293]

Detendo-se em aspectos organizacionais e de produção dos palmarinos, utiliza como base para seus relatos o documento *Relação*, sobretudo para descrever os nomes e a localização dos principais mocambos palmarinos, e os nomes dos seus líderes e suas funções. Destaca as investidas militares e seus chefes contra os Palmares. [FONSECA, 1875: 294-296] Paulino da Fonseca foi o primeiro a utilizar a *Relação*, publicada apenas em 1859, como base para uma monografia.

Exaltou o poderio das armas e forças bélicas da capitania e a astúcia do governo pernambucano. Pedro Paulino da Fonseca destaca que o governador, ao comparar a resistência palmarina às tropas batavas, “viu que a situação era a mais favorável, aproveitando-se do valor das nossas armas vitoriosas [...]”. E que, neste instante, Francisco Barreto decidira utilizar-se de mesma estratégia, “para destruir e vencer os contrários, que no interior nos ficaram, sem o que não era completa a paz, por não serem os danos por estes causados menores que as hostilidades por aqueles [batavos] praticadas”. Descreve detalhes das investidas contra os Palmares, com a organização das tropas, os benefícios tratados e contratados entre capitania e militares. [FONSECA, 1875: 297-316]

A tratativa de paz

Paulino da Fonseca repete o documento *Relação [...]* ao abordar o acordo de 1678, relatando o momento em que Ganga Zumba aceita o pacto proposto: “O rei Gangasuma (sic), [...] aceitou a proposta de D. Pedro; e aos 18 de junho, em um sábado à tarde, [...], entrou na praça o alferes [...] trazendo em sua companhia dois filhos do rei [...] que vinham, na forma da proposta, se prostrar aos pés de D. Pedro [...]”. Seguem os relatos do “cerimonial” de

⁵ Disponível em: <http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/page:297>, acesso em: 20 nov, 2014.

aceitação do acordo, descrevendo as características da comitiva de Ganga Zumba: “Notável foi o alvoroço que causou a vista daqueles *bárbaros*, porque vinham despidos, e apenas com as partes naturais cobertas: [...] todos corpulentos e robustos, armados de arcos e flechas, trazendo somente uma arma de fogo.” Salvo engano, é a primeira descrição direta dos palmarinos. Destaque-se a escassez de armas de fogo. O autor exaltou a forma *benevolente* com que a capitania tratou da proposta de paz para dar um fim ao foco da resistência palmarina. Ao retratar tal *benevolência*, destaca que ao receber os detalhes do acordo da boca do próprio governador, a comitiva palmarina ‘caiu aos pés’ jurando respeito, admiração e obediência. [FONSECA, 1875: 316]

Segundo Paulino da Fonseca, os palmarinos estariam pedindo apenas um sítio para suas plantações e entregariam todos os não nascidos em Palmares. O governador os tratou bem, prometendo respeito e liberdade e mandou-os enfeitar com fitas vermelhas. Destacou a forma com que os negros foram recebidos e que os mesmos estavam admirados com a *pujança da igreja e das festividades dos brancos*. Segundo o autor, os palmarinos teriam se batizado de forma solícita e participado da cerimônia de ação de graças. [FONSECA, 1875: 318]

O acordo de 1678

Pedro Paulino da Fonseca destaca-se pela importância que dá ao acordo de 1678 entre o governador da capitania e comando da confederação dos quilombos dos Palmares. Destaque esse que fica claramente identificado no título do artigo, que finaliza com “seu Destroço e Paz Aceita em Junho de 1678”.

São muitos porém os lapsos históricos, como o de considerar Ganga Zumba e Zumbi a mesma pessoa, registrado no desconhecimento da morte de Ganga Zumba e a conquista da liderança por Zumbi, que permanecera nos Palmares. Paulino da Fonseca questiona: “Seria traição de Ganga Zumba em aceitar a paz para assim obter a restituição de sua mulher, filhos e netos prisioneiros, burlando a intenção de D. Pedro de Almeida?” [FONSECA, 1875: 321].

Como fonte de suas afirmações, relatos e citações, o autor explica: “Até aqui acompanhamos um manuscrito de 1678 (biblioteca pública Eborense, cod. CXVI – 2 – 13 a n. 9)”. Ou seja, a citada *Relação*. Sobre o manuscrito, Paulino da Fonseca propõe: “[...] nos deixou embalados em uma paz firmada com os chefes dos Palmares, que parecia duradoura e a contento de todos, concluindo-se assim com o cancro arruinador, que devastava a riqueza do país, internado em quilombos na melhor das florestas do Brasil”. E segue: “[...] mas longe de amadurecer [...] a paz aceita por todos, *vemos estragado tudo* quanto se havia feito, e a guerra

continuar [...] mais sangrenta e desesperada do que nunca, mandando o próprio Ayres de Souza [...] uma expedição contra eles [...]” [FONSECA, 1875: 321]

Pedro Paulino da Fonseca, após mais de trinta páginas, encerra seus relatos de forma abrupta, não dando sequência aos fatos e muito menos introduzindo a figura de Zumbi, fato que poderia ter feito, visto que a obra de Rocha Pita, e demais que a reproduziram, já haviam tratado do líder dos Palmares um século antes. Por outro lado, a utilização repetida do documento *Relação* fez com que Paulino da Fonseca não mais silenciasse o nome e a liderança de Zumbi, mesmo que não fosse esse seu objetivo principal. Seu parágrafo final diz: “O desfecho ou conclusão desta campanha é já bastante conhecido dos homens que estudam a história pátria, e por isso fazemos aqui. Fim”. [FONSECA, 1875: 322]

2.1.6 Joaquim Pedro de Oliveira Martins

Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa, em 30 de abril de 1845, onde faleceu, em 24 de agosto de 1894. Foi político e cientista social. Oliveira Martins teve adolescência difícil, não conseguindo concluir o liceu para ingressar na carreira de engenharia militar, como pretendia, devido ao falecimento de seu pai, indo trabalhar como caixeiro em casas comerciais.⁶ Mais tarde, administrou minas, dirigiu companhias férreas, museus e companhias de tabaco. Foi deputado por diversas legislaturas de orientação socialista, em versão colonialista, sendo eleito pela primeira vez em 1883. Foi colaborador dos principais jornais literários e científicos de Portugal.⁷ É autor de extensa obra história e política, entre ela, *O Brasil e as colônias portuguesas*, publicado no Porto, em 1881.⁸

Tróia negra

Em *O Brasil e as colônias portuguesas*, de 1881, Oliveira Martins dedicou duas páginas para relatar fatos referentes aos quilombos palmarinos. Ele destacou a pujança de Palmares, comparando o reduto da serra da/do Barriga com Tróia: “[...] mas de todos os exemplos históricos do protesto do escravo, Palmares é o mais belo. O mais heróico. É uma Tróia negra, e sua história uma Ilíada.” [MARTINS, 1920: 64] O epíteto “tróia negra” se deu pela “semelhança” entre as duas cidades e suas pujantes muralhas, mesmo que no caso de Palmares fosse apenas uma dupla paliçada. Mais tarde, o epíteto foi resgatado por outras obras, como a de Nina Rodrigues. [RODRIGUES, 1905: 78; REIS, 2004: 65].

⁶ Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/biografias/oliveira_martins.html acesso em: outubro 2014.

⁷ Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/omartjp.html> acesso em: outubro 2014.

⁸ Loc. Cit.

Quanto ao surgimento de Palmares, o autor afirma a ligação com a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco: “Foi a ocupação dos holandeses que deu lugar à formação da república dos escravos. O abandono das fazendas pelos senhores e mais tarde o armamento dos negros para expulsar os invasores, eis as causas imediatas da organização desse grande quilombo.” E ainda repete a tese da “fuga inicial” de quarenta negros da Guiné. [MARTINS, 1920: 64-65]

Oliveira Martins faz alusão, por diversas vezes, à República de Roma, comparando-a com a organização dos palmarinos: “Como os romanos, raptaram as Sabinas, índias e mestiças dos arredores.” Continua o autor: “Principiaram por viver da razia das plantações [...]. Assim viviam os romanos.” “Palmares era o asilo dos escravos fugitivos, como também o fora Roma [...].” [MARTINS, 1920: 65] O autor descreveu sucintamente a organização palmarina: “Crescendo em número, constituíram-se em sociedade; tinham um rei, o Zambi, um cristianismo copiado de jesuíta, e leis que foram escritas por um Numa preto.” [MARTINS, 1920: 65]

Oliveira Martins explicou a *mudança* de relacionamento dos palmarinos com os povos vizinhos, o que a seu ver, teria sido pela diferença do princípio da população palmarina, em relação a sua organização em sociedade: “A maneira que prosperavam, abandonavam a pilhagem fazendo-se agricultores. Lavravam e comerciavam; e os fazendeiros dos arredores, vendo-se livres do incômodo antigo de vizinhos tão hostis [...], vendiam-lhe fazendas e armas.” Em relação ao número de habitantes, destacou: “A população contava mais de vinte mil pessoas, das quais oito ou dez mil em armas esperavam os agressores.” [MARTINS, 1920: 65]

Uma visão monolítica

Para a destruição de Palmares, não diferenciou a fortaleza do Macaco das demais fortificações e populações palmarinas. Descreve um suicídio coletivo, com a participação do chefe, diante de portugueses na glória da vitória: “O Zambi com os rotos destroços do seu exército precipitou-se do alto de um penhasco, e os cadáveres dos heróis vieram rolando despedaçados cair aos pés dos portugueses vitoriosos.” [MARTINS, 1920: 66]

O autor encerra sua narrativa em tom de lamento em relação ao desfecho dos quilombos palmarinos e com justificativa da escravidão lusitana: “A Tróia dos negros foi arrasada, mas a memória dos seus heróis ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contra a dura fatalidade da Natureza, cujas ordens impuseram à exploração da América a condição do trabalho escravo.” [MARTINS, 1920: 66]

Apesar de seu ‘lamento’ e de algumas declarações favoráveis à epopéia palmarina que nomina retoricamente como Tróia Negra, justifica a natureza social pela imposição da escravidão americana e pela necessária destruição dos Palmares. Na introdução de seu texto definira as ‘missões’ do Estado português: “[...] amansar as tribos selvagens, de as exterminar, de povoar territórios nus, de desbravar florestas virgens, e abrir o solo às culturas produtivas” [MARTINS, 1880] Abraçava, portanto, um evolucionismo de viés colonialista e imperialista.

2.1.7 Luís de Queirós Mattoso Maia

Luís de Queirós Mattoso Maia foi veterano da guerra do Paraguai, onde atuou como médico. Foi professor catedrático do Colégio Pedro II, ensinando História Universal. Escreveu o compêndio *Lições de História do Brasil*, reeditado por cinco vezes. Segundo Arlette Medeiros Gasparello, produziu seus livros a partir de suas aulas. *Lições* tratava-se de manual historiográfico que defendia os princípios políticos e sociais em que se assentavam o Império do Brasil. [GASPARELLO, 2002; PACIEVITCH, 2004] O referido manual, entrou para a lista dos recomendados pelo colégio Pedro II, a partir de 1882. [FRANÇA & FERREIRA, 2012: 76]

Mattoso Maia dedica dois parágrafos para o episódio palmarino, onde discute brevemente questões pontuais como o contingente populacional dos quilombos “Apareceram exagerações sobre o número desses pretos, uns diziam que eram 11 mil, e outros elevavam esse número a 30 mil.” Salvo engano, um primeiro questionamento pertinente de estimativas que expressavam, sobretudo, ênfase retórico sobre a grande população palmarina. Cita o capitão Fernão Carrilho como quem “obteve algumas vitórias, mas não foram decisivas, 1675-1678” e destaca a figura de Domingos Jorge Velho como sendo “o valente empreendedor paulista”. [MAIA, 1882: 169-170]

A grande contribuição do manual de Mattoso Maia está na revisão da morte de Zumbi. Se na edição de 1882 o professor do colégio Pedro II publicou que “Zumbi e os principais chefes preferiram despenharem-se do alto de um rochedo alcantilado a entregarem-se”, na reedição de 1886, de posse de novos documentos, assinala corretamente a morte do líder palmarino: “O Zumbi, traído afinal por um mulato, e atacado no seu mocambo, onde lhe restavam apenas seis homens, morreu pelejando com a maior coragem.” [MAIA, 1886 in FRANÇA & FERREIRA, 2012: 78] O documento seria a carta datada de 2 de janeiro de 1696 do governador geral, que seria posteriormente publicada por Ernesto Ennes em 1938.

3 PERÍODO REPUBLICANO

3.1 AUTORES DO PERÍODO REPUBLICANO BRASILEIRO

Palmares é literalmente redescoberto no amanhecer da República. Após longo hiato historiográfico, ou, no mínimo, fragilidade do ponto vista analítico, em geral, os estudiosos reconheceram Palmares, com destaque para Astrojildo Pereira, no jornal do Partido Comunista, no final dos anos 1920, como um importante marco histórico da luta de classes do Brasil. Historiadores como Rômulo Xavier Nascimento, Andressa Mercês Barbosa dos Reis, Ricardo Alexandre Ferreira e Jean Marcel Carvalho França, em suas obras, costumam dividir a historiografia dos Palmares no período republicano, entre *historiografia acadêmica e militante*. [FRANÇA & FERREIRA, 2012: 84; NASCIMENTO, 2014: 141,144; REIS, 2004: S/N]

Não nos parece pertinente tal divisão. Não há dúvida que reconhecidos autores, sobretudo marxistas, como Édison Carneiro, Clóvis Moura, Benjamin Péret e Décio Freitas produziram trabalhos referenciais sobre os quilombos de Palmares. Entretanto, autores marxistas e acadêmicos, como Mário Maestri e, sobretudo, Ivan Alves Filho, abordaram também aqueles sucessos. Houve e há, também, militantes do movimento negro organizado - acadêmicos e não acadêmicos - que discutiram aqueles sucessos. No frígido dos ovos, não é o título acadêmico, mas a qualidade historiográfica, que qualifica uma produção.

Em verdade, o período republicano se caracteriza pela mais vasta produção historiográfica sobre os quilombos dos Palmares, não se resumindo essa produção, definitivamente, às duas *vertentes* propostas. Por outro lado, dentre os marxistas, como veremos, não há unanimidade sobre vários aspectos da formação quilombola da serra do Barriga. Nesse caso, se encontram, por exemplo, sobretudo, Édison Carneiro, Benjamin Péret e Décio Freitas, este último compondo capítulo especial.

3.1.1 Raimundo Nina Rodrigues

Raimundo Nina Rodrigues nasceu na cidade de Vargem Grande, interior da então província do Maranhão, em 4 de dezembro de 1862. Seria descendente de judeus que fugiram de perseguições na península ibérica e possuía, igualmente, indiscutível ascendência africana. Fez seus estudos colegiais na capital maranhense, no Colégio São Paulo, e cursou a Faculdade de Medicina da Bahia em Salvador. Em 1887, defendeu tese de doutoramento no Rio de Janeiro, retornando à Salvador para trabalhar na Faculdade de Medicina da Bahia, que dirigiu, em 1891. Foi vice-presidente da Sociedade Médico Legal de Nova Iorque, membro honorário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e membro estrangeiro da Société Medico- Psychologique de Paris, além de pertencer a Escola Tropicalista da Bahia. Raimundo Nina Rodrigues foi precursor de estudos sobre a cultura e religiosidade do negro brasileiro. Dentre suas obras destacam-se: *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900), *Os Africanos no Brasil* (1932) e *As Coletividades anormais*. (1939). Morreu em Paris, quando representava o Brasil em um congresso internacional, em 17 de Julho de 1906, devido a um câncer no fígado.⁹

Racismo científico

Segundo a socióloga Elisa Rodrigues (2009), para o médico maranhense, a explicação das incidências criminais estaria na *qualidade racial* do criminoso. Ele teria sido fortemente influenciado pelo médico italiano Cesare Lombroso (1836-1909), um dos precursores de antropologia criminal, que defendia que a tendência à criminalidade era inata, podendo ser prevista pelo estudo da biologia e anatomia dos indivíduos. Paradoxalmente, mesmo sendo pardo, Nina Rodrigues defendia a inferioridade do não-branco. Elisa Rodrigues destaca que ele “não se via como tal”, devido ao seu “lugar na relação social”, que permitia se “considerar branco”. [RODRIGUES, E. 2009: 84] O que era comum na sociedade de então e de hoje.

Raimundo Nina Rodrigues defendia as teses do racismo científico, muito em voga na Europa imperialista de sua época, que propunham graduação racial, do mais ao menos excelente, ou seja, do europeu mais nórdico ao mais rústico e meridional africano. A incapacidade biológica dos povos não europeus e não brancóides de alcançarem a civilização justificava a ação colonizadora imperialista, que se propunha como único meio de civilizar essas partes do mundo. A submissão desses povos seria, portanto, uma obra civilizadora.

⁹ Brazil, T.K. (organizadora), Santana-Junior, E. F., Casais-e-Silva, L. L. - Raimundo Nina Rodrigues. *Projeto Heróis da Saúde na Bahia*. Disponível em: <http://www.bahiana.edu.br/herois/heroi.aspx?id=MTA=>. Acesso em: 23/01/2015.

A partir do axioma da hierarquia entre as raças, considerava a população afro-brasileira dividida em níveis de diferente qualidade, vendo os *nagôs* como superiores racialmente aos *angolanos*. “Os negros Nagôs possuem uma verdadeira mitologia, já bem complexa (...) a concepção mais elevada, aquela em que mais alta se revela a sua capacidade de abstração religiosa, é a divinização do firmamento ou abobada celeste” [RODRIGUES, 1982: 323]

Desde “muito cedo, Nina Rodrigues aderiu às teorias social-darwinistas, deterministas raciais e eugenistas européias.” Para aprofundamentos epistemológicos e científicos sobre a composição racial brasileira, “o médico maranhense” teria se dedicado “com afinco à investigação do passado e da cultura das comunidades africanas e afro-brasileiras”. [MAESTRI, 2002: 51] Para além das discussões sobre suas concepções, Nina Rodrigues sistematizou pioneiramente as pesquisas e estudos sobre a religiosidade e a cultura do negro no Brasil.

O médico maranhense frequentou terreiros de candomblé, prática que foi fortemente questionada na sua época, devido à desqualificação social que conheciam aqueles cultos e espaços. Ele não considerava os terreiros como “caso de polícia”, mas sim de “higiene mental”. Defendia que “os transe eram responsáveis por distúrbios mentais que levariam os negros a cometerem crimes. Os transe constituíam espécie de histeria. Desta forma, a religião dos africanos era doentia.” [RODRIGUES, E., 2009: 97]. Ele também se debruçou, com sensibilidade e preconceito, sobre os sucessos palmarinos.

Palmares

O primeiro estudo claramente *culturalista* acerca dos quilombos palmarinos é produto da pena de Nina Rodrigues. Em 1905, escreveu o artigo “A Tróia negra: Erros e lacunas da História de Palmares”, publicado originalmente em jornal, a seguir na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, e finalmente, como capítulo, no livro *Os africanos no Brasil* (1933). Na introdução de seu ensaio, destaca a importância de Palmares: “[...] a mais sabida, sem dúvida a mais notável, dentre todas a que melhor escapou ao ingrato olvido dos pósteros, foi aquela que impropriamente se crismou de República dos Palmares.” [RODRIGUES, 2010: 79]

Em longa discussão acerca das origens étnicas dos palmarinos, Nina Rodrigues apontou, corretamente, a maioria dos habitantes da confederação como sendo de origem banto. Para tal afirmação, ele destaca a impossibilidade de serem sudaneses, pela inexistência de relatos de cultos a animais e divindades, caras aos povos de tal origem: “E a história não faz menor referência a culto de animais ou de outras divindades em Palmares. Este fato, que

seria inexplicável com os sudaneses, está perfeitamente de acordo com a ideia de que fossem diretores de Palmares negros bantus [...]”.

Religiosidade banto

Nina Rodrigues define as características culturais e religiosas, a seu ver, do povo banto: “[...] cuja pobreza (sic) mítica está hoje perfeitamente reconhecida e demonstrada, o que lhes permitiu adotar uma caricatura da religião católica dos colonos.” Ele também deduziu a impossibilidade de origens muçulmanas devido à existência de estatuetas católicas no interior da capital Palmarina, Macaco: “[...] pois foi sempre absoluta a incompatibilidade entre os cultos católico e muçulmano.” [RODRIGUES, 2010: 96] Não hipotizou eventual democracia religiosa no seio de quilombos que, possivelmente, se demoraram, como veremos, a constituir ordem estatal, no geral, sempre rústica.

Para escrever seu ensaio, Nina Rodrigues utilizou-se de autores que já haviam descrito e narrado o episódio de Palmares, citando ao longo de seu texto as principais fontes palmarinas. Porém, afasta-se das interpretações originais, quando as julga incorretas. Ele propõe, com razão, que os quilombos já existiam desde o início do século 17, porém com formações e organizações distintas em cada época: “Fixam alguns historiadores a data precisa de 1630, para o início dos quilombos constitutivos dos Palmares. Mas, antes parece que de tempos bem remotos por aqueles sítios se refugiaram, das fazendas vizinhas, os negros que se escapavam aos rigores do cativo.” Uma visão que expressava compreensão histórica da constituição daquele fenômeno.

Apenas após esta etapa original, de pequenos quilombos dispersos, teria surgido o Estado palmarino. Nina Rodrigues destaca a divisão e o número destes quilombos iniciais da confederação: “Já em 1644, ensina Gaspar Barleo, os Holandeses batiam os quilombos, situados então próximos a Porto Calvo e divididos em pequenos e grandes Palmares. A estes, no dizer de Barleo, a fogo e ferro destruiu Rodolfo Bareo.” “Para a época da restauração de Pernambuco, cerca de 1650, porém, quarenta negros, todos de Guiné, buscaram de novo o sítio ou ruínas do antigo quilombo e lá o reconstruíram, [...] abrangendo povoados distintos, confederados sob a direção de um chefe.” [RODRIGUES, 2010: 79]

Periodicidade palmarina

Quanto aos períodos da história palmarina, embora tenha adotado a versão de Varnhagen para a existência de diversos *Palmares*, Nina Rodrigues definiu marcos histórico pelas derrotas e não pela diferença de lideranças e características: “Três períodos distintos: Palmares holandês *destruído* em 1644 por Bareo; Palmares da restauração pernambucana, *destruído* pela expedição de D. Pedro de Almeida; Palmares terminal, definitivamente

aniquilado em 1697." [RODRIGUES, 2010: 80] [destacamos] Tal escolha feita ao invés de analisar, por exemplo, ‘Palmares embrionário’, ‘Palmares de Ganga Zumba’, ou Palmares consolidado, e ‘Palmares de Zumbi’, ou Palmares resistente, corrobora a opinião do autor em relação à necessidade da aniquilação dos quilombos.

Em relação à localização dos quilombos confederados, Nina Rodrigues utilizou-se de bibliografia anterior, sobretudo do documento *Relação*, não inovando a este respeito. Quanto à organização política, destacou as duas principais ‘cidades’ palmarinas, com prováveis características e número de habitações: “Macaco era então a cidade real, a capital da federação. Tinha para mais de 1 500 casas e era fortificada de um cerco de pau a pique e de fojos e estrepes de ferro.” Segue a descrição: “A segunda cidade era Subupira com mais de 800 casas, dilatando-se pela extensão de quase uma légua e plantada sobre o rio Cachingi.” Em relação ao quilombo do Macaco, destacou a presença de estatuetas religiosas, encontradas pelos portugueses: “Nela havia uma capela onde a expedição portuguesa encontrou uma imagem do Menino Jesus, outra de São Brás e outra da Senhora da Conceição.” [RODRIGUES, 2010: 82]

Mantendo uma posição crítica a Rocha Pita, Nina Rodrigues propôs que Palmares constituísse um Estado negro, mas defendeu que jamais poderia ser comparado a uma *república*, como o historiador luso-baiano fizera: “[...] esta qualificação de república só lhe poderia convir na acepção lata de Estado, jamais como justificação de forma de governo por eles adotada.” Nina Rodrigues também lembrou que uma das incompatibilidades do regime republicano com o adotado pelos negros palmarinos estava na forma de escolha do líder. Para o médico maranhense: “Não se pode tomar à letra a eletividade do Zumbi ou chefe, em que aquela denominação se inspirou, pois esta eletividade não era das repúblicas modernas, mas como em toda a África Selvagem, a do chefe mais hábil ou mais sagaz.” [RODRIGUES, 2010: 83]

Ao se referir aos aspectos organizacionais e políticos dos quilombos confederados, abordou a existência de escravidão e a punições aos criminosos palmarinos: “Ali se constitui uma certa polícia de costumes de que é bom notar não se exclui a instituição da escravidão.” E quanto às punições: “Ali eram punidos de morte o homicídio, o adultério e o roubo; [...] puniam ainda aqueles que, já sendo livres em Palmares, voluntariamente regressavam ao cativeiro em casa dos seus antigos senhores.” [RODRIGUES, 2010: 83]

Zumbi, definição e morte

A partir da consulta da documentação e bibliografia então disponível, Nina Rodrigues avançou o conhecimento do tema. Utilizando-se do manual de Mattoso Maia e, sobretudo da

sua segunda (e atualizada) edição, referiu-se a existência de outras versões para a morte de Zumbi. Primeiramente, manteve a versão do suicídio do “rei” dos Palmares: “Não querendo sobreviver à perda de Palmares, o *Zambi* e a sua guarda dali se precipitaram, preferindo a morte gloriosa ao cativeiro desonrante, que os aguardava.” Entretanto, cita Mattoso Maia, que contestara a “versão do suicídio do *Zambi*, fundando-se em que numa carta datada de 2 de janeiro de 1696 do governador geral [...] se diz ter falecido o Zambi em peleja”. Um outro documento confirmaria o perdão do governo da capitania para o “mulato” que “entregou” *Zambi* e a premiação de “cinquenta mil réis” ao capitão André Furtado de Mendonça que o matou. [RODRIGUES, 1905: 250-251]

Apesar da documentação positiva, Nina Rodrigues não se deu por satisfeito quanto ao assassinato de Zumbi. “É possível que tais cartas se refiram a um só e mesmo fato. Mas seguramente elas não são ainda suficientes para invalidar a versão primitiva do suicídio do *Zambi*”. Defendeu, com sensibilidade, a tese de que “*Zambi* não era o nome de um indivíduo, mas o título de um cargo”. No que acertava. E avançou como hipótese mais do que arriscada, sem qualquer indício documental, de que “podia muito bem ter sucedido que um Zambi tivesse sido traído e morto em combate, outro tivesse sido morto e decapitado [...] e um terceiro finalmente se precipitado do penhasco.” [RODRIGUES, 1905: 251]

Concluindo seu raciocínio acerca da versão *correta* da morte de Zumbi, defendeu o fato de a confederação de Palmares não ter sido totalmente aniquilada com a captura de Zumbi. “Esta interpretação é tanto mais aceitável quando se sabe, que a destruição do quilombo não parece ter coincidido com a tomada da cidade sitiada, pois ainda por alguns anos teve o governo de bater pequenos redutos ou mocambos de negros fugidos” [RODRIGUES, 1905: 252] O que também era certo, ainda que já não se tratasse de organização política dos quilombos, como antes, mas de apenas pequenos quilombos esparsos, com pouca capacidade de resistência aos repressores.

Em *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico sul* (2005), Flávio dos Santos Gomes propõe que, após 1696, a liderança quilombola na região “passou a ser de Camoanga”. “[...] em 1703, o líder Camoanga é morto durante um ataque. Pelo menos até 1725, forças paulistas permaneceram acantonadas na região”. Haveria registro de mocambos no território palmarista até 1757. [GOMES, 2005: 157] Entretanto, Nina Rodrigues coloca em dúvida o pertencimento de Camoanga aos Palmares: “É de crer, no entanto, que, ainda quando o negro Camuango [...] tivesse estado em Palmares, o seu quilombo não deve ser contado como parte da república e sim como um mocambo distinto, dos muitos que se constituíram até quase os nossos dias [...]” [RODRIGUES, 2010: 94]

Nina Rodrigues destacou a discussão sobre a grafia do título do líder palmarino, questão à qual dedicou não menos do que oito parágrafos – o vocábulo *Zambi* seria proveniente de crenças religiosas *bantus* e utilizado para nomear a “sua principal divindade”. Para ele, após submetidos ao ensino do catolicismo, os palmarinos passaram a chamar o deus dos cristãos de “*Zambi dos brancos*”. [RODRIGUES, 1905: 254] Destaque-se a identificação correta do título como proveniente do complexo africano angolano. Décadas mais tarde, essas questões seriam objeto de amplo debate.

Aniquilação de Palmares

Raimundo Nina Rodrigues escreveu seu pioneiro ensaio após a Abolição, em 1888, a partir das fontes disponíveis, apoiado em suas visões *racistas científicas*. Apesar dos elogios realizados aos palmarinos, destacou a aniquilação de Palmares como uma necessidade para a época: “A todos os respeito, menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo [...] a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro [...] que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil.” [RODRIGUES, 2010: 85-86]

Nina Rodrigues teria incorrido “em anacronismo e lapso reveladores. Ele se refere às tropas escravistas que destruíram o quilombo do Macaco como *forças brasileiras*”. A respeito do livro *Os africanos no Brasil*, o mesmo autor destaca: Na ‘introdução de *Os africanos no Brasil*, teria deixado “claro seus pressupostos metodológicos: ‘A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...] há de se constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.’ [MAESTRI, 2002:52-54; RODRIGUES, 2010: 14-15] Para ele, a civilização luso-brasileira, que era sua, fora construída com o esforço dos negros escravizados, os outros, que deveriam dar lugar ao *progresso*, também racial.

Raimundo Nina Rodrigues, que caracterizou Palmares como um estado equivalente aos existentes na África *inculta*, e que na “ordem industrial” seriam incapazes de passar de uma “aplicação agrícola”, finalizou seu ensaio - apoiado em estudos sobre teorias do *racismo científico* - destacando que na serra do Barriga os palmarinos voltaram à *barbárie* africana. Não viu jamais naqueles sucessos a obra proposta por produtores livres confederados, no seio de uma sociedade escravista.

3.1.2 José Francisco da Rocha Pombo

Rocha Pombo nasceu em Morretes, no Paraná, em 4 de dezembro de 1857. Era filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica da Rocha. Teria falecido em meados de 1933.¹⁰ Foi jornalista, professor, poeta e historiador, fundando e dirigindo o jornal *O povo*. Foi deputado provincial em 1886. Em 1897, mudou-se para o Rio de Janeiro, lecionando no Colégio Pedro II e na Escola Normal. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Associação Brasileira de Letras, publicou diversas obras, entre elas, *História do Brasil*, que teria tido em torno de trinta edições, entre 1918 e 1967. [TAVARES, 2011: 7] Publicada em 1905, na virada do século, mantendo tendências de edições da centúria anterior, influenciadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o livro se refere, em pouco mais de seis páginas, aos quilombos dos Palmares, no plural, diferentemente de obras anteriores que, não raro, sugeriam ou deixavam compreender a existência de um e apenas um grande quilombo.

Apoiado na bibliografia anterior, Rocha Pombo definiu a localização geográfica dos Palmares “à distância de 20 ou 30 léguas da costa, entre o São Francisco e o cabo de Santo Agostinho”, e destacou os principais mocambos. “Por aí situaram-se grande número de quilombos, entre os quais o do Zambi, o das Tabocas, o do Macaco, o do Sucupira.” [POMBO, 1952: 258] Possivelmente a grafia Zambi deve-se à publicação, antes da edição inicial de Nina Rodrigues, sob influência das produções dos Institutos e da tendência gerada por Rocha Pita (1730).

Rocha Pombo não introduziu dados novos, além de interpretações interessantes, nessa obra de caráter didático, na qual se restringiu aos fatos conhecidos. No início da narrativa, com sensibilidade, destacou a presença de outras etnias, além dos africanos vindos ao Brasil: “Com eles não repugnavam viver também índios mansos, que por sua vez fugiam à escravidão.” [POMBO, 1952: 259] Lembrou, portanto, o que não era comum, a escravidão de americanos. Destacou o início dos Palmares e, sobretudo a expansão demográfica, que chamou de “grande incremento”, como ocorrido após a invasão holandesa, em 1630. Outra observação pertinente.

Ressaltou que o relacionamento dos negros palmarinos com as civilizações vizinhas foi amigável no período inicial, mas que teria mudado a partir das primeiras incursões dos

¹⁰ Disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=216&sid=349>. Acesso em: março, 2015.

holandeses: “Enquanto as duas *raças* em colisões não se aperceberam do perigo que ali se preparava contra a ordem vigente, tudo passou sem grandes atritos.” “Passado, porém, o primeiro período da guerra contra os holandeses [...] começaram todos, portugueses e flamengos, a aperceber-se daquela original anomalia (sic), que punha em sério risco o domínio de uns e de outros [...]” [POMBO, 1952: 259-260] Registrou, portanto, o caráter tendencialmente dissolvente para a organização social escravista da existência dos quilombos palmarinos.

Mantendo posições contemporâneas à sua obra, Rocha Pombo reproduziu as explicações culturalistas sobre os Palmares: “Na vida dessas grandes aldeias reproduziu-se quase tudo da vida africana, apenas alguma coisa alterada sob a influência do culto católico e da civilização colonial”. [POMBO, 1952: 260] Registrou em três parágrafos o acordo de 1678, secundarizando o papel de Zumbi, como nas obras anteriores. Em último parágrafo, de sua sexta edição (1952), o historiador ignora a importância de Zumbi, finalizando a história de Palmares antes mesmo da morte do líder palmarino “Assim caiu, em 1694, o último reduto dos Palmares, ao cabo de mais de 50 anos de lutas com que se afrontou a sociedade colonial” [POMBO, 1952: 264]

3.1.3 Ernesto Ennes

Ernesto Ennes, historiador português e ex-primeiro bibliotecário-chefe da Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa, foi, junto com Décio Freitas e Ivan Alves Filho, quem mais realizou pesquisas arquivísticas sobre Palmares em acervos portugueses. Como arquivista do Arquivo Histórico Colonial, atual Arquivo Histórico Ultramarino, ele teria realizado “detalhadamente a identificação, a coleta e a transcrição dos documentos”. [GOMES, 2011: 76]

As guerras dos Palmares, de 1938, é dividido em duas partes, sendo a primeira uma apresentação de 130 páginas, onde o bibliotecário usa de seu historicismo para, sobretudo, sugerir a utilização documental como “suficiente para toda e qualquer análise histórica”. Ele “Era adepto de um historicismo tão chão que chegou a sugerir a desnecessidade da síntese e análise historiográficas, após o conhecimento e a publicação da documentação histórica” [MAESTRI, 2002: 55] A segunda parte da obra trata-se de compilação de 95 fontes primárias sobre os quilombos palmarinos e as investidas militares contra eles. A ênfase nas “guerras”, motivo do título do livro, deve-se ao fato de que o autor preparava outro livro sobre Palmares, jamais publicado.

Palmares

Quanto aos quilombos palmarinos, mesmo publicando ricas fontes primárias, Ernesto Ennes repete a obra de Nina Rodrigues. Para o bibliotecário, a proximidade dos engenhos com as matas, “vastas florestas de palmeiras”, convidava os negros à fuga da severidade e violência dos senhores. “Foi assim presumivelmente, que se constituíram os primeiros ‘quilombos’ em que se reproduzia, com maior ou menor exatidão, a vida primitiva (sic) dos negros, donde a crueldade do branco, em nome da Civilização, o tinha ido arrancar.” Reconhece, portanto, o despotismo da escravidão. Entretanto, com estilo conservador, retoma a louvação de Rocha Pombo à superioridade lusitana, definindo os Palmares como *regressão* tribal.[ENNES, 1938: 18]

Identificado com os escravizadores, referiu-se à destruição de Palmares na primeira pessoa do plural: “E se é certo que o martirologio desse negro escravizado foi imenso, não foram menores os horrores e martírios que tantas vezes esses pobres colonos portugueses suportaram em Pernambuco [...]” “[...] suportamos (sic) com a maior *resignação e heroísmo* assaltos, roubos, assassinios e violências, que só após porfiadas lutas colonos e portugueses souberam dominar, nessa tremenda rebelião que impropriamente se habituou chamar a Confederação dos Palmares” [ENNES, 1938: 21]

Ernesto Ennes dizia-se surpreso com o fato do negro não ter se rebelado e sim “fugido”, embrenhando-se no mato. Destaca certa “evolução” nos habitantes palmarinos, que, segundo ele, abandonaram, depois de organizados, a prática dos roubos e assaltos, para finalmente conviverem em paz e comércio com os povos vizinhos: “[...] a medida que sua organização crescia, ia abandonando a primitiva pilhagem e roubo, para comerciar e permutar os produtos das suas lavouras e granjas com os fazendeiros [...]” [ENNES, 1938: 22] Vê, portanto, evolução de quantidade e qualidade nos quilombos palmarinos.

Porém, mais adiante, Ennes se contradiz: “Daí em diante [formação dos Palmares a partir da fuga dos 40 escravizados da Guiné] jamais deixaram os negros de ser uma ameaça tremenda para os pobres [sic] moradores das aldeias próximas de Porto Calvo [...] até o ano de 1694, em que foram extintos.” [ENNES, 1938: 28]. Relaciona a presença de outras etnias nos quilombos ao fato das matas da serra da/do Barriga servirem de asilo e fuga das guerras, sem discutir as múltiplas formas de relacionamento entre brancos, índios e negros nos Palmares. Para ele, os brancos que habitaram Palmares eram soldados *fujões e covardes* que procuravam asilo no interior das matas. [ENNES, 1938: 23]

O acordo de 1678

Um dos momentos mais cruciais da história política dos quilombos palmarinos, sobretudo após o conhecimento dos documentos pertinentes ao fato, teria sido o acordo de 1678, *firmado* entre o governo da capitania de Pernambuco e as lideranças de Palmares, com destaque para Ganga-Zumba. O episódio é registrado por Ernesto Ennes sem a citação do líder dos Palmares ou de Zumbi, como aquele que se “negou a manter o acordo”.

Ernesto Ennes registrou apenas detalhes do pacto, descrevendo o ocorrido como uma benevolência do governador local: “Embora se desse os Palmares como destruídos, [...] o fato era que D. Pedro de Almeida, presumivelmente, não o consideraria assim; pois de outra maneira se não compreende que houvesse tais transigências, oferecendo-lhes lugares para habitação”. Ernesto Ennes segue descrevendo mais detalhes, sobretudo em relação aos benefícios que o governador estava “oferecendo” aos negros dos Palmares, “caso quisessem viver em paz”: “[...] terras para as suas roças, às mulheres e filhos que houvessem ficado prisioneiros, manutenção dos seus postos e cargos, etc.” Ennes finaliza com as “ofertas” do governador ao “rei” palmarino, sem citar diretamente Ganga-Zumba, a quem teria sido oferecido o “posto de mestre de campo [...]” [ENNES, 1938: 31] Em momento algum analisa os objetivos do acordo e, sobretudo, a possível divisão e enfraquecimento que geraria nas forças palmarinas.

A morte de Zumbi

Seguindo sua política de publicação de documentos, Ernesto Ennes nega a versão do suicídio. “Quanto à morte do Zumbi, que aqueles autores dizem ter-se suicidado despenhando-se do alto da Serra do Barriga, com seus companheiros, não foi assim [...]”. “Aqueles autores” eram Rocha Pita, Oliveira Martins, Nina Rodrigues e Rocha Pombo, responsáveis pela lenda da “Tróia Negra”, aos quais transcreve integralmente o que escreveram sobre o desfecho de Palmares. Ennes conclui: “Paremos, porém, aqui, na iminência de transformarmos este modestíssimo trabalho numa antologia de páginas seletas; não obstante, poderemos afirmar, que todos ou quase todos os compêndios manuais [...] tem divulgado estes erros [...]” Transcreve igualmente a documentação sobre a morte-assassinato de Zumbi. [ENNES, 1938: 110]

Ernesto Ennes conclui sua obra propondo que a aniquilação dos Palmares teria contribuído “para a monumental obra da Civilização e do Progresso”. [ENNES, 1938: 129] Ao citar a proposta de Nina Rodrigues de que aquela destruição fora medida necessária para a manutenção do futuro povo brasileiro, dissera serem “palavras justas e sábias”. [ENNES, 1938: 23] Em parágrafo final, referindo-se aos serviços prestados pelas tropas portuguesas,

destacou: “[...] conseguiram vencer, extinguir, aniquilar e avassalar ninhos de feras homens e bichos, negros e pardos, que constituíram e habitaram este vasto continente Americano”. Concluindo, propôs: “Orgulho de portugueses e paulistas de hoje, de ontem e de amanhã, diga-se o que se disser, pense-se o que se pensar.” [ENNES, 1938: 130]

3.1.4 Édison Carneiro

Édison Carneiro nasceu em Salvador, Bahia, em 1912. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1936, na mesma cidade. Foi jornalista, ensaísta, professor e autor de diversos livros sobre a história do Brasil, da Bahia e do negro. Atuou no Conselho Nacional do Folclore e Comissão Nacional do Folclore, vinculada à UNESCO, e foi membro de entidades folclóricas internacionais no México, Argentina e Peru.

Édison Carneiro começou a interessar-se pelos cultos afro-baianos nos anos 1930, quando decidiu fazer um curso de yorubá. Em 1936, foi contratado pelo jornal Estado da Bahia para escrever sobre a cultura e religiosidade afro-brasileira. Em 1937, organizou, em Salvador, o 2º Congresso Afro-Brasileiro.

Dentre suas principais obras, podemos destacar: *Religiões negras: notas de etnografia religiosa* (1936); *Negros bantus* (1937); *O quilombo dos Palmares* (1947); *Trajatória de Castro Alves* (1947); *Candomblés da Bahia* (1948); *O negro brasileiro* (1956); *A insurreição Praieira, 1848-1849* (1960); *Ladinos e crioulos: estudo sobre o negro no Brasil* (1964); *Dinâmica do folclore* (1965). Édison Carneiro morreu no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1972.

O quilombo dos Palmares (livro)

Édison Carneiro escreveu o estudo mais significativo de sua época sobre a Confederação dos Quilombos de Palmares. “O livro [de Carneiro] constituía uma verdadeira guinada na historiografia palmarina e uma importante tomada de posição política.” [MAESTRI, 2002: 56] Segundo Waldir Freitas Oliveira, na apresentação à quarta edição de *O quilombo dos Palmares*, a obra de Édison Carneiro passa à condição de “primeira obra de cunho propriamente histórico sobre o tema”. [OLIVEIRA, 2011]

Membro da oposição intelectual comunista ao Estado Novo, Édison Carneiro lançou seu livro no Brasil apenas em 1947, um ano após sua publicação no México. A primeira edição brasileira foi dedicada aos amigos e companheiros de idéias Manuel Diegues Júnior e Astrojildo Pereira. O primeiro dedicava-se ao estudo da história do Brasil e o segundo, destacada liderança do Partido Comunista do Brasil, fora o primeiro intelectual brasileiro a

reconhecer o caráter classista da luta travada em Palmares. [MAESTRI, 2002: 56; ALVES FILHO, 1988: 181]

A segunda edição da obra (1958), revista, foi acrescida de um ensaio genérico sobre os quilombos, que segundo o próprio autor, daria ao leitor uma ideia melhor sobre esse “fenômeno histórico, fornecendo-lhe o panorama geral em que Palmares – que de maneira alguma foi um caso isolado de rebeldia – se enquadra”. [CARNEIRO, 2011: XXXIII] Nessa edição, não se apresenta os mapas sobre Palmares da primeira edição. Em 1966, foi lançada uma edição sintética, sem o ensaio sobre os quilombos e sem as fontes primárias, em uma tentativa de ampla comercialização, a baixo custo, bem sucedida. Uma quarta edição seria lançada, após sua morte, em 1988, quando do Centenário da Abolição da Escravatura. Uma quinta edição, de 2011, revista, foi apresentada sob a supervisão de seu filho, Philon Carneiro.

Composto por sete capítulos e seis seções de documentos, incluindo fontes primárias, a obra de Édison Carneiro constitui-se, como proposto, no mais apurado trabalho de pesquisa acerca dos quilombos palmarinos, até o final da primeira metade do século 20. Mário Maestri salienta, entretanto, a falta de “aprofundamento”, no que se refere à definição de Astrojildo Pereira, de Palmares como “autêntica luta de classes”. Para esse autor, Édison Carneiro não “viu o confronto como episódio da contradição essencial à antiga formação social brasileira [escravizados versus escravizadores], que jamais definiu como uma formação social escravista.” E “não revolucionou as definições da natureza dos quilombos, que via como ‘reação negativa – de fuga e de defesa’, ou da formação palmarina, que, [...], qualificou de ‘Estado negro à semelhança dos muitos que existiram na África [...]’”. Nesse sentido, mesmo militante comunista, seu trabalho não constituiria uma interpretação marxista daqueles sucessos. [MAESTRI, 2014: 12-11]

Início Palmarino

No seu “ensaio genérico sobre os Palmares”, intitulado “Singularidades dos quilombos”, Édison Carneiro propôs que todos os ajuntamentos quilombolas tiveram como causa uma situação de “angústia econômica local”, que o autor atribuiu a um “afrouxamento na disciplina da escravidão” verificado nos períodos de maior intensidade do tráfico negreiro. Édison Carneiro, deste modo, destacou que o “rigor do cativo” não foi o bastante para justificar as fugas dos trabalhadores escravizados, seja em pequenos grupos ou em massa, e nem explicaria as frequentes visitas que os negros já aquilombados faziam às vilas, de onde tinham fugido. Tais visitas serviam não apenas para comerciar, mas, sobretudo, para induzir outras fugas. [CARNEIRO, 2011: XXXVII] Importante destacar que nas edições 1ª e 3ª, que não possuem o ensaio inicial, fica apenas o destaque do autor para o “rigor do cativo”

como “um dos motivos principais da fuga dos negros, das fazendas e dos engenhos”, declaração contrária ao conteúdo do citado ensaio.

Em relação ao período de surgimento dos quilombos dos Palmares, Édison Carneiro destacou a existência de focos de resistência ainda antes do período consagrado pela historiografia (1630): “[...] já existia em começos do século XVII, sabendo-se que o governador Diogo Botelho tratou de aprestar uma expedição, comandada por Bartolomeu Bezerra, para eliminá-lo, entre 1602 e 1608.” [CARNEIRO, 2011: XXXVII] Ele ainda ressaltou a expansão dos quilombos palmarinos após a invasão holandesa: “O quilombo, que não passava de um pequeno habitáculo de negros fugidos, cresceu extraordinariamente com a conquista holandesa, exatamente porque a guerra desorganizara a sociedade e, portanto, a vigilância dos senhores.” [CARNEIRO, 2011: XXXVII] Destaque-se que fala de um quilombo, no singular, ainda que se refira, como veremos, a diversos “mocambos”.

Em capítulo consagrado aos “negros no quilombo”, Édison Carneiro retomou os motivos do início de Palmares, e, sobretudo, a ligação com a invasão holandesa: “Este cálculo parece confirmado pelas expedições holandesas de Rodolfo Baro (1644) e de João Blaer (1645) contra o quilombo e pelo plano anterior (1643) dos holandeses de ataque aos Palmares. Já neste último ano os Palmares [...] abrigavam cerca de 6000 negros.” [CARNEIRO, 2011: 24] Redimensiona, para menos, as propostas do número de palmarinos. Édison Carneiro encerrou o capítulo sendo definitivo: “Podemos datar o nascimento do quilombo dos primeiros anos do século XVII.”. [CARNEIRO, 2011: 25]

Floresta acolhedora

“[...] um ‘cordão de mata brava’ que se estendia das vizinhanças do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até a zona ao norte do curso inferior do São Francisco, em Alagoas.” É esta a definição inicial de Édison Carneiro para a localização do quilombo palmarino. Para o autor, tratava-se de uma região montanhosa e de difícil acesso. Ele destacou as principais características e detalhes do local: “[...] cômoros, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique estendiam-se a perder de vista... Vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental [...]” Segue a sua descrição destacando que a região passava pelas Serras dos Dois Irmãos e do Bananal (Alagoas), “compreendendo, entre outras, as Serras do Cafuxi, da Juçara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga”, esta última, onde se travaram os combates pela aniquilação dos Palmares. [CARNEIRO, 2011: 19]

Édison Carneiro destacou a fertilidade das matas cortadas por diversos rios, como Ipojuca, Serinhaém, Una, Paraíba, Mundaú, entre outros, e também deu o devido destaque

para os recursos naturais da região, sobretudo das matas: “A floresta estava povoada de árvores frutíferas – e ali se encontravam jaca, laranja, manga, lima-da-pérsia, lima-de-umbigo, laranja-cravo [espécie de bergamota ou tangerina], etc.” Édison Carneiro destacou também a utilidade de árvores não frutíferas, mas que ganharam importante serventia para usos industriais “sucupiras, sapucaias, paus-d’arco, vinhático, sapucarana, pininga, imbiribas, canzenze...” [CARNEIRO, 2011: 20]

Além das árvores e das águas abundantes, as matas eram ricas em caça de variada espécie, o que lhes davam todos os elementos necessários para sua vida. A fertilidade da região era um dos grandes motivos pelos quais o bispo de Pernambuco, em 1697, dizia “que as terras dos Palmares eram as ‘melhores’ da capitania [...]” [CARNEIRO, 2011: 22] Motivo também para a cobiça dos integrantes das entradas militares que negociavam em capitulações pedaços de terra da região e recompensas pela captura de quilombolas.

Quanto às dimensões da região habitada pelos palmarinos, Édison Carneiro ressaltou que “as opiniões não eram tão concordes”. “Em 1675, falava-se em sessenta léguas, mas já um documento de 1694 dizia que os palmarinos habitavam ‘um bosque de tão excessiva grandeza que fará maior circunferência do que todo o Reino de Portugal [...]’” Carneiro destaca que a afirmativa seria um exagero: “O Procurador da Fazenda, em 1695, calculava que as terras tivessem ‘de comprimento mais de 90 léguas, e de largura ao redor de 50’ – ou seja, cerca de 4500 léguas quadradas ou 27000 quilômetros quadrados, 61 740 a menos do que Portugal.” [CARNEIRO, 2011: 23]

Floresta inóspita

A mesma mata que apresentava o acolhimento e a abundância em recursos para os palmarinos, gerava dificuldades imensas ora aos batavos, ora aos luso-brasileiros, em suas investidas contra os quilombos. Édison Carneiro destacou que a floresta era “ínvia, impenetrável, desconhecida e hostil”. Enquanto servia de proteção aos mocambos dos negros castigava à fome e à sede os seus agressores. [CARNEIRO, 2011: 26]

São diversos os relatos citados na obra de Édison Carneiro a respeito das dificuldades das investidas militares contra os palmarinos e, sobretudo do aspecto da fome e sede sofridas pelos soldados. Destaca Carneiro: “O alferes João de Montes (1667) padeceu ‘grandes fomes, por falta de sustento’, e chegou a comer raízes de árvores [...]”. “[...] o soldado Constatino de Abreu (1679) experimentou ‘grandes trabalhos, fomes e sedes’ nos Palmares [...]”. “O soldado Eusébio de Oliveira Monteiro (1684) lamentava-se das ‘fomes e misérias’ que sofreu”. “O alferes Gabriel de Góis, da gente dos paulistas, participou de certa marcha em busca da bagagem da expedição, ‘padecendo muitas fomes, e calamidades, [por] espaço de

dois meses.” [CARNEIRO, 2011: 27] As dificuldades das campanhas passavam por diversos aspectos, entre eles a falta de estradas e de reconhecimento prévio da região.

A confederação

Édison Carneiro destacou, sustentado na historiografia anterior e, sobretudo no documento *Relação* (redigido no século 17, porém publicado somente em 1859), a existência de uma estrutura de mocambos na região dos quilombos dos Palmares. Para o autor “Os negros habitavam grande número de mocambos – pequenos ajuntamentos de casas primitivas, cobertas de folhas de palmeira – protegidos por duas ordens de paliçadas.” [CARNEIRO, 2011: 30] Uma afirmação que generaliza, quanto às paliçadas, as informações singulares que temos.

Citando a *Relação*, Édison Carneiro destaca: “Com efeito, um documento da época informava que, a 16 léguas de Porto Calvo, ficava o mocambo do Zumbi; 5 léguas mais ao norte, o mocambo de Acotirene, a leste destes, dois mocambos chamados Tabocas [...]”. Com descrição fiel ao documento, seguiu enumerando os demais mocambos e suas localizações, como Dambrabanga, Subupira, Macaco, Osenga, Serinhaém, Cerca do Amaro, Andalaquituche e Aqualtune. [CARNEIRO, 2011: 30] Édison Carneiro ainda destacou o Macaco como “capital do quilombo” e Subupira como “place d’armes” dos mocambos. Informações já consagradas pela historiografia anterior.

Ignorando as relações de produção da África colonial, Édison Carneiro propôs, ou repetiu propostas anteriores, para a escravidão em Palmares: “Os escravos que, por sua própria indústria e valor, conseguiam chegar aos Palmares eram considerados livres, mas os [...] raptados ou trazidos à força das vilas vizinhas continuavam escravos.” Carneiro destacou, entretanto, que tinham uma possibilidade de alcançar a alforria “bastava-lhes levar, para os mocambos dos Palmares, algum negro cativo”. [CARNEIRO, 2011: 31] Décio Freitas e Mário Maestri abririam, posteriormente, ampla discussão a este respeito.

Édison Carneiro deu importante destaque à religiosidade dos Palmares, repetindo boa parte do que já fora proposto por Nina Rodrigues no início do século 20: “Os negros tinham uma religião mais ou menos semelhante à católica, o que se explica pela pobreza [sic] mítica dos povos de língua banto a que pertenciam e pelo trabalho de aculturação no novo habitat americano.” Nesta época era normal a falta de um maior conhecimento sobre a cultura e os costumes dos africanos. Ainda em relação à religiosidade dos habitantes de Palmares, o autor propôs que “as práticas religiosas deviam ser uma incrível mistura de catolicismo popular, tingido de todas as superstições da Idade Média, e de invocações de fundo mágico.” [CARNEIRO, 2011: 32] Hipótese apoiada em muito escassa informação positiva.

Uma população heterogênea

Édison Carneiro tratou do que chamou de “fraternidade racial” e “população heterogênea” que, segundo o autor, definia os habitantes de Palmares como de maioria *negra*, ou seja, de africanos e afro-descendentes, com a presença marcante de ‘mulatos’ e índios. “Alguns dos mocambos dos Palmares, como o do Engana-Colomim, eram constituídos por indígenas, que pegaram em armas contra as formações dos brancos.” [CARNEIRO, 2011, XX]

Em relação à presença de “população heterogênea” nos quilombos palmarinos, Carneiro complementa: “O alferes Francisco Pedro de Melo encontrou, na Carlota, apenas 6 negros entre as 54 presas que ali fez, pois 27 eram índios e índias e 21 eram caborés, mestiços de negros com as índias cabixês das vizinhanças.” [CARNEIRO, 2011: XL] O que sugere uma coabitação plena, sem atritos. Não foi dada ainda a atenção necessária à presença indígena nos quilombos de Palmares. Somente em 2005, Flávio Gomes abriria relevante discussão sobre a suprema maioria de negros na composição dos quilombos dos Palmares e, sobretudo, na liderança dos mocambos. [GOMES, 2005: 59-60]

Hierarquia e governo nos palmares

Édison Carneiro destacou a divisão política dos quilombos dos Palmares, com a presença do ‘rei’ Ganga-Zumba, morador do “mocambo do Macaco”, onde os homens do capitão Blaer relataram a “grande Casa do Conselho”. Ele ressaltou que se tratava da “capital do quilombo” onde ficaria a residência do rei, fato que rendeu ao mocambo a designação, pelos lusitanos, de “Cerca Real do Macaco”. [CARNEIRO, 2011: 40]

Seguindo nas suas definições de hierarquia da confederação dos Palmares, Édison Carneiro cita em destaque os nomes das principais lideranças do local como Gana-Zona, *irmão* do rei, que seria chefe da “segunda cidade dos Palmares”, e demais chefes como Pedro Capacaça, negro Amaro, Acotirene, Osenga, Andalaquituche e Zumbi, sobrinho do rei. [CARNEIRO, 2011: 40] Décio Freitas discutiu, posteriormente, se as definições de parentesco eram efetivas ou simbólicas. Édison Carneiro destaca Zumbi independente do parentesco com o Ganga Zumba, o grande senhor dos Palmares: “Zumbi era o ‘general das armas’ do quilombo.” [CARNEIRO, 2011: 41] Uma definição também deduzida talvez em demasia da organização administrativa lusitana, com governador e chefe de armas.

Relações vizinhas

Vários foram os autores que propuseram a ocorrência de saques e vandalismo por parte dos palmarinos nas vilas vizinhas à serra da/do Barriga, com destaque para Rocha Pita, Nina Rodrigues e Ernesto Ennes. Édison Carneiro, por sua vez, atentou para o fato de que “os

negros desciam dos seus mocambos apenas para raptar negras escravas e, uma outra vez, para acostrar os moradores, destruindo as suas plantações, quando estas, avizinhandose demais dos Palmares, punham em perigo a segurança do seu refúgio [...]”. [CARNEIRO, 2011: 45] De certo modo, Carneiro inicia a *travessia do Rubicon* que, como veremos, não fará completamente. Ele nega a designação como *criminal* de atos quilombolas que explica como direito de defesa daquela organização em contradição com a sociedade escravista.

Édison Carneiro registra igualmente as relações pacíficas dos quilombolas com moradores das cercanias. Para tal, utiliza-se do contrato firmado entre o governador da capitania, Souto-Maior, e a gente de Domingos Jorge Velho. “Sim, os negros tinham os seus amigos entre os moradores vizinhos. Uma referência indireta, mas importante, encontra-se na cláusula 13ª das Capitulações [...]”. Segue Carneiro: “Que o Sr. Governador dá poder ao coronel Domingos Jorge Velho para mandar prender a qualquer morador destas capitánias, que com evidência lhe constar socorre aos negros dos Palmares [...]”. [CARNEIRO, 2011: 45] Conforme texto de Édison Carneiro, as Capitulações são anteriores à entrada dos paulistas, mas provavelmente sabia-se da existência de protetores do quilombo entre os moradores das redondezas.

Édison Carneiro cita trecho de longo requerimento de Domingos Jorge Velho a Sua Majestade, onde o mestre de campo levanta possíveis motivos para as relações comerciais entre os palmarinos e os povos vizinhos. Segundo Jorge Velho, “para que os tais negros os consentissem povoar em as tais terras, lhes pagavam tributo, de ferramentas, de pólvora, de chumbo, de armas, e de tudo mais que eles lhes pediam [...]”. [CARNEIRO, 2011: 46] Tais relações comerciais seriam mais tarde debatidas, entre outros, por Décio Freitas, Mário Maestri, Ivan Alves Filho e Flávio dos Santos Gomes.

Édison Carneiro finaliza seu capítulo sobre as relações entre palmarinos e povos vizinhos: “Os negros viviam bem com os moradores – contanto que estes não se internassem demais, com os seus currais e as suas plantações, nas terras livres dos Palmares.” [CARNEIRO, 2011: 47] Portanto, a suserania palmarina política e militar efetiva sobre as terras da região garantiam direito de posse a muitos moradores da periferia.

Zumbi dos Palmares

Édison Carneiro apresenta o “negro Zumbi” como o chefe da “fase mais decisiva da luta” e igualmente chefe do mocambo situado a dezesseis léguas de Porto Calvo. Ele descreve-o como “sobrinho do rei Ganga-Zumba e do presidente do conselho Gana-Zona e irmão de Andalaquituche, chefe do mocambo localizado a 25 léguas a noroeste de Alagoas.”

[CARNEIRO, 2011: 42] Como já vimos, os graus de parentesco entre os líderes palmarinos seriam discutidos na obra de Décio Freitas, que propõe sentido classificatório.

Apoiado em “lenda” do “folclore de Alagoas”, Édison Carneiro propôs que Zumbi “parece” ter sido casado com mulher branca: “[...] dona Maria, filha de um senhor de engenho de Porto Calvo. Esta mulher branca talvez tenha sido raptada pelo Zumbi, mas sabe-se, por outro lado, que certa família de brancos se extraviou nas matas alagoanas e caiu nas mãos dos palmarinos”, “não sendo difícil que a companheira do Zumbi pertencesse a essa família”. [CARNEIRO, 2011: 42] Édison Carneiro, no entanto, confirma a ligação da informação com lendas locais: “[...] a esposa branca do chefe do quilombo pertence à tradição e à lenda, que entretanto encontram reforço na existência de uma rainha branca no folguedo popular do *quilombo*, que faz parte do folclore de Alagoas.” [CARNEIRO, 2011: 42] A este respeito, o historiador Joel Rufino dos Santos lembra que os brasileiros sempre acreditaram que os negros famosos e ricos deveriam se casar com brancas e, desta forma, teriam acabado por inventar uma mulher branca para o líder dos Palmares. [SANTOS, 1985; MOTT, 2003] Destaque-se que o casamento com mulheres brancas foi estratégia de progressão social perseguida tradicionalmente pelos “negros famosos e ricos” sobretudo no passado brasileiro.

Édison Carneiro, assim como Rocha Pita (1730) e Nina Rodrigues (1905) haviam feito, abriu discussão sobre a natureza do nome Zumbi, discussão que seria retomada por autores posteriores a sua obra, casos de Décio Freitas (1973), Mário Maestri (2002) e Flávio dos Santos Gomes (2005). Para o autor, “É provável que esse nome de Zumbi fosse um título ou um apelido, talvez mesmo simplificação de um nome maior, com a significação de “deus da guerra” que lhe empresta um documento da época. [CARNEIRO, 2011: 42]

Como já vimos, Nina Rodrigues foi quem aprofundou mais a questão da ligação do significado do nome com a possibilidade de terem existido mais de um Zumbi. Situação essa refutada por Décio Freitas, que concordou com o significado de “título”, mas não com a existência de mais de um, sobretudo pela falta de documentos da época que apontassem para tal fato. No mínimo nos anos 1980, a tradição oral popular, nas proximidades da serra do Barriga, referia-se ao chefe da confederação do quilombo dos Palmares como Zumbi *Sueca*, possivelmente duas corruptelas de étimos eventualmente de origem angola.¹¹ Outra questão jamais aprofundada pela moderna historiografia.

¹¹ Depoimento escutado, por Mário Maestri, de um plantador da região do serro, quando da celebração de primeiro seminário internacional sobre Palmares, sobre o patrocínio de Décio Freitas e da Universidade Federal de Alagoas, em 1981. Depoimento de Mário Maestri, ao autor, tomado em Informação oral em 10 de setembro de 2015, em sua residência em Porto Alegre.

O acordo de 1678

Desde Pedro Paulino da Fonseca (1875), ninguém havia dado tamanho destaque para o acordo de paz, proposto em 1678, pelo governador da capitania de Pernambuco aos líderes palmarinos. Édison Carneiro destaca, repetindo fontes anteriores, que um alferes enviado aos Palmares, retornara em 18 de junho de 1678 trazendo consigo “três filhos do rei e mais uma dúzia de negros” que iam pedir paz e prestar vassalagem, argumentando que estavam “sem cidades, sem mantimentos, sem mulheres, nem filho”. Ou seja, a negociação se dava após sérios golpes recebidos pelos palmarinos. Édison Carneiro segue a narrativa destacando características dos tais líderes palmarinos: “Os negros vinham com seus arcos e flechas, um deles com arma de fogo, quase inteiramente nus, com os órgãos genitais cobertos de panos ou de peles, tendo à frente, a cavalo, por estar ferido da guerra, o filho mais velho do rei.” [CARNEIRO, 2011: 84] A descrição feita pelo cronista do governo da capitania, caracterizava os palmarinos como selvagens, algo comum à época.

Seguindo narrativa do acordo, Édison Carneiro ressalta a discussão proposta pelo governador Aires de Souza de Castro sobre o pedido do rei palmarino, Ganga-Zumba por liberdade, paz, entrega das mulheres e local para viver. Segundo Édison Carneiro, o ex-governador da capitania, Pedro de Almeida, esteve presente na reunião e deu seu parecer: “[...] que lhes dessem para vivenda o sítio que apontassem, e a paz para a sua habitação, e plantas; que se assentasse a paz; e que o rei se recolhesse a habitar o lugar determinado; que fossem livres os nascidos nos Palmares; que teriam comércio, e trato com os moradores.” [CARNEIRO, 2011: 84] Torna-se notório o interesse em causar o rompimento das forças palmarinas. A concessão da liberdade para os nascidos em Palmares em detrimento dos demais e, sobretudo, com a concessão de título de “Mestre de Campo” ao rei Ganga-Zumba, causaria a divisão entre os palmarinos e seu enfraquecimento.

Édison Carneiro, diferentemente de Pedro Paulino da Fonseca, destacou que Zumbi e parte dos líderes de Palmares não aceitaram o acordo: “O acordo entre o governador e os negros [sic] não foi aceito pelos chefes mais resolutos dos Palmares.” E identificou os motivos pelos quais os autores anteriores centralizaram a “negativa” em Zumbi: “[...] embora o governador [...], em junho de 1678, declarasse que somente um mocambo não se rendera, o fato é que o negro Zumbi, *sobrinho* do rei, certamente com outros chefes de mocambo mais jovens, se internou no mato, a fim de continuar a luta.” [CARNEIRO, 2011: 86] Carneiro não apresenta as razões pela quais define como mais “jovens” os demais chefes dissidentes; nem apresenta documentação probatória sobre o que afirma.

Outra proposta de Édison Carneiro no que se refere ao acordo, aparece em sua narrativa a respeito dos palmaristas que, mesmo tendo prestado juramento de vassalagem, “começaram a fugir [da planície do Cucaú] e a engrossar as fileiras dos combatentes palmarinos, levando consigo mantimentos e munições”. Tal afirmação derrubaria as teses anteriores onde os palmarinos de Ganga-Zumba apareciam resignados após o acordo. Salvo engano, Édison Carneiro apresenta pela primeira vez “negros do Cucaú” como estafetas e espões para os homens de Zumbi, e ao mesmo tempo “recrutadores” de escravos das vizinhanças dos Palmares. “O governador, em vista disso, resolveu castigar os negros, enviando uma expedição contra o sítio do Cucaú.” [CARNEIRO, 2011: 88]

Édison Carneiro encerra sua narrativa sobre o acordo de 1678 com o enfrentamento entre as tropas da capitania e os negros palmarinos, no ano seguinte, e com o registro da morte de Ganga-Zumba: “O rei Ganga-Zumba tinha sido envenenado pelos negros.” [CARNEIRO, 2011: 87] Após o insucesso do acordo, o breve período de paz se deu por terminado e Palmares voltava aos enfrentamentos, agora, liderados por Zumbi.

A morte de Zumbi

Assim como sobre os principais temas, Édison Carneiro tratou da morte de Zumbi em dois instantes: no texto introdutório, chamado “Singularidades dos quilombos”, e no capítulo “Os negros no quilombo”. No primeiro texto analisou as diferenças entre a morte folclórica de Zumbi, a que atribuiu autoria à “fantasia” de Rocha Pita: “De acordo com sua narrativa empolada e falsa, o chefe dos Palmares, vendo invadido o seu reduto do Macaco, atirara-se despenhadeiro abaixo, preferindo a morte à escravidão.” [CARNEIRO, 2011: 12] Édison Carneiro, desta forma, questionava a versão do suicídio consagrada na historiografia anterior, sobretudo pelo historiador português baiano. Admitia, porém, “que esta fosse a impressão geral, no momento”. [CARNEIRO, 2011: 13] Como vimos, Rocha Pita, apesar de alguns lapsos importantes, introduziu de forma efetiva Palmares na historiografia brasileira.

Ainda em seu texto inicial, sem fazer ligações entre o enfrentamento dos palmarinos e uma autêntica luta de classes, Édison Carneiro analisou a trajetória de Zumbi e, sobretudo, sua execução, como algo heróico: “Zumbi estava com mais 20 homens e resistiu bravamente, enfrentando os paulistas.” E finaliza: “Este é o Zumbi da história. Não o que se atirou do rochedo, num grande gesto teatral, mas o que continuou vivo, reagrupando os seus homens, organizando novamente as forças de resistência do quilombo [...]” [CARNEIRO, 2011: 14]

Traição ou tortura?

No capítulo “Os negros no quilombo”, Édison Carneiro, diferentemente de textos consagrados pela historiografia anterior, casos de Rocha Pita e Nina Rodrigues, analisa a

captura de Zumbi pelas forças luso-brasileiras, a partir da prisão de um dos seus “auxiliares imediatos”: “Os moradores do Rio São Francisco (Penedo) conseguiram prender um dos auxiliares imediatos de Zumbi – ‘um mulato de seu maior valimento’, como dizia o governador Caetano de Melo e Castro” [CARNEIRO, 2011: 125] Édison Carneiro discordou do julgamento feito em relação ao “mulato” capturado (traidor de Zumbi), e propôs que o mesmo havia sido torturado para entregar o esconderijo do líder: “Provavelmente os paulistas torturaram o mulato, pois este, ‘temendo... que fosse punido por seus graves crimes’, prometeu que, se lhe garantissem a vida em nome do governador, se obrigava a entregar o ‘traidor’ Zumbi.” [CARNEIRO, 2011: 125]

Destaque-se que “mulato” é designação “racial”: o mesmo podia ser, portanto, um cativo ou um homem livre refugiado em Palmares. Entretanto, a documentação propõe que lhe foi poupada a vida e que ele recebeu “perdão” de seu crime, além possivelmente um pagamento. Seria, portanto, um homem livre incorporado ao quilombo.

Édison Carneiro ressaltou que a proposta do auxiliar imediato de Zumbi foi aceita, guiando ele a tropa ao mocambo/esconderijo do chefe palmarino que, “desembaraçado da família” se encontrava “apenas com 20 negros”. O autor narrou a captura e morte de Zumbi, repetindo autores anteriores, sobretudo Rocha Pita (1730): “O Zumbi ‘pelejou valorosa ou desesperadamente, matando um homem, ferindo alguns, e não querendo render-se, nem os companheiros, foi preciso matá-los...’” [CARNEIRO, 2011: 125]

Segundo Édison Carneiro, Zumbi dos Palmares fora degolado tendo a sua cabeça, a mando do governador Caetano de Melo e Castro, espetada num poste “no lugar mais público desta praça” (o Recife)”. Para Édison Carneiro, o ato de degolar seria para atemorizar os negros que consideravam Zumbi imortal. [CARNEIRO, 2011: 126]

A aniquilação dos Palmares

Para Édison Carneiro, a morte de Zumbi significou o final da confederação dos quilombos de Palmares. Ele destaca que o governador Caetano de Melo e Castro escreveu ao rei, em 1697 [dois anos após morte de Zumbi], dizendo que “não chegam a 30 os [negros] que se ocultam naqueles matos; e nem este limitado número se conservará muito tempo [...]”. Porém, o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho não se mostrava otimista pois seriam “os tais negros... sempre serão 30 vezes 30, pelo menos...”. [CARNEIRO, 2011: 128] Importante destacar que o pessimismo de Jorge Velho estava ligado a sua tratativa para obtenção das compensações devidas pela campanha nos Palmares, que estavam sendo proteladas. [CARNEIRO, 2011]

Édison Carneiro finalizou o capítulo definindo o pessimismo do Mestre de Campo como “mais do que um exagero” e foi definitivo: “O Quilombo dos Palmares estava [após a morte de Zumbi] totalmente esmagado”. [CARNEIRO, 2011: 128]

A historiografia anterior abordou a aniquilação dos Palmares como fruto do heroísmo das forças luso-brasileiras ou *da gente* de Domingos Jorge Velho, casos de Rocha Pita, Nina Rodrigues e Ernesto Ennes. Todos eles saudaram a destruição da confederação quilombola como o fim de um perigo colocado para a civilização luso-brasileira [escravista]. Salvo engano por primeira vez, Édison Carneiro questionou, sem negar em forma terminante, o caráter positivo da destruição dos Palmares.

Propôs aquele autor: “Não cabe a Domingos Jorge Velho a glória – *se alguma houve* – de haver reduzido o Macaco” [CARNEIRO, 2011: 14] [destacamos] Nota-se tal discussão também em sua justificativa para o livro: “Palmares ficou envolvido em sombra e em silêncio durante três séculos, enquanto, cá fora, o seu *fantasma* – o Palmares [...] do suicídio do Zumbi, *da vitória de Domingos Jorge Velho* – tomava o seu lugar.”. [CARNEIRO, 2011: 17] [destacamos] Pequenas indicações de tomada de posição, sobretudo sobre o caráter dado ao desfecho dos quilombos palmarinos.

3.1.5 Mário Martins de Freitas

Mário Martins de Freitas, oficial do exército brasileiro, nasceu na cidade de Gão Mogol, Minas Gerais, em 20 de novembro de 1899. Integrante da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, recebeu a Cruz da Ordem de Aviz de Portugal, no grau de oficial, quando de regresso ao Brasil. Mário Martins de Freitas faleceu em 1959. Ele escreveu, em 1954, *Reino Negro de Palmares*, que iniciaria com a análise do continente africano, desde a sua história, passando por aspectos de relevo, clima, etnias, até o envolvimento com o tráfico e a história da escravidão. Um “estudo vasto”, mas “muito irregular” que teria resultado em um trabalho que constitui “retrocesso em relação ao estudo de Édison Carneiro”. [MAESTRI, 2002: 57]

A sua segunda edição foi publicada em 1988 nas comemorações do Centenário da Abolição da escravatura, quando o historiador marxista, militante do PCB, Ivan Alves Filho, publicou sua dissertação de mestrado *Memorial dos Palmares*. Outras importantes obras teriam suas reedições em 1988, como *Rebeliões da Senzala*, do historiador Clóvis Moura e a quarta edição da obra do próprio Édison Carneiro, como já proposto.

Determinismo racial

Permeado de estereótipos e conceitos racistas, o autor inicia com o capítulo “O continente negro”, apoiado em racismo extremado e no determinismo racial e geográfico literalmente ensandecido, totalmente desacreditados quando da publicação, mas de forte aceitação no meio militar e conservador. [FRANÇA & FERREIRA, 2012] “A África é uma terra triste.” “Dir-se-ia que Deus, depois de sua grandiosa criação do mundo e da distribuição das diversas raças e dos seus elementos pelos continentes, reservou para a África a borra que restou no fundo de sua retorta divina [...]” [FREITAS, 1988: 17] “Tudo no continente negro era negro, pavorosamente negro! Se o meio físico era inóspito, os animais eram ferozes e os homens bárbaros!” [FREITAS, 1988: 35]

Mário Martins de Freitas festeja igualmente a destruição dos Palmares. Entretanto, ele inova, ao defender que tal destruição foi benéfica também para a “raça oprimida” no Brasil. “As conseqüências sociais resultantes da destruição do Reino Negro de Palmares e das lutas sociais que ali se travaram [...] foram profundas e benfazejas para a própria raça oprimida e para o Brasil.” Ou seja, os oprimidos deveriam agradecer, pela opressão, aos opressores. Para esta afirmação o autor complementa que o país ficara deste modo, “indene de quistos raciais encravados no seu território, com uma só raça [sic] e uma só língua.” [MAESTRI, 2002: 57] Qual seria essa raça única, não diz!

São enormes, igualmente, seus lapsos factuais. Martins de Freitas destaca: “O tratado de paz, assinado solenemente em 21 de junho de 1678, entre o governador Aires de Souza de Castro e a embaixada negra do rei Gangazuma [...] não fora ratificado pelo rei supremo [sic] dos palmarinos e deus da guerra dos quilombos.” [FREITAS, 1988: 253] Para ele, haveria dois Zumbis - um se jogando pelos penhascos, o outro morto em 20 de novembro de 1695. Defende o suicídio, porque teria sido “incomparavelmente belo, quase divino [...]” [FREITAS, 1988: 194] Para ele, mesmo que fosse “uma lenda na legítima expressão do termo, não devia ser destruída, quanto mais tratando-se de um fato histórico já cristalizado por quase três séculos de existência!” [FREITAS, 1988: 416] Ou seja, uma lenda, cristalizada pela história, transformaria-se em fato histórico!

Os principais autores que propuseram uma revisão historiográfica dos Palmares, pouco destaque deram para o seu livro, com exceção de *Três Vezes Zumbi* dos historiadores Jean Marcel Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, que, no esforço despendido de *descontração* da saga palmarina, gastaram três páginas de seu estudo para a análise desse livro literalmente estranho, mais próprio a ficção do que à historiografia.

3.1.6 Benjamin Péret

Benjamin Péret nasceu em 1899, na França, em um meio social modesto. Combateu, muito jovem, como soldado, na Primeira Guerra abraçando a seguir o socialismo. Iniciou-se na poesia redigindo poemas simbolistas e aderiu, em 1922, ao movimento surrealista. Com outros surrealistas, ingressou, em 1926, no Partido Comunista Francês, rompendo com o mesmo, em 1928, devido ao stalinismo, aderindo a seguir à Oposição de Esquerda liderada por León Trotsky.

Casou-se em Paris com a cantora lírica brasileira Elsie Houston, viajando, em fevereiro de 1929, para o Rio de Janeiro. Por três anos militou no grupo trotskista brasileiro. Escreveu documentos políticos, estudos a religiosidade afro-brasileira, prefaciou livro sobre a revolta do encouraçado Potemkin, escreveu original sobre a revolta da chibata. Em 1931, nasceu seu único filho e, em novembro, foi preso pela polícia do getulismo, acusado de “agitador comunista”.

Um mês após a prisão, foi expulso para a França, onde seguiu a militância e trabalhou como revisor. Em 1934, separou-se de Elsie e, em 1936, foi lutar na Espanha nas filas do Partido Operário de Unificação Marxista - POUM e a seguir, nas milícias anarquistas. Em 1939, voltou à França. Recrutado, foi preso por atividade política no exército. Com o início da Guerra e a *débaçle* do exército francês, refugia-se em Marselha e viaja para o México, onde León Trotsky acabara de ser assassinado. Em 1946, com a viúva de Trotsky, rompeu com a Quarta Internacional, mantendo-se trotskista. Em 1955, com problemas de saúde e econômicos, viajou ao Brasil, a convite do filho. No Rio de Janeiro, escreveu, em 1956, o ensaio *Que foi o quilombo de Palmares?* Retornou a Paris onde faleceu, em 1959. [PONGE, 2002: 13-45]

Motivações para o ensaio

A decisão de Benjamin Péret de escrever sobre Palmares não foi acidental. Desde sua primeira viagem ao Brasil, mostrara grande interesse com a escravidão e a questão negra, no relativo à sua história, artes, religiosidade. Seu ensaio sobre Palmares foi publicado em dois números da revista cultural paulista de caráter progressista *Anhembi*, em 1956. A segunda edição, no Brasil, seria apenas de 2002, pela Editora da UFRGS, sob iniciativa e com as apresentações de Mário Maestri e Robert Ponge.

Benjamin Péret serviu-se das principais fontes primárias disponíveis: diário do capitão João Blaer; a *Relação [...]*; Rocha Pita; Nina Rodrigues; Ernesto Ennes. Entretanto, sua principal fonte de informação, na síntese que realiza sobre a história palmarina, no segundo

capítulo de seu ensaio, foi o trabalho de Édison Carneiro. Desse fato nasceu um *affaire*. Aquele autor, militante do PCB, escreveu carta, em 24 de maio de 1956, ao diretor da revista *Anhembi* (n.68, jul. 1956), reclamando e obtendo, em nota, no nº 73, de 30 de setembro de 1956, o reconhecimento da enorme contribuição de seu livro para a redação daquela parte do ensaio. Segundo Péret, o aporte de Édison Carneiro não ficara mais explícito devido uma nota extraviada no momento da cópia ou da tradução de seu artigo para publicação. Édison Carneiro parece se ter dado por satisfeito com a explicação, já que, salvo engano, não retornou à questão.

A grande construção de Péret não foi o trabalho sintético sobre a história palmarina. Foi, sobretudo, sua interpretação ao ler a “história brasileira” e a guerra palmarina “como produto da oposição irreconciliável entre trabalhadores escravizados e senhores”. Em verdadeira revolução epistemológica, o marxista francês não só lamentou a derrota de Palmares, mas destacou, em forma totalmente pioneira, que ela teria *entravado* o desenvolvimento da formação social brasileira. Ou seja, para ele, a ordem escravista era o grande empecilho histórico do desenvolvimento da antiga formação social do Brasil e sua destruição, a forma de fazer avançar o país social e materialmente. [MAESTRI, 2002, 61, 39]

O ensaio *Que foi o quilombo de Palmares?* dividia-se em três partes - “Introdução”, “Os fatos” e “Ensaio de interpretação”. Na primeira, em destaque de inspiração surrealista, Péret definiu a “liberdade” como uma das condições essenciais para a existência do homem. “[...] a história poderia limitar-se ao estudo dos atentados contra a liberdade e dos esforços dos oprimidos para sacudir o jugo que lhes foi imposto.” [PÉRET, 2002: 81] Da necessidade humana da liberdade, ele deduzia a luta historicamente determinada dos cativos contra a escravidão colonial. “Os negros do quilombo dos Palmares não aspiravam senão a essa liberdade elementar sem a qual a existência humana já não tem sentido.” [PÉRET, 2002: 81] Na segunda parte do ensaio, Péret apresenta a referida compactação da obra de Édison Carneiro. Na última parte, “Ensaio de interpretação”, aborda, a partir do método marxista de análise historiográfica, a organização social dos quilombos palmarinos.

Ao contrário das obras de Nina Rodrigues e Édison Carneiro – expoentes de sua época na análise e interpretação acerca dos quilombos dos Palmares – que defendiam uma natureza culturalista para os quilombos, ou seja, sobretudo a transposição de instituições e culturas sociedades negro-africanas para o nordeste do Brasil, Péret viu caráter novo naquela formação, própria à ordem escravista colonial e ao novo território, e propôs cronologia para a “evolução” de Palmares ao longo de sua existência. [MAESTRI, 2002: 62-63]

Quanto às teses de Nina Rodrigues, de Édison Carneiro e de outros, Péret ressaltou: “[...] o primeiro defeito dessas hipóteses consiste em parecerem elas insensíveis a toda a influência e em recusarem-se a toda evolução durante os dois terços de século de existência do quilombo dos Palmares” [PÉRET: 2002, 114] Ou seja, aqueles autores viam em Palmares a mera reprodução de instituições africanas, em um processo de certo modo sem história, muito próprio às visões antropológicas funcionalistas e estruturalistas. Ao contrário, o francês reconheceu historicidade ao fenômeno palmarino.

Crítica ao culturalismo

Péret questiona as teses culturalistas a partir de uma constatação gritante. Se os cativos eram provenientes de vários pontos do continente africano, com nada em comum, “nem a língua, nem as crenças religiosas, nem sequer os costumes, nem a cultura”, reunidos por uma única aspiração, a reconquista da liberdade, como seria admissível ou provável que tais pessoas se apressassem em designar, desde o primeiro momento, o comando a algum tipo de chefe?

Benjamin Péret propôs a divisão da história palmarina em três períodos distintos. O primeiro seria o de uma *anarquia primitiva*. Ou seja, quando não haveria a menor necessidade de instituir uma autoridade, já que os quilombolas, isolados, em seus redutos, “caçavam nas florestas à volta de suas aldeias, pescavam nos rios e tanques da vizinhança, roçavam a floresta para plantar milho, feijão, etc.” Ele propôs que: “A solidariedade mais elementar entre seres que tinham conhecido os mesmos sofrimentos e continuavam expostos aos mesmos perigos exigia a recepção fraternal do recém-chegado, bem como a ajuda ao vizinho vítima da sorte.” [PÉRET, 2002: 117]

O segundo período seria aquele em que, após a anarquia primitiva, teria evoluído naturalmente para uma forma *rudimentar* de governo, já com a presença de chefe. Forma essa, segundo ele, “evocada por Édison Carneiro, o qual considera a fuga dos negros uma reação negativa”, o que ele critica duramente. “[...] não é de crer que o negro, recobrando a liberdade, tenha achado que praticava um ato negativo”. [PÉRET, 2002: 115] Para Édison Carneiro, a fuga dos negros escravizados estaria ligada à total negação da sociedade oficial, uma reafirmação cultural africana que buscava uma cultura original. Para Péret, a fuga seria sobretudo a procura da liberdade da escravidão do corpo e das mentes. [MAESTRI, 2002: 63]

Escravidão em Palmares

Para Benjamin Péret, o surgimento de um *Estado Rudimentar* teria ocorrido logo após a invasão dos holandeses do nordeste da colônia, impulsionado, sobretudo, pelos primeiros ataques dos batavos aos quilombos palmarinos. Para ele, os ataques teriam ensejado a

necessidade de uma confederação e, portanto, de implantar um regime dotado de hierarquias sociais. Essa foi, igualmente, uma das muito frutíferas propostas do marxista francês: a visão da reunificação dos quilombos de Palmares, em uma confederação de sentido militar-defensivo, devido às necessidades de defesas. Algo, salvo engano, jamais proposto anteriormente, ao menos em forma clara e explícita.

Ele propõe que, com as invasões holandesas, os palmarinos descuraram as plantações, o que teria exigido a implantação do sistema escravista. “Se é impossível fixar uma data para o estabelecimento da escravatura dos Palmares, nada indica que ela tenha existido antes de terem os brancos empreendido expedições de certa envergadura contra o quilombo.” “Foi a partir do momento em que os negros se viram na obrigação de enfrentar uma dupla tarefa [...] que tiveram de recorrer ao trabalho servil” [PÉRET, 2002: 129]

O historiador Mário Maestri contesta essa afirmação: “Ao discutir a ‘escravidão’ palmarina, Péret não atentou ao necessário desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção imprescindíveis ao nascimento da produção escravista”. “Não existiam em Palmares condições econômicas para a produção escravista. Os palmarinos viviam uma economia essencialmente natural. O uso da terra era livre.” [MAESTRI, 2002: 66] Não havia, igualmente, como vimos, as condições sociais para a escravidão colonial em Palmares, que dissolveria a coesão interna daquela formação social. Ou seja, os palmarinos teriam que se defender dos ataques batavos, luso-brasileiros, do exterior, e da rebeldia-oposição, de seus *escravos*, no interior dos quilombos!

Zumbi traído

Outro fato destacado por Benjamin Péret foi a “delação” de Zumbi por seu *lugartenente* Soares. “Foi um negro capturado pelas tropas de Domingos Jorge Velho que revelou o esconderijo de Zumbi [...] mas é quase certo que esse prisioneiro era um escravo dos negros. Outro negro não teria motivos para denunciar o seu chefe [...]” [PÉRET, 2002: 131] Já para Mário Maestri: “Engana-se Péret: o ‘mulato’ que revelou o esconderijo de Zumbi era um de seus mais próximos homens, e não um escravo palmarino traidor. É crível que ele tenha delatado o chefe palmarino sob tortura ou para salvar sua vida.” “Toda a documentação sugere que em Palmares existisse espécie ou espécies de servidão militar dos cativos libertados, à força, pelos palmarinos. Ao trazerem para Palmares outros cativos, eles adquiriam ‘cidadania’ plena.” [MAESTRI, 2002: 67]

É importante destacar que a inexistência de sistema escravista no interior dos quilombos palmarinos não descarta de maneira alguma possíveis e prováveis contradições sociais entre homens e mulheres, palmarinos nascidos nos quilombos e cativos resgatados ou

fugidos, entre jovens e adultos. Realidades pouco estudadas. O que se pretende defender, a partir de métodos marxistas de análise, é a inexistência de um escravismo de moldes coloniais como os exercidos e mantidos pela capitania, como hipótese, devido sua impossibilidade material, e como fato histórico, devido à falta de documentos e referências positivas.

Para Benjamin Péret, o progresso da formação social luso-brasileiras dependia do fim da escravatura. Um fim que o marxista francês acreditava impossível ou muito difícil, devido às condições históricas, já que os quilombos palmarinos não possuíam bases produtivas, sociais, culturais, etc. para efetivamente vencer. Para ele, “os negros dos Palmares ignoravam que a sua aspiração fundamental só se poderia realizar se fosse extensiva ao conjunto dos negros do Brasil unidos por um fim comum [...]”. Ou seja, só venceriam com uma insurreição que se alastrasse para toda a capitania e, eventualmente, para todas as capitanias, [PONGE, 2002: 40]

Entretanto, Péret reconhece esse *espraiamento* da fuga e da sublevação para toda a colônia como impossível. Em mais uma contribuição inovadora, perscruta as bases das dificuldades dos trabalhadores escravizados para levantarem-se e vencerem a formação social escravista. Entretanto, não há derrotismo e fatalismo na leitura do francês. Péret propunha que toda a luta dos escravizados, mesmo derrotados, determinava a formação social escravista. Haveria uma analogia do pensamento de Péret (organização total dos negros do Brasil em torno da necessidade de libertação) com o de León Trotski onde “apenas a total destruição do capitalismo asseguraria a vitória definitiva dos Estados onde fora expropriado o capital, pois enquanto o capitalismo fosse hegemônico no planeta, a URSS viveria sob *sursis*.” [MAESTRI, 2002: 69]

3.1.7 Clóvis Moura

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925, em Amarante, Piauí. Filho de mãe branca e pai negro, teve como bisavô, pelo lado materno, um barão do império prussiano, Ferdinando von Steiger, e pelo lado paterno, a avó Carlota, escrava de seu avô, que era senhor de engenho. Ainda na infância, Clóvis Moura foi com a família para Natal onde residiram de 1935 a 1941. Estudou no Colégio Marista Santo Antônio onde fundou o *Grêmio Cívico-Literário 12 de outubro*.

Clóvis Moura também foi diretor do jornal *O Potiguar* daquele Grêmio. Mudou-se, com seu irmão, para Salvador em 1942, quando tinha 17 anos. Na Bahia, iniciou, sem concluir, o curso de Direito, em 1944, indo trabalhar no jornal *O Momento*, do PCB. Militante comunista

desde 1945, foi eleito deputado dois anos depois, tendo seu mandato cassado com o cancelamento do registro do PCB no governo de Gaspar Dutra (1945-1950).

Em 1949, Clóvis Moura se mudou para São Paulo, integrando a *Frente Cultural do PCB*, onde conheceu e conviveu com Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, dentre outros intelectuais de destaque daquele partido. Escreveu *Rebeliões da Senzala* onde interpretava a escravidão a partir do método marxista de análise historiográfica, ou seja, da contradição entre explorados e exploradores. Porém não foi um livro de fácil publicação, sendo editado apenas em 1959.

Clóvis Moura procurou o já célebre historiador Caio Prado Júnior, de seu partido, proprietário da conhecida Editora Brasiliense, para consulta sobre seu projeto de escrever sobre “as revoltas de escravos no Brasil”. Porém a proposta e o livro não foram aceitos, sob a escusa de “eventuais dificuldades logísticas e à pouca relevância do projeto” Caio Prado Júnior recomendou à Clóvis Moura que, “se fosse ‘realmente comunista’, que empregasse ‘seu esforço de escritor [...] para resolver os grandes problemas humanos da miséria e da exploração’, começando ‘com os problemas, as misérias e a exploração’ que encontraria ‘aí à sua volta’, em Juazeiro. [MAESTRI, 2013: 15]

Caio Prado Júnior devolveu os originais da obra três anos após a ter recebido. Embora tenha elogiado o trabalho, que definiu como “grande contribuição para assunto que anda esparsa em nossa literatura história”, as lutas dos trabalhadores escravizados, comunicou que por questões comerciais e financeiras a sua editora estava envolvida com obras programadas e, sobretudo, com as edições de Monteiro Lobato (adepto da eugenia e das teorias de racismo científico).

Compreende-se o *boicote* à obra de Clóvis Moura. Caio Prado Júnior, que se propusera, desde os anos 1930, a utilizar o marxismo na crítica da formação social brasileira, jamais o fizera a partir da contradição escravizadores/escravizados. Em verdade, desconhecia o caráter escravista daquela formação social, que definia, em forma confusa, como capitalista, desde o período colonial, a partir da orientação mercantil de sua organização. Destacava como as lutas dos homens livres pobres como o elemento dinâmico na sociedade pré-Abolição.

Clóvis Moura lançou *Rebeliões da Senzala* somente em 1959 pelas Edições Zumbi, fundada pela militante comunista Antonieta Dias de Moraes, para publicar livros rejeitados pela Editora Vitória, do PCB. [MAESTRI, 2013] Com a publicação de seu trabalho, ampliou seu estudo da história do Brasil, da escravidão, das relações raciais, da cultura. Clóvis Moura faleceu em dezembro de 2003, na cidade de São Paulo. [MESQUITA, 2004: 337-356]

A República de Palmares

Em seu livro, Clóvis Moura define, de maneira clara e explícita, em forma totalmente pioneira, o caráter escravista da formação social brasileira, apontando, portanto, a luta dos trabalhadores escravizados contra seus escravizadores como o grande motor da evolução e construção da sociedade brasileira até 1888, com a abolição da escravatura. Por primeira vez, de objeto da história, o cativo passa a ser, plenamente, seu sujeito. No livro, estuda os quilombos, as fugas, as insurreições, etc. Não se trata, portanto, de livro sobre a confederação dos quilombos de Palmares, abordada, nos seus principais aspectos, no capítulo “República de Palmares”.

A caracterização interna da formação palmarina aproxima-se às de Édison Carneiro e Nina Rodrigues. Clóvis Moura vê, igualmente, existência de escravos em Palmares: “Os que vinham forçados eram transformados em escravos que trabalhavam na agricultura. Assim se foi desenvolvendo o escravismo dentro da própria ‘república’, em consequência do desenvolvimento das atividades agrícolas”. E definiu a confederação como “uma imitação dos muitos reinos existentes na África.” [MOURA, 1988: 207] Nessa época, seria “quase total o desconhecimento no Brasil sobre as formações africanas pré-coloniais.” [MAESTRI, 2013]

Clóvis Moura conclui seu capítulo sobre Palmares destacando a existência de 30 ex-escravos ainda no ano de 1697 e sessenta quilombolas na *Serra Negra* no ano de 1704, o que para ele representavam a “reminiscência do poderio do antigo reduto da Serra da Barriga”, contrariamente à Nina Rodrigues, que propôs que a resistência local, posterior a Zumbi em nada se vinculava à antiga confederação dos Palmares. [MOURA, 1988; RODRIGUES, 1905] A citação dos 30 ex-escravos, como vimos, já havia sido abordada com maior profundidade na obra de Édison Carneiro, sobretudo com declarações do governador e do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho.

4. DÉCIO FREITAS - Superações e Contradições - Um Estudo Referencial

Décio Bergamaschi Freitas nasceu em Encantado, no Rio Grande do Sul, em 1922. Foi advogado de formação, jornalista, historiador, militando no PCB na juventude. Nos anos 1940, foi repórter do *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e um dos fundadores da *Tribuna Gaúcha*, jornal do PCB no Rio Grande do Sul. Intelectual atuante, por anos, foi articulista da *Folha de São Paulo* e manteve página dominical do jornal *Zero Hora* nos últimos anos de sua vida.¹²

Em 1964, Décio Freitas deixou o país, obrigado pelo regime militar, para viver em exílio no Uruguai, onde iniciou suas pesquisas históricas sobre a confederação dos quilombos de Palmares. A primeira publicação de seu estudo sobre os quilombos palmarinos foi em em 1971, em espanhol, sob o título de *Palmares: la guerrilla negra*, pela editora Nuestra América. Décio Freitas publicou outras cinco edições de seu livro em português.

Décio Freitas, bacharel em Direito, ganhou notoriedade e respeito como historiador. Após publicar seu estudo sobre Palmares, empreendeu uma ampla investigação sobre o escravismo brasileiro, tema, naqueles anos de ditadura militar, praticamente não abordado pela academia, sobretudo sul-rio-grandense, que se manteve refratário a ele, sobretudo por sua orientação política de esquerda. Décio Freitas era acusado de não possuir graduação em História e não seguir os cânones acadêmicos, sobretudo no relativo às referências bibliográficas. Décio Freitas sempre se caracterizou por escrever em linguagem jornalística erudita, com a ausência de notas de rodapé.

Suas principais obras historiográficas são: *Palmares: La Guerrilha Negra*, 1971. *Palmares: a guerra dos escravos* [1973]; *Insurreições Escravas*, 1976; *Escravos e Senhores de Escravos*, 1977; *Cabanos - Os Guerrilheiros do Imperador*, 1978; *O Escravismo Brasileiro*, 1980; *O Socialismo Missioneiro*, 1982; *Brasil Inconcluso*, 1986. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*, 2004. *A Miserável Revolução das Classes Infames*, 2005. O livro *Palmares: a guerra dos escravos*, teve reedições em 1978, 1981, 1982 e 1984. No últimos anos de sua vida, escreveu dois livros híbridos, entre a ficção e a história, *O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil*, 1999; e *Maior Crime da Terra*, 1996. Décio Freitas faleceu, em Porto Alegre, em 9 de março de 2004.

¹² VILAÇA, Fabiano. Décio Freitas: o “historiador dos vencidos” enfrentou o preconceito da Academia. *Revista de História*. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/decio-freitas>. Acesso em: 21 jan. 2015.

Conjuntura

Décio Freitas escreveu *Palmares, la guerrilha negra*, no exílio, em momento de escassa produção historiográfica referente ao escravismo no Brasil. Nesse então, a grande referência sobre o tema era a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto de Mello Freyre (1900-1987), escrita sob a ótica das classes dominantes brasileiras em geral, e nordestinas, em particular. Durante o regime militar, Gilberto Freyre foi praticamente um autor de Estado.

Freyre superou o anátema posto pelo *racismo científico* ao Brasil, nos quadros dos princípios racistas. Ele “descreveu um mundo que através de mestiçagem de sangue e de cultura aclimatou os valores ocidentais cristãos aos trópicos”. Ele propunha que a mestiçagem não seria empecilho e sim a solução para civilização brasileira, devido à *incapacidade* do europeu ao trabalho físico nos trópicos. O branco teria *liderado* uma sociedade construída pelo negro *rústico*. Tudo no quadro de um escravismo patriarcal e benigno. [MAESTRI, 2015: 23] O *patriarcalismo* e a *democracia racial* foram, segundo Jacob Gorender, “incorporadas à ideologia da classe dominante, tanto mais porque, após a derrocada do nazismo, se tornava constrangedor ostentar o racismo de Oliveira Vianna e de seus predecessores.” [GORENDER, 1990: 14]

Em *Escravidão reabilitada* (1990), Jacob Gorender destacou que a inserção dos estudos de Gilberto Freyre, sobretudo no meio acadêmico, foi fruto de um “triufo tardio” porque sua obra “durante decênios” fora vista como “extravagante, destituída de rigor científico e reacionária”. Para Gorender “Gilberto Freyre compensou a ausência pessoal do meio acadêmico com o extraordinário prestígio difuso, não alcançado por nenhum estudioso de ciências sociais aqui dentro e no exterior”. [GORENDER, 1990: 13-14]

Em meados dos anos 1950, a chamada ‘Escola Paulista de Sociologia’ composta basicamente por Florestan Fernandes [1920-1995], Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni [1926-2004], produziram trabalhos na contramão das teses patriarcalistas e de democracia racial de Gilberto Freyre, afirmando o despotismo escravista e as sequelas pós 1888. Porém, “apresentaram o trabalhador escravizado como uma espécie de ‘figurante mudo’, incapaz de interferir no processo no qual eram objetos”. [MAESTRI, 2015: 37] Tal ‘coisificação’ do cativo ficou explícita na obra clássica de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, onde o sociólogo apresenta o escravizado como personagem incapaz de influenciar sua história: “A liberdade desejada [...] apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente.” [CARDOSO, 1977: 140]

No mesmo sentido, o trabalhador escravizado jamais foi o centro das interpretações da Escola Paulista: “Ao mesmo tempo que desdenhavam o trabalhador escravizado como eixo interpretativo, apresentavam os cafeicultores do Oeste paulista [...] como vetores da modernização que levaria à superação do escravismo.” “Esses autores, sobretudo no caso de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, [...] defendiam essência capitalista incompleta da antiga formação social, deduzida do caráter mercantil e empresarial do escravismo americano.” [MAESTRI: 2015, 38]

Neste ínterim, à *margem da academia*, a historiografia de inspiração marxista produzia alguns trabalhos pioneiros sobre a escravidão, entre os quais se destacavam os estudos de Benjamin Péret e Clóvis Moura, já contemplados neste nosso estudo. No interior da *academia*, a grande referência era a historiadora marxista Emília Viotti da Costa que estudara a escravidão paulista, no memorável *Da senzala à colônia* [1982]. Foi nesse contexto que se enquadrou o trabalho de Décio Freitas, *Palmares: a guerra dos escravos*.

4.1 Palmares: a guerra dos escravos

Até a publicação da obra de Décio Freitas, no início dos anos 1970, as demais interpretações sobre os quilombos dos Palmares se baseavam em artigos dos Institutos Históricos e nas pesquisas de Édison Carneiro e Ernesto Ennes. Após a primeira edição em português, em 1973, Décio Freitas completou sua pesquisa consultando arquivos portugueses, como o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca Nacional de Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, etc. Após sua pesquisa, outras obras utilizariam fontes lusitanas, como Ivan Alves Filho em *Memorial dos Palmares*, em 1988.

Décio Freitas assinalou a contradição de classe entre trabalhadores escravizados e escravizadores como sendo essencial à história colonial e imperial brasileira. Embora Clóvis Moura e Benjamin Péret tenham sido os primeiros a apresentarem Palmares como autêntica luta de classes, foi o estudo de Décio Freitas que mais se aprofundou e mapeou a história dos quilombos palmarinos, diferentemente de Édison Carneiro, ligado ao PCB, que não viu luta de classes no episódio. [MAESTRI in PÉRET, 2002: 73]

Figura 2: 1ª edição do livro de Décio Freitas



Fonte: Acervo do autor.

A primeira edição em português foi publicada pela editora Movimento, de Carlos Jorge Appel, que realizava uma “luta de resistência cultural em Porto Alegre”. [FIABANI, 2011: 104] Esta edição teve sete capítulos, mais um texto sintético de apresentação. A orelha foi assinada pelo historiador Voltaire Schilling, enquanto as demais por Darcy Ribeiro, exceto a última, que teve o espaço reservado à editora.

O texto de ‘apresentação’ foi repetido nas quatro primeiras edições brasileiras, sendo remanejado para o final do livro na quinta e definitiva edição. Com a mudança, a última edição ganhou um início direcionado para o princípio da escravidão - “O começo” - na Capitania de Pernambuco, e um fecho com a contextualização das revoltas - “Dialética do amo e do escravo”. Trata-se de uma inversão na organização da obra. Não temos informações sobre os motivos da mudança.

Nas edições de 1973, 1978, 1981 e 1983, Décio Freitas manteve a divisão de classes para a sociedade escravista do Nordeste - “homens livres” e “homens escravos” -, denominação que serviu de título para o primeiro capítulo do livro. Na edição definitiva,

adicionou `à categoria dos homens “semilivres”, que seriam os negros forros e indígenas domesticados. [FREITAS, 1984: 18]

Os capítulos 2º “Angola Janga”, 3º “Guerra e rebelião”, 4º “A guerra do mato” e 5º “Ganga Zumba” da primeira edição, foram praticamente repetidos nas demais edições. Com pequenas diferenças visuais - frutos de maior número de subtítulos. A inclusão de mais divisões, sem a alteração do conteúdo, deu-se para facilitar o processo de leitura, visto que os ‘inter-títulos’, uma característica dos textos do autor, constituem técnica utilizada no jornalismo para facilitar a leitura-compreensão.

O sexto capítulo, intitulado “Zumbi”, apresenta grandes mudanças, sobretudo a partir da terceira edição, quando o autor acrescenta a ‘biografia’ de Zumbi dos Palmares. Esse acréscimo motivou importante polêmica devido à falta de comprovação de alguns fatos. Trataremos a questão, em forma mais detalhada, oportunamente.

O sétimo capítulo apresenta diferenças importantes. Na primeira e na segunda edições, possui sete subtítulos. Nas edições de número três e quatro, possui um subtítulo a menos. Parece clara a razão de tal procedimento, visto que nas duas edições seguintes, acrescentou um oitavo capítulo. A edição definitiva possui, em seu sétimo capítulo, dozes subtítulos, o que se deu ao fato do remanejamento do texto de ‘apresentação’ para ‘conclusão’ das demais edições, como já vimos.

A terceira e quarta edições receberam capítulo exclusivo - “Os que preferiram morrer”. Nele, Décio Freitas faz um balanço sobre as principais revoltas escravas e suas conseqüências, dando destaque para a revolta no Haiti e as revoltas no Brasil colonial e imperial. Além disso, analisou os motivos dos cativos se organizarem em quilombos. Para ele, as principais causas para o não surgimento de uma revolução escrava estava na *distância* e nas dificuldades de *comunicação* entre os cativos, nas diversas unidades escravistas. Ou seja, quando “se insurgiam precisavam percorrer enormes distâncias para se articular”. O que dificultava organização de amplas revoltas. Deste modo, não “restava portanto aos rebeldes outra alternativa que a da fuga para o mato e a organização de quilombos”. [FREITAS, 1982: 189] Este capítulo não foi reproduzido na edição definitiva. Um dos possíveis motivos está na característica da última edição que mantém textos diretamente ligados ao tema central. Nas primeiras edições, Décio Freitas abordou outras revoltas e outros períodos e analisou a escravidão, no geral.

Ao longo do desenvolvimento das diversas edições, com exceção da 3ª e 4ª, Décio Freitas pouco alterou os principais capítulos. A troca de alguma palavra, o remanejamento de um parágrafo ou a escrita mais sintética de uma frase, mostraram a atualização de escrita, com a

permanência de ideias e convicções. Salvo nosso engano, a *biografia* de Zumbi e a análise das revoluções escravas no capítulo “Os que preferiram morrer” constituem a grande mudança no texto de Décio Freitas.

Na orelha da última edição, de 1984, assinada pela editora Mercado Aberto, consta a informação de *outra* edição uruguaia do livro de Décio Freitas, *além* da primeira, porém que teria sido “confiscada e incinerada pelo governo autoritário presidido por Jorge Pacheco Areco [1967-1972], que naquele país preparou o terreno para o atual regime militar”. Não nos foi possível confirmar essa informação.

A apresentação

Décio Freitas deteve-se na análise da historiografia do trabalhador escravizado no Brasil, sobretudo no relativo à resistência: “Ainda que a marginalização [das revoltas escravas] estivesse implícita na obra que implantou as bases do historicismo [...] brasileiro, a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, somente veio a ser teorizada por Nina Rodrigues, [...] o pioneiro dos estudos sobre o negro.”. [FREITAS, 1973: 9] Décio Freitas criticou as teses de caráter culturalista e regressão tribal da resistência quilombola no Brasil de Nina Rodrigues, e, sobretudo, sobre a aniquilação de Palmares. Para ele, o mal “proveio precisamente da incapacidade dos escravos de destruírem um sistema econômico e social que bloqueava o progresso do país”. [FREITAS, 1973: 9] Fica clara a posição do historiador rio-grandense, que abraça a visão, sobretudo de Benjamin Péret, contrária a de Nina Rodrigues, para quem Palmares era uma “ameaça à civilização do futuro povo brasileiro”. [RODRIGUES, 2010: 86]

Por um lado, lembra o autor, as teses *culturalistas* e do caráter regressista de Palmares ignoravam o conteúdo político e *revolucionário* dos processos de fuga e aquilombamento. Por outro, o “revisonismo histórico” ignorava as revoltas escravas e sua importância e significado na história do Brasil. Décio Freitas lembrava que, a partir de tal posição, “as únicas manifestações libertárias da Colônia e do Império foram as das insurreições de homens livres.” [FREITAS, 1973: 10] Insurreições estas que, segundo ele, não ameaçavam a base da opressão no país – o escravismo enquanto sistema econômico.

Segundo Décio Freitas, mesmo que se tenha, com o revisonismo, interpretações corretas sobre revoltas de homens livres, nenhuma categoria social lutou de forma mais incisiva contra o escravismo do que a dos próprios trabalhadores escravizados. Ele registrava, ainda, que dentre tais revoltas, Palmares ocupou “lugar ímpar”; não “foi apenas a primeira, mas também a de maior envergadura”. [FREITAS, 1973: 10]

Décio Freitas definia de “reviscionista” as visões historiográficas emanadas sobretudo do Partido Comunista Brasileiro, através de seus principais intelectuais - Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, o próprio Édison Carneiro - que definiam a antiga formação social brasileira como feudal e semi-feudal. Para essa visão, a principal contradição fora, no passado, e era, ainda de certo modo, a luta dos homens livres pobres, sobretudo “camponeses”, contra os latifundiários.

Mais tarde, o designativo “reviscionista” vai ser usado para autores como a historiadora Katia de Queiroz Mattoso, autora de *Ser escravo no Brasil* (1979), traduzido do francês para o português em 1982, amplamente consagrada no meio acadêmico. Na senda de Gilberto Freyre, aborda a captura, o transporte negreiro, a escravidão e a ‘liberdade’ dos cativos, propondo que os escravizados trabalhassem pouco, se alimentassem bem e fossem raramente castigados. Ela não via premeditação nas fugas, aquilombamentos e revoltas, retomando as teses culturalistas de Rocha Pita e Nina Rodrigues. Seu livro gerou tendência entre os acadêmicos e tingiu em cores harmoniosas o holocausto escravista. [MAESTRI, 2015:1; MATTOSO, 1982: 118-119; FREYRE, 2013: 727 Pp.] Jacob Gorender destacou que se “Gilberto Freyre tantas vezes elogiou a *doçura* das relações escravo-senhor no Brasil, Kátia reitera a *ternura*.” [GORENDER, 1990: 21] [destaque do autor]

Décio Freitas encerrou o texto de apresentação da primeira edição de *Palmares: a guerra dos escravos* com o registro das limitações e pobreza das fontes disponíveis. “De qualquer maneira, certas lacunas jamais poderão ser supridas, como por exemplo, a da inexistência de fontes diretas dos próprios palmarinos, pelo que somos forçados a nos contentar com as informações provenientes dos seus encarniçados inimigos.” [FREITAS, 1973: 11] Entretanto, apesar da falta da palavra direta dos palmarinos, temos *depoimentos* indiretos dos mesmos, através dos próprios documentos, de sentido dialógico; da tradição oral; da arqueologia, etc., ainda pouco explorados. Uma carência de fontes que Décio Freitas propõe completar com o uso da “imaginação” como forma de preencher as lacunas historiográficas oriundas da falta de fontes. “Nossas fontes são desalentadoramente lacônicas acerca dos sucessos ocorridos em Palmares [...]. O historiador se vê obrigado a espiolhar indícios, referências e alusões [...] e aí, como em todo o trabalho histórico digno desse nome, cumpre mobilizar a imaginação.” [FREITAS, 1984: 114]

Ao propor a necessidade de “mobilizar a imaginação”, Décio Freitas certamente lembrava o uso de deduções lógicas para preencher as lacunas de fontes. Um recurso aceitável e necessário na historiografia, utilizado por todos aqueles que o haviam precedido nos estudos palmarinos, mas que exige o registro claro do uso desse recurso. Destaque-se que

tal proposta se dá precisamente no capítulo consagrado a Zumbi, objetivo, como já assinalado, de grande polêmica.

Décio Freitas repetiu em todas as edições aquilo que chamou de suas “ambições limitadas”, ao afirmar que seu livro não pretendia ser uma “história de Palmares”, mas sim uma história “mais entrevista que conhecida”. [FREITAS, 1973:12; 1974: 14; 1978: 14; 1982: 14; 1984: 174]

Uma sociedade de classes

No início de sua narrativa, Décio Freitas incorre em um lapso ao dizer que os cativos sublevados de um engenho do Nordeste teriam optado pelo refúgio na região conhecida por Palmares, pois as demais opções os levariam a “mais dia menos dia” serem capturados pelos *capitães-do-mato*. [FREITAS, 1973: 14] Segundo a historiadora Silvia Lara, os “capitães-do-mato” só foram surgir após o quilombo dos Palmares e, sobretudo, pós descoberta de minérios nas Minas Gerais. [LARA in REIS & GOMES, 1996: 81-109] Ou seja, os *homens-do-mato* teriam sido implantados como mecanismos de controle para evitarem, sobretudo, novos Palmares. Segundo Jacob Gorender, tal categoria se regulava por regimentos especiais e tinha “hierarquia própria: soldado, cabo, capitão, sargento-mor e capitão-mor do mato. A partir do posto de capitão-do-mato, era preciso obter uma patente concedida pela autoridade pública. Patente de que se beneficiaram [...] até escravos”. [GORENDER, 1985: 60]

Ao longo do primeiro capítulo, Décio Freitas analisa as características da capitania de Pernambuco quando do início dos quilombos dos Palmares. A presença indígena foi referida quando da doação das capitâncias hereditárias e da chegada do donatário Duarte Coelho e sua família. Os nativos, de início, fizeram boas relações com os brancos, inclusive se sujeitando à catequese e ao trabalho na lavoura, porém se rebelaram quando perceberam as reais intenções dos brancos europeus que pretendiam usar a sua mão de obra para a exploração do território.

Nativos x africanos

Segundo Décio Freitas, os autóctones não estavam historicamente preparados para a escravidão. [FREITAS, 1973: 15] Os jesuítas haviam tido êxito apenas porque teriam criado uma organização econômica inspirada nos modelos originais dos indígenas: coletividade da terra, cooperação no trabalho, igualdade econômica, etc. [FREITAS, 1973: 16] Décio Freitas definiu a inaptidão dos autóctones influenciado por teses consagradas pela historiografia anterior. Casos de padre Vieira e Gilberto Freyre. É de padre Vieira a afirmação de que os indígenas brasileiros “são menos capazes de trabalho”, “menos resistentes às doenças” e “morrem de saudades de sua vida original”. [VIEIRA, *apud* GORENDER, 1985: 123] Já Gilberto Freyre afirmou que o índio não correspondeu às “exigências do novo regime de

trabalho” envolvendo-se em “uma tristeza de introvertido”. Para Freyre, “foi preciso substituí-lo pela energia moça, tesa, vigorosa do negro”. [FREYRE, 2013: 229] Tais teses esbarram em relatos de época e análises mais profundas e estruturais, sobretudo de métodos marxistas de análise historiográfica. Quanto a inaptidão dos indígenas, Gabriel Soares de Souza observou que os mesmos demonstravam destreza nas mais diversas áreas em que eram colocados sob treinamento: “[...] carpinteiros de machado, serradores, oleiros, carreiros e para todos os ofícios de engenhos de açúcar, têm grande destino [...]” [SOUZA, 1971: 313] Jacob Gorender destacou que “o estereótipo do índio incapaz” beneficiava a Coroa e os traficantes, visto que o comércio negreiro era uma “fonte fabulosa de lucros”. Ele também propôs que “em termos atuais”, poderíamos dizer que a inaptidão autóctone teria sido uma “técnica de marketing” a qual teriam contribuído a política do Vaticano de proibição da escravidão indígena e aprovação da dos negros africanos. [GORENDER, 1985: 124]

Uma outra explicação

Em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, o historiador Fernando Novais destacou a instância econômica na substituição do escravismo indígena pelo africano: “[...] o *tráfico negreiro*, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia.” [NOVAIS, 1979: 105] [destaque do autor] A escravidão indígena não só não gerava lucros para a Coroa, como mantinha o capital na colônia. O lucro dos engenhos era utilizado para pagar o comerciante de índios que por sua vez fazia a captura nas matas. Desta forma, a principal razão de ser da colônia – sustentar a Metrópole – sofria uma inversão importante. Diante de tal fato, e baseado nos relatos acima, sobretudo de Jacob Gorender, a proibição da escravidão indígena teria como principal motivo direcionar os lucros dos engenhos para o pagamento dos comerciantes de escravos. Desta forma, o dinheiro iria para a Metrópole. Fernando Novais encerra o relato destacando que paradoxalmente “é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário.” [NOVAIS, 1979: 105] [destaque do autor]

Décio Freitas propõe que a falta de mão de obra indígena (já revoltados e resistentes ao processo escravista) e a insatisfação dos poucos homens livres pobres, sobretudo com a miséria e as desumanas condições de trabalho, fruto de pouca colheita e de pestes que começavam a devastar a população, colocaram como solução a importação de escravos africanos. As experiências dos lusitanos com a mão de obra africana davam mostras de produtividade e eficácia. Casos da Ilha da Madeira, Açores, São Tomé e Nova Espanha. [FREITAS, 1973: 16-7; 1984: 11] Nessa substituição, não podemos também deixar de lado o

esgotamento tendencial dos cativos da costa e do interior próximo e, portanto, a incapacidade de sustentar com os mesmos a reprodução ampliada da produção açucareira. [MAESTRI: 2013, 15 *et seq.*]

No parágrafo em que define o início da escravidão, encontra-se pequena divergência de escrita entre as quatro primeiras edições brasileiras e a definitiva: “Veio à luz, desta forma, o sistema escravista brasileiro – de longe o mais sólido, recalcitrante e longo das Américas, segundo o provam circunstâncias tais como a de ter sido o Brasil a última nação a suprimir o tráfico, e a abolir a escravidão.” [FREITAS, 1984: 12] [destaque nosso] Já na edição de 1973, bem como nas demais, Décio Freitas conclui o mesmo parágrafo com “a última nação a suprimir o tráfico, a declarar livres os ventres e a abolir a escravidão”. [Destaque nosso]. Tal diferença sugere a discordância do autor com a libertação de fato dos “ventres” a partir de 1871. Poucos “ventre-livres” se libertaram em virtude do conteúdo da própria lei. [CONRAD, 1975: 113-114; COSTA, 2008: 54]

Pernambuco

Décio Freitas descreveu uma capitania de Pernambuco permeada por frustrações dos viajantes que ali chegavam. As expectativas criadas pela riqueza da capital do açúcar, e, sobretudo, divulgada pelos navegantes e comerciantes, não confirmavam aos olhos dos recém-chegados, mesmo acostumados com a precariedade das terras lusitanas. Era nesse cenário que se dariam a guerra contra os holandeses e a revolta dos negros aquilombados nos Palmares. “[...] era um quadro de pobreza e atraso, mesmo à luz dos padrões de Portugal, país que já então se notabilizava como o arcaísmo da Europa.” [FREITAS, 1984: 12]

Décio Freitas destacou a evolução da cidade do Recife após a invasão holandesa, sobretudo devido às mudanças promovidas pela administração de Maurício de Nassau: “A imunda, fétida e promíscua Recife seria considerada intolerável pelo viajante europeu. Essa povoação somente se converteria num lugar razoavelmente habitável depois de sua ocupação pelos holandeses [...]”. “[...] construíram boas residências, abriram ruas e ligaram as ilhas por pontes, permitindo-lhe iniciar a carreira que faria dela a invejada capital de todo o nordeste brasileiro.” [FREITAS, 1984: 13]

Uma administração para o topo da pirâmide

Importante destacar que as mudanças promovidas pelos holandeses em nada modificaram a vida dos pobres, em geral, e dos trabalhadores escravizados, em particular. Os holandeses governaram para as classes dominantes, *perdoando* dívidas somente aos senhores de engenho. Tais mudanças, se por um lado transformaram a cidade em local ‘mais

agradável', por outro, mantiveram as condições das classes desfavorecidas. A situação permaneceu idêntica, especialmente em relação aos escravizados.

Décio Freitas registrou que os batavos apenas modificaram as formas de torturas: “Nada menos certo que os holandeses não usassem contra os cativos as ‘brutais torturas’ infligidas pelos portugueses [...]” “[...] inventaram torturas diferentes, como a crucifixão e morte lenta, a suspensão em ganchos com feridas expostas ao sol calcinante, a mutilação de narizes, a amputação de mãos, a fratura de ossos a marteladas.” [FREITAS, 1984: 53] O paraíso de Maurício Nassau, narrado e elogiado até os dias atuais, era administrado para o topo da pirâmide social.

Outro fato que surpreenderia negativamente os viajantes europeus era o pouco luxo dos senhores de engenho. Elite local da época, não tinham grandes residências, exceto *uns dois ou três*, e não viviam no luxo. Suas roupas eram muitas vezes definidas como ‘panos’ e as jóias usadas pelas senhoras de engenho, falsas. Além de consumirem modesta alimentação à base de peixe seco e farinha. [FREITAS, 1984: 14] Como grandes classes, Décio Freitas dividiu a sociedade do nordeste do Brasil em “homens livres” e “escravos”. Na quinta e definitiva edição, propôs como terceira categoria os “semilivres”, como vimos.

Os homens livres

No topo da pirâmide dos ‘livres’ estariam os senhores de engenho. Os verdadeiros, ou legítimos escravizadores, somavam não mais do que três dezenas de famílias da capitania, unidas, mantidas e legitimadas por laços consanguíneos e por casamento. Em virtude das suas posses e de direitos legais, eram praticamente onipotentes. Possuíam a maioria dos escravos e se serviam de indígenas domesticados. Os senhores de engenho podiam tudo. Ocupavam os altos e principais cargos públicos, eram donos das melhores e mais extensas porções de terra, controlavam a Justiça, organizavam as milícias, além de concorrer (e ganhar) nas eleições para os *senados da câmara*. [FREITAS, 1984: 15-16]

Os lavradores de partido compunham a segunda categoria da pirâmide dos *livres*. Em geral, tratava-se de arrendatários das terras dos senhores de engenho. Décio Freitas lembrou que, muitas vezes, as imposições feitas pelos senhores de engenho eram leoninas. Os mais ricos lavradores chegavam a ter cinquenta escravos e acesso aos senados da câmara. [FREITAS, 1984: 16] Embora menos ricos e vivendo sem maiores luxos e confortos, eram também exploradores do trabalho escravizado. Muitas vezes, os lavradores eram descendentes, não primogênitos, de senhores de engenho, que não herdavam terra, que tinham que arrendar. [GORENDER, 1985: 404]

Outra importante categoria social era a dos grandes mercadores de Recife, que importavam cativos e manufaturas e exportavam os açúcares. Não tinham prestígio social igual que os engenheiros, nem gozavam dos mesmos privilégios - mas enriqueciam, mais e mais. No século 18, a chamada Guerra dos Mascates nasceu da intensa contradição entre senhores de engenho, mais e mais individadados, e grandes mercadores, cada vez mais ricos. [FREITAS, 1984: 17]

As duas últimas camadas dos homens *livres* eram formadas pelos *artesãos* e *livres pobres*. Os artesãos, trabalhadores autônomos, muitas vezes compravam cativos para ensinar o ofício, colocando-os em posição social acima dos que não tinham posses. Já os livres pobres encontrava-se acima apenas dos índios, libertos e escravos. Não pertenciam a categoria ‘povo’ e sim à ‘ralé’, ‘vulgo’ ou ‘plebe’. Invariavelmente padeciam de fome, mas ainda assim, eram livres.

Décio Freitas destacou que em toda a história colonial brasileira não se encontra *um único exemplo de iniciativa revolucionária por parte de livres pobres*. Os movimentos políticos ocorriam, invariavelmente por parte de membros de classes privilegiadas, sem propor modificações sociais, ou, por parte de trabalhadores escravizados, que almejavam estas últimas. [FREITAS, 1984: 18] [destacamos] Mais de vinte páginas adiante, no capítulo dedicado à religião dos palmarinos, Décio Freitas retorna à mesma questão, de outro ângulo: “[...] as rebeliões negras oferecem a singularidade de não assumirem nunca um cariz profético ou messiânico, ao contrário do que sucedeu sempre nas *rebeliões dos livres pobres*.” [FREITAS, 1984: 43] [destacamos] Ou seja, os movimentos de livres pobres, na Colônia e sobretudo no Império, não questionavam objetiva e subjetivamente a ordem vigente, ao assumirem conteúdos milenaristas. As revoltas dos cativos, de per si, punham em xeque a formação social escravista.

Os homens semilivres

Em sua última edição (1984), Décio Freitas define como semilivres aqueles que não eram escravizados, mas que não se enquadravam na definição de “povo”. Uma das questões mais relevantes deste capítulo está no conceito de ‘alforria’, muitas vezes definido como sinônimo de ‘liberdade’. Em contra-mão a correntes historiográficas posteriores que viram, não raro, na alforria uma quase extinção tendencial da escravidão, Décio Freitas demonstra a fragilidade de uma carta de alforria: “O escravo não gozava do direito à alforria – esse direito apenas veio a ser reconhecido no Brasil em 1871. Tratava-se de ato unilateral do amo, juridicamente conceituado como doação e, como tal, passível de revogação.” [FREITAS, 1984: 18] Era justamente devido a essa possibilidade de revogação da alforria que os

semilivres eram espécie de ‘massa de manobra’ à disposição de seus antigos amos “graças a instituição da alforria, o senhor de escravos podia constituir uma clientela de homens obrigatoriamente devotados, contrapondo-se à massa de escravos.”. [FREITAS, 1984: 19]

Décio Freitas registrou que a revogação poderia se dar, inclusive, por intermédio de terceiros. Casos de herdeiros de amos já falecidos que decidissem revogar mediante qualquer atitude ‘errada’ por parte do ex-cativo. Era o que ele definiu como “liberdade vigiada”. “A alforria, em síntese, representava um reconhecimento apenas parcial da personalidade humana do negro. Não era um cativo, mas tampouco era um homem livre”. [FREITAS, 1984: 19] Entretanto, haveria que distinguir entre as alforrias concedidas pelos escravistas e as compradas, aos escravistas. Estas últimas só poderiam ser revogadas devido a injúrias graves, visto que o trabalhador escravizado havia se comprado, a si mesmo, transformando-se, assim, em seu próprio senhor.

Mas a categoria dos semilivres não se esgotava nos negros forros. A massa de índios domesticada encontrava-se em situação semelhante ou apenas melhor, visto colocados pela lei sob jurisdição dos padres. Embora fossem considerados “meio livres” e “meio escravos”, se destacavam nas forças militares e de manutenção da ordem e segurança nos engenhos. Muitos indígenas incorporaram-se às tropas luso-brasileiras quando da expulsão dos holandeses ou ao lado dos batavos quando da invasão. Eles se destacaram, também, nas tropas que atacavam e destruíam os quilombos.

Os homens escravos

Os trabalhadores escravizados - inseridos abaixo da condição humana e responsáveis sozinhos pela parte essencial da produção econômica -, foram descritos por Décio Freitas como “propriedade total e ilimitada do amo, privado de quaisquer direitos e submetido a uma relação absoluta de dependência”. [FREITAS, 1984: 20] As características desumanas da condição de escravizado possuía legislação específica. As Ordenações Filipinas regulavam a compra e venda de trabalhadores cativos (independente da cor da pele) no mesmo capítulo dedicado à propriedade animal.

Décio Freitas dedicou atenção à definição da classe dos escravos, sobretudo em relação à legislação da época e às características da vida daqueles trabalhadores: “Reduzido à qualificação de coisa, o escravo podia ser vendido, alugado, penhorado, testado, e, finalmente, morto. O amo possuía o fruto do que ainda se gerava no ventre da mulher.”. [FREITAS, 1984: 21]

As discussões sobre a propriedade do ventre seguiriam até a lei de 1871, que legislaria sobre a posse do ingênuo, nascido de ventre livre, até os 21 anos. Décio Freitas destacou

debates políticos sobre a posse dos ventres de escravas, como, por exemplo, do jurista Barros Cobra que afirmava, em 1870, que a cria de uma mulher escravizada pertenceria ao seu *senhor* de mesmo modo que “qualquer animal do seu domínio”. [FREITAS, 1984: 21] A questão da posse do ventre gerou divergência quando da proposta de anistia oferecida pela capitania aos negros palmarinos, como veremos. [FREITAS, 1984: 127]

Décio Freitas destacou as condições vis que os trabalhadores escravizados, sobretudo da capitania de Pernambuco, enfrentavam nos canaviais. Não poucos definhavam devido à alimentação insuficiente e eram raros senhores de engenho que davam ao escravo um dia por semana para plantarem mandioca para consumo próprio. Nesse caso, eram obrigados a arcarem com suas subsistências. Vista como privilégio, esta concessão retirava dos cativos até o direito ao repouso semanal ou quinzenal. Famintos, os cativos atacavam os candeeiros para sorverem os óleos doces das lamparinas substituídos pelos senhores de engenho por óleos amargos. [FREITAS, 1984: 22]

Vida útil do cativo

Segundo Décio Freitas, os trabalhadores escravizados nos engenhos tinham em média cinco anos de vida útil o que exigia uma renovação de quinta parte do plantel em todos os anos. Eram priorizados os em ‘perfeitos de saúde’ e de ‘maior porte físico’. Geralmente, quando atingiam os trinta anos de idade, estavam impossibilitados de um rendimento satisfatório, tornando-se antieconômicos. [FREITAS, 1984: 22] Os números e percentuais citados por Décio Freitas são questionáveis. Para Jacob Gorender, o conceito de vida útil, ligado a seu “período de capacidade de trabalho”, definia por parte do plantador a necessidade de reposição anual do plantel. Para ele, “num plantel que precisava de uma reposição anual de 10%, a média de vida útil dos escravos era de dez anos.” Gorender ainda destaca que em outros casos, a reposição seria de 5%, com uma média de vida útil, ou seja, produtiva, na casa dos “vinte anos”. [GORENDER, 1985: 188] O que continuava expressando a super-exploração do engenho. Um cativo chegado com quinze anos, aos 35, tornara-se, comumente, um *bagaço*.

Embora a prática usual fosse a alforria dos cativos antieconômicos, Décio Freitas destacou, sem citar a fonte, que “crônicas históricas falam de amos que mandavam matar o escravo improdutivo”. [FREITAS, 1984: 23] Também no século 19, propôs-se a existência de ‘empresas de extermínio’ de ventre-livres. [CONRAD, 1975: 143-144] Realidade igualmente não comprovada.

Tanto uma como outra afirmação podem ser colocadas em conta das denúncias dos abolicionistas, extrapolando a realidade ou generalizando casos singulares, quando da luta pela extinção do cativo.

Sobre o comércio triangular, Décio Freitas destacou que muitas vezes o senhor de engenho adquiria trabalhadores independente de sua necessidade. A compra de sua produção açucareira estava condicionada a compra de cativos por parte do senhor de engenho. O que fazia com que o comércio não parasse. [FREITAS, 1984: 23] Era a forma de manter o comércio triangular: os navios trocavam a carga inicial, na África, por africanos a serem escravizados, que eram desembarcados no território do Brasil e os navios enchidos com açúcar dos engenhos. Sobre o comércio infame, são necessárias algumas considerações: o tráfico possuía duas características distintas. Segundo Jacob Gorender, do lado dos africanos “não passava de escambo” com vista a aquisição de “valores de uso”, ou seja, a ostentação e uso, que por sua vez, reforçava o “prestígio social”. Já do lado dos europeus, o fato do escravo ter custo muito baixo permitia a reposição do investimento inicial (captura, construção do navio, emprego de tripulação, mantimentos de viagem, etc.) e a obtenção de lucro excepcional. Gorender destaca que a “diferença entre os preços no mercado vendedor e no mercado comprador podia ser, em consequência, muito ampla”, significando um lucro muito superior “em comparação com outras aplicações do capital mercantil.” [GORENDER, 1985: 129-30]

Tipologia e contradições da classe escrava

Diferentemente dos demais autores que abordaram Palmares, Décio Freitas fez mapeamento total da categoria “escravo”, além de definir o comércio triangular e as formas de subsistência dos escravizados. Ou seja, esforçava-se para abordagem categorial e sistemática do fenômeno. Em relação à tipologia do trabalho dos cativos, destacou a impossibilidade de analisar a categoria “escravos” de forma homogênea. Segundo ele, toda a carga do sistema escravista pesava “sobre a massa de homens e mulheres ocupados na lavoura canavieira”. a quem chamou de *escravos de enxada e foice*. Ele destacou que três quartas partes da população escravizada da região eram compostas por tal tipo, chamados de “boçais” em distinção aos “ladinos”, com aptidão especializada, ou seja, maiores conhecimentos da língua e de ofícios, como carpinteiros, vaqueiros, ferreiros, etc. [FREITAS, 1984: 23] É necessário lembrar, sempre, que Décio Freitas escrevia em um momento em que os estudos sobre a escravidão no Brasil engatinhavam.

Se a vida dos escravizados no canavial e nos engenhos era dura, levando a desgaste precoce, “os *escravos urbanos*” foram definidos por Décio Freitas de “aristocracia escrava”,

em clara analogia à “aristocracia operária”. Ela era formada por mucamas, amas de leite, cozinheiras, concubinas, capangas, prestadores de serviço, etc. que conheceriam tratamento patriarcal de seus escravizadores. Porém, esse tratamento não podia ser generalizado, como fora feito por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*. [FREITAS, 1984: 23]

Gilberto Freyre propõe: “[...] a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil no que em qualquer outra parte da América.” [FREYRE, 2012: 435] Afirmação duramente criticada pelo historiador marxista Jacob Gorender: “Se tais relações não foram precisamente assim, se não raro, ao invés de doces, foram amargas, menos ainda se justifica a composição de um quadro ideal que extrapola a situação do escravo doméstico para a do escravo em geral.” [GORENDER, 1985: 488] Ou seja, a “aristocracia escrava”, formada pelos domésticos estava longe de representar a maioria dos cativos, sobretudo nos engenhos, plantações, charqueadas, olarias, etc. E, em verdade, era difícil a situação de muitos cativos urbanos, empregados em atividades duras, em múltiplas tarefas, etc. Segundo Jacob Gorender, as cargas dos cativos urbanos seriam extenuantes “até mesmo para cavalos e burros” e por tal fato muitos negros de ganho “apresentavam horríveis aleijões dos membros inferiores”. “A média de vida profissional de um carregador de sacos de café, no cais do porto, não excedia os dez anos.” [GORENDER, 1985: 479]

As contradições entre os escravizados estavam diretamente ligadas a tais subdivisões da classe. Para Décio Freitas, os cativos urbanos, sobretudo domésticos, não se rebelavam contra o sistema, exceto por meios legais como irmandades e clubes no afã da compra de alforrias. Segundo o autor, as contradições existentes entre os escravizados da capitania de Pernambuco tornaram-se evidentes quando da eclosão dos Palmares, onde os cativos urbanos foram vistos lutando do lado dos amos, sobretudo de “armas na mão”. [FREITAS, 1984: 24] Se bem que correta, no geral, a proposta de determinação do nível de exigência dos cativos segundo sua inserção na produção, o autor generaliza as condições de tratamento dos cativos urbanos e minimiza as importantes formas de resistência e insubordinação dos mesmos, como a fuga, o justicamento, etc. Mais tarde, Décio Freitas precisa sua visão, a estudar, também em forma quase pioneira, as sublevações servis urbanas de Salvador, na Bahia.

Décio Freitas vai além do que definiu como contradições relacionadas à fuga dos cativos. Para ele, os crioulos desprezavam os africanos, e os “mulatos” se sentiam superiores por terem “sangue branco”. Por último, citou a hostilidade entre os negros de nações distintas, muitas vezes rivais quando da vinda para o Brasil. [FREITAS, 1984: 24] Importante destacar que as hostilidades eram instigadas pelo sistema que ‘beneficiava’ não só àqueles que dominavam o idioma local como destinavam melhores funções aos ‘mais claros’. Quanto às

rivalidades entre as *nações* africanas, eram fomentadas pelos próprios comerciantes de escravos e comandantes dos tumbeiros, quando da formação do plantel a ser embarcado. [BARROS, 2009: 71-2]

Torturas como forma de disciplinar

Repetindo Édison Carneiro, Décio Freitas dedicou mais de duas páginas, identificadas pelo *subtítulo* “sistema de terror”, para descrever a prática de torturas por parte dos escravizadores. O tal sistema apresentava-se como uma exigência do escravismo onde se sabia que, sem tal prática, os cativos se negariam a trabalhar, diminuiriam a intensidade da produção, etc., colocando o sistema em colapso. Mas as torturas não eram uma característica somente dos engenhos e nem tampouco da colônia. Os cativos já eram ‘domesticados’ a bordo dos tumbeiros, onde não são poucos os relatos de castigos, muitas vezes levando a óbito. [MAESTRI, 1988: 32; REDIKER, 2007: 292-3]

No geral, os amos e feitores não seriam naturalmente cruéis. Era o sistema que os *desumanizava*. “As boas almas que hoje estremeçam de horror ao ler a descrição das torturas contra o escravo, não hesitariam em empregá-las se possuíssem um engenho no século XVII.” [FREITAS, 1984: 24] Décio Freitas destacou a hierarquia dos feitores e níveis de tratamento extremamente duros aos negros rebeldes, embora as ‘ordenações filipinas’ tenham regulado as formas de castigo, o que no Brasil não foi efetivamente cumprido, pois os escravizadores criaram seus métodos próprios: “A função competia habitualmente aos feitores, que nos grandes engenhos eram em número de três: feitor-mor, feitor da moenda e feitor de partido ou fazenda”. Ele propunha que “se o escravo recém chegado dava mostras de excessiva rebeldia, era submetido àquilo que o padre Antônio Vieira denominou de ‘doce inferno’: agrilhado pelos pés no trabalho das caldeiras acesas sete ou oito meses ao ano, vinte e quatro horas ao dia”. [FREITAS, 1984: 24]

Décio Freitas destacou os demais níveis de tortura que se dosificariam “segundo o comportamento do escravo”. Quando a falta era “leve”, colocavam-no no tronco, onde pés, mãos e pescoço ficavam imobilizados de dias até meses. Ou ainda, prendiam-lhe os pés e as mãos com um “pequeno instrumento de ferro que o constringia a uma posição incômoda de consequências não raro deformantes”. Na reincidência, utilizava-se o “cepo”, “grande toro de madeira suspenso sobre a cabeça e preso ao tornozelo”. [FREITAS, 1984: 25]

Décio Freitas dedicou uma página para a descrição das mais costumeiras e horrendas torturas praticadas nos negros escravizados com ‘naturalidade’: a utilização de máscara fechada com pequenos orifícios para a respiração; o esmagamento dos polegares com o instrumento chamado “anjinho”, comumente para obter confissões, etc. [FREITAS, 1984: 25]

Um viajante holandês de nome Pierre Moreau, registrou em livro publicado em 1651 os procedimentos dos escravizadores: “O feitor mandava atar o cativo a um tronco ou a uma coluna de pedra e açoitá-lo na presença dos demais por um dos negros mais robustos”. Após o término dos açoites, os torturados tinham os ferimentos ‘tratados’ com vinagre, salmoura e urina. Após voltarem ao trabalho, eram colocados, nus, defronte as caldeiras para que as brasas salpicassem seus corpos. Em alguns casos morriam antes de regressarem dos açoites. Em outros, morriam diante da caldeira. [FREITAS, 1984: 25]

Por último, registrou o que chamou de “memórias de sadismos inconcebíveis”: castração, afogamentos, estrangulamentos, quebra de dentes a marteladas, amputação de seios, vazamento de olhos, arremessos de cativos vivos às caldeiras ou casos de trabalhadores “passados na moenda”. Esses relatos foram colocados em capítulo anterior à descrição dos quilombos palmarinos, possivelmente para que o leitor apreciasse as possibilidades de castigos que os negros enfrentavam no momento de suas fugas. [FREITAS, 1984: 26; GOULART, 1971: 162] Décio fez este último relato apoiando-se, sobretudo na historiografia especializada da época, com destaque para José Alípio Goulart que, salvo engano, foi o autor do primeiro livro especializado sobre as torturas e castigos como mecanismos de controle dos cativos. Alípio Goulart enfatizou, sobretudo, a revelação dos horrores extremos do cativeiro: “[...] muitas das crueldades praticadas derrubaram as muralhas do sigilo, transpuseram as barreiras do silêncio, permitindo à posteridade horrorizada conhecer como cevavam a fúria selvagem e os bestiais instintos de certos senhores e feitores de escravos.” [GOULART, 1971: 18]

Décio Freitas registrou, concluindo: “Consequência derradeira de tudo isso: a alienação da própria identidade humana do escravo. [...] ele já não se distinguia de um animal. [...] muitos se suicidavam, outros tentavam resgatar sua humanidade pela fuga.” “Mas a própria fuga não foi uma forma eficaz de libertação enquanto não descobriram a região de Palmares, convertendo-a inicialmente num refúgio seguro, e, depois, num foco insurrecional [sic]”. [FREITAS, 1984: 26]

Quilombos dos Palmares – o início

Quanto ao início dos quilombos palmarinos e, sobretudo, dos motivos do aquilombamento, Décio Freitas destacou que os trabalhadores escravizados não tinham por objetivo derrubar o sistema escravista. “Tal como os escravos de todos os tempos, concebiam a liberdade unicamente através da fuga.” [FREITAS, 1984: 28] Os cativos da capitania de Pernambuco tinham por objetivo a fuga e, após atingirem seu objetivo, a luta pela

sobrevivência. Não havia interesse em derrubar o sistema, como faltava-lhes consciência sobre a abrangência do escravismo.

Tão logo chegassem às regiões serranas, as preocupações passavam a ser muitas. Organizar a vida nas matas, produzir alimentos, defender-se das incursões dos escravizadores, conhecer o local de refúgio, etc. Os registros dão conta da escassez de mulheres nos quilombos, assim como nas senzalas. Para solucionarem tal escassez os palmarinos passaram a investir contra os povoados vizinhos: “Um documento fala que os palmarinos voltavam à serra, depois de uma incursão, ‘levando as mulheres e filhas donzelas’ dos moradores.”. [FREITAS, 1984: 28]

Décio Freitas destacou a prática do rapto de mulheres “Mas há notícia, também, de mulheres brancas que fugiam espontaneamente para o asilo selvático dos negros”. Registrou casos em que mulheres trocavam a vida na cidade para escapar “à férula do marido”, ou ainda uma prostituta que haveria trocado o “cais do Recife pela Serra da Barriga”. [FREITAS, 1984: 28] Tais relatos causaram importante impacto, sendo utilizados, inclusive, em filmes, romances e músicas a respeito dos quilombos palmarinos, caso da personagem Ana Terra, interpretada pela atriz Vera Fischer, no filme Quilombo.¹³

Importante registrar que a escassez de mulheres se deu no início do estabelecimento dos quilombos, pois, segundo Flávio dos Santos Gomes, com o passar dos anos, o crescimento endógeno da população palmarina “deve ter ajudado a estabelecer um equilíbrio demográfico de homens e mulheres nos mocambos”. [GOMES, 2013: 82] Décio Freitas não concordava com essa proposta, como veremos.

Escravidão nos Palmares

Salvo engano, foi Décio Freitas quem afirmou peremptoriamente que não havia escravidão no interior dos quilombos. A escravidão palmarina fora assinalada nas narrativas coevas aos sucessos, sobretudo na obra de Rocha Pita, e nos artigos e ensaios dos institutos históricos e geográficos. No século 20, as obras de Nina Rodrigues, Ernesto Ennes, Mario Martins de Freitas e de Benjamin Péret afirmaram que os palmarinos usavam de exploração da mão de obra escrava no interior de seus quilombos, como vimos.

As interpretações equivocadas a respeito da escravidão nos Palmares teriam se dado a partir de contradição vivida pelos palmarinos, possivelmente desde o início dos quilombos: a escassez de mulheres, para a convivência, e de homens, para fortalecer os quilombos. Segundo Décio Freitas, esses negros permaneciam como “virtuais prisioneiros” até que provassem o seu comprometimento com os demais. Seria uma forma de testar fidelidade e

¹³ QUILOMBO. Direção: Cacá Diegues, Produção: Augusto Arraes. Brasil: Gaumont do Brasil, 1984, 1 DVD.

evitar a fuga e a traição. Ele propôs que após participarem de “duas ou três incursões para seqüestrar outros negros” ganhavam a *cidadania plena*. A escravidão seria incompatível com a “índole do movimento palmarino”. [FREITAS, 1984: 29]

Há uma grande incoerência na afirmação de que os negros tinham dentro de seu território práticas antagônicas com o seu objetivo de fuga: a liberdade. Além disso, não havia condições econômicas e sociais capazes de sustentar um sistema escravista no interior dos quilombos, que jamais contou com o nível de desenvolvimento econômico e estabilidade para tal, como já vimos, diversas vezes. [MAESTRI, 2002 In PÉRET, 2002: 66]

Salvo engano, a obra mais recente sobre os quilombos palmarinos é de Rômulo Luiz Xavier Nascimento, que faz revisão bibliográfica e texto de síntese sobre os quilombos. Em seu valioso trabalho, *incorre em lapso importante* quanto à obra de Décio Freitas, ao afirmar que: “As descobertas de Décio Freitas foram de fato inéditas. Entre elas, podemos destacar a de que havia escravidão no cotidiano quilombola palmarino [...]”. Como já vimos, Décio afirma exatamente o contrário e critica veementemente as afirmações de que havia cativos no interior de Palmares. [NASCIMENTO, 2014: 144]

Décio Freitas combateu também a teoria de que os negros palmarinos, ao repetirem suas tradições originais, reproduziam o *escravismo* existente em seu continente de origem: “O falado ‘escravismo africano’ não passa de abusão histórica hoje cabalmente refutada. A escravidão nunca existiu como modo de produção na África e mesmo quando aparece em sua história, a título [...] excepcional, assume quase sempre caráter patriarcal”. Ou seja, os prisioneiros eram incorporados à família do vencedor. [FREITAS, 1984: 29] Tratava-se de servidão de ‘linhagem’, onde a finalidade não era a produção econômica em grande escala [mercantil] e o cativo não era completo. Ou seja, havia mobilidade social. [MACEDO, 2013: 101]

Além de avançar substancialmente a investigação teórica e documental sobre a escravidão brasileira, em geral, e sobre a resistência escrava, temas relativamente pouco e quase nada tocados naquele então pela academia, Décio Freitas foi, salvo engano, o pioneiro em associar, na historiografia contemporânea brasileira, à história da escravidão a um estudo mais acabado da história da África Negra pré-colonial. Em sua reflexão, ele introduzira autores como Evans-Pritchard e outros, praticamente desconhecidos pela historiografia brasileira. [FREITAS, 1973: 102,116]

Décio Freitas relatou que as primeiras incursões dos negros dos Palmares contra os povos vizinhos eram para o rapto de homens e mulheres e para adquirirem, por roubo, armas e

ferramentas. Nessas incursões, ateavam fogo em plantações, depredavam engenhos, matavam feitores. [FREITAS, 1984: 29] Os negros tinham nos engenhos a caracterização do inimigo.

Palmares começa a se organizar

Embora Nina Rodrigues tenha dado grande atenção aos sucessos, em 1905, após a obra de Rocha Pita, de Édison Carneiro e de Benjamin Péret, o primeiro trabalho historiográfico dedicado exclusivamente aos Palmares foi o de Décio Freitas, no qual os quilombos palmarinos ganharam precisão, no relativo à dimensão, características, organização, hierarquia, população, etc.

Décio Freitas destacou que os fugidos não encontraram em sua chegada aos quilombos uma vida de prazeres e facilidades. Muitos autores, sobretudo da metade do século 20, descreveram os quilombos em tons paradisíacos. A esse respeito, Décio afirmou: “[...] antes que pudessem ‘folgar’, aqueles negros, para não morrer de fome, tiveram que matar-se de trabalho.” [FREITAS, 1984: 35] Para ele, um Palmares de vida mais agradável, existiu somente após a organização da *confederação*, com a implantação de uma espécie de “comunalismo”. [FREITAS, 1984: 37] Não sabemos as fontes Décio Freitas trabalhou para afirmar que, no início, os negros trabalharam com as poucas ferramentas que levaram das fugas e que, não “passou muito tempo, criaram instrumentos de madeira para arrotear a terra”. [FREITAS, 1984: 35] Um processo porém credível.

Com uma informação mais consistente sobre a África, o que vimos, era novo para a sua época, Décio Freitas abordou o conhecimento agrícola e metalúrgico dos escravizados contrapondo à crença de que os africanos conheciam na escravidão uma evolução civilizacional. “O cativo obliterara essa rica experiência agrícola [...] na África haviam praticado uma policultura baseada em técnicas complexas, no Brasil se tinham visto rebaixados a uma monocultura primária.” [FREITAS, 1984: 35] Destaca, de forma inédita, a habilidade dos palmarinos e o domínio das técnicas agrícolas e da metalurgia.

O comunalismo palmarino

Para Décio Freitas os quilombos se organizaram gradativamente em uma “economia comunitária de auto-subsistência” para “sustentar sua liberdade”. Tratava-se, de um sistema de “propriedade social” com consciência de uso e fruto da terra. Décio foi mais além ao afirmar que “à exceção de objetos de uso pessoal, tudo mais pertencia ao mocambo”. [FREITAS, 1984: 37] Ele descreveu de forma minuciosa os aspectos produtivos dos quilombos. “As famílias recebiam a terra em usufruto, à condição de que cultivassem e entregassem à comunidade um excedente. Para ganhar acesso à terra, fazia-se mister,

inicialmente pertencer à comunidade do mocambo, e depois pertencer a uma família poliândrica.” [FREITAS, 1984: 37]

Flávio dos Santos Gomes propõe analogia entre os povos africanos e quilombolas da América, para o entendimento de suas formas de vida e sobrevivência. [GOMES, 2011: 82] Décio Freitas pode ter feito a mesma comparação para chegar à realidade política palmarina. Entretanto, não há informação a esse nível da organização produtiva da terra nos quilombos e muito menos das formas familiares praticadas. São, portanto, suposições, mais do que afirmações.

Apesar da importância da analogia, devemos lembrar, há um salto de qualidade entre a produção africana na África, inserida nas relações sociais de suas regiões, e a eventual produção de africano no Brasil, nos quilombos, obrigados a articular e adaptar saberes a uma nova realidade ecológica e sobretudo social. Na África, era uma produção estável, homogênea e regionalmente articulada, social e historicamente. No Brasil, uma economia de resistência, produto da confluência de múltiplas práticas culturais, em uma nova região, no relativo ao clima, às plantas úteis, etc. [MAESTRI & FIABANI: 2008]

Maioria masculina

Décio Freitas destacou que os homens, por serem a “esmagadora maioria”, formavam a “massa de produtores”. “A organização, coordenação e supervisão do trabalho competia a mulheres, como chefes de família.” Porém não competiam às mulheres as funções de “chefia política”. Quanto ao papel do comando político do quilombo, este, por sua vez “fornecia a esta família a casa de moradia e os instrumentos de trabalho”. [FREITAS, 1984: 37, 39] A chefia de família que assumiu formas desconhecidas trata-se de outra possível suposição.

Falta-nos condições para definir como Décio Freitas chegou a questões importantes de seu estudo como, por exemplo, a jornada de trabalho dos palmarinos de seis horas em turno único. O autor definiu os palmarinos (nesta parte do texto, incluída na última edição) pela categoria de “camponeses”. O que sugere uma exploração-econômica familiar ou individual, e não coletiva, mais próxima às conhecidas na África Negra sub-saariana. Outro acréscimo importante à última edição ficou por conta da definição de *poliandria* no interior dos quilombos.

Décio Freitas, em relação à falta de mulheres nos quilombos afirmou que “a miscigenação, sobretudo com mulheres indígenas seqüestradas nas tribos mais próximas, apenas amenizou o problema, sem resolvê-lo”. Décio Freitas afirma que ‘a documentação histórica’ relata conflitos violentos (no interior dos quilombos) por posses de mulheres.

[FREITAS, 1984: 38] Salvo engano, as fontes primárias, com destaque para a compilação de Ernesto Ennes (1938), não informam tais conflitos.

Sobre o poliandriso palmarino, Décio Freitas cita documento de 1677 onde há o registro de tal formato de união conjugal: “[...] pois sendo poucas as mulheres adotam esse estilo para evitar contendias; que todos os maridos da mesma mulher habitam com ela o mesmo mocambo, todos em paz e harmonia [...]”. “[...] arremedo de família, mas próprio de bárbaros [sic] sem as luzes do entendimento e a vergonha que a religião impõe [...] [FREITAS, 1984: 38] Décio Freitas encerrou a abordagem sobre a família poliândrica destacando que para casos de “parentesco” o que valia era a “linha materna” e que a “poliandria da república negra reclama investigações mais amplas”. [FREITAS, 1984: 39] Coerentemente, registra a sua insatisfação com os relatos documentais sobre a poliandria palmarina.

O documento que se refere à poliandria é fruto do trabalho de um espia (escravo a mando da capitania) que teria relatado tais práticas ao amo. Importante aqui destacar, mais uma vez, as dificuldades oriundas da falta de documentação direta dos palmarinos. A existência de poliandria nos Palmares – algo que depreciava a imagem dos palmarinos à luz cristã do século 17 – está registrada em documentos da mesma forma com que estão o contingente populacional, a extensão territorial, a hierarquia política e militar, etc. Ou seja, produtos de documentos oficiais ou oficiosos branco. Entretanto, a poliandria foi forma de organização assumida, em múltiplas sociedades, mesmo ocidentais, no caso de escassez de mulheres.

Questões étnicas e culturais

É preciso registrar que a heterogeneidade de africanos levados como cativos ao Brasil não foi exclusividade dos quilombos e tampouco dos Palmares. Os tumbeiros tinham por regra a formação de *carregamentos* heterogêneos visando reduzir as chances de revolta por parte dos escravizados. A heterogeneidade populacional dos Palmares constituiu-se no que Décio Freitas chamou de “confusão étnica”, a partir da presença indígena, branca e de ‘mulatos’. Em forma inédita, Décio Freitas destacou dois aspectos importantes decorrentes dessa heterogenia. Primeiro, o enfraquecimento dos traços étnicos originais dos povos africanos que fugiam para a região dos quilombos. Segundo, a improcedência da tese de Nina Rodrigues de “regressão tribal”, visto que sequer as características étnicas estavam mantidas “Nem havia entre eles os laços de consanguinidade que pudessem justificar a tese de Nina Rodrigues.”. [FREITAS, 1984: 41] Trata-se de contestação fundamenal, que retomava e

aprofundava visões de Benjamin Péret e Clóvis Moura. O quilombo era um fenômeno nascido da resistência à ordem escravista, apenas mais ou menos determinado por tradições africanas.

Décio Freitas nada inovou quanto à religiosidade dos palmarinos. Resumiu-se a relatos já consagrados pela historiografia e referidos em nosso estudo. Casos como o das três imagens cristãs localizadas nos quilombos; a presença de sincretismos afro-católicos; a prática de rituais matrimoniais com igual influência da religião do escravizador. Tudo a partir de cartas e documentos em geral sumários e produto das penas de comandantes de entradas militares contra os quilombos. Estudos arqueológicos poderiam nos informar melhor também sobre esse domínio.

Cidadela palmarina

“A cidadela e seu governo” foi capítulo especial de Décio Freitas. Trata-se de texto breve e descritivo da característica inicial do quilombo do Macaco “[...] não foi apenas a capital política da república negra – foi o próprio coração da revolução palmarina”. [FREITAS, 1984: 43] Existem divergências importantes, sobretudo em relação ao tamanho do quilombo do Macaco. Como vimos, os historiadores Mário Maestri e Adelmir Fiabani questionam as dimensões do que Décio Freitas chamou de “cumeeira da Serra da Barriga” que os negros palmarinos teriam “convertido em cidadela”. Para tais historiadores a extensão do cume não seria suficiente para abrigar o que relatos de fontes primárias apontaram na casa de cinco mil habitantes, indiscutivelmente um exagero. [FIABANI, 2015; MAESTRI, 2015] [informação verbal]

Décio Freitas afirmou que: “Um documento alude a uma rua mais longa, com extensão correspondente a meia hora de marcha”, o que é um igual exagero para as medidas aproximadas de trezentos metros. Ele destacou, repetindo as fontes primárias, a existência de quatro ruas com um quilômetro de comprimento cada. [FREITAS, 1984: 43] A visão corrente de aglomeração certamente não corresponde a uma ocupação territorial possivelmente muito dispersa, com uma *periferia* ocupada e plantada, cercando o núcleo populacional.

Produto das primeiras expedições, as informações de quilombo do Macaco de dimensões gigantescas foram consagradas, sendo retidas até os dias atuais. É mais crível que as tropas holandesas e luso-brasileiras tenham super dimensionado o quilombo para valorizar o enfrentamento e suas dificuldades. Faltam-nos estudos arqueológicos que resolvam tais questões. Desta forma, o caráter ‘épico’ dos Palmares estaria ligado à resistência com baixo contingente populacional e não o inverso.

Quanto à organização palmarina anterior à invasão holandesa, Décio Freitas destaca a falta de informação sobre a legislação no interior dos quilombos: “As crônicas rezam que uma

lei punia com pena de morte o roubo, adultério, o homicídio e a deserção, porém não se conhece nenhum documento que corrobore essas afirmativas”. [FREITAS, 1984: 44] Entretanto, ele afirmaria a existência de uma ‘constituição’ redigida nos Palmares. [FREITAS, 1986: 13] Fato de caráter interpretativo e retórico. Voltaremos à questão em momento apropriado.

A invasão holandesa

Décio Freitas destacou a surpresa da administração da capitania quando da troca de lado dos indígenas domesticados. Apesar da *invasão* holandesa ter enfraquecido os mecanismos de controle, os cativos não foram os primeiros a se rebelarem, e sim os índios, que teriam optado pelo invasor: “Passaram-se em massa para os invasores e procuravam ajustar contas antigas com os portugueses.” Décio Freitas lembrou que para os escravizados o sentimento não devia ser o mesmo dos indígenas, que estavam em seu território: “Os negros logo viram que aquela não era a sua guerra.”. O certo é que os palmarinos optaram pela fuga às matas, ao invés de tomar posição em favor de um dos partidos.

Ao lado dos portugueses ficaram sobretudo os índios comandados por Felipe Camarão, o que causou estranheza e frustração por parte da capitania: “Frei Manuel Calado comentou com amargura que ‘Embora criados entre nós e aos peitos da Santa Madre Igreja, brigaram contra nós a ferro e sangue’”. [FREITAS, 1984: 48] O leite dos peitos da Santa Madre Igreja seria, definitivamente, amargo. É evidente que os índios não tinham garantia de melhores tratos por parte dos batavos, o que efetivamente não ocorreu, mas, por outro lado, a revolta demonstra a insatisfação com a sua situação criada pelos lusitanos.

Os registros dão conta de diversas revoltas indígenas no tempo da colonização de Pernambuco. Já em relação aos Palmares, todas as entradas militares, salvo engano, possuíam indígenas em suas tropas, que também lutaram ao lado dos Palmarinos. Ou seja, não havia uma unidade entre etnias autóctones. Tão logo puderam, os negros debandaram para as matas. Já existiam quilombolas em Palmares - mas aquela população cresceu muito, segundo os documentos, com as fugas possibilitadas pela guerra. Não temos, porém, estimativas mais precisas sobre o número de negros que adentraram à região serrana. Registros das primeiras investidas dos holandeses apresentam números, já comentados, certamente exagerados.

Antes da primeira expedição oficial dos holandeses contra os Palmares, em 1644, os palmarinos já haviam ocupado boa parte da região serrana. “Escolhiam sítios em que as terras fossem férteis e a defesa fácil.” Décio Freitas ainda destacou que o quilombo do Macaco teria atingido sua *população máxima*, o que fez com os negros procurassem “se fixar em diferentes pontos da região, fundando novos mocambos, mais ou menos à imagem e semelhança daquele

da Serra da Barriga.”. [FREITAS, 1984: 54] Tais informações, tanto a população ‘excedente’ do quilombo do Macaco, quanto à ‘semelhança’ dos demais mocambos não nos são possíveis de confirmação documental.

Décio Freitas mapeou a região ocupada pelos palmarinos imediatamente após a invasão holandesa. “A região banhada pelo rio São Miguel se tornou tão assiduamente frequentada [...] que alguns senhores de engenho tiveram de abandonar suas propriedades para ir viver em Alagoas do Sul.”. Outra região destacada pelo autor, no relativo à ocupação, foi a parte “setentrional de Alagoas do Norte” o que teria obrigado mais proprietários a buscarem refúgio em Alagoas do Sul. Por fim, a zona da Várzea, “nas proximidades de Olinda e Recife” onde “bandos mais ou menos numerosos de negros armados [...] se faziam passar por soldados enviados da Bahia pelo governador geral”. [FREITAS, 1984: 55]

Após tais fugas e ocupações territoriais por parte dos palmarinos, iniciaram as investidas militares dos batavos contra os Palmares. Quanto a tais entradas, como número de soldados, características de alistamento e recrutamento, como também os anos e duração das batalhas, Décio Freitas pouco inovou, retomando as fontes primárias já abordadas e obras consagradas, como a *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita. Por tais motivos, não abordaremos essa questão. Por outro lado, Décio Freitas fez ampla análise da crise que gerou a guerra de nove anos que culminou com a capitulação dos batavos.

A expulsão dos batavos

As classes populares, sobretudo os livres pobres, exigiam a rebelião contra o governo holandês. O estado era de opressão total, de baixo para cima. As classes inferiores recebiam todas e quaisquer multas e punições. Em meio a tudo isso, a classe dos senhores de engenho mantinha-se alheia. Não eram afetados e quando descumpriam ordens do governo livravam-se de punições através de subornos dos funcionários da Companhia. Os senhores de engenho permaneciam, apesar da crise, frequentando a pequena e “ostentosa” corte de Nassau. [FREITAS, 1984: 59-60]

Segundo Décio Freitas, a opressão econômica infringia às *classes média* e subalternizadas livres constantes obrigações e impedimentos. Os artesãos, por exemplo, eram obrigados a trabalhar quase que gratuitamente. Os comerciantes, plantadores e criadores pequenos eram multados por qualquer motivo. O aumento descabido dos preços dos gêneros alimentícios provocava fome na parte mais pobre da população. Por vezes, o desespero levando à migração de brancos aos Palmares. A fome incitou o ódio, a insatisfação e o aumento da criminalidade.

A situação dos senhores de engenho mudou somente quando a administração holandesa decidiu confiscar suas propriedades – até então com dívidas perdoadas – rompendo o “pacto com os holandeses”. Mais do que um rompimento, se efetivada, a medida representava o desaparecimento dos senhores de engenho enquanto classe social. [FREITAS, 1984: 59-60] Diferentemente das revoltas dos palmarinos, a rebelião contra os holandeses precisou da insatisfação da classe dominante da capitania para que fosse possível iniciar a guerra.

A organização, financiamento e condução militar da guerra ficaram a cargo de Fernandes Vieira que havia se tornado dono de cinco engenhos durante o governo holandês e que agora era o maior devedor à companhia. Vieira, na rebelião ficou conhecido por “governador da liberdade” [FREITAS, 1984: 60]

Os senhores de engenho apoiaram-se nos terços de Felipe Camarão (tropas indígenas) e de Henrique Dias (negros). Segundo Decio Freitas, “é provável que uns dois mil escravos tenham escapado para Palmares” o que provocou novamente um esvaziamento da capitania. [FREITAS, 1984: 60] Um *máximo* de dois mil cativos parece estimativa ponderada, ainda assim, elevada - a população total de cativos de quarenta engenhos médios! A guerra que durou nove anos representou para a capitania a manutenção da classe social dominante – senhores de engenho – que se uniram aos lusitanos quando da Restauração, reconquistando assim o *status quo* anterior. Para os quilombos palmarinos, concedeu longo período de expansão e paz.

A expansão palmarina

A partir da expulsão dos batavos e da expansão da ‘confederação’, Décio Freitas pinta Palmares com cores épicas. Os possíveis cento e cinquenta quilômetros de extensão do território palmarino, citados em obras anteriores (e já contemplados em anteriores deste estudo), são ampliados para “aproximadamente trezentos e cinquenta quilômetros”. Tais informações podem ser frutos dos arquivos pesquisados pelo autor em Lisboa, e que essa extensão seja exagero das tropas luso-brasileiras para valorizar o enfrentamento e a conquista. Elas necessitam, porém, de confirmação.

Já nos referimos à dificuldades de um quilombo do Macaco com extensão capaz de abrigar mais de mil palmarinos, no local proposto para sua localização. Décio Freitas afirma que a capital dos Palmares possuía “1 500 casas e uma população de cerca de oito mil habitantes”. E que sua posição “estrategicamente era quase inexpugnável”, o que a teria levado à capital da “república negra”. [FREITAS, 1973: 69] Pesquisas arqueológicas não

corroboram com a grandeza, estrutura e extensão territorial descrita por Décio Freitas. [FUNARI, 1996 in REIS & GOMES, 1996: 26-51]

Uma população de oito mil pessoas, em único quilombo, seria algo impressionante, porém improvável. Ele colocaria enormes problemas insuperáveis de logística quanto à alimentação, a lenha, a água, etc. Não há vestígios arqueológicos de uma povoação desta dimensão na região. Para a denominação dos mocambos, suas posições geográficas, e o intervalo de quilômetros entre eles, Décio Freitas repetiu o documento *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador d. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678* que trouxe as informações mais completas, desde a obra de Pedro Paulino da Fonseca (1876).

Salvo engano, Décio Freitas discutiu pioneiramente as informações referentes aos nomes dos mocambos dos Palmares. Édison Carneiro questionara a quantidade de quilombos e a grafia dos nomes propostos. Décio Freitas questionou a utilização dos nomes por parte dos palmarinos. “Não se consegue saber se era exatamente assim que os negros denominavam as suas povoações, havendo fortes razões para supor que pelo menos algumas tenham sido batizadas pelos expedicionários segundo os nomes dos respectivos chefes palmarinos” [FREITAS, 1973: 70] Um questionamento pertinente, visto que o nome da região (Palmares), a hierarquia dos líderes, a religiosidade dos habitantes, e as características das habitações foram informações que chegaram até nós através dos expedicionários batavos ou luso-brasileiros.

Dados demográficos

Décio Freitas definiu em forma aproximativa o contingente populacional dos Palmares. Citou apenas informações diversas, entre elas, a do governador Francisco de Brito Freire que “orçou a população de Palmares em trinta mil” e a de uma “crônica de 1678” que “avaliou os palmarinos em vinte mil”. Com estes números, propôs que a população “devia estar entre os vinte e os trinta mil”. Décio Freitas, acertadamente, ressaltou: “Medida pela escala demográfica do século XVII, era uma população considerável”. [FREITAS, 1973: 70]

No início de seu estudo, Décio Freitas registrou as dificuldades posta pela documentação conhecida. Devemos nos perguntar a quem serviam tais números e quais os objetivos de quem os registrou. O questionamento já feito em relação à população proposta do mocambo do Macaco estende-se para o total da confederação. Uma cidade européia, de seis mil habitantes, na época, o que era muito, estava inserida nas trocas e nas redes de comunicação regionais. Dificilmente a estrutura econômica e social de Palmares manteria uma tal população. Décio Freitas não ‘bateu martelo’ quanto aos números consagrados pela

historiografia anterior, mas achou crível que girasse em torno dos trinta mil. Número que nos parece simplesmente desproporcionado.

Com trinta mil habitantes, Palmares poderia ter posto em armas em torno de dez mil quilombolas. Já vimos que as tropas que atacavam os mocambos não superavam comumente a centena de homens. O senso demográfico mais antigo de que temos notícia - da Capitania de Pernambuco - compreende os anos de 1774 e 1782. Neste levantamento a população total da Capitania era de 229.743 habitantes, o que não contribui para o comparativo dos números palmarinos, visto que distanciam em mais de século. [ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RJ, 1923: 375 Pp.]

A pluralidade étnica nos Palmares

Com a afirmação de que nem “só os negros ou ex-escravos viviam nos Palmares”, Décio Freitas inicia a descrição que consagrou os quilombos palmarinos como reduto multiétnico e multiclassista. Os questionamentos sobre suas afirmações a este respeito são recentes. O historiador Flávio dos Santos Gomes inicia o questionamento a partir das descobertas arqueológicas de cerâmicas indígenas. Para ele, como as expedições contra os quilombos sempre foram realizadas com a utilização de nativos, as descobertas podem ser de acampamentos indígenas organizados para “conter o reagrupamento dos *palmaristas*” e não como prova de convivência nos palmares. [GOMES, 2005: 59] [destaque do autor]

Flávio Gomes segue sua crítica, não a Décio Freitas, mas aos levantamentos a partir da arqueologia, propondo que muitas “das imagens de Palmares como sociedade multiétnica inspiraram movimentos sociais e mesmo os videodocumentários e a filmografia sobre Palmares”. Para o historiador, Palmares passaria por uma transformação semelhante a de Tiradentes que “teve de ser remanejado de herói da República para herói do Brasil” e, deste modo, a insurreição palmarina seria igualmente transformada “em símbolo de brasilidade e lutas sociais do povo brasileiro” e não apenas um acontecimento de “africanos do século XVII”. Ele finaliza destacando que se extrapola “e *inventase* a ideia de Palmares como uma sociedade multiétnica com brancos, indígenas, hereges e judeus perseguidos pela inquisição”. [GOMES: 2005, 60] [destacamos]

Por além da retórica multi-étnica, não podemos esquecer que, no século 17, subsistia ainda na capitania de Pernambuco a escravidão aberta ou disfarçada de nativos e uma importante população mestiça submetida não raro a relações semi-servis. O contato dessa população subalternizada com os africanos e afro-descendentes escravizados se dava, nos fatos, no seio da formação social escravista pernambucana. O que certamente ensejava e facilitava que os mesmos laços fossem estabelecidos no seio dos mocambos. Não podemos

certamente transformar Palmares em sociedade multi-étnica, como não podemos realizar limpeza étnica das mesmas, no relativos aos não africanos, dominantes.

Décio Freitas afirmou que havia índios, mamelucos, *mulatos* e brancos, nos Palmares, em “pequeno número”, o que corrobora com a proposta tradicional de que a grande maioria da população era composta por cativos fugidos. Ele usou de breve parágrafo para descrever os motivos que levariam membros de outras etnias e classes sociais, sobretudo *brancos*, à Palmares. Atentou para o fato de que os homens livres “notadamente os brancos” teriam que romper com uma barreira de “natural repugnância” para conviverem com os negros aquilombados. Ele destacou que os documentos citam estes brancos como “criminosos”, mas que seria “errôneo” dar valor literal a essa definição. [FREITAS, 1973: 70]

Os livres pobres nos Palmares

Segundo Décio Freitas, os criminosos seriam invariavelmente membros das classes subalternizadas da capitania e que a legislação e autoridades não os defendiam quando entravam em conflito com os senhores de engenho. Ele ainda destacou que grande parte das fugas de livres pobres para os Palmares se deu em meio à invasão holandesa, para escaparem “às agruras de um conflito em cujo desfecho não tinha o menor interesse” [FREITAS, 1973: 71] Pequenos sesmeiros e comerciantes, artesãos e outros livres pobres procuravam escapar de uma guerra que sentiam não ser suas. Décio Freitas propôs: “Nem mesmo os soldados pagos, em sua quase totalidade portugueses, resistiriam por vezes à tentação de ir viver a vida livre e farta dos Palmares”. [FREITAS, 1973: 71] Os soldados pagos eram, segundo as fontes, realmente de maioria lusitana. Porém, em referências da historiografia anterior, temos tropas formadas em sua maioria por índios, mamelucos e negros do Terço dos Henriques.

Décio Freitas destacou a fartura existente nas comunidades palmarinas e a compara com a miséria alimentar da capitania. Destacou que os mesmos seres que produziam com má vontade e baixa qualidade, passavam a produzir, não só o necessário para sua subsistência como excedente para trocas com as populações vizinhas aos Palmares. “Era por ser escravo, não por ser negro, que ele produzia pouco e mal nas plantações e nos engenhos”. [FREITAS, 1973: 71]

A questão do gado

Em relação aos excedentes agrícolas e às relações criadas com as cidades vizinhas, Décio Freitas destacou para as dificuldades enfrentadas pelos escravizadores a partir do surgimento desta “rede de relações” entre os moradores, sobretudo de Porto Calvo, Serinhaém, Ipojuca, Una e Alagoas. A questão mais importante proposta pelo historiador, além da troca de produtos como milho, fumo, cana, batatas e artefatos manuais, por armas,

munições e sal, foi relacionada às pastagens e à criação de gado. Segundo ele: “[...] se criou uma maranha ainda mais densa de interesses favoráveis à sobrevivência da república negra.” [FREITAS, 1973: 71-73]

A partir da *questão do gado*, Décio Freitas procurou demonstrar como se davam as relações entre os palmarinos e os colonos das regiões próximas aos quilombos. As criações de gado ocorriam em regiões de *controle* dos negros, porém, a pecuária não comportaria trabalho escravizado, o que, por sua vez, não criava contradições insuperáveis para a relação ex-cativos – colonos. Deste modo, os criadores não teriam motivos para desejar a vitória das expedições punitivas aos Palmares. “Se a república negra sucumbisse, aquelas pastagens entrariam na posse dos grandes proprietários pernambucanos que as haviam legalmente recebido da coroa ou dos governadores”. [FREITAS, 1973: 73]

Nesse momentos, um dos objetivos das expedições punitivas era conquistar, aos quilombolas, as terras que estavam sendo doadas pela coroa. Foi o que Édison Carneiro chamou de “Uma questão de terras”. [CARNEIRO, 2011: 129-152]

Entretanto, nos é difícil, pelas lacunas na documentação, mapear a extensão e frequência das relações entre palmarinos e colonos, no relativo às trocas e ao controle de pastagens. Até onde temos conhecimento, os mocambos eram erguidos em posições estratégicas que permitissem a manutenção de tais relações e ao mesmo tempo o controle de seu território.

Sobretudo após a expulsão dos batavos, a capitania organizou diversas investidas militares para deter o que chamou de “inimigo de portas adentro”. Quanto às descrições destas batalhas, Décio Freitas pouco avançou em relação às obras consagradas na historiografia anterior e já abordadas nesse estudo.

Ganga Zumba

Décio Freitas abordou a expansão palmarina como uma organização estatal bem definida, com divisão administrativa, judicial e militar. Ivan Alves Filho, em 1988, deu a essa divisão o nome de os “três aparelhos” da organização política dos Palmares. [ALVES FILHO, 1988: 76]

Os funcionários do aparelho administrativo seriam os coletores de impostos, sobretudo, ou exclusivamente, em espécie, devido à característica seminatural da economia dos Palmares. Já os funcionários do judiciário aplicavam as penas previstas na *legislação criminal* dos quilombos. Décio Freitas destacou que: “Apenas possuímos informações sobre a legislação criminal, que punia com pena de morte os delitos [...]” [FREITAS, 1973: 99]

O ‘poder’ ou ‘aparelho’ militar foi descrito por Décio Freitas: “A organização militar era permanente, especializada e hierarquizada.” “[...] as funções militares se achavam normalmente entregues a guerreiros profissionais.” Uma afirmação arriscada, já que dificilmente haveria condições econômico-social nos Palmares para sustentar um exército profissional, desconhecida na maior parte da África Negra. Décio Freitas destacou ainda a divisão hierárquica dos palmarinos: “A hierarquia tinha por base um comandante geral, um General das Armas, oficiais e subalternos. O adestramento militar tinha lugar [mocambo de Subupira] em povoação especialmente destinada a isso.” [FREITAS, 1973: 10] Como habitual, o autor não indica as fontes ou, no máximo, propõe que a afirmação está “conforme um documento”. Tais divisões hierárquicas haviam sido consagradas pela historiografia anterior à obra de Décio Freitas.

Ainda sobre o *aparelho militar*, Décio Freitas destacou que o historiador Oliveira Martins “fala em ‘leis que foram escritas por um *Numa* [alusão ao rei Numa Pompílio, que teria redigido as primeiras leis de Roma, sobretudo religiosas] [GRIMAL, 2008: 13,18] preto’, mas não se pode descobrir a fonte da informação”. Ou seja, ele sugere que poderia haver legislação escrita nos Palmares em sua fase de expansão, mas que a mesma carecia de comprovação. Mais adiante em sua obra, ao avançar sua ‘biografia de Zumbi’, na qual propõe que o mesmo fora alfabetizado pelo seu tutor, o padre Antônio Melo, estabelece ligação com a proposta de Oliveira Martins: “Esta afirmação faz pensar que talvez não fosse pura fantasia, como se supôs, a afirmação do historiador português Oliveira Martins de que os negros de Palmares ‘tinham leis que foram escritas por um *Numa Preto*’ ”. [FREITAS, 1984: 116] Simplesmente, não há por que pensar que as leis, que eventualmente os palmarinos se deram, tivessem sido escritas, em uma ágrafa.

Em 1986, em *Brasil inconcluso*, dois anos após a última edição de seu livro sobre Palmares, Décio Freitas fez destaque singular sobre este assunto: “O negro Zumbi [...] havia sido criado até os quinze anos por um padre [...], que lhe ensinara a ler e escrever [...]. Esse negro é que, segundo Oliveira Martins, redigiu um documento que consubstanciava a constituição palmarina.” [FREITAS, 1986: 12] Oliveira Martins referia-se a um ‘*Numa preto*’, desconhecido, como o autor da legislação escrita. Décio Freitas levantara inicialmente a *hipótese* de Zumbi ter sido o redator da primeira constituição brasileira; a seguir, propõe simplesmente ter sido o historiador português o autor da afirmação, ou seja, que Zumbi fosse o hipotético ‘*Numa*’ preto. Em *Brasil inconcluso*, Décio Freitas afirma a importância para Palmares do documento supostamente redigido por Zumbi: “Se não teve [Palmares] a primeira constituição escrita dos tempos modernos, como afirma Oliveira Martins, teve pelo

menos a primeira constituição brasileira.” [FREITAS, 1986: 13] Décio Freitas atribui a Oliveira Martins igualmente a proposta de Zumbi ter escrito a *constituição* dos Palmares. Destaque-se que define como a primeira constituição *brasileira*, em um período onde sequer havia identidade nacional. Seria, quando muito, a primeira constituição pernambucana! Neste momento, Zumbi sequer era o líder da confederação dos quilombos; era uma espécie de general das armas.

Décio Freitas registrou o sistema de eleições através de “assembleia dos chefes comunitários” que teria eleito como primeiro “grande chefe” um negro “de nação Arda” chamado Ganga-Zumba. As crônicas das classes dominantes do nordeste colonial do Brasil, bem como os diários das expedições punitivas e reescravizadoras, citam o nome de Ganga-Zumba seguido do posto de “rei”. A este respeito, Décio Freitas destacou, com razão: “[...] empregam o termo por analogia. Aqueles europeus do século XVII não concebiam outra forma de governo que não fosse a da realeza”. “Os cronistas europeus denominaram analogamente de *reis* os governantes africanos, malgrado esses, geralmente falando, fossem eleitos e gozassem de bem poucos poderes absolutos.” [FREITAS, 1984: 95] A comparação não poderia ser feita, sobretudo pela diferença de natureza na forma de governo. Segundo Décio Freitas, o “rei” palmarino não seria um absolutista, pois governaria submetido a conselhos e a normas constitucionais escritas, o que é, certamente, afirmação abusiva, como vimos.

Décio Freitas criticou com veemência as afirmações de que os palmarinos teriam tentado reconstituir no meio da mata do nordeste do Brasil seus estados de origem. “[...] a despeito da unidade étnica ou linguística”, uma mesma região africana possuía antagonismos políticos e sociais, que impossibilitariam a recriação de seus ‘reinos’ de origem. Para não falar, ajuntaríamos, de todo o contexto em que estavam inseridos as formações sociais africanas. Décio Freitas também destacou que embora houvesse nos Palmares “diferenciações sociais que se expressavam em pequenos privilégios de uns grupos em detrimento de outros” elas “não chegavam a configurar uma divisão de classes sociais antagônicas”. [FREITAS, 1973: 102] As diferenciações sociais a que Décio Freitas se refere estavam relacionadas às contradições não classistas, entre idosos e jovens, homens e mulheres, pais e filhos, etc.

Retomando uma proposta de Benjamin Péret, Décio Freitas apontou como motivos para o surgimento e organização do que chamou de “Estado palmarino” a necessidade de agrupar grupos distintos e organizá-los para a luta contra o escravizador. Palmares teria sido “uma criação original de negros que em terras da América lutavam contra as tentativas de os reduzirem outra vez à escravidão.” [FREITAS, 1973: 102] Ou seja, embora formado por

cativos fugidos à escravidão, a organização palmarina fora uma criação original de africanos e descendentes étnica e culturalmente heterogêneos, fugidos à escravidão, em território americano.

Guerra contra os Palmares

Após a guerra de libertação contra os holandeses, a situação da capitania era de insatisfação para com os aquilombados. Sobretudo as classes subalternizadas livres reclamavam do “terror palmarino” nas redondezas e exigiam medidas do governo local. Em sentido contrário, os comerciantes que tinham permuta com os negros palmarinos resistiam às propostas de ataque aos mocambos. Décio Freitas destacou o período de negociações que se instaurou, neste momento, no coração da serra do Barriga: “A dureza da última onda de terrorismo persuadira-os da impossibilidade de bater militarmente os negros, que assim deviam ser apaziguados por negociações.” [FREITAS, 1984: 97]

Décio Freitas faz suposições sobre os sentimentos dos palmarinos: “Consideravam os primeiros [calhambolas] que o refúgio palmarino deixara de oferecer segurança desde as últimas expedições levadas ao coração mesmo do seu território.” “Não importava que a organização palmarina continuasse intacta: seria capaz de resistir indefinidamente às investidas inimigas?” [FREITAS: 1984: 97] O certo é que o clima era tenso não só entre o comando da capitania e os negros palmarinos, como também em relação à classe dominante e aos colonos moradores das redondezas dos quilombos. Os palmarinos, por sua vez, compreenderiam que sua sobrevivência dependia da resistência. E, para tal, era preciso organizarem-se.

O governador Pedro de Almeida convocou Fernão Carrilho para atacar os Palmares. Décio Freitas fez breve biografia de Carrilho: “Ninguém parecia melhor habilitado para a empresa. Natural de Pernambuco, pertencia a uma categoria de indivíduos bastante comuns na Colônia, os ‘soldados aventureiros’, como os chamou Southey.” Fernão Carrilho era um velho conhecido dos quilombolas. Trazia em seu currículo combates e vitórias em insurreições de aquilombados. Em 1670, recebera a patente de “capitão de infantaria das tropas de guerra contra os mocambos de negros da capitania de Sergipe.” [FREITAS, 1984: 98] As primeiras investidas de Fernão Carrilho contra os Palmares foram descritas no *texto síntese* de nosso estudo, sobretudo com dados das pesquisas de Décio Freitas, Ivan Alves Filho e Édison Carneiro.

O acordo de 1678 e a capitulação de Ganga Zumba

Um dos principais momentos da história dos quilombos palmarinos foi a tentativa das autoridades da capitania de desarticular os calhambolas a partir de uma proposta de paz para

os “nascidos nos Palmares”. O chamado ‘acordo de 1678’ foi referido por toda a historiografia sobre os Palmares. Décio Freitas destacou que entre outras questões, o acordo dava “liberdade para os nascidos nos Palmares”, deixando implícito “que os negros nascidos fora de Palmares seriam restituídos ao cativeiro.” Ao ser indagado se conduziria as tropas ao interior dos quilombos para a captura dos ‘não nascidos em Palmares’, Ganga Zumba teria respondido positivamente. Décio Freitas anota que a resposta teria sido dada por um de seus ‘filhos’. [FREITAS, 1984: 109-110]

Palmares e as produções cinematográficas

Essa releitura de Décio Freitas sobre os sucessos de Palmares, quando da discussão de paz, tiveram efeito importante nas percepções e recepções historiográficas, ficando a figura de Ganga Zumba ligada à traição de seu povo e a de Zumbi à liberdade dos palmarinos. Uma realidade muito forte, a partir do final dos anos 1980, sobretudo no movimento negro, retomada pela cinematografia, ficção em prosa, etc. Em 1964, Cacá Diegues realiza o filme “Ganga Zumba”, sobre o *primeiro* líder de Palmares, a partir do livro *Ganga Zumba*, de 1962. Dentre os principais nomes do elenco estão, além de Antonio Pitanga, o músico Cartola e Dona Zica da Mangueira ¹⁴ [SANTOS, 2006: 271 Pp.]

O filme narra a ida de Ganga-Zumba para Palmares, sem fazer referências aos quilombos da Serra do Barriga e nem retratá-los no filme. É apenas uma narrativa do percurso do líder palmarino. Ao longo da película, “Zambí” é descrito como o Rei “cansado” que espera a substituição por Ganga-Zumba. Este ‘Zambí’ não pode ser interpretado como o líder ‘Zumbi’, não só pelos aspectos cronológicos, como, sobretudo, por explicação do romancista em sua introdução: “O Rei trazia o nome africano de Zumbi e principiou por usurpar o poder dentro da mais crua violência. Logo mandou sacrificar os despreocupados guinés e fundou sua dinastia divinizada no sangue e na luta, só extinta no dia 7 de fevereiro [sic] de 1694, um domingo, com a morte um tanto lendária de seu sucessor, o fabuloso ZUMBI.” Outra diferença fica por parte de Dandara, que é descrita como uma “preta do feitor” que após ser resgatada por palmarinos segue para os quilombos.

Em 1984, o mesmo cineasta apresenta filme sobre o quilombo de Palmares, centrado em Zumbi, apoiado explicitamente na obra de Décio Freitas. Neste filme o contexto é de sequência do anterior. Palmares já está estruturado, porém Ganga-Zumba ainda não é o rei dos palmarinos, o que demonstra certa revisão no roteiro. Zumbi surge conforme a ‘biografia’ da obra de Décio Freitas e Ganga-Zumba passa a ser o ‘vilão’ após aceitar o tratado, em 1678,

¹⁴ GANGA-ZUMBA. Direção: Cacá Diegues, Produção: Jarbas Barbosa. Brasil: Copacabana Filmes, 1964, 1 DVD.

conforme já vimos. Dirigido e roteirizado por Cacá Diegues, Quilombo contou com grande elenco. Destaques para Zezé Motta, João Nogueira, Grande Otelo, Tony Tornado, Jonas Bloch, Daniel Filho, Vera Fischer, dentre outros.¹⁵

Foi Décio Freitas quem mais se dedicou aos graus de parentesco presentes nas narrativas sobre Palmares. “Os ministros eram ‘filhos’ de Ganga-Zumba. Os comandantes militares, ‘irmãos’; os chefes de mocambos, ‘sobrinhos’; os funcionários e oficiais subalternos, ‘netos’; as mulheres velhas ‘mães’.” [FREITAS, 1984: 94] Trataria-se, portanto, segundo o autor, de parentesco simbólico, e não consanguíneo, interpretação corrente atualmente entre os especialistas. Após o acordo de 1678, boa parte das terras ocupadas pelo palmarinos foram divididas e doadas aos combatentes das investidas contra os quilombolas. Décio Freitas atentou para o fato de que “os soldados brancos, negros, índios e mamelucos, ficavam preteridos na distribuição de terras”. [FREITAS, 1984: 110] Ou seja, embora houvesse promessa de divisão ‘justa’, a realidade era de manutenção da pirâmide social da capitania.

Embora as terras tivessem sido doadas e Ganga Zumba tivesse capitulado diante das autoridades coloniais, os primeiros proprietários que tentaram tomar posse das terras “tiveram de admitir que o movimento palmarino continuava de pé. E tinha agora por chefe um negro que se afirmaria como o combatente mais indômito da liberdade de sua gente: o negro que passou à história com o nome de Zumbi”. [FREITAS, 1984: 111] Décio Freitas encerra seus capítulos com frases de efeito ou de caráter épico. Aqui, a intenção do autor seria introduzir o capítulo seguinte, intitulado ‘Zumbi’.

Zumbi

A obra de Décio Freitas constitui o mais apurado estudo sobre os quilombos dos Palmares. [GOMES, 2011: 69] Porém, o capítulo dedicado a Zumbi tem sido fonte de grande polêmicas. A partir de sua terceira edição, de 1981, Décio Freitas acrescentou o que chamou de “uma nova biografia de Zumbi”, com o título de *De coroinha a guerrilheiro*. [FREITAS, 1984: 116] A controvérsia deve-se à não apresentação de qualquer fonte que apoie a citada biografia, apesar dos inúmeros pedidos. Nenhum historiador conseguiu localizar documentos que possam afirmar essa detalhada e providencial informação.

Para Décio Freitas, Zumbi teria nascido “no começo do ano de 1655, num dos inúmeros mocambos palmarinos”. No mesmo ano de nascimento de Zumbi, o governador Francisco Barreto teria enviado a primeira expedição [pós Restauração] contra os Palmares.

¹⁵ QUILOMBO. Direção: Cacá Diegues, Produção: Augusto Arraes. Brasil: Gaumont do Brasil, 1984, 1 DVD.

Entretanto, as expedições iniciaram ainda em 1654 com duas investidas contra os quilombos. Décio Freitas afirma que: “O negrinho recém nascido foi dado de presente ao padre português Antônio Melo, do distrito de Porto Calvo, povoação cujos limites marcavam a fronteira entre o povoamento luso-brasileiro e a república negra.” Portanto, o futuro Zumbi teria nascido livre e não conhecera a escravidão. [FREITAS, 1984: 116]

Segundo Décio Freitas, o padre viajou de volta para Portugal em 1682 “para ser pároco de Santarém” e, neste momento, escreveu a um amigo aquelas que seriam as cartas comprobatórias da biografia de Zumbi. Nas cartas, o padre afirmara que “batizou o pretinho e lhe deu o nome de Francisco. Ensinou-lhe a ler e o fez seu coroinha quando contava dez anos de idade”. Ele segue afirmando que o padre dissera que o menino demonstrava “engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos”. O padre teria proposto que Francisco conhecia latim e português ainda aos dez anos. [FREITAS, 1984: 116] Portanto, teria nascido livre, teria invejável inteligência, conhecendo o latim e escrevendo em português.

Na carta derradeira, o padre teria relatado a fuga de Francisco, aos quinze anos, para viver na “companhia dos negros levantados de Palmares”. Já adulto e “chefe de Palmares”, Zumbi teria visitado o padre por três vezes “levando-lhe presentes”, pois era conhecedor da miséria em que o padre se encontrava. [FREITAS, 1984: 116-117] Além de todos os atributos referidos, Zumbi era fiel e reconhecido ao seu protetor. Décio Freitas não forneceu indicações e jamais foram encontradas tais cartas.

Um significado para Zumbi

Quanto ao nome “Zumbi”, o padre teria ficado sabendo da troca quando da sua segunda visita: “[...] trocara o nome cristão Francisco pelo nome africano Zumbi que conservou até seu lastimável fim.” Para ele, os registros contidos nas cartas do padre Antônio Melo, também retiram qualquer dúvida em relação ao parentesco (simbólico) de Zumbi e Ganga Zumba. [FREITAS, 1984: 117]

Décio Freitas propôs que o sentido do título ‘Zumbi’ não é algo de fácil solução. Ele discutiu as hipóteses surgidas ao longo da historiografia que apontaram para significados como “Deus da Guerra” e “defunto” no sentido de imortalidade. Para ele “nunca é bom confiar nas grafias e acepções dadas pelos cronistas portugueses aos nomes africanos”. E completa: “[...] será conveniente renunciar à tentativa de descobrir o significado etimológico e histórico do nome do general negro.” [FREITAS, 1984: 117]

Décio Freitas propôs o que chamou de “carreira excepcionalmente rápida” do “pupilo do padre Antônio Melo”. Zumbi teria se tornado, dois anos depois de sua fuga, o “maioral” da

povoação que o acolheu. Povoação que teria passado a ser conhecida nos relatos da época por “mocambo de Zumbi”. Aos 18 anos, teria sido elevado a “cabo de guerra” - o que sugere hierarquia e exército profissional - e, aos 22 anos, a “general das armas”, após a expedição de Fernão Carrilho, em 1677. [FREITAS, 1984: 118] Assim Décio Freitas concluiu a “biografia de Zumbi” alterando significativamente as duas primeiras edições de seu livro. Zumbi passou a ter origem, nome e carreira e qualidades excelentes, diferentemente das edições anteriores e das obras de outros autores que o citavam apenas como um líder dos Palmares.

Como vimos até agora, Décio Freitas serve-se comumente de deduções e ilações lógicas para completar lacunas documentais. Aqui se trata, de algo completamente diverso. No frígir dos ovos, de uma eventual invenção de biografia de Zumbi que corroboraria não poucas afirmações anteriores suas, mais de doze anos após a redação original do trabalho. Uma questão que fica em suspenso, até investigações documentais mais precisas.

Sobre esta questão, destaque-se, entretanto, a deriva que o autor conheceria em suas últimas décadas de vida, quando abandonaria suas posições anteriores de intelectual marxista e se transformaria em um verdadeiro intelectual orgânico conservador. Nesses anos, escreveu livros, de sucesso regional, como *O homem que inventou a ditadura no Brasil*, de 1996, que apresentou como história, onde se serviu abundantemente da ficção em prosa. Alguns dos sucessos e sentimentos que propôs terem acontecido ao protagonista desse ensaio, Décio Freitas relatara, anteriormente, a seus confidentes, como ocorrido a ele. Essa deriva deve ser integrada a compreensão de sua obra, sem anular certamente o seu valor.¹⁶

Um único Zumbi

Décio Freitas questionou e discutiu as afirmações anteriores a seu estudo, sobretudo nas obras de Rocha Pita e Nina Rodrigues, de ter havido diversos Zumbi. Para Décio Freitas, a documentação é clara ao indicar que, no período de 1670 a 1695, da chegada de Zumbi a Palmares até a sua morte, “o indivíduo que usava esse nome foi uma só e mesma pessoa”. Tal informação bastou para Décio Freitas afirmar que a “palavra Zumbi não designava posto hierárquico” e sim “nome próprio”. Ou seja, abandona posição inicial, para impedir a diluição do seu protagonista. [FREITAS, 1984: 117]

Décio Freitas acerta na sua afirmação de que houve apenas um Zumbi em Palmares, sobretudo pelos registros do período em relação a esse nome. Após o falecimento de Zumbi, os demais líderes, como o negro Camoanga, não receberam tal nome. O que não é o suficiente para apontarmos que ‘Zumbi’ fosse nome próprio. O padre Antônio Melo seria a

¹⁶ Depoimento de Mário Maestri, ao autor, tomado em Informação oral em 10 de setembro de 2015, em sua residência em Porto Alegre.

comprovação de Zumbi como nome próprio, como vimos. Para Décio Freitas, Zumbi foi aquele que liderou o seu povo no lugar de um líder cansado, displicente e omissivo. Décio Freitas chegou a afirmar, em sua quinta edição (1984) que Ganga Zumba, em uma das batalhas perdidas pelos palmarinos, teria “comandado uma operação em estado de completa embriaguês”. Ainda na mesma edição, ele fala que certo documento português teria indicado a insatisfação de Zumbi para com Ganga Zumba: “Zumbi denunciou não só a inépcia militar, mas também a corrupção de Ganga Zumba (o documento português fala em ‘roubos’)”. [FREITAS, 1984: 114] Não há igualmente citação deste documento.

Após as acusações e, sobretudo, ao clima de insatisfação geral contra o comando dos Palmares, teria iniciado o enfrentamento entre as tropas de Ganga Zumba e de Zumbi. Neste momento, Décio Freitas aponta Zumbi como “chefe da oposição” e indica o momento como o do início das “conversações de paz com o governo colonial”. Ou seja, para Décio Freitas, as divergências entre Zumbi e Ganga Zumba deram início ao acordo de paz de 1678 entre o governo da capitania e Ganga Zumba, e não o inverso. [FREITAS, 1984: 115] Após a derrota de Ganga Zumba para as forças de Zumbi, os palmarinos teriam jurado fidelidade a Zumbi para que o mesmo “na paz como na guerra, tudo decidisse sem consultar a ninguém”. Estaria, neste momento, implantada a “ditadura de salvação pública” sugerida por Benjamin Péret. [FREITAS, 1984: 115]

Benjamint Péret

Foi Décio Freitas quem introduziu Benjamin Péret no debate. E essa foi uma das grandes contribuições, dentre tantas outras, de sua obra à historiografia dos Palmares. Benjamin Péret definira o sistema político de Zumbi como uma ditadura emergencial. A eventual mudança de sistema de Ganga Zumba para Zumbi se justificaria sobretudo pela postura das forças escravizadoras da capitania. A necessidade de resistir às investidas luso-pernambucana era de extrema prioridade.

Ainda em Relação a Benjamin Péret, nas primeiras quatro edições, Décio Freitas cita: “[...] uma ditadura de salvação pública, conforme **assinalou com razão** Benjamin Péret”. Porém, na edição definitiva, ele muda a citação para “uma ditadura de salvação pública, conforme **sugeri** Benjamin Péret”. [destacamos] A substituição de “assinalou com razão” para “sugeri”, na última edição, registraria dúvida do autor em relação a existência de uma “ditadura” nos Palmares? Questão resolvida pelo último parágrafo sobre a ascensão de Zumbi, onde se descreve as características do sistema imposto pelo, agora, chefe dos palmarinos, sobretudo, com suas primeiras medidas: “[...] subordinou toda a vida de Palmares às exigências da guerra implacável que se anunciava. Promoveu em Macaco um sangrento

expurgo dos partidários de Ganga Zumba. Deslocou mocambos inteiros para lugares estrategicamente mais seguros”. “[...] submeteu a adestramento intensivo todos os homens válidos. Multiplicou os postos de vigilância e observação na orla das matas [...]”. Entre outras medidas, definiu que quem tentasse “desertar para Cucaú, seria sumariamente degolado”. [FREITAS, 1984: 115-116] São informações, comumente muito precisas, não apoiadas em fontes explícitas.

A morte de Ganga Zumba

Após o acordo de 1678, as forças palmarinas pró-Ganga Zumba encontravam-se em clima tenso de desconfiança. Os senhores de engenho não eram favoráveis a manutenção dos negros em Cucaú e colocavam tropas indígenas para a fiscalização e vigilância dos anistiados. Décio Freitas destacou que ao “mesmo tempo em que consolidava sua posição em Palmares, tratava Zumbi de minar a de Ganga-Zumba em Cucaú.” [FREITAS, 1984: 118]. Décio Freitas destacou que as forças de Ganga Zumba estariam permeadas de partidários de Zumbi, que aos poucos iam convencendo os demais a mudarem de lado.

Os planos dos partidários de Zumbi teriam sido descobertos e delatados, o que levou à precipitação e ao envenenamento de Ganga Zumba. Junto da morte de Ganga Zumba, os seus homens foram massacrados pelas tropas de Zumbi. Décio Freitas destacou que: “Assim acabou Cucaú, o *caricato anti-palmares* tão esperançosamente inventado pelas autoridades coloniais” [FREITAS, 1984: 120] [destacamos] E de fato tratava-se de uma caricatura de povoado negro na franja da capitania de Pernambuco.

O povoado de Cucaú tinha como função não só a divisão e o enfraquecimento dos negros palmarinos como o controle de suas ações e de seus meios de subsistência. Não haveria por parte da classe dominante do Nordeste intenção de manter os negros livres em Cucaú. Não havia possibilidade de convívio entre importante comunidade de trabalhadores livres independentes, ainda mais africanos e descendentes de africanos, e o sistema escravista, contradição social insuperável do Brasil colônia.

Um acordo desmentido

Décio Freitas destacou que o acordo de 1678 “representara um excelente ponto de partida para a gradual extinção da revolta negra porque dividia os rebeldes e isolava os elementos mais radicais”. [FREITAS, 1984: 126] As tropas luso-brasileiras já conheciam o território dos Palmares; dividiam as forças palmarinas; ganhavam aliados entre os calhambolas; centralizavam-se no combate aos palmarinos insubmissos. Em 10 de março de 1682, foi expedido alvará sobre “a liberdade, cativo e castigo dos negros dos Palmares da Capitania de Pernambuco”. Segundo Décio Freitas, o documento procurava dividir e

enfraquecer a república palmarina. Ele oficializava as políticas e determinações adotadas no acordo de 1678.

Dentre elas, Décio Freitas destacou a nova política de liberdade para os negros aquilombados. Se quando do acordo a promessa era de liberdade para todos os nascidos nos Palmares, agora mantinha-se a “condição de ventre” - “todos os filhos e descendentes de mulheres que haviam sido escravas seriam considerados escravos [...]”. Ou seja, respeito pleno a propriedade escravista. Décio Freitas também destacou os demais merecedores de liberdade: “[...] todos os palmarinos que, não sendo negros ou mulatos, descendessem de moradores livres.” [FREITAS, 1984: 127] Garantia-se a liberdade aos *brancos* dos Palmares, que representavam um número bem pequeno.

Outro detalhe do acordo referia-se ao fim a ser dado aos revoltosos dos Palmares: “Nenhum negro ou mulato [sic] palmarino, fosse livre ou escravo, poderia ficar no Brasil.” [FREITAS, 1984: 128] Tal determinação era uma forma de evitar novas fugas, novos aquilombamentos e destruir, no possível, a experiência e a memória da rebelião. Para finalizar, o documento garantia a liberdade para aqueles que cumpriram o acordo de 1678 indo para o Cucaú e não se rebelando. Esta era, até onde vai nosso conhecimento, a única real promessa de liberdade.

Um santo oficial

Salvo engano, foi Décio Freitas quem de maneira inédita trouxe uma curiosidade sobre as guerras contra os Palmares. Por conta das expedições da segunda metade do século 17, o governador Souto Maior mandou abrir “assento de praça” ao Santo Antônio. Ou seja, a imagem do santo passava a fazer parte das tropas que iriam para os Palmares. E como a imagem “pertencia ao convento de São Francisco da cidade de Olinda, o governador expediu ordens para que as importâncias correspondentes ao fardamento e ao soldo do soldado fossem pagas ao síndico do aludido convento.” [FREITAS, 1984: 133] “Envergando um uniforme de linha e confiado a um religioso franciscano, o Santo tomou parte nesta e em todas as campanhas que até o final se realizaram contra Palmares”. Décio Freitas ainda destacou a homologação referente à fonte pagadora dos soldos do Santo soldado: “Em 1692, uma carta régia mandou que o soldo a que tinha direito o Santo-soldado corresse pelos cofres do senado da câmara de Olinda.” [FREITAS, 1984: 133]

Em 1716, o Santo-soldado fora promovido pelo governador D. Lourenço de Almeida ao posto de tenente, após reivindicação do próprio santo: “[...] lhe havia sido apresentada uma petição do Santo Antônio, na qual este alegava que, apesar dos seus [...] serviços nas guerras contra os Palmares, percebia apenas o soldo de [...] soldado, pelo que ele governador

promovera o santo ao posto de tenente [...]”. Mas as *curiosidades* não param por aí: o governador promoveu o santo a tenente de sua fortaleza ficando com o título de “Santo Antônio dos Coqueiros da Barra do Recife” e, para completar, o Conselho Ultramarino aprovou a medida no ano seguinte. O Santo-oficial teve ainda reivindicações para vereança e postos de sargento e marechal, mas seguiu recebendo soldo de alferes até 1890, ou seja, por dois séculos. [FREITAS, 1984: 134]

O início do fim

Décio Freitas descreveu sinteticamente o grupo conhecido por “bandeirantes” e sua função de controle de rebeliões de diversas naturezas, sobretudo indígenas. Para ele, os “mamelucos paulistas”, que ainda não eram conhecidos por “bandeirantes” possuíam “vocação para o ofício de opressores”. Tratava-se de um grupo de desbravadores que participou praticamente de todas as rebeliões indígenas do território do Brasil. Segundo Décio Freitas, os “bandeirantes foram pois uma tropa de choque a serviço do colonialismo português, e não outra coisa”. [FREITAS, 1984: 138] O que explica o uso de tal tropa para o enfrentamento final com os quilombos palmarinos.

O líder dos bandeirantes, Domingos Jorge Velho, “pertencia ao ramo bandeirante que esgalhara para o nordeste em busca de índios e tesouros, estabelecendo-se em enormes latifúndios conquistados ao gentio à força de matanças espantosas”. Estes mesmos ‘desbravadores’ eram objetos de análises coevas a respeito do seu percentual de selvageria ou civilização. Para Décio Freitas, por mais civilizados que fossem, perdiam a doutrina que conheciam pelo fato de viverem embrenhados na mata. Mas era essa característica que os fazia astutos o suficiente para o enfrentamento dos negros palmarinos. Como vimos em capítulos anteriores, o bispo Francisco de Lima, ao comunicar-se com Jorge Velho, por intermédio de intérprete, pois o mesmo só falava a ‘língua geral’, declarou que o bandeirante era “um dos maiores selvagens” com que tinha topado. [FREITAS, 1984: 141-142]

Os próprios colonos das redondezas de Palmares eram hostis aos bandeirantes. Entretanto, os motivos iam além do desconforto que a ‘selvageria’ das tropas de Jorge Velho causava. A promessa de terras que o governador da capitania fizera aos bandeirantes desagradava os moradores locais que, desta forma, não desejavam o fim dos Palmares, vista a *cordialidade* do relacionamento que alguns *vizinhos* mantinham com os palmarinos. [FREITAS, 1984: 150]

Décio Freitas destacou que a crise econômica que assolava a capitania desfavoreceu os palmarinos, pois os habitantes de todas as classes entendiam que a fartura das terras altas dos Palmares resolveria a seca e a miséria em que viviam. O aniquilamento dos quilombos seria a

solução dos problemas e males da capitania. O governo prometeu mantimentos e doações para os que se alistassem na guerra contra os palmarinos. A imensa maioria se alistou, apenas ficando os mais miseráveis de fora, pois “preferiam morrer de fome a morrer em Palmares”. Então o governo optou pelo recrutamento forçado. [FREITAS, 1984: 156]

Décio Freitas destacou que as forças marcharam para Palmares com um total de “mais ou menos nove mil homens”, o que possivelmente seja um exagero, visto que, segundo o próprio autor, seria um contingente superior ao utilizado na expulsão dos holandeses (sete mil soldados) e inferior somente ao exército das batalhas da Independência – mais de século depois – que ficara em torno de “quatorze mil homens”. [FREITAS, 1984: 157] O exagero das tropas luso-brasileira corresponderia ao exagero dos combatentes e habitantes palmarinos.

Os encontros finais

Décio Freitas pouco inovou no que se refere ao derradeiro ataque das tropas da capitania aos Palmares. Repete o sabido sobre como as tropas se organizaram e os combates. Destaca a ‘contra-cerca’ e a formação militar tripartida por Jorge Velho. Quanto a ‘queda do Macaco’, cita a execução do sentinela que não percebeu a aproximação das tropas inimigas e a utilização decisiva dos canhões por parte das tropas anti-palmarinas.

Embora Décio Freitas não tenha inovado no desfecho dos acontecimentos palmarinos, criticou a versão anteriormente consagrada do suicídio épico. Destoou dos demais autores que citaram a “traição” de um dos homens de confiança, ou *escravo*, de Zumbi. Para ele, o lugar-tenente Antônio Soares, teria “fraquejado” meio a seções de tortura e após receber a promessa de vida e liberdade. Na época em que escrevia, a tortura dos presos políticos começava a se transformar em hábito no Brasil.

Após descrever a morte de Zumbi, traz informações importantes para o entendimento da história dos quilombos palmarinos, como por exemplo, a divisão das terras dos quilombos – maioria de posse dos grandes senhores de engenho – e a existência de “poucos sobreviventes” que se estabeleceram em povoações “pacíficas espalhadas pela região”. [FREITAS, 1984: 170] Essa informação elimina quase por inteiro a possibilidade de existirem *descendentes* de palmarinos na região.

Décio Freitas finaliza seu livro deixando legado significativo para os estudos posteriores ao seu. Este fato é facilmente confirmado se analisarmos as obras recentes. A partir do trabalho de Décio Freitas, elas inovaram com pesquisas arqueológicas incipientes;

ampliaram as propostas conceituais; aprofundaram ou definiram recortes específicos, etc., ou simplesmente reproduziram a proposta de Décio Freitas sem muita inovação.

Décio Freitas não tratou da ‘questão Zumbi’ da mesma forma que os demais autores. Em seu livro, o líder da resistência palmarina ganhou destaque especial, capítulo próprio e abordagem épica. Foi a partir da obra de Décio Freitas que Zumbi transformou-se em símbolo da luta dos principais movimentos sociais do Brasil. Mesmo que fosse conhecido por setores do movimento negro, foi sua narrativa que deu corpo a lenda. A falta da explicitação das fontes, associada, a seguir, à questão da biografia tardia de Zumbi, constituiu-se nos grandes motes da crítica de sua obra, com destaque para os ditos historiadores profissionais. Crítica que, comumente, expressou o desgosto do sucesso da obra de historiador de trajetória extra-acadêmica e, sobretudo, o viés marxista revolucionário de sua abordagem.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa procurou analisar as principais obras historiográficas sobre os quilombos dos Palmares. Procuramos demonstrar as diversas formas em que os quilombos palmarinos foram retratados nos períodos distintos de nossa história e historiografia, no afã de traçar paralelos interpretativos entre as diversas linguagens e visões dos diversos autores. Procuramos também identificar as obras paradigmáticas em cada um dos períodos e as suas influências nos períodos seguintes. Pudemos constatar que os quilombos dos Palmares foram retratados de diferentes formas ao longo dos séculos, em virtude das épocas distintas de nossa história e historiografia.

O primeiro capítulo, abordou o período colonial, quando se estabeleceu e se consolidou a escravidão negro-africana. Essa primeira *historiografia* foi toda escravista. Nesse capítulo, foram analisadas as fontes primárias - sobretudo holandesas – e as primeiras obras historiográficas sobre o tema. Ele se subdividiu em autores holandeses e pós-Restauração [1644 a 1819]. O período se caracterizou por relatos laudatórios às administrações locais e, sobretudo, por enfoques negativos à civilização palmarina.

Período Holandês

O primeiro período dos quilombos dos Palmares está intimamente ligado à invasão holandesa. Os quilombos foram, sempre, descritos como antro de selvagens, ladrões, estupradores, bárbaros, etc. Tais definições são compreensíveis já que os quilombos questionavam as instituições escravistas.

Os autores deste período, ligados às classes dominantes locais holandesas, registraram Palmares abordando características gerais, sempre como forma de sustentar seus domínios e exaltar os feitos dos colonizadores. O extermínio dos palmarinos era fundamental para o pleno controle da província de Pernambuco e para a economia local, visto que gerava prejuízos com a perda de cativos.

De forma geral, os autores tentaram justificar o extermínio da civilização dos Palmares, ora pela incompatibilidade com seus aspectos civilizatórios, ora por questões de ordem religiosa. Os reais motivos, controle da terra, do comércio e da mão-de-obra escravizada foram pouco assinalados. Palmares foi apontado como uma civilização voltada à barbárie que ameaçou o sistema colonial.

A importância desses primeiros relatos fica por conta das primeiras descrições sobre as características geográficas da região; sobre os *sistemas de justiça* existentes nos quilombos

- com destaque para a pena de morte em caso de furtos, assassinatos e traições; sobre o proposto sistema escravista palmarino e a presença de religiosidade ‘semelhante’ à católica.

Os quilombos palmarinos foram destacados pelos holandeses como algo a ser abatido. A grande questão era a própria existência de Palmares, visto que a necessidade de força de trabalho para a produção açucareira aumentava com a fuga aos quilombos.

Autores pós-Restauração

Após a Restauração, Palmares foi relatado por autores portugueses, com a honrosa exceção do britânico Robert Southey. Em 1730, ainda no período colonial, foi publicado o primeiro trabalho efetivamente historiográfico: *História da América Portuguesa*. Por primeira vez, Sebastião da Rocha Pita aprofundou a história dos quilombos palmarinos. Com mais de dez páginas dedicadas exclusivamente aos calhambolas, trouxe Palmares para a historiografia brasileira, criando tendências que se mantiveram até o início do século 20.

Rocha Pita considerou Palmares uma civilização organizada, sem a grandeza das repúblicas da antiguidade européia. Para ele, os palmarinos criaram “uma república rústica e ao seu modo bem ordenada”. Introduziu Zumbi como título e não nome, com o significado de “diabo”. Citou o comércio de Palmares com as vilas adjacentes, sobretudo Porto Calvo, e destacou a existência da *fortaleza* no quilombo do Macaco - capital da confederação palmarina.

Embora cometesse lapsos importantes, como a reprodução da existência de escravidão nos quilombos, o suicídio de Zumbi, etc., a obra de Rocha Pita foi de importância ímpar para o entendimento de Palmares. Foi ele quem primeiro mapeou, organizou fatos e fontes e introduziu o tema Palmares nas discussões historiográficas. Escreveu livro comprometido com os escravizadores e ideais da Coroa lusitana.

O período pós-Restauração é marcado por novas realidades econômicas, políticas, sociais e religiosas. O aspecto religioso gerou embates entre o protestantismo holandês e o catolicismo lusitano, fato registrado nas análises das *religiões* dos Palmares. Outra característica dos relatos do período são as obras encomendadas para exaltar as respectivas administrações. A figura de Zumbi é dado diferenciador, visto que a Restauração se deu em 1654, um ano antes da provável data de nascimento do líder palmarino.

Período Imperial

A Independência, em 1822, manteve o regime monarquista, na contramão das nações americanas. Ela buscou nas monarquias européias o modelo de civilização. Sobretudo a manutenção da escravidão ensejou que a historiografia monarquista seguisse sendo escravista.

Nada de heróis ou exaltação de modelos de resistência popular, muito menos de cativos. Os quilombos seguiam sendo um problema atinente à ordem *social e econômica*.

Palmares foi um episódio pouco citado ou desconstruído pela historiografia monaquista, a partir de artigos, capítulos e textos laudatórios. Somente o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, devido à sua função de difusão da história local, avançou o conhecimento sobre os quilombos palmarinos, exaltando sempre a sua destruição.

O intelectual francês Ferdinand Denis escreveu dois livros: uma novela, em 1824; um livro de história, em 1838. Sem ligação com a ordem escravista, de viés romântico, definiu a aniquilação dos Palmares como mais um evento sangrento da história colonial brasileira, referindo-se aos massacres dos povos autóctones. Seguindo os preceitos românticos da Europa da época, defendeu a necessidade de uma história baseada na realidade local, que incluísse a paisagem, os nativos, os negros.

Em relação à Palmares, Ferdinand Denis destacou a sua importância e diferença quanto aos demais aquilombamentos que chamou de “ajuntamento de mesquinhas cabanas de ramos”. Discordou de Rocha Pita mesmo tendo se apoiado substancialmente em sua obra. Para ele, o termo Zumbi não era “diabo” mas “gênio terrível”. Repetiu a proposta de crença sincrética afro-católica; falou de matrimônio e posse de líderes; repetiu a versão do suicídio do líder palmarino em seu *Brasil* e na novela *Palmares*.

Nos anos imediatos após Ferdinand Denis, tivemos hiato historiográfico. Referências em ensaios jurídicos, em livros sobre a escravidão, na obra clássica de Francisco Adolfo de Varnhagen, etc. em nada inovaram, mantendo-se as visões pró-escravistas.

No Segundo Reinado, foi dado maior destaque às entradas militares, sobretudo após a descoberta, em 1859, do documento *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678* (escrito no século 17).

Em *Memória dos Fatos que se Deram Durante os Primeiros Anos de Guerra com os Negros Quilombolas dos Palmares [...]*, Pedro Paulino da Fonseca utilizou, salvo engano, pioneiramente a *Relação das guerras feitas aos Palmares [...]*, com destaque para a proposta de paz feita ao comando palmarino. Somente no século seguinte tal episódio seria amplamente explorado, sobretudo pela historiografia marxista. Desde então, Palmares, seus líderes, seus mocambos, etc. surgiram como fatos históricos individualizados.

Em 1882, o professor Luís de Queirós Mattoso Maia publicou manual didático para uso do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. O episódio palmarino foi tratado em dois parágrafos, nos quais criticou como exageradas as propostas de 30 mil palmarinos, talvez em

forma pioneira. Sobretudo, na primeira edição, de 1882, repetiu a versão do suicídio coletivo; na revisão de 1886, destacou a emboscada e o assassinato de Zumbi.

Período Republicano

No terceiro capítulo, analisamos o período Republicano, mais rico, do ponto de vista historiográfico. Desde 1888, a escravidão fora abolida; na República Velha, sobretudo os trabalhadores urbanos inseriam-se na vida do país, subjetiva e objetivamente. O período foi caracterizado pela recuperação de visões conservadoras, apoiadas na historiografia escravista, e inovações paradigmáticas, sobretudo de caráter e conteúdo marxista. Finalmente, Palmares e Zumbi se constituíram como referência paradigmática da história social e da tradição do movimento negro organizado.

Em 1905, o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, mulato e *racista científico*, escreveu o artigo *A Tróia negra: Erros e lacunas da História de Palmares*. Reconhecendo a importância dos quilombos palmarinos para a história do país, desenvolveu o primeiro estudo relevante pós Rocha Pita. Identificou a origem étnica banto dos palmarinos através dos aspectos de sua religiosidade. Dividiu cronologicamente a história dos Palmares, apontou a existência de escravidão nos quilombos e, embora tenha se apoiado na historiografia anterior, distanciou-se sempre que não concordou com ela. Reconheceu a importância dos Palmares mas exaltou sua destruição. Racista e culturalista, via nos africanos e afro-descendentes, assim como em sua cultura, fator de atraso do país.

A partir dos anos 1920, o cenário social alterou-se, sobretudo com organização do operariado brasileiro, mesmo incipiente. No final daquele decênio, em *A Classe Operária*, jornal do Partido Comunista, Astrojildo Pereira referiu-se àqueles sucessos como expressão da luta de classe, e fixou em cores épicas a Zumbi e à epopéia palmarina.

Apenas em 1938, tínhamos um estudo dedicado plenamente ao assunto - *As guerras nos Palmares*, do bibliotecário lusitano, colonialista e pró-salazarista Ernesto Ennes, que pouco acrescentou à historiografia. O ensaio copilou 95 fontes primárias selecionadas e transcritas dos arquivos lusitanos. Este material passaria a ser parte da base documental das pesquisas sobre Palmares.

Em 1946, o advogado baiano Édison Carneiro, destacado pesquisador da cultura afro-brasileira, lançou *O quilombo dos Palmares*, trabalho referencial, por, no mínimo, trinta anos, sobre Palmares. O livro representou salto de qualidade, sobretudo epistemológica, sobre os quilombos da Serra do Barriga. Não lamentou, mas não comemorou a aniquilação de Palmares, retirar das classes dominantes, sobretudo de Domingos Jorge Velho, qualquer glória no desfecho. Militante do PCB, não via a antiga formação social brasileira como

escravista, nem a oposição escravizados *versus* escravizadores como sua principal contradição.

Em 1955, o poeta francês Benjamin Péret apoiava-se e superava a obra de Édison Carneiro, em um estudo de fôlego, ao reter a proposta da oposição cativos *versus* escravistas como centrais para a luta de classes no Brasil. Péret via o progresso na vitória de Palmares e na destruição da ordem escravista, através da expansão da rebelião dos escravizados, como forma de robustecimento das forças refratárias ao escravismo. Apontou a luta palmarina como fator importante do passado do país.

Os anos 1960 pouco produziram, do ponto de vista historiográfico sobre Palmares. A exceção ficou por conta do romance *Ganga-Zumba* de João Felício dos Santos, que serviu de base para produções cinematográficas, como já vimos, com gravíssimos lapsos historiográficos.

Em 1965, imediatamente após o golpe militar, estreou a peça teatral *Arena* conta Zumbi, de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal, que contava no elenco, entre outros, com Lima Duarte e Dina Sfat. Os quilombos dos Palmares passavam a ser símbolo de resistência à ditadura. A seguir, foi criado o grupo político-militar Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, com o objetivo de implantar a guerrilha rural. A VAR-Palmares contou entre seus membros com Dilma Rousseff e com o ex-capitão do exército Carlos Lamarca.

Décio Freitas

Nosso quarto capítulo é dedicado exclusivamente à obra do historiador riograndense Décio Freitas. Em 1971, publicou, no Uruguai, a mais importante obra sobre os quilombos dos Palmares, desde o livro de Édison Carneiro - *Palmares: la guerrilla negra*. Ela fora iniciada quando o advogado e jornalista marxista encontrava-se no exílio no Uruguai. O livro foi publicado em pequena editora do Rio Grande do Sul, de Carlos Jorge Appel, e alcançou imediato sucesso. Por razões óbvias, mudou-se, no título, “guerrilla” para “guerra”. A seguir, o autor realizou extensa e cuidadosa pesquisa em arquivos portugueses.

O livro aprofundou substancialmente a proposta de Benjamin Péret de Palmares como fato essencial da luta de classes no Brasil. O livro também fazia parte da discussão da guerrilha como estratégia anti-ditatorial, nas Américas e no Brasil. Obra historiográfica destinada ao grande público, escrita em linguagem épica, compreendia-se como parte do combate à historiografia burguesa - na época usava-se o eufemismo “historiografia tradicional” - e à ditatorial. Esforçava-se, igualmente, para desmontar a retórica das classes dominantes de um país “cordial”, sem contradições e lutas sociais profundas.

Décio Freitas avançou em diversos aspectos na historiografia dos quilombos palmarinos discutindo as relações comerciais entre os calhambolas e colonos; interpretando os significados políticos do acordo de 1678; introduzindo, com já vimos, a polêmica biografia de Zumbi; discutindo aspectos culturais e religiosos; lamentando a destruição dos quilombos dos Palmares. Condicionada pelo momento da sua produção, foi a obra mais relevante e melhor acabada, conhecendo cinco edições brasileiras amplamente revisadas e estendidas.

Palmares na atualidade

Após a obra de Décio Freitas o mundo passava por alterações relevantes no seu cenário mundial. No bojo do tsunami neoliberal de fins dos anos 1980, o revisionismo historiográfico tornou dominante no Brasil, avançando movimentos de verdadeira desconstrução do passado escravista. As contradições do regime escravista foram deixadas de lado em favor das negociações entre escravizados e escravizadores, em um contexto que já negava a violência institucional contra os trabalhadores escravizados. [FIABANI, 2005: 416, 418]

As boas condições de existência - muita comida, pouco trabalho, quase nenhum castigo; alforrias; as libertações por via judiciária; os casos de ascensão social de cativos; as famílias sólidas de escravizados, etc., passara de exceção para quase norma geral do sistema escravista. A historiografia retrocedeu com a redescoberta de autores como Nina Rodrigues e Gilberto Freyre e suas teses de incompatibilidade cultural como motivo fundamental para as fugas e aquilombamentos. [FIABANI, 2005: 418] Palmares e seu líder Zumbi foram igualmente objetos de tentativas de interpretações de cunho revisionista.

Nesse último período, conhecemos, entretanto, obras de importante valor historiográfico, não contempladas em nossa análise, devido ao período cronológico definido, mas citadas ao longo de nosso estudo. Dentre delas destacam-se, certamente, *Memorial dos Palmares*, de Ivan Alves Filho, e *De olho em Zumbi dos Palmares e Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*, ambos de Flávio dos Santos Gomes. De grande importância foi o livro coletivo *Liberdade por um fio*, organizada pelos historiadores Flávio dos Santos Gomes e João José Reis.

LISTA CRONOLÓGICA PARA APOIO ¹⁷

Brasil Colônia

- 1575** – Mocambos são noticiados pela primeira vez no Brasil Colonial.
- 1597** – Formação dos primeiros mocambos nas serras de Pernambuco.
- 1602**- Primeira expedição contra Palmares.
- 1630** – Invasão holandesa na Capitania de Pernambuco.
- 1640** – O holandês Joan Nieuhof escreve *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, onde aborda, entre muitos temas, os quilombos dos Palmares.
- 1644** – Primeira expedição holandesa contra Palmares.
- 1645** – É registrado o Diário de viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645. O mesmo seria publicado na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Recife, n.56, p.87-96, 1902.
- 1647** – O holandês Gaspar Barléu, contratado pelo conde Maurício de Nassau para narrar os feitos da sua administração, publica *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*.
- 1654** – Portugal restaura o domínio sobre Pernambuco.
- 1655** – Duzentos negros palmarinos são capturados por tropas portuguesas.
- 1678** – Acordo de paz é proposto aos líderes dos Palmares.
- 1678** – O documento *Relação das guerras feitas aos Palmares De Pernambuco no tempo do Governador Pedro de Almeida de 1675 a 1678* é redigido, porém seria encontrado e publicado somente em 1859, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, n.22 p.303-329, 1859.
- 1679** – Zumbi e outros líderes não aceitam o acordo proposto.
- 1680** – Ganga-Zumba é assassinado, supostamente por tropas de Zumbi.
- 1681** – Zumbi assume o comando de Palmares.
- 1692** – As tropas paulistas de Domingos Jorge Velho começam a ofensiva contra Palmares.
- 1695** – Em 20 de novembro, Zumbi é capturado e morto.
- 1730** – O português nascido na Bahia, Sebastião da Rocha Pita, escreve o primeiro grande estudo historiográfico – *História da América Portuguesa* - e dedica em torno de dez páginas

¹⁷ Adaptado de GOMES, Flávio dos Santos. *De Olho em Zumbi dos Palmares*: [...] ob. cit. p. 109-115; REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: Historiografia e imagens*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo, 2002. p. 121-125.

aos Palmares. Destaque para o suicídio épico de Zumbi que viraria tendência de muitas obras subsequentes a sua.

1757 – Palmares volta a ser destaque. Desta vez pelo cronista Domingos Loretto do Couto na obra *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*.

1817 – O britânico Robert Southey faz breve análise palmarina em seu *História do Brasil*.

1817 – Palmares volta a ser destaque na obra *Corografia brasílica: ou relação histórica e geográfica do reino do Brasil*, do padre Aires de Casal.

Brasil Império

1822 – Ferdinand Denis publica *O Brasil*, onde analisa diversos aspectos culturais e étnicos do Brasil. Palmares ganha destaque.

1854 – Francisco Adolfo de Varnhagen escreve seu livro clássico *História Geral do Brasil*. Palmares pouco é destacado.

1859 – O documento *Relação das guerras feitas aos Palmares De Pernambuco no tempo do Governador Pedro de Almeida de 1675 a 1678* é encontrado pelo Conselheiro Drummond e entregue ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O documento é um marco na historiografia dos quilombos dos Palmares.

1864 – Em *A Escavidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. Perdigão Malheiro dá voz aos Palmares. Em um trabalho de fôlego, sobretudo para a época, o jurista analisa diversos aspectos do escravismo no país. Palmares aparece em dois dos três volumes.

1875 – João Dias Cabral publica na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano o ensaio *Narração de alguns feitos relativos à guerra dos Palmares de 1668 a 1680*, importante trabalho sobre os enfrentamentos lusitanos contra os negros palmarinos.

1876 – Pedro Paulino da Fonseca publica, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1876.v.39, p. 293-322), fazendo uso do documento *Relação das guerras feitas aos Palmares De Pernambuco no tempo do Governador Pedro de Almeida de 1675 a 1678*, a sua monografia *Memória dos feitos que se deram durante os primeiros annos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678*. Seu estudo aparece como o segundo trabalho de maior importância no período, visto a utilização de importantes informações até então inéditas.

1880 – O português Oliveira Martins destaca Palmares no seu *O Brasil e as colônias portuguesas*.

1881-86 – O professor do Colégio Pedro II, Luis de Queirós Mattoso Maia, publica o manual *Lições de história do Brasil*. A sua reedição de 1886 foi a primeira a corrigir a versão do suicídio de Zumbi trazendo informações a respeito de seu assassinato.

1888 – Abolição da escravatura.

Brasil República

1905 - Raimundo Nina Rodrigues inaugura os estudos culturalistas sobre os quilombos palmarinos com o seu estudo *A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares*.

1905 – Palmares é destacado por ROCHA POMBO em *História do Brasil*.

1929 – Astrojildo Pereira nomeia Zumbi, no jornal do Partido Comunista, como “nosso Espártaco Negro”.

1938 – O bibliotecário português Ernesto Ennes compila noventa e cinco fontes primárias sobre Palmares sob o título de *As guerras nos Palmares: subsídios para sua História*.

1947 – Edison Carneiro publica *O Quilombo dos Palmares*. Sua obra seria por décadas a principal referência historiográfica sobre o tema.

1954 – O oficial do exército, Mario Martins de Freitas, publica *Reino negro de Palmares*. Livro que representaria um retrocesso epistemológico após a obra de Édison Carneiro.

1956 – O trotskista Benjamin Péret publica, a partir da obra de Edison Carneiro, *Que foi o Quilombo de Palmares?*. O estudo representou um avanço, sobretudo do ponto de vista marxista.

1959 – Clóvis Moura lança *Rebeliões da Senzala*. O estudo teve um capítulo consagrado à Palmares.

1961 – João Felício dos Santos publica o romance *Ganga-Zumba*. O livro seria base de roteiro para o primeiro filme de Cacá Diegues, em 1963.

1973 – Décio Freitas publica a primeira edição brasileira de *Palmares: a guerra dos escravos*.

1978 – Décio Freitas publica a segunda edição brasileira de *Palmares: a guerra dos escravos*.

1981 – Décio Freitas publica a terceira edição brasileira de *Palmares: a guerra dos escravos*. Nesta edição, o historiador rio-grandense acrescentou uma “nova biografia para Zumbi”.

1982 – Décio Freitas publica a quarta edição brasileira *Palmares: a guerra dos escravos*.

1984 – Décio Freitas publica a quinta e definitiva edição de *Palmares: a guerra dos escravos*. O livro segue sendo, até os dias atuais, o mais completo estudo sobre o tema.

1984 – Cacá Diegues lança *Quilombo*, seu segundo filme sobre Palmares, este baseado na obra de Décio Freitas.

1986 – Joel Rufino dos Santos publica uma proposta de biografia para Zumbi. O estudo era, conforme o próprio autor, amplamente apoiado na obra de Décio Freitas.

1988 – O militante comunista Ivan Alves Filho publica *Memorial dos Palmares*. O seu livro foi, junto do de Décio Freitas, o que mais utilizou documentos de arquivos portugueses. O trabalho foi fruto de sua dissertação de mestrado, na França.

1996 – Os historiadores Flávio dos Santos Gomes e João José Reis organizam a obra *Liberdade por um fio: Histórias dos quilombos no Brasil*. O livro dedicou vários estudos aos quilombos palmarinos.

2004 – A historiadora Andressa Mercedes Barbosa dos Reis, publica, salvo engano, a primeira dissertação de mestrado, no Brasil, tendo Palmares e, sobretudo Zumbi, como objeto de pesquisa.

2005 – Pedro Paulo Funari e Aline Viera de Carvalho, publicam o estudo arqueológico e historiográfico *Palmares, ontem e hoje*.

2005 – Flávio dos Santos Gomes publica *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*.

2011 – Flávio dos Santos Gomes publica *De Olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*.

2012 – Os historiadores Jean Marcel Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, publicam *Três Vezes Zumbi: A construção de um herói brasileiro*.

2014 – Rômulo Luiz Xavier Nascimento publica *Palmares: os escravos contra o poder colonial*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, James Emanuel de. Roulox Baro e o “país dos tapuias”. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. 108f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em História Social – UFRJ/ IFCS, Rio de Janeiro, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.

BARROS, José D’Assunção. *A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílo. *O padre Antônio Vieira e a pedagogia da escravidão*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. João Pessoa, 2003.

BLAKE, Augusto Victorino A. S. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em agosto de 2015

BRANCO, Renato Candêstelo. *Domingos Jorge Velho: e a presença paulista no Nordeste*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1990.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, História, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

COSTA, Emília Viotti. *A abolição*. 8. Ed. São Paulo, UNESP, 2008.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

DAMS, Britt. *Brasil Holandês: A construção do “eu” e do “outro” no relato de Roulox Baro*. In Mnemosine Revista, vol 1 n 1 jan/jun 2010.

DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Progresso, 1955, v.2.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

DENIS, Ferdinand. «*Palmares*». trad. Maria Helena ROUANET. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. Porto Alegre. vol. 3, n.o 2, pp. 13-44. 1997.

DIAS CABRAL, João Francisco. *Narração de alguns feitos relativos à guerra dos Palmares de 1668 a 1680*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, v.I, n.7, p. 165-171, dez./1875.

DUARTE, João Francisco. *Os Palmares*. “União Liberal”. 5,9,27 de jun1871. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, v.3, n.2, p.67-79, 1901.

DUARTE, Francisco Peixoto. *Apontamentos para a História Pátria*. Revistado Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, v.I, n.1, p. 32, 1872, p. 32

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Edusp, 2012.

FERNANDES, A. C. S.; FARIA, F.; ANTUNES, M. T. Manuel Aires de Casal, o beemote de Jó e o registro das ocorrências fossilíferas brasileiras no início do século XIX. *Filosofia e História da Biologia*. v. 8, n. 2, p. 133-150, 2013. Disponível em: www.academia.edu. Data de acesso: abril, 2015.

FERREIRA JR, Amarílio; Bittar, Marisa. Padre Antônio Vieira e a pedagogia da escravidão. ANPUH – *Simpósio Nacional de História*, XXII, 2003, João Pessoa. Comunicação. PB: ANPUH, 2003.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]*. 2. Ed. São Paulo: Editora EXPRESSÃO POPULAR, 2011.

FONSECA JÚNIOR, Eduardo. *Zumbi dos Palmares: Herói negro da nova consciência nacional*. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.

FONSECA, Pedro Paulino. Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, v.39, p. 293-322, 1876.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Três Vezes Zumbi: A construção de um herói brasileiro*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FREITAS, Décio. *A Miserável Revolução das Classes Infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005

FREITAS, Décio. *Brasil inconcluso*. Porto Alegre: EST, 1986

FREITAS, Décio. *Cabanos – os guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1978

FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1977

FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976

- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1980
- FREITAS, Décio. *O Escravismo Brasileiro*. 3. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- FREITAS, Décio. *O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1999
- FREITAS, Décio. *O maior crime da terra*. Porto Alegre: Sulina, 1996
- FREITAS, Décio. *O socialismo missioneiro*. Porto Alegre: Movimento, 1982
- FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1978.
- FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 3. Ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981.
- FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 4. Ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1982.
- FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 5. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- FREITAS, Décio. *Palmares: la guerrilha negra*. Montevideú: Nuestra América, 1971
- FREITAS, Décio. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió: EDUFAL, 2004
- FREITAS, Mário Martins de. *Reino Negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.
- FUNARI, Pedro Paulo. CARVALHO, Aline Viera de. *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GASPARELLO, Arlette M. 2002. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GENNARI, Emilio. *Em Busca da Liberdade: Traços das Lutas Escravas no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GOMES, Flávio dos Santos. *De Olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1985.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1971.

GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. Lisboa: Texto&Grafia, 2008. p. 13,18.

HANDELMANN, H. *História do Brasil*. 2. Ed. Tomo 1. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colônia: [1550-1800]*. 3. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: A época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

IDEIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E DE SUAS ANEXAS, XL, 1918. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

LANDMANN, Jorge. *Tróia Negra: A saga dos palmares*. São Paulo: Mandarim, 1998.

LIBBY, Douglas Cole. PAIVA, Eduardo França. *A Escravidão no Brasil: Relações Sociais, Acordos e Conflitos*. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

MAESTRI, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAESTRI, Mário. *Breve história da escravidão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MAESTRI, Mário. *Historiografia, Escravidão e Luta de Classes no Brasil*. Estudos Historicos. Ano VI. Uruguay. Julio, 2014.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: a Colônia. Da Descoberta ao Fim do Período Colonial*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MAESTRI, Mário. *Zumbi 300 anos: Palmares - a comuna negra no Brasil escravista*. PRAXIS, Belo Horizonte, Minas Gerais, Out.-dez. 1995, n.º 5. p. 33-44.

MAESTRI, Mário. *Os Senhores do Litoral: Conquista Portuguesa e Agonia Tupinamba no Litoral Brasílico (Século 16)*. 3 ed. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2013.

MAESTRI, Mário; FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista. In: Márcia Motta; Paulo Zart. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. 1 ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2008, v. 1, p. 00-00.

MAESTRI, Mário. O cativo negro na historiografia brasileira: silêncio, marginalização superação e restauração. EUGENIO, João Kenney. *Escravidão Negra no Piauí e temas conexos*. Teresina : EDUFPI, 2014. 396p.

MATTOSO MAIA, Luis de Queirós. *Lições de história do Brazil*. 5º edição.

Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Francisco Alves, 1898.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). *Revista Afro-Ásia*, Bahia, pp.337-356, 2004.

MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 4. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NABUCO, Joaquim. *Que é o abolicionismo?* Seleção de Evaldo Cabral de Melo. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. *Palmares: os escravos contra o poder colonial*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

NORBERTO, Joaquim. Ordem do dia. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, V. 53, p. 474 - 477, 1890.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1979.

OLIVEIRA MARTINS. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Guimarães & C. ^a Editores, 1953.

PACIEVITCH, Caroline. *GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

PERDIGÃO MALHEIRO. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3^o edição. Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: INL, 1976, v.2.

PÉRET, Benjamin. *Que foi o Quilombo dos Palmares?*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

PITTA, Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1952. v. XXX.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, (19): 71-97, 1955

PRIORE, Mary del. VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

REDIKER, Marcus. *O navio Negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: Historiografia e imagens*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo, 2002.

- REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos, (Org.) *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, Elisa. *Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues*. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, p. 81-107, jul. /dez. 2009.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil*. 6. Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *A Vida de Zumbi dos Palmares*. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.
- SANTOS, João Felício dos. *Ganga-Zumba*. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil Africano*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2005.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1971.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 5. Ed. 1. Vol. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.
- THOMAS, Claudio Maria. AZEVEDO, Paulo E. de. *História do Brasil*. São Paulo: F.T.D., 1964. v. 2.
- VILELA, Magno. *Antônio Vieira: a escravidão negra na Bahia do século XVII*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- WANDERLEY, Mario D. *Domingos Jorge Velho*. São Paulo: Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1930.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Desde o Tratado de 1681 até o de Aliança em 1703. In: *História Geral do Brasil: Antes de sua separação e independência de Portugal*. 7º edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962, t. 3 e 4.
- VILAÇA, Fabiano. Décio Freitas: o "historiador dos vencidos" enfrentou o preconceito da Academia. Revista de História. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/decio-freitas>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FILMES

GANGA-ZUMBA. Direção: Cacá Diegues, Produção: Jarbas Barbosa. Brasil: Copacabana Filmes, 1964, 1 DVD.

QUILOMBO. Direção: Cacá Diegues, Produção: Augusto Arraes. Brasil: Gaumont do Brasil, 1984, 1 DVD.

SITES CONSULTADOS

www.dec.ufcg.edu.br

www.cm-palmela.pt

www.itaucultural.org.br

www2.senado.leg.br

www.academia.edu

ANEXOS

 **Adelmir Fiabani** 7 de mai (Há 2 dias) ☆  
para mim ▾

Cerro Largo, 07 de maio de 2016.

DECLARAÇÃO

ADELMIR FIABANI, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - Cerro Largo, por meio desta, declaro que reconheço como minhas as transcrições das informações verbais que forneci ao mestrando Adriano Viaro, na cópia da dissertação "Zumbi no cepo da história: história e historiografia da confederação dos quilombos de Palmares, 1664-1984", apresentada para defesa, quando da banca de avaliação final, na qual participei. Autorizo, portanto, a publicação das mesmas, me fazendo plenamente responsável por elas.

Dr. Adelmir Fiabani
Professor Adjunto na UFFS
Campus Cerro Largo
(55) 96316725

...

D. I. C. L. 7.11. 2016.10.15.01. 0200

 **Mario Jose Maestri Filho** <maestri1789@gmail.com> 4 de abr ☆  
para mim ▾

Declaração: por meio desta, **declaro que reconheço** como minhas as transcrições das informações verbais **que** forneci ao mestrando Adriano Viaro, na cópia da dissertação "Zumbi no cepo da história: história e historiografia da confederação dos quilombos de Palmares, 1664-1987", apresentada para defesa, quando da banca de avaliação final, na qual participei. Autorizo, portanto, a publicação das mesmas, me fazendo plenamente responsável por elas.

Mário José **Maestri** Filho
PPGH UPF
Porto Alegre, 5 de abril de 2016